

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**BIOPOLÍTICA E SEGURANÇA PÚBLICA: TOLERÂNCIA ZERO NO
ESPÍRITO SANTO E UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À FABRICAÇÃO
DE SUJEITOS PRODUTIVOS**

RENAN SUBTIL TORRES

VILA VELHA
JULHO/2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**BIOPOLÍTICA E SEGURANÇA PÚBLICA: TOLERÂNCIA ZERO NO
ESPÍRITO SANTO E UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À FABRICAÇÃO
DE SUJEITOS PRODUTIVOS**

Dissertação apresentada a Universidade Vila Velha como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

VILA VELHA
JULHO/2016

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

T693b Torres, Renan Subtil.
Biopolítica e segurança pública: tolerância zero no Espírito Santo e uma educação voltada à fabricação de sujeitos produtivos / Renan Subtil Torres 2016.
193 f.: il.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa.
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, 2016.
Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Violência. 3. Educação.
I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Universidade Vila Velha.
III. Título.

CDD 363.3

RENAN SUBTIL TORRES

**BIOPOLÍTICA E SEGURANÇA PÚBLICA: TOLERÂNCIA ZERO NO
ESPÍRITO SANTO E UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À
FABRICAÇÃO DE SUJEITOS PRODUTIVOS**

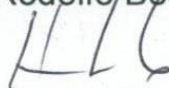
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política,
para obtenção do grau de Mestre
em Sociologia Política.

Aprovada em 27 de julho de 2016.

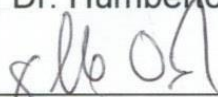
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFPR)



Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UWV)



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UWV)
Orientador

À minha amada mãe, **Izabel Novaes Subtil**, sem a qual nada disso seria possível. Sua força e perseverança em busca de uma vida melhor são minha inspiração para continuar lutando.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me grato às circunstâncias que me concederam, para muito além de privilégios, uma vida repleta de desafios, erros e aprendizados responsáveis pela construção e desconstrução de pensamentos que me trouxeram até aqui e que hoje inspiraram minha total dedicação às lutas sociais por emancipação.

Sou imensamente grato ao meu grande amigo, professor e orientador, Pablo Ornelas Rosa, cujo incentivo, força e ensinamentos serão levados comigo para o resto de minha vida. Sua crença em meu potencial para realização dessa pesquisa, embora eu tenha vindo de uma graduação distante das mesmas Ciências Humanas às quais hoje me dedico quase que inteiramente, foi fator fundamental que me manteve motivado a corresponder, mesmo que parcialmente, às suas expectativas de execução de um trabalho relevante e contributivo para a sociedade.

De maneira especial, agradeço a minha grande amiga Andressa Eulália com quem tanto aprendi, cuja força e combatividade inspiraram minha busca pelo aperfeiçoamento de minha condição de ser humano. Seus constantes ensinamentos são muito valiosos e sua presença se faz fundamental em minha vida.

Agradeço aos amigos e amigas que me incentivaram e, sobretudo, a todas e a todos que, de qualquer maneira, tentaram me desestimular ou sabotar meus objetivos. A vocês dedico um agradecimento ainda maior, pois muito mais do que os incentivos, são os desafios que me moveram até aqui e que me manterão em constante movimento.

Por último, e com todo amor que sou capaz de endereçar, agradeço à minha família. À minha irmã, Renata Subtil Torres, que sofreu comigo meus problemas e minhas angústias além dos dolorosos momentos de transição em vida. Espero um dia retribuir todo o amor e apoio que você e nossa mãe, a quem dedico mais essa conquista, dedicaram a mim. Eternamente grato por toda luta, força, amor e insistência em cuidados que por muitas vezes não dei o devido valor. É por você, acima de tudo nesse mundo, que permaneço de pé, Izabel Novaes Subtil, minha amada mãe!

Ad Infinitum.

RESUMO

TORRES, Renan S. Universidade Vila Velha, julho de 2016. Biopolítica e Segurança Pública: Tolerância Zero No Espírito Santo e uma Educação Voltada à Fabricação de Sujeitos Produtivos.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa

A dissertação a seguir aproximou as políticas públicas de segurança intituladas Tolerância Zero, emergentes nos Estados Unidos na década de 1990, e Estado Presente em Defesa da Vida, implementada no Estado do Espírito Santo no ano de 2011 pelo então governador Renato Casagrande com a suposta finalidade de redução da criminalidade difusa. A partir das análises comparativas, foi investigada e constatada a inspiração do programa capixaba no programa estadunidense além de constatar a recorrência de políticas educacionais nova-iorquinas intrínsecas ao programa capixaba sob a hipótese de que essas são utilizadas como instrumento de coerção, controle e disciplinamento dos indivíduos, do qual a biopolítica se utiliza para que sejam fabricados sujeitos que possivelmente serão utilizados a favor dos métodos de produção capitalista, objetivando a obtenção de lucros conforme a teoria do *homo oeconomicus* de Michel Foucault.

Palavras-chave: Biopolítica. Violência. Segurança Pública. Educação. Empreendedorismo

ABSTRACT

TORRES, Renan S. University Vila Velha, July 2016. Biopolitics and Public Safety: Zero Tolerance in Espirito Santo and an Education Geared to the Manufacturing of Productive subjects.

Advisor: Pablo Ornelas Rosa

The dissertation then approached safety public policy entitled Zero Tolerance, emerging in the United States in the 1990s, and Estado Presente em Defesa da Vida, implemented in the state of Espirito Santo in 2011 by the governor Renato Casagrande with the supposed purpose reduction of diffuse crime. From the comparative analysis was investigated and found the inspiration of Espirito Santo's program in the US program in addition to verify the recurrence of New Yorkers educational intrinsic policies to capixaba program under the assumption that these are used as instrument of coercion, control and disciplining of individuals, which biopolitics used to be made subject to be possibly used in favor of capitalist production methods, aiming to make a profit as the homo oeconomicus theory of Michel Foucault.

Keywords: Biopolitics. Violence. Public Security. Education. Entrepreneurship.

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Raça, cor e etnia da população carcerária e população absoluta brasileira.....

TABELAS

Tabela 1- Raça, cor ou etnia predominante entre população carcerária de cada Unidade da Federação.....

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Capa da revista *Atlantic Montly*, edição de março de 1982.....
- Figura 2** - Capa do artigo de George Kelling e Catherine Coles intitulado “*Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities*” publicado pela Touchstone de Nova York no ano de 1997.....
- Figura 3** - Certificado do curso de extensão em Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas – Edição 2012.....
- Figura 4** - Grade e carga-horária do curso de extensão em Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas – Edição 2012.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – PROBLEMATIZANDO O PODER EM FOUCAULT	
1.1. As três fases da analítica de Michel Foucault.....	19
1.2. Do poder pastoral à biopolítica: uma genealogia foucaultiana.....	27
1.3. <i>Homo oeconomicus</i> e a economia política do crime.....	38
1.4. Políticas públicas de segurança ou uma economia política do crime?.....	50
CAPÍTULO 2 - NASCIMENTO DAS POLÍTICAS DE TOLERÂNCIA ZERO	
2.1. Teoria sob encomenda: uma história da tolerância zero.....	57
2.2. A globalização das políticas de tolerância zero.....	74
2.3. A chegada das políticas de tolerância zero no Brasil.....	76
CAPÍTULO 3 – TOLERÂNCIA ZERO NO BRASIL E O PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA	
3.1. Panorama geral das políticas capixabas de segurança pública.....	83
3.2. Estado Presente em Defesa da Vida: semelhanças e particularidades em relação ao programa Tolerância Zero.....	90
3.3. Fundação Itaú Social, Estado do Espírito Santo e um modelo de educação importado da segurança pública estadunidense.....	104
CAPÍTULO 4 – EMPREENDEDORISMO MORAL, EMPREENDEDORISMO DE SI E RAZÃO GERENCIALISTA NO GOVERNO CASAGRANDE: UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA VOLTADA À FABRICAÇÃO DE SUJEITOS PRODUTIVOS	
4.1. Empreendedorismo moral nas escolas capixabas: as drogas como obstáculo à produção de capital humano.....	131
4.2. Programa Estado Presente em Defesa da Vida e empreendedorismo de si: geração de capital humano direcionado às empresas capixabas através de políticas educacionais.....	148
4.3. Razão gerencialista em políticas educacionais capixabas como consequência da governamentalidade neoliberal.....	159

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICE I.....	182
APÊNDICE II.....	185
APÊNDICE III.....	188
ANEXO I.....	190
ANEXO II.....	191
ANEXO III.....	192
ANEXO IV.....	193

INTRODUÇÃO

Frente às campanhas eleitorais contemporâneas nas quais frequentemente são proferidos discursos de combate à criminalidade difusa como estratégia de *marketing*, despertou-se a necessidade de estudos aprofundados acerca de políticas públicas de segurança cada vez mais repressivas e sua suposta eficácia. É a partir da gradativa ascensão desse tipo de discurso veiculado pelos mais diversos instrumentos midiáticos que se formula a proposta desta pesquisa, tendo em vista que as políticas públicas são importantes instrumentos que afetam diretamente a vida das pessoas e que possivelmente são utilizados pelo Estado objetivando proveitos econômicos, interferindo na maneira com que os indivíduos pensam até mesmo em seus atos mais corriqueiros e cotidianos, submetendo-os normas que são interiorizadas e reproduzidas constantemente. A normalização estabelecida através de políticas públicas de segurança será analisada em alusão à ideia da biopolítica foucaultiana, responsável pela formação, no contexto neoliberal, do sujeito cognominado pelo autor (FOUCAULT, 2008a) *homo oeconomicus*.

O pacote de políticas públicas escolhido como objeto de investigação é intitulado Estado Presente em Defesa da Vida, vigorado no Estado do Espírito Santo entre os anos 2011 e 2014. A hipótese a ser sustentada é a de que o programa capixaba possui como influência, ou até mesmo como fonte de inspiração, as políticas públicas responsáveis pelo desencadeamento de um enrijecimento repressivo e penal nos Estados Unidos, nascidas na cidade de Nova York, na década de 1990, como resposta aos elevados índices de criminalidade violenta que levaram a cidade daquele país norte-americano a ser conhecida como a “capital do crime”, de acordo com os estudos de Loïc Wacquant (2001). Percebemos através dos textos do sociólogo francês que a difusão da doutrina político-econômica neoliberal implica na difusão de políticas públicas que tendem a abandonar um Estado que resguarda mínimos cuidados para com a sociedade ao mesmo tempo em que ampliam seu braço penal. O ativismo neoliberal também fomenta a geração de lucro através do encarceramento em massa de uma parcela seleta da população que é alvo pré-estabelecido de agentes policiais guiados por estereótipos responsáveis pela criminalização da pobreza (WACQUANT, 2001; 2003). Conforme o autor, a mercantilização do aprisionamento se dá por meio de diversas políticas neoliberais de desestatização de serviços públicos, o que reflete na busca por

ganhos financeiros até mesmo na prisão de pobres, que servem como mão de obra na amplamente difundida rede de penitenciárias privadas.

A tendência de internacionalização de políticas públicas neoliberais estadunidenses (WACQUANT, 2001; BELLI, 2004) incidiu não só sobre as políticas penitenciárias, mas em uma série de políticas fundadas no discurso de redução da criminalidade violenta que perpassam não só o campo da segurança pública, mas outros setores como o da educação, ao qual, possivelmente, também são direcionados esforços estatais que objetivam a geração de lucros financeiros. Através da comparação entre o programa capixaba e o programa nova-iorquino intitulado “Tolerância Zero” ou “Qualidade de Vida” – como preferem seus formuladores e entusiastas (BELLI, 2004) – será investigada uma suposta chegada, no Estado do Espírito Santo, de políticas públicas de segurança estadunidenses que respingam em políticas educacionais com características neoliberais, onde os indivíduos majoritariamente pertencentes às camadas mais pauperizadas da sociedade contemporânea são utilizados como capital humano (FOUCAULT, 2008a) a favor do sistema de produção capitalista. As políticas educacionais do programa Estado Presente em Defesa da Vida também serão analisadas sob a perspectiva da globalização da racionalidade neoliberal imposta pelos Estados Unidos, onde através de estratégias de divulgação vendem para países ao redor de todo o globo políticas públicas cuja efetividade é isenta de comprovação empírica (WACQUANT, 2001).

Algumas das políticas educacionais implantadas por meio do programa capixaba são resultados da articulação entre o Estado do Espírito Santo e a Fundação Itaú Social, que propõe a reprodução da experiência estadunidense de reforma educacional em território brasileiro, atuando junto a gestores estatais na implantação de programas que emergiram em Nova York. O programa possui como principal objetivo a redução da criminalidade violenta tendo como foco a

[...] redução de homicídios, sendo essa uma das metas estratégicas do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, e na articulação de iniciativas para a melhoria dos indicadores sociais, o Programa Estado Presente tem metodologia voltada para a integração das ações das polícias civil e militar no direcionamento do enfrentamento qualificado da criminalidade. A união do trabalho policial qualificado, com a implantação de políticas sociais é o diferencial do Programa Estado Presente. (FAJARDO, 2014, p. 22)

As propostas de programas educacionais da instituição bancária que são direcionadas às parcelas economicamente desprivilegiadas da sociedade, sob o discurso de que essas se encontram numa suposta situação de “vulnerabilidade”, são objetos que também serão estudados sob o prisma da biopolítica foucaultiana, que consiste na hibridização entre técnicas, tecnologias, dispositivos e ferramentas de poder que atuam no campo da subjetividade, resultando na governamentalização de comportamentos peculiares ao sujeito-empresa renascido no contexto neoliberal, que Foucault (2008a) batizou de *homo oeconomicus*. A partir da ideia de que vivemos imersos em uma era da biopolítica, tecnologia de poder que se utiliza de diversos instrumentos que controlam, coagem, disciplinam e moldam os indivíduos e as populações, influenciando de forma íntima em seu modo de pensar e agir, serão utilizadas como exemplo de ferramenta biopolítica as políticas públicas de segurança de Nova York e do Estado do Espírito Santo, cujo foco é o conjunto de políticas educacionais que nascem de tais programas, buscando elucidar não apenas as consequências de possíveis políticas neoliberais na esfera da segurança pública, mas também no tipo de educação que recebem os indivíduos alvo destes projetos que discursam a redução dos índices de criminalidade violenta em ambos os países onde entraram em vigor.

As políticas públicas educacionais, resultantes desta possível internacionalização estadunidense de um modo de pensar e agir pautado numa grade de inteligibilidade economicista (FOUCAULT, 2008a), serão analisadas sob a hipótese da hibridização de um duplo empreendedorismo nas práticas educacionais que resultam num comportamento que Gaulejac (2007) enxerga como consequência da articulação de tecnologias de poder que se complementam e se adaptam a determinados contextos, moldando indivíduos de acordo com uma racionalidade voltada à obtenção de lucros, na qual técnicas de gestão empresarial se fazem presentes em ambientes externos às grandes corporações. Tal razão comum tanto ao *homo oeconomicus* foucaultiano quanto ao sujeito gestor contemporâneo de Gaulejac (2007), será observada a partir do momento em que ela perpassa a educação pública, quando serão estudadas as consequências da propagação do pensamento economicista resultante da doutrina neoliberal de Hayek (1984) e seus seguidores. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas de segurança que respingam sobre as políticas educacionais capixabas são utilizadas como

instrumento biopolítico de fabricação de indivíduos economicamente produtivos, observaremos o tipo de comportamento que é exposto nas escolas da rede pública como ideal aos estudantes que, possivelmente, favorecem o empresariado local servindo de capital humano que é potencializado pelo fomento ao empreendedorismo de si (FOUCAULT, 2008a) e pelo empreendedorismo moral (BECKER, 2008), que incidem sobre as condutas individuais de forma com que sejam guiadas com as finalidades específicas que serão expostas a seguir.

A seguinte pesquisa levanta uma série de dados quantitativos e qualitativos obtidos através de obras de sociólogos, cientistas políticos, filósofos, diversos profissionais da área do Direito e entre uma série de outros atores estudiosos de políticas públicas, além de diversos sítios eletrônicos oficiais que forneceram grande parte do aparato teórico que consta no trabalho. Também foram utilizadas entrevistas com um total de cinco professores, trinta alunos e alguns profissionais que de alguma forma tiveram influência no que tange à implantação das políticas capixabas. As entrevistas seguem roteiros estruturados¹ especificamente para cada ator, respeitando sua identidade uma vez que todas as entrevistas, exceto as endereçadas aos gestores ou atores responsáveis pela implementação das políticas capixabas, foram concedidas de forma anônima apesar de ter havido a possibilidade de não o ser. Preferimos também manter em sigilo a localização e os nomes das escolas onde entraram em vigor o programa Estado Presente e suas propostas pedagógicas, sendo identificadas apenas com a letra “E” seguida de uma ordem numérica referente a cada uma das visitas que foram identificadas pelos números de 1 a 3. Professores e professoras foram referenciados pela letra “P”, aos quais foram atribuídos números de 1 a 5 de acordo com a ordem na qual foram entrevistados e os alunos e alunas, por sua vez, pela letra “A”, enumerados de 1 a 10 (foram entrevistados 10 alunos de cada escola). Para exemplificar de forma mais clara e objetiva, caso a resposta de um aluno ou aluna da segunda escola entrevistada for explicitada no decorrer do texto, será identificado da seguinte forma: “A1_E2” (primeiro aluno ou aluna entrevistada na segunda escolada visitada). Quando trechos de alguma entrevista de determinado docente forem expostos em alguma

¹ Incorporadas ao texto como apêndices I, II e III.

passagem da dissertação, utilizar-se-á “P2_E3” (segundo professor ou professora entrevistada da terceira escola visitada).

Cabe ressaltar que o corpo docente foi selecionado de acordo com nossa concepção acerca da importância dos temas “drogas”, “trabalho”, “empreendedorismo” entre outros assuntos que poderiam ser abarcados nas disciplinas que lecionam e que julgamos pertinentes e somatórias às nossas pesquisas. Portanto, professores e professoras das disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Biologia (um professor de cada disciplina) foram entrevistados. Alunos e alunas foram entrevistados em turmas de terceiro ano do ensino médio, considerando que esses ainda estudaram durante o último ano de funcionamento do programa Estado Presente em Defesa da Vida, que pressupomos ter encerrado suas atividades após o vencimento do mandato do governador que o colocou em prática uma vez que muitos dos sítios eletrônicos, inclusive a página de *facebook* oficial do projeto, onde constavam informações sobre o mesmo foram retirados do ar após a terceira tomada de posse do atual governador do Estado.

É importante salientar que apesar da revisão de funcionamento de cada um dos *links* dos sítios eletrônicos incorporados ao texto, é possível que alguns não estejam ativos de forma permanente, impossibilitando nesse caso o acesso a muitas informações que consideramos importantes em nossa pesquisa, considerando que algumas delas existem apenas nos *sites* visitados. É válido informar que no interior do texto foram feitas poucas distinções de sexo ou orientação sexual, referindo-nos pelo gênero masculino a quase todos os atores e interlocutores referenciados no trabalho. Os trechos em terceira pessoa levam em consideração o trabalho pensado em conjunto com meu professor orientador.

O principal objetivo da pesquisa é provocar reflexões acerca das consequências da difusão da doutrina neoliberal, principalmente no tocante à formulação de políticas públicas de segurança com as características do projeto formulado por Hayek (1984) e os simpatizantes de suas ideias. Tais políticas impactam diretamente sobre os comportamentos individuais dentro das quais a educação ocupa um lugar fundamental, possivelmente formatando condutas individuais que imaginamos serem moldadas de acordo com os interesses do Estado e de empresários. Utilizando-nos das reflexões de Foucault (2008a) buscaremos associar as práticas neoliberais estadunidenses à tendente adoção de

políticas semelhantes ao programa Tolerância Zero em diversos países ao redor do mundo (WACQUANT, 2001; BELLI, 2004), investigando características em comum entre as políticas emergentes em Nova York e o Estado Presente em Defesa da Vida além dos modelos educacionais que complementaram ambas.

CAPÍTULO 1 - PROBLEMATIZANDO O PODER EM MICHEL FOUCAULT

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.” (Michel Foucault)

1.1 As três fases da analítica de Michel Foucault

Paul-Michel Foucault², filho e neto de renomados cirurgiões de mesmo nome, nasceu em Poitiers, uma cidade localizada no centro-oeste da França, às margens do Rio Clain, em 15 de outubro de 1926. Ingressou no Liceu Henri IV³ antes mesmo dos quatro anos de idade para não se separar de sua irmã mais velha de nome Francine e apesar de decepcionar seu pai com a escolha de não seguir a carreira médica, obteve de sua mãe, Anne Malapart, o apoio e incentivo necessários para que ele se engajasse na carreira que desejava. Anne contratou um professor de filosofia – que talvez tenha sido determinante para o direcionamento da carreira de Foucault – de nome Louis Girard, pois Anne seguia com veemência a máxima de seu pai, Dr. Malapart, também cirurgião, que a mais importante lição na vida era “aprender a governar a si mesmo”. No ano de 1946, Michel ingressa na Escola Normal Superior da França⁴, onde conheceu influentes pensadores como Pierre Bourdieu, Jean-Paul Sartre entre outros, além de ter sido aluno de Maurice Merleau-Ponty.

Michel Foucault, considerado rebelde por muitos membros do Liceu, gostava de apelidar colegas e abusar do sarcasmo e ironia, fazendo com que muitos o concebessem como louco⁵. Ao tentar suicídio – talvez em decorrência de seu desconforto devido à sua condição de homossexual, em tempos quando o preconceito era ainda maior que o hodierno - em 1948, seu pai o direciona ao hospital Saint-Anne, onde foi internado e obteve seu primeiro contato com a psiquiatria, retornando mais tarde à mesma instituição como aluno e posteriormente

² Dados obtidos através dos sítios eletrônicos: <http://www.propp.ufms.br/psgrd/grupo-mf/biografi.html> e <http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/foucault.pdf> acessados em 17 de fevereiro de 2016.

³ Tradução livre: Lycée Henri IV.

⁴ Tradução livre: École Normale Supérieure.

⁵ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.propp.ufms.br/psgrd/grupo-mf/biografi.html> acessado em 17 de fevereiro de 2016.

como professor, fato que seria determinante na produção de suas primeiras obras intituladas: *Doença mental e psicologia*⁶ (1954), publicada aos seus 28 anos de idade, e *História da loucura*⁷ (1961), apresentada como tese de doutoramento pela Sorbone. No ano de 1950, Foucault filia-se ao Partido Comunista Francês e no ano seguinte assume uma cadeira de professor na Escola Normal Superior, lecionando para Jacques Derrida e Paul Marie Veyne, que mais tarde se tornariam importantes filósofos.

Conforme os estudos realizados por Vasconcellos (2007), Foucault se radicou em um contexto de resistência ao nazi-fascismo e, já em seu doutoramento em Filosofia orientado por Georges Canguilhem, exibiu sua originalidade abordando um objeto até então incomum aos estudos da filosofia da segunda metade do século XX em sua obra denominada *História da Loucura na Idade Clássica*, publicada em 1961. Foi a partir dessa obra que o filósofo começou a apresentação dos métodos predominantes que permearam seus estudos e que, ainda segundo Vasconcellos (2007), foram divididos em três grandes momentos que aqui serão abordados de forma com que a gênese de sua concepção de poder apresente melhor coesão.

A metodologia construída por Michel Foucault, em um primeiro momento, recebeu o nome de arqueologia do saber e tratava “de estudar as condições de possibilidade em que se deram a construção dos discursos de saber, em seus jogos de verdade, na constituição das ciências humanas” (VASCONCELLOS, 2007, p. 12), ou seja, partindo do pressuposto de que o estabelecimento de verdades aconteça através de um embate de forças em determinado contexto, a metodologia tem como objetivo estudar o terreno onde ocorre tal disputa, “escavando” o contexto que gerou a possibilidade desses discursos se estabelecerem como verdades únicas. Ao estudar as transformações dos discursos que engendraram determinados conceitos e os tornaram verdades em momentos históricos específicos, Foucault tende a desnaturalizar as práticas discursivas, investigando as características, tanto sociais quanto subjetivas desses discursos, que só podem ser encontradas através de uma análise histórica densa e precisa.

⁶ Tradução livre: *Maladie Mentale et Psychologie*.

⁷ Tradução livre: *Histoire de la Folie à l'âge Classique*.

O método que embasou a produção das obras intituladas *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* e *A arqueologia do saber*⁸ que inspiraram a indicação por parte de seu amigo Roland Barthes e resultou em sua convocação para a cátedra batizada de “História dos Sistemas de Pensamento” - proposta por Jules Vuillemin para substituir a cátedra de História do Pensamento Filosófico, ocupada por Jean Hippolyte até sua morte -, que foi criada em 30 de novembro de 1969 no Collège de France. Em 12 de abril de 1970 Foucault é eleito, pela mesma assembleia, titular dessa nova cátedra cuja aula inaugural ocorreu em 2 de dezembro de 1970, cujo fruto é a obra *A ordem do discurso* conforme os prefaciadores de uma de suas obras⁹. Da instituição nasceram muitas outras importantes obras advindas das aulas por ele proferidas.

A segunda fase de seu pensamento, considerada uma inovação teórico-conceitual a qual será atribuída maior destaque no presente trabalho, é conhecida como a “genealogia do poder”, que consiste, de modo sumário, da mesma forma, no estudo de um apanhado historiográfico bastante abrangente, mas que dessa vez objetiva estudar as relações de poder que permeiam todo o aparato social a partir da análise das resistências resultantes dessas relações. A partir desse momento, o foco de suas investigações foram “as formas segundo as quais os discursos de saber produziam em seu bojo práticas de poder sobre os corpos a partir de tecnologias de aprisionamento e controle as mais variadas” (VASCONCELLOS, 2007, p. 13) que também serão abordadas de forma mais completa no decorrer deste capítulo. Esta importante fase do pensamento foucaultiano marcou um período de forte ascensão de suas ideias no contexto de uma França tomada por movimentos sociais de resistência às atrocidades nazifascistas, quando militou contra as péssimas condições de encarceramento prisional daquele país e a favor da visibilidade homossexual. O ápice de sua militância ocorreu com a publicação de *Vigiar e punir: o nascimento das prisões* e *A vontade de saber: História da sexualidade I*, publicadas respectivamente em 1975 e 1976, onde o autor trabalhou de forma mais detalhada as tecnologias de “assujeitamento”.

⁸ O tema das obras foi abordado de forma mais clara em *A ordem do discurso*, publicada posteriormente, devido ao fato de ser fruto da sua primeira aula como catedrático no *Collège de France* e, portanto, uma obra de mais fácil compreensão.

⁹ FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

Foucault (2005) entende os “saberes sujeitados” como uma série de saberes desqualificados, considerados insuficientes ou ingênuos frente à complexidade da realidade de determinado contexto histórico, os quais foram “soterrados” através de um embate de forças, por discursos cuja legitimidade se sobressaiu em determinado momento, resultando na concepção destes como verdades. A arqueologia do saber consiste, de forma bem grosseira, na escavação desses discursos sepultados como consequência das batalhas entre saberes, redescobrimo por meio da análise das lutas, dos conflitos de interesses, das batalhas ideológicas, verdades que não seriam suficientemente científicas ou deficientemente comprováveis a partir de outros critérios e que foram marginalizados ou mantidos sob alguma tutela com algum objetivo específico. Já a genealogia do poder, é concebido por Foucault (2005) por resgate dos saberes sujeitados, como a “insurreição” desses saberes que foram segregados em determinado momento contra a centralização do poder característico dos discursos, natural dos saberes. As genealogias são para o filósofo a

[...] insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade. [...] É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

O terceiro e último momento de seu pensamento foi permeado, agora, por preocupações acerca das “urgências do presente e orientado para o que ele chegou a chamar de ‘estética da existência’ ou ‘ontologia do presente” (VASCONCELLOS, 2007, p. 15), concebendo a filosofia como forma de viver. O “cuidado de si” entra em cena como resultado de tecnologias de poder que objetivam controlar o sexo e, conseqüentemente, as condutas individuais e populacionais que estariam diretamente ligados aos atos sexuais. A ética trabalhada nas obras *História da sexualidade II e III, O uso dos prazeres e O cuidado de si* foi característica fundamental das abordagens deste Foucault calado pelas complicações da AIDS, que o levou a óbito no ano de 1984.

[...] esta política presente no pensamento foucaultiano, não é propriamente a política de tomar de assalto o poder constituído para em seu lugar instaurar novas formas de governo que no limite tendem a reproduzir as mesmas práticas de seus antecessores. Falamos de um novo tipo de política, aquela que advém de tomadas de posições individuais, de reconfiguração de

subjetividades, de constituição de estilos de vida, de invenção de novos modos de vida que darão, em última instância, uma resposta ao presente. Este presente que é corroído por um modo de vida fascista que passa não só pelo aparato repressor do Estado, como Foucault fez bem ver em sua analítica, mas pelas práticas cotidianas dos sujeitos. Esta é a política do pensamento de Michel Foucault. Uma política que procurou pensar a urgência do tempo presente. (VASCONCELLOS, 2007, p. 16)

Dentre as mais importantes obras de Michel Foucault, estão os livros publicados a partir das aulas proferidas por ele no *Collège de France* que constituíram essa nova fase de sua obra registrada por gravadores à fita de seus alunos, considerados mais como ouvintes pelo autor que demonstra em alguns momentos de sua carreira a sua frustração frente ao formato de seminário isento de interação com o público que era atribuído a suas aulas, intituladas de acordo com a temática do curso por ele ministrado e que posteriormente foram impressas. O primeiro curso proferido por Foucault (2005) nos anos de 1975 e 1976 no *Collège de France* - onde Foucault lecionou de janeiro de 1971 até sua morte em junho de 1984, exceto em 1977, que foi um ano sabático para o filósofo -, intitulado posteriormente *Em Defesa da Sociedade*, foi prefaciado por François Ewald e Alessandro Fontana, que descreveram resumidamente os cursos que o filósofo francês proferia. O *Nascimento da Biopolítica*, que receberá maior atenção no desenvolver de minha pesquisa, em meio a outras obras de equivalente peso provenientes de seu exercício como catedrático da História dos Sistemas de Pensamento no mesmo Collège de France, foi fruto dessas aulas que ocorreram no ano de 1979 e discorre, grosso modo, acerca da emergência de uma nova tecnologia de poder que perpassa a sociedade contemporânea e que possui como objeto as populações e os corpos dos indivíduos, coagindo e controlando suas mais íntimas condutas.

Foucault (2005) considerava o Collège de France, não como uma instituição de ensino, mas como um órgão fomentador de pesquisas das quais ele teria que, periodicamente, prestar contas de seu trabalho através de 26 horas anuais de aulas, cuja metade, no máximo, poderia ser proferida na forma de seminários como o mesmo o fez. Os ouvintes, como Foucault preferencialmente se referia aos expectadores de seus cursos, lotavam sua escrivaninha de gravadores à fita cassete a fim de registrar e, como em alguns casos, posteriormente datilografar e publicar seus cursos em formato de livros, trabalho que o autor entendia não como

transferência de conhecimento ou de verdades, mas como uma espécie de prestação de contas acerca do andamento de seus estudos, de suas pesquisas inacabadas que frequentemente passam por reconfigurações no decorrer de seu desenvolvimento. Portanto, Foucault (2005) não considera seus encontros semanais

[...] atividades de ensino, mas antes como espécies de prestações de contas públicas de um trabalho que, por outro lado, deixam-me fazer quase como eu quero. Nesta medida, considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que ponto estou, em que direção [...] vai este trabalho; e, nessa medida, igualmente, considero-os inteiramente livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisa, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso me interessa na medida em que não tenho de estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que eu faço. (FOUCAULT, 2005, p. 3 - 4)

Considerando a importante influência da obra do filósofo para a emergência de uma nova perspectiva acerca das relações sociais, o presente trabalho terá como objetivo a comparação entre características particulares de algumas políticas públicas de segurança sob o prisma da biopolítica foucaultiana e, para tanto, julgamos de fundamental importância, a realização de uma análise centrada na concepção de poder em Paul-Michel Foucault, além dos desdobramentos do que o filósofo francês cognominou tecnologias de poder, sua evolução e adaptação no decorrer da história que culmina com a mais moderna dessas tecnologias, que incide sobre os corpos e populações de maneira articulada. A teoria da biopolítica será apresentada a partir da análise bibliográfica do próprio autor e de seus estudiosos, reproduzindo um de seus métodos denominado genealogia das relações de poder, constituída pelo filósofo através de um denso levantamento historiográfico direcionado ao estudo do poder a partir dos movimentos de resistência, naturais consequências das relações de poder segundo o Foucault.

Michel Foucault, apesar de abordar o problema do poder de maneira frequente em suas obras, nunca dedicou uma delas para trabalhar exclusivamente a questão, tendo em vista que o autor focava sua atenção no indivíduo como tema principal de sua investigação. Para o autor, o poder é algo intangível e inalcançável, divergindo da concepção estruturalista de poder. O poder é concebido por ele como relações cujos indivíduos são, ao mesmo tempo, agentes ativos e passivos do poder. O autor utiliza uma análise inversa em relação aos estudos até então

desenvolvidos na tentativa entender o poder e suas formas de manifestação, fundamentando-se no estudo das resistências provocadas pela atuação do poder, utilizando-as como instrumento identificador dessas relações e suas formas de funcionamento. Essa análise permitiu ao autor identificar as formas de exercício do poder muito mais do que dar atenção ao que ele efetivamente é.

Foucault (2010) admite que o poder é manifestado apenas através de atos, sendo os indivíduos sujeitos e objetos de poder, ou seja, tanto podem exercê-lo, quanto podem ser alvo de sua agência de maneira com que nenhum deles escape a tais relações. O indivíduo, para o filósofo, concebido como um ser fragmentado, desprovido de um único eu, pode, dependendo de sua posição dentro de uma determinada relação de poder, exercer e ser alvo do exercício do poder. Para melhor ilustrar esse tipo de relação, torna-se pertinente a análise do caso de uma pessoa que se encontra, concomitantemente, nas condições de gerente, funcionária, mãe, filha, irmã, professora, artista e esposa e como o poder incide sobre o indivíduo tão como é exercido por ele de formas diferentes, de acordo com cada relação. O foco das análises do poder em Foucault não se encontra na definição da palavra poder por si só, tão pouco na elucidação acerca da dinâmica das manifestações do poder que deram origem à configuração das sociedades hodiernas, mas na análise dos procedimentos e técnicas, institucionais ou não, pelos quais o poder opera, interferindo tanto nos comportamentos individuais, quanto no controle das populações.

Para o filósofo francês, as relações de poder possuem dimensões unicamente humanas e, portanto, indefiníveis e imensuráveis, além de ocorrer apenas entre indivíduos livres, ou seja, é necessário espaço para que determinadas condutas possam ser colocadas em prática como o exemplo da normalização das condutas: é necessário um contexto onde os indivíduos ajam de forma autônoma para que o poder incida modificando suas condutas e hábitos. Com essa teoria o autor rompe com o paradoxo entre poder e liberdade, concebendo-os como indissociáveis uma vez que, a título de exemplo, indivíduos que se encontram em estado de privação de liberdade de ir e vir através do cárcere são atores de relações de poder exercidas a partir de condutas passíveis de ocorrência em seu interior. Outra novidade importante na ideia do poder em Foucault é a ruptura com concepção negativa do poder - anteriormente concebido estritamente como relações de dominação -, que

pode ser manipulado, conforme a teoria, de forma a conceder benefícios à sociedade, além de considerar o saber um ator que fundamenta as relações de poder, ou seja, não há manifestação de poder sem a manifestação de um campo do saber e, paralelamente, todo saber constitui novas relações de poder.

Assim como o filósofo alemão, Nietzsche, Michel Foucault procurou investigar as relações, para ele indissociáveis, entre saber e poder, que foram basilares em seus estudos acerca do nascimento das ciências humanas. O filósofo parte do estudo sobre determinadas instituições, pressupondo que as relações de poder que incidem sobre os indivíduos no interior delas constituem o terreno onde os saberes relativos à manutenção desses poderes serão explorados, constituindo assim uma espécie de economia política dos saberes e poderes, voltada à forma de produção capitalista. Foucault nos permite, através dessa analítica, abrir

[...] espaço para que se reflita que toda constituição de saber estará associada ao exercício de um poder. A cumplicidade será uma adjetivação para caracterizar essa relação entre poder e saber, na medida em que as instituições estão ao lado do nascimento de saberes – como, por exemplo, a escola estará ao lado do nascimento da pedagogia como domínio de saber, a prisão estará ao lado do nascimento da criminologia e o hospício estará associado ao nascimento da psiquiatria – e esses saberes, por sua vez, terão uma importância fundamental para justificar e legitimar não só a existência dessas instituições como também o exercício de poder decorrente de seu funcionamento. O saber é algo como a titulação de competência ou aptidão que se outorga para o exercício de um determinado poder, é o alvará científico que garante o espaço para o exercício de poder. (SOUZA, 2011, p. 119)

Foucault procurou estudar as relações de poder a partir de suas incidências mais fundamentais, ao invés de simplesmente analisar o aparelho estatal e sua relação com a população, o autor procurou identificar as mais simples formas de atuação do poder para então tentar explicar a complexa teia de relações que perpassa todos os setores da sociedade. Para tanto, o filósofo utilizou de um vasto inventário bibliográfico com a finalidade de obter o máximo de informações acerca das microrelações existentes no seio das mais antigas civilizações europeias, desconstruindo verdades concebidas como únicas e incontestáveis, estabelecendo a evolução das tecnologias de poder, mesmo que de forma fragmentada e sem dar atenção aos elementos que constituíram os Estados, utilizando uma metodologia batizada por ele como a “genealogia” das relações de poder.

1.2 Do poder pastoral à biopolítica: uma genealogia foucaultiana

Inspirado em Nietzsche e em seu interesse pelo estudo das relações entre poder e saber, Foucault constitui uma metodologia cuja originalidade permitiu romper com o conceito estruturalista do poder na qual o poder é tangível e centralizado nas mãos do Estado ou das classes mais abastadas, tomando outra perspectiva do mesmo a partir da análise das microrelações de poder, ou seja, analisando-o em suas formas mais fundamentais e periféricas, em suas formas capilares, que tecem toda uma cadeia de relações que adquire forma na configuração interna das sociedades contemporâneas. A tal metodologia analítica, Foucault atribuiu o nome “microfísica” do poder por considerar a hipótese de que esse permeia a sociedade em toda sua extensão. Entretanto, para o filósofo, não se deve utilizar do presente como marco inicial para a investigação histórica como se esse fosse consequência das macrorelações que existiram com o passar do tempo. A genealogia, metodologia utilizada pelo autor para analisar as relações de poder que permeiam as sociedades, requer um vasto e minucioso levantamento historiográfico ao mesmo tempo em que questiona verdades reproduzidas de forma inquestionada, como axiomas, nos relatos de autores que as conceberam como absolutas em suas obras. A expressão genealogia foi utilizada primeiramente em sua obra intitulada *A Vontade de Saber* e posteriormente proferida em muitos de seus cursos no *Collège de France* onde, de 1971 a 1984, atuou como catedrático da História dos sistemas de pensamento. Foucault (1979) alerta que ao realizar uma pesquisa genealógica, alguns cuidados que o autor chama de “precauções metodológicas” devem ser tomados.

Estas por sua vez são elencadas da seguinte maneira: a primeira precaução é analisar o poder não em seu centro, mas nas extremidades, em suas formas e instituições mais regionais. Segunda precaução: ao invés de se perguntar, quem tem o poder? Ou por que alguns querem dominar? Deve-se estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona diretamente com o seu objeto, ou seja, onde ele se implanta e produz seus efeitos reais. Terceira precaução: o poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia. Por isso, não se deve toma-lo como um fenômeno de dominação maciço de um indivíduo sobre os outros. Quarta precaução: fazer uma análise descendente, ou seja, analisar como as técnicas de poder atuam nos níveis mais baixos, como se deslocam e se modificam sendo depois anexados por fenômenos mais globais. Quinta e última precaução: devido ao fato das grandes máquinas de poder ser acompanhadas de produções ideológicas, para que o poder seja exercido, será necessário organizar aparelhos de saber que não são construções ideológicas. (FOUCAULT, 1979, p. 182 - 183)

A investigação acerca das relações de poder concernentes à sociedade contemporânea requer um estudo histórico das mutações que incidiram sobre as mais fundamentais formas de interação humana e que pressupõem a existência de determinados saberes para que tais relações ocorram. O estudo genealógico do poder realizado nas obras de Michel Foucault nos permite estabelecer uma linha do tempo pensando em termos de tendências dos diferentes exercícios de poderes distintos cujas relações passam por mudanças estruturais e adaptações que permitem o entendimento acerca das forças que operam nessa agonística nietzschiana que deposita nas políticas públicas de segurança, estratégias de governo das condutas da população contemporânea.

O momento em que Foucault reconhece a existência da relação entre racionalização e abuso de poder político é permeado por uma análise das relações de poder que incidem sobre o indivíduo de forma diferente da política centralizadora do Estado. Aparentemente ao contrário da política estatal, o denominado poder pastoral consiste em uma relação de poder individualizante diretamente relacionada à primeira forma. O pastorado, segundo o autor, consiste numa relação fundamentalmente religiosa do pastor com seu rebanho de ovelhas, onde o primeiro, munido de responsabilidades sobre a condução, união e sobrevivência do rebanho, utilizava-se de determinados tipos de saberes para a garantia do bem-estar das ovelhas que o seguiam (FOUCAULT, 2008b).

Foucault (2008b) infere que a ideia de que os homens deveriam ser governados não provém do pensamento grego tampouco romano. O filósofo conclui que se deve buscar esse discurso num oriente pré-cristão e posteriormente num oriente cristão, onde se identifica a organização de um poder do tipo pastoral que em seguida toma a forma da direção de consciência, direção das almas. O poder pastoral representa um tipo de relação fundamental entre Deus e homens que já era encontrada no Egito antigo. Os reis eram designados pastores dos homens, observando que nas cerimônias de coroação dos faraós eles recebiam um cajado e recebiam o título de pastores dos homens. O autor destaca parte de um hino egípcio que evidencia essa relação: “Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico ao seu rebanho” (FOUCAULT, 2008b, p. 167).

A ideia de um poder pastoral foi intensificada entre os hebreus, que definiam a relação entre Deus e o povo como uma relação entre um pastor e seu rebanho de

ovelhas. Diferente da cultura grega, na qual os deuses se encarregavam de determinado território e do que havia em seu interior - inclusive a população que enquanto em seu interior estavam sob seus domínios e proteção -, a cultura hebraica considerava a relação Deus/humanidade como uma espécie de orientação, relação esta fundada em princípios benfazejos – conforme a mesma expressão utilizada por Foucault (2008b) -, que consistia no zelo de Deus, representado pelo pastor, pelo seu rebanho no momento de determinado deslocamento, representado pelas ovelhas guiadas a novos pastos, ou seja, o deus grego é um deus territorial, um deus “intra-muros” que zela pelo seu templo ou cidade, ao contrário do Deus descrito pela tradição hebraica que se incumbia de determinada travessia, dos desafios e perigos do trajeto pelo qual o pastor guiava suas ovelhas. O filósofo define pastor como aquele que zela e vigia a propósito de tudo que possa acontecer de nefasto com seu rebanho, sempre se preocupando com a totalidade das ovelhas ao mesmo tempo em que se vê disposto a se sacrificar e a sacrificar todo o rebanho pelo bem de uma só das ovelhas. Esse é, na concepção de Foucault (2008b), o paradoxo do pastorado cristão no qual o bom pastor, aquele que se difere do mau pastor pela benevolência de pensar em nada além do bem-estar de seu rebanho ao invés do lucro que as ovelhas por ventura gerariam, deve estar de olho em todas as ovelhas e em cada uma ao mesmo tempo, “*omnes et singulatim*”: paradoxo moral e religioso do pastor, sacrifício de um por todos e todos por um.

Evidentemente, foi sobretudo entre os hebreus que o tema do pastorado se desenvolveu e se intensificou. Com este particular que, entre os hebreus, a relação pastor-rebanho é essencialmente, fundamentalmente quase exclusivamente uma relação religiosa. As relações entre Deus e seu povo é que são definidas como relações entre um pastor e seu rebanho. Nenhum rei hebreu, com exceção de Davi, fundador da monarquia, é nominalmente, explicitamente designado como pastor. O termo é reservado a Deus. Simplesmente, certos profetas são vistos como tendo recebido das mãos de Deus o rebanho dos homens, que a ele devem devolver e, por outro lado, os maus reis, os que são denunciados como tendo traído sua missão, são designados como maus pastores, nunca individualmente aliás, sempre globalmente, como os que dilapidaram o rebanho, dispersaram o rebanho, os que foram incapazes de lhe dar seu alimento e de levá-lo de volta a sua terra. A relação pastoral, em sua forma plena e em sua forma positiva é, portanto, essencialmente, a relação entre Deus e os homens. É o poder de tipo religioso que tem seu princípio, seu fundamento, sua perfeição no poder que Deus exerce sobre seu povo. (FOUCAULT, 2008b)

Diferente da concepção grega do pastorado, que consistia numa relação onde tanto o pastor quanto os professores, médicos, ginastas e pedagogos que

mantinham relações semelhantes com seus seguidores não poderiam, segundo Platão, participar da política, o cristianismo tende a se apropriar do poder pastoral de forma com que essa relação passe a intervir diretamente sobre a vida de seus seguidores, provendo ao mesmo tempo em que supre as mais diversas necessidades dos indivíduos, estabelecendo uma condição em que os seguidores passem a depender do pastor, assim como o pastor se ocupa de eventuais perigos existentes no trajeto do rebanho, tais como a fome, a sede, a dispersão entre outros. Foucault (2010) ilustra proximidades características entre o poder pastoral e o poder político incidente sobre a população civil com a benevolência existente no assistencialismo oferecido pelos Estados-providência, poder este, gradualmente modificado e substituído por outro tipo de racionalidade que faz emergir outras relações de poder.

Foucault (2010) identifica intrínsecos às relações de poder entre pastor e rebanho, quatro níveis de transformação das tradições hebraicas que também apresentam características divergentes que conduziram o pastorado, ao passar do tempo, a posteriores interações interindividuais que deram origem ao que hoje denominamos políticas públicas de segurança. O primeiro nível dessa mutação, identificada pelo filósofo a partir da literatura dos primeiros séculos cristãos, é referente à responsabilidade que o pastor detinha sobre seu rebanho, pois, diferente do que ocorria entre os gregos, na tradição hebraica, o pastor passa a se ocupar não só de todo o rebanho, mas também de cada ovelha em particular e de seus respectivos atos. O laço entre o pastor e suas ovelhas incide em todas as ações do rebanho, sobre todos os atos a ele suscetíveis.

O segundo nível de mutação é concernente ao problema da obediência ou desobediência das ovelhas em relação ao seu pastor e que conforme a tradição dos hebreus, esses representavam sua submissão a Deus através da obediência às leis e regras que atenderiam às vontades d'Ele, diferindo-se da apropriação cristã do pastorado que se fundamenta na dependência individual e completa, além da subordinação a Deus muito mais do que a atenção que os gregos davam às vontades da cidade.

O terceiro nível consiste no conhecimento que o pastor deveria obter no que tange às necessidades de cada uma das ovelhas para que assim possa suprir cada uma delas. Essa característica do pastorado do período helenístico foi apropriada

pelo cristianismo de forma com que os cristãos se utilizassem de seus dois principais instrumentos – embora utilizados de forma tímida e inconsciente pelos gregos -, o exame de consciência e a direção de consciência, para estabelecer uma condição de submissão das ovelhas frente à direção provida pelo pastor que seria interiorizada pelo rebanho de forma com que este não renunciasse aos comandos do pastor, condição única de sobrevivência do rebanho frente às adversidades que seu guia era encarregado de conter.

O quarto e último nível de mutação é um combinado de todas as técnicas cristãs de “mortificação” do rebanho que, segundo Foucault (2010), não se trata da morte em si, mas sim da renúncia tanto desse mundo quanto de si mesmo, morte a qual os indivíduos se submetem cotidianamente através da renúncia às experiências terrenas para que obtenham uma vida plena em um plano alternativo após a morte. Segundo o filósofo francês, foi a relação de poder pastor-rebanho cristã, combinada à relação cidade-cidadãos que deu origem aos Estados Modernos. A Igreja cristã, uma rica e violenta instituição, se apropriou do pastorado objetivando o governo dos homens, fato que iniciou as sangrentas batalhas em torno desse privilégio, dando formato ao mecanismo de poder que ainda apresenta suas características na sociedade contemporânea, o chamado poder pastoral (FOUCAULT, 2008b).

Foucault identifica na idade média a existência de uma tecnologia de poder diferente do pastorado que, dentre as principais formas de manifestação, incide sobre os indivíduos a partir da vontade de um soberano que, amparado por uma racionalidade que fundamenta a ideia de que o poder do Estado seria importante para a manutenção de certa coesão social – estabelecida através da ameaça de morte aos indivíduos que desafiavam a vontade do soberano -, centralizava a decisão sobre vida e morte dos súditos, privilégio esse denominado pelo autor de direito de fazer morrer e deixar viver. Esse fenômeno de submissão da população ao soberano como sinônimo da crença dos indivíduos na necessidade de serem guiados pelo poder estatal, ocorria graças a uma razão de Estado, “arte” de governar que possui como objetivo a potencialização do poder do Estado de acordo com seus próprios mecanismos e que só se exercia a partir da reafirmação dessa suposta necessidade de governo sobre os súditos. Ou seja, o autor acredita que o governo só existe se reconhecida a força do Estado. Acerca do poder exercido pelo soberano, Foucault (2005) faz a seguinte análise:

Na teoria clássica da soberania, vocês sabem que o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais. Ora, o direito de vida e de morte é um direito que é estranho, estranho já no nível teórico; com efeito, o que é ter direito de vida e de morte? Em certo sentido, dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver; em todo caso, que a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais e radicais, que se localizariam fora do campo do poder político. Quando se vai um pouco mais além e, se vocês quiserem, até o paradoxo, isto quer dizer no fundo que, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. Aí está, se vocês quiserem, o paradoxo teórico. Paradoxo teórico que deve se completar, evidentemente, por uma espécie de equilíbrio prático. Que quer dizer, de fato, direito de vida e de morte? Não, é claro, que o soberano pode fazer viver como pode fazer morrer. O direito de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada. Não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver. O que, é claro, introduz uma dissimetria flagrante. (FOUCAULT, 2005, p. 286 – 287)

De acordo com o autor, com o passar do tempo o poder soberano se reconfigura de forma a dar características a uma posterior tecnologia política que utiliza o corpo, a partir do disciplinamento no disciplinamento, como objeto de controle em suas mais diversas funcionalidades através de uma espécie de mecânica de poder que engloba mais os processos corporais, ou seja, engloba muito mais os atos, gestos e movimentos do que a finalidade desses de modo geral. As disciplinas - a partir de uma série de adaptações pelas quais passa o poder soberano, que não deixa de existir, mas opera de forma concomitante ao poder disciplinar -, são os mecanismos pelos quais opera o poder de forma a controlar de maneira detalhada o corpo humano, fazendo-o alcançar resultados predeterminados de modo eficaz. A disciplina, a partir dos séculos XVII e XVIII, torna-se uma técnica de dominação que através da coerção juntamente a outros elementos simples como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, constituíram um dispositivo de poder que opera sobre os indivíduos através de uma disciplina que, segundo Foucault (1997), fabrica os indivíduos, transformando-os em, ao mesmo tempo, objeto e instrumento de poder. O poder disciplinar, que possui como um de seus principais métodos de controle a vigilância, opera de forma a controlar também o

tempo, ou seja, submete o corpo ao tempo com a finalidade de obter maior produtividade naquilo que o corpo é condicionado a realizar. Através da vigilância, a disciplina consegue fazer com que as relações de poder se tornem positivas, ou seja, as relações de poder são o que constroem o indivíduo, fazendo com que ele se torne produto do poder e do saber.

Esse fenômeno gradual e silencioso de transição da tecnologia de poder soberana para outra forma de poder que incide sobre os corpos que Foucault (2005) considera oposta à teoria da soberania objetiva a produção de trabalho e a apropriação do tempo muito mais que riquezas e bens. A nova tecnologia é considerada uma das grandes invenções das sociedades burguesas que foi fundamental para a manutenção dos métodos produtivos do capitalismo. Embora possua métodos de atuação do poder completamente diferentes, senão opostos à teoria da soberania, o poder disciplinar possui, da mesma forma que a tecnologia soberana, o objetivo de manutenção da soberania vigente.

Ora nos séculos VXII e VXIII, ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento – deveríamos dizer a invenção – de uma nova mecânica de poder, que tem procedimentos bem particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente e que, acho eu, é absolutamente incompatível com as relações de soberania. Essa nova mecânica de poder que incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. (FOUCAULT, 2005, p. 42)

Posterior a essa razão de Estado centralizadora do privilégio sobre vida e morte dos indivíduos, outra tecnologia de poder que não substitui o modelo disciplinar, mas age de forma combinada com esta mesma disciplina, é retomada “como fenômeno fundamental do século XIX em decorrência da investida de poder sobre o homem enquanto ser vivo proporcionando uma espécie de estatização do biológico” (ROSA, 2014, p. 113), relação de poder que abandonava o modelo jurídico da soberania abrindo espaço para uma nova razão de Estado que não se sobrepõe ao poder soberano, mas que age de forma a transformar o mesmo em um poder que se fundamenta, de modo inverso à soberania, na capacidade de fazer viver e deixar morrer, numa investida de poder sobre os corpos que se encarrega de

disciplinar o corpo e o tornar dócil. É considerado dócil na perspectiva foucaultiana, o corpo que - a partir da época clássica era concebido como objeto e alvo do poder que manipula, molda e o utiliza para determinadas finalidades – estava sujeito à disciplina que visava transformar e aperfeiçoar o mesmo de forma com que ele se torne útil, sobretudo a favor do método de produção capitalista.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (MACHADO, 1988, p.193 - 194).

Foi a partir do século XVIII que as relações de poder, devido a uma nova razão de Estado, perpassaram o modelo jurídico do poder soberano, não o superando, mas o modificando para que essa nova relação de poder emergja, agora, fundamentada contrariamente ao poder soberano de fazer morrer e deixar viver e sim, a partir desse novo mecanismo de poder fundado no direito de fazer viver e deixar morrer.

A emergência desta outra tecnologia de poder que integrava e modificava concomitantemente a técnica disciplinar foi constatada pelo autor a partir da segunda metade do século XVIII e não propunha simplesmente suprimir a disciplina, já que sua intencionalidade era operar em outro nível, em outra escala, tendo outra superfície de suporte que passava a ser auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Assim, enquanto a disciplina tentava reger a multiplicidade dos homens na medida em que ela buscava redundar em corpos individuais que deveriam ser treinados, utilizados, vigiados e, eventualmente punidos, a nova tecnologia que se instalava, passava a dirigir-se à multiplicidade dos homens na medida em que formavam uma massa global afetada por processos de conjunto que eram próprios da vida, como os nascimentos, as mortes, as produções, as doenças, dentre outros. (ROSA, 2014, p. 114).

Emerge, a partir desse momento, o que Foucault (2008a) denomina, diferentemente dessa “anátomo-política” do corpo humano cuja investida de poder fora outrora individualizante, uma biopolítica da espécie humana, relação de poder que se encarrega da massificação, da tomada de poder sobre as populações. Inicialmente, essa nova tecnologia de poder se encarregava de executar procedimentos de controle sobre as taxas de natalidade e mortalidade objetivando a potencialização da longevidade, fazendo viver e deixando morrer, legitimando a ideia da importância do controle estatal sobre as populações. Foucault (2008a) entendia a biopolítica como

[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas posto à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje. (FOUCAULT, 2008a, p. 431)

Dentre os primeiros objetos dos quais se encarregou a biopolítica, além dos primeiros levantamentos demográficos resultantes dos apanhados estatísticos das taxas de natalidade e mortalidade, a morbidade ganhava uma importante atenção que daria origem a uma medicina fundamentada na higienização pública, que centraliza os saberes médicos de maneira com que esses sejam concebidos pela população como verdades absolutas, legitimadoras da exclusão de tudo aquilo que era nocivo à plenitude da saúde da sociedade, que legitima inclusive a segregação dos indivíduos considerados empecilho à maior longevidade da população, objeto do qual se encarrega essa nova tecnologia de poder que combina técnicas disciplinares que objetivam a docilização do corpo, com outras que se encarregam da vida e de qualquer perigo biológico do qual a população é suscetível.

Certamente o racismo não foi criado nessa época. Ele existia há muito tempo, entretanto, o que o inseriu nos mecanismos do Estado foi a emergência deste biopoder não apenas legitimador, mas legalizador da morte daqueles que ameaçavam a normalidade da vida saudável da população; o imperativo da morte só seria admissível se estivesse fundamentado na eliminação do perigo biológico ao mesmo tempo em que fortalecesse a própria espécie ou raça. (ROSA, 2014, p. 115)

Assim, o poder fundamentado no direito de fazer morrer foi gradativamente substituído por um poder encarregado da manutenção da longevidade e da saúde dos indivíduos, principalmente na transição dos séculos XVIII e XIX, utilizando a cientificidade a favor do saber médico que se desenvolveu potencializando sua capacidade de interferência nos mais íntimos atos cotidianos dos indivíduos, ao mesmo tempo em que agrupava as condutas comuns de determinada população, normalizando-as ao mesmo tempo em que se encarregava de estabelecer os limites desta norma, a fim de evitá-los em prol da manutenção da saúde interna. A centralização do saber médico foi estratégia que amplificou a potência de uma espécie de concessão da população à existência do Estado, que agora passa a deter saberes imprescindíveis para a manutenção da saúde e da longevidade que ganharam fundamental importância no seio dessa nova tecnologia que agora incide sobre os indivíduos através do direito de “fazer viver e deixar morrer”. Essa série de

estratégias pelas quais opera a biopolítica é chamada por Foucault (2008b) de “biopoder” e consiste em uma

(...) série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008b, p. 3)

A biopolítica, conforme a explanação de Foucault (2008a) se apresenta como uma tecnologia de poder que atua de forma combinada com todas as outras tecnologias anteriores, logo, ela não se encarrega da supressão das anteriores que foram detectadas pelo autor, mas agrega determinadas técnicas como a da disciplina do corpo que continua sendo utilizada concomitantemente ao controle e coerção das populações que são características fundamentais dessa nova tecnologia. A intervenção sobre a sexualidade é um exemplo que o autor utiliza para melhor ilustrar a incidência desse poder sobre os corpos ao mesmo tempo em que controla as taxas de natalidade e, conseqüentemente, o número de indivíduos pertencentes à determinada população.

A partir do exposto por Foucault (1979) acerca dessa nova “arte de governar” que toma as sociedades como objeto a partir do século XVIII, percebe-se que o foco das relações de poder está agora no jogo de manutenção da força do Estado através de técnicas, tecnologias, discursos e filosofias que objetivam estabelecer novas formas de coerção e subjetivação que garantem a governamentalização do Estado, ou seja, essa nova razão incide de forma com que a população conceba o Estado como peça fundamental para a garantia de plena convivência em sociedade, pois ainda segundo Foucault (2010a), o “governo só é possível se a força do Estado for conhecida, assim ela pode ser mantida” (Foucault, 2010a, p. 376). Foucault entende a governamentalidade como:

1 – o conjunto instituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, tec. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média,

que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 1979, p. 291 - 292)

A normalização concomitante das condutas dos corpos individuais e das populações, da qual se incumbe essa nova tecnologia de poder moderna, fez emergir uma série de distinções no interior das sociedades, principalmente entre os indivíduos que não se encaixavam na normatividade das condutas e aqueles concebidos como raças superiores por possuírem o privilégio da adequação a elas. Esse racismo, não só étnico, mas biológico, que deu origem às hierarquizações no interior das populações foi sustentado por algo que Foucault denominou dispositivos de segurança, ferramentas que garantem a manutenção de um biopoder que legitima e legaliza a eliminação do perigo biológico, a eliminação do diferente, do que foge à norma e compromete a saúde da população.

Partindo de diferentes tipos de racionalidades envolvidos por procedimentos, mecanismos, tecnologias, saberes, técnicas e instrumentos destinados a orientar as condutas dos indivíduos, Foucault procurou explicar de que maneira a governamentalidade passou a ter a população como principal objeto, o conhecimento científico (medicina, direito, economia política etc.) como saber privilegiado e os dispositivos de segurança como mecanismos básicos de atuação. (ROSA, 2014, p. 117 - 118)

Dentre os diversos mecanismos através dos quais a biopolítica encontra a possibilidade de operar no contexto interior da prática governamental liberal – que se difere do neoliberalismo pela apresentação de medidas que objetivam remediar o impacto do livre mercado sobre a sociedade -, cujos entusiastas reproduzem insistentemente o discurso da liberdade – liberdade essa, muito mais relacionada a processos produtivos e econômicos do que às liberdades individuais propriamente ditas conforme Foucault (2008a) -, os dispositivos de segurança se tornaram ferramenta essencial para a garantia do pleno funcionamento dessa nova arte de governar.

[...] o liberalismo, a arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo ao interesse de todos. Problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção. (FOUCAULT, 2008a, p. 89)

A partir do século XVIII, a racionalidade ocidental vive o momento da economia e o fruto de tal razão governamental é o sujeito que Foucault denominou *homo oeconomicus*, o ser liberal que pensa suas relações em termos de troca e que, para perpetuar sua racionalidade economicista, aplica a economia que objetiva estritamente a obtenção de lucros em diversos campos que perpassam a sociedade, inclusive no campo jurídico, estabelecendo leis que, baseadas nas normas dessa sociedade voltada ao consumo, têm como finalidade a manutenção dessa lógica que privilegia a economia.

1.3 *Homo oeconomicus* e a economia política do crime

Para melhor compreendermos o contexto no qual retorna o *homo oeconomicus* descrito por Foucault (2008), nos guiaremos pelos estudos de Anderson (1995) acerca dessa nova ordem político-econômica que ganha ascensão desde o final do século XX. De acordo com o autor, o neoliberalismo surgiu no ocidente logo após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente na América do Norte e na Europa Ocidental, onde imperava o capitalismo e ganhou a atenção do mundo devido sua configuração de reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O neoliberalismo se apoiou inicialmente no texto escrito por Friedrich Hayek em 1944 cujo título é “O Caminho da Servidão”, que atacava de forma dura os limites que o Estado impusera nos mecanismos de mercado, concebendo a regulamentação estatal como uma poderosa ameaça não somente à liberdade política, mas também à liberdade econômica (HAYEK, 1984). No momento em que Hayek publicou esse trabalho, seu objetivo era criticar o Partido Trabalhista da Inglaterra se aproveitando das vésperas de eleição geral, da qual o partido criticado foi vencedor no ano de 1945.

No ano de 1947, Hayek convocou vários nomes para uma reunião na Suíça, mais especificamente na cidade de Mont Pèlerin, que compartilhavam de suas orientações teóricas acerca da implantação de uma possível política econômica internacional e que, além de serem autodeclarados inimigos convictos do Estado de bem-estar social recém-consolidado na Europa do pós-guerra, eram também contra o *New Deal* estadunidense. A chamada “Sociedade de Mont Pèlerin” estava formada e, munida de uma excelente organização, reunia-se a cada dois anos para

discutirem o combate ao keynesianismo e o solidarismo que eram difundidos por uma Europa que se recuperava dos estragos provocados pela guerra ao mesmo tempo em que ensaiavam as premissas de um capitalismo livre de regras advindas dos Estados.

Dentre os argumentos utilizados pela Sociedade de Mont Pèlerin, os que provocaram maior choque, contrariando o consenso então estabelecido, foram as declarações acerca do igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social, que na concepção do grupo tirava a liberdade dos cidadãos e o pleno funcionamento da concorrência que seria necessária à prosperidade de todos os cidadãos e cidadãs, ou seja, a desigualdade era algo positivo e necessário para das sociedades modernas ocidentais. Apesar de existir por cerca de 20 anos apenas como teoria, o neoliberalismo inicia suas ininterruptas conquistas em 1973 quando os países capitalistas desenvolvidos entravam em profunda recessão associada às políticas assistencialistas do pós-guerra. Hayek (1984) e os simpatizantes de suas ideias acerca de uma nova política econômica que superaria a crise das políticas do pós-guerra - que eram por eles associada à capacidade dos sindicatos de reivindicarem por melhores salários e condições de trabalho para os operários além de gastos sociais que comprometiam os lucros das empresas -, defendiam uma atuação estatal mais forte no que diz respeito à aplicação rígida das leis de mercado ao mesmo tempo em que o braço do Estado responsável pelas aplicações de recursos em bem-estar social e interferência nas transações econômicas é enfraquecido por um novo modelo econômico isento das intervenções sindicais. Durante o governo Thatcher na Inglaterra que, em 1979, o neoliberalismo entrou em prática pela primeira vez para, poucos anos mais tarde, difundir-se pela maioria dos países do ocidente europeu. A partir de 1980 os Estados Unidos, através do programa protagonizado por Ronald Reagan, vencedor das eleições presidenciais daquele ano, adotaram o modelo neoliberal colocado em ação por meio de práticas extremamente conservadoras (ANDERSON, 1995) que marcaram a história das políticas públicas ocidentais.

A jornalista canadense Naomi Klein aprofunda os estudos sobre os impactos da propagação da doutrina neoliberal em escala mundial, materializando-os com a publicação de sua obra intitulada *A Doutrina do Choque: Ascensão do capitalismo de desastre* (KLEIN, 2008). Conforme Klein (2008) um dos antros desse

pensamento conservador é a Universidade de Chicago, onde se edificou o ativismo em busca de um “capitalismo puro”, “natural”, isento de intervenções estatais seus solidarismos que minimizam as consequências destrutivas que o sistema capitalista promove principalmente às camadas mais pauperizadas da sociedade.

Existem poucos ambientes acadêmicos tão profundamente mitificados quanto o departamento de economia da Universidade de Chicago, uma instituição plenamente consciente da sua importância não apenas como uma faculdade, mas como uma Escola de Pensamento. Nela, não somente eram 'treinados os estudantes; estava sendo erguida e fortalecida a Escola de Economia de Chicago, fruto da imaginação de um círculo de acadêmicos conservadores, cujas ideias representavam um escudo revolucionário contra o pensamento "estatista" dominante na época. Ninguém atravessava as portas do prédio das ciências sociais para buscar uma coisa tão prosaica quanto um diploma. Sobre seu pórtico havia a inscrição "Ciência é Mensuração" e, no lendário refeitório, os estudantes testavam o próprio caráter quando se atreviam a desafiar os professores titânicos. Entrar ali significava alistar-se numa batalha. Gary Becker, um economista conservador e ganhador do Prêmio Nobel, resumiu a questão: "Nós éramos guerreiros em combate contra a maior parte dos outros membros da profissão." (KLEIN, 2008, p. 65)

Klein (2008) atribui características como “ambicioso e carismático” (KLEIN, 2008, p. 66) a Milton Friedman, homem que comandava o departamento de economia da Universidade de Chicago, simpatizante de um *laissez-faire* radical e que segundo a jornalista canadense foi responsável pelo fascínio de alunos de economia como o próprio Gary Becker. Friedman comparava o retorno ao estado mais “puro” do capitalismo às terapias de choque que pretendiam apagar todas as lembranças das pessoas que passavam por essa experiência a fim de que novas informações fossem introduzidas nessas mentes. Para o diretor do departamento de economia da Escola de Chicago, a implantação dos ideais de Hayek (1984) funcionaria de forma semelhante: intervenções deveriam acontecer nos países em momento de profunda crise para que a doutrina neoliberal fosse efetivamente implantada. (KLEIN, 2008)

A missão de Friedman, tal qual a de Cameron, repousava no sonho de voltar a um estado de saúde "natural", quando tudo estava em equilíbrio, antes que as interferências humanas criassem padrões distorcidos. Enquanto Cameron sonhava em recuar a mente humana até aquele estágio primitivo, Friedman sonhava em desmontar os moldes das sociedades, fazendo-as retornar ao estado de capitalismo puro, livre de todas as interrupções - regulação governamental, barreiras comerciais e interesses entrincheirados. Na linha de Cameron, Friedman acreditava que uma economia altamente desvirtuada só conseguiria alcançar o estágio anterior aos deslizamentos por meio de choques dolorosos deliberadamente infligidos: somente os; "remédios amargos" podiam eliminar as deturpações e os maus princípios. Cameron utilizou a eletricidade para aplicar seus choques; a ferramenta escolhida por Friedman foi a política - ele estimulou políticos audaciosos a usarem o tratamento de choque em países que passavam por dificuldades. Ao contrário de Cameron,

no entanto, que podia testar rapidamente em pacientes indefesos suas teorias sobre animais de estimação, Friedman precisaria esperar duas décadas e diversos desvios e reviravoltas da história para ter a chance de colocar em prática seus sonhos radicais de apagamento, e criação. (KLEIN, 2008, p. 66)

Um dos precursores da Escola de Economia de Chicago sustentava a ideia de que incidentes como desemprego e inflação seriam fatores “naturais” intrínsecos à dinâmica capitalista e que as livres transações comerciais seriam a única maneira de encontrar o equilíbrio necessário para a perpetuação desse sistema. (KLEIN, 2008)

Frank Knight, um dos fundadores da Escola de Economia de Chicago, acreditava que o professor deveria "inculcar" em seus alunos a crença de que cada teoria econômica é "uma feição sagrada do sistema", e não uma hipótese a se discutir." O núcleo desse tipo de ensino do sagrado em Chicago era a afirmação de que as forças econômicas de oferta, demanda, inflação e desemprego eram como as forças da natureza, fixas e imutáveis. Nos mercados verdadeiramente livres imaginados nos textos e nas aulas de Chicago, essas forças existiam em perfeito equilíbrio, a oferta correspondendo à demanda do mesmo modo que as marés são influenciadas pela Lua. Se as economias sofriam com a inflação, de acordo com a teoria estritamente monetarista de Friedman, era única e exclusivamente porque seus administradores erraram ao permitir que muito dinheiro entrasse em circulação no sistema, em vez de deixar que o mercado encontrasse o seu próprio equilíbrio. Exatamente como os ecossistemas auto-regulados se conservam equilibrados, o mercado entregue aos seus próprios mecanismos de ajuste sempre cria somente a quantidade certa de produtos com os preços corretos, fabricados por trabalhadores que recebem salários compatíveis com a compra desses bens - um paraíso de pleno emprego, criatividade ilimitada e inflação zero. (KLEIN, 2008, p. 66 – 67)

Dessa forma, para os seguidores da Escola de Chicago, quaisquer tipos de distúrbios como alta inflação e o desemprego em ritmo crescente seriam fruto de uma economia que não está totalmente isenta de intervenções e que o melhor remédio para essa situação seria uma aplicação ainda mais rigorosa das premissas das livres transações mercantis. Mesmo diante da ausência de comprovação empírica acerca dos benefícios sociais da liberdade econômica que os entusiastas das ideias de Hayek (1984) defendem, os seguidores da Escola de Chicago aceitam religiosamente o modelo neoliberal como o ideal. (KLEIN, 2008)

Foucault (2008a) descreve o que ele concebe como os dois tipos fundamentais de neoliberalismo que, apesar de suas características divergentes, apresentam como principal ponto em comum a crítica a Keynes. Uma segunda característica comum a esses dois tipos de modelo neoliberal é a aversão exatamente ao que Keynes dava maior importância teórica e prática: a planificação, a economia dirigida, o intervencionismo estatal entre outras. A terceira semelhança

se encontra no entusiasmo quanto às ideias de autores da escola austríaca como Von Mises e Hayek.

A primeira manifestação da doutrina político-econômica idealizada por Hayek (1984) que é descrita por Foucault (2008a) é o chamado neoliberalismo alemão, que possui como pontos de ancoragem a República de Weimar, passa pela crise de 29, atravessa o desenvolvimento e crítica ao nazismo e, finalmente, a reconstrução do pós-guerra. A partir de abril de 1948, formado o Conselho Científico, uma série de planos foram feitos para reconstrução do potencial econômico alemão, reconvertendo uma economia de guerra em numa economia de paz, planificação e cuidados sociais que pretendiam evitar eventos como o fascismo e o nazismo vividos na Europa. Desse mesmo conselho nasce um relatório que reivindica a liberação dos preços sob o argumento de que a liberdade econômica combinada à responsabilidade social é única via de legitimação da representatividade do Estado perante seus cidadãos. Apesar do clima intervencionista e keynesiano vivido em toda Europa pós-guerra, essas ideias ganharam espaço ao alegar que o Estado cometia abusos na esfera econômica, ameaçando assim uma série de liberdades políticas. A proposta central do conselho seria a limitação das intervenções estatais no que tange às transações comerciais como garantia das liberdades individuais.

Essa ideia de uma fundação legitimadora do Estado sobre o exercício garantido de uma liberdade econômica e, de fato, a meu ver, uma coisa importante. Claro, é necessário retornar essa ideia e a formulação dessa ideia no contexto preciso em que a vemos surgir, e com isso reconheceremos facilmente uma artimanha tática e estratégica. Tratava-se de achar um paliativo jurídico para pedir a um regime econômico o que não se podia pedir diretamente nem ao direito constitucional, nem ao direito internacional, nem mesmo, simplesmente, aos parceiros políticos. Era, mais precisamente ainda, uma habilidade em relação aos americanos e à Europa, pois, garantindo a liberdade econômica à Alemanha, Alemanha que estava se reconstituindo - e antes de qualquer aparelho estatal -, garantia-se aos americanos e, digamos, aos diferentes *lobbies* americanos a certeza de que poderiam ter com essa indústria e com essa economia alemãs as livres relações que quisessem escolher. (FOUCAULT, 2008a, p. 113)

Para Foucault (2008a), é a partir dessa dinâmica economicista na qual os indivíduos usufruem do bem-estar proveniente do crescimento econômico do país advindo das livres transações comerciais que o Estado se torna forte, uma vez que o engajamento de cada um dos atores responsáveis pelo desenvolvimento da economia como os operários, empresários, investidores e sindicatos, ao consentirem com o jogo do livre comércio, consentem também de forma política.

Digamos também o seguinte: deixando as pessoas agir, a instituição neoliberal alemã as deixa falar, e as deixa agir em grande parte porque quer deixa-las falar, mas deixa-las falar o que? Pois bem, deixá-las falar que está certo deixá-las agir. Ou seja, a adesão a esse sistema liberal produz como subproduto, além da legitimação jurídica, o consenso, o consenso permanente, e é o crescimento econômico, e a produção de bem-estar por esse crescimento que vai, simetricamente à genealogia "instituição econômica-Estado", produzir um circuito "instituição econômica-adesão global da população a seu regime e a seu sistema". (FOUCAULT, 2008a, p. 115)

Posteriormente ao neoliberalismo alemão, emerge, no outro lado do atlântico, uma série de fatores que irão constituir o que Foucault (2008a) irá denominar neoliberalismo americano, muito mais ativista teórico e politicamente em relação ao neoliberalismo iniciado na Europa ocidental.

O neoliberalismo americano desenvolveu-se num contexto que não é muito diferente daquele em que se desenvolveram o neoliberalismo alemão e o que poderíamos chamar de neoliberalismo francês. Ou seja, os três principais elementos de contexto desse desenvolvimento do neoliberalismo americano foram primeiro, é claro, a existência do *New Deal* e a crítica ao *New Deal* e a essa política que poderíamos chamar, *grosso modo*, de keynesiana, desenvolvida a partir de 1933-34 por Roosevelt. O texto primeiro, fundador, desse neoliberalismo americano, escrito em 1934 [por] Simons, que foi o pai da Escola de Chicago, e um artigo que se chama "Um programa positivo para o *laissez-faire*". (FOUCAULT, 2008a, p. 298)

Outra característica particular desse neoliberalismo americano, além da resistência às políticas sociais assistencialistas e grandes intervenções estatais com o intuito de reconstruir e potencializar a capacidade econômica dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, é a garantia de segurança de empregos – não exatamente uma segurança contra doenças e outras adversidades às quais a população está sujeita, segurança quanto a bons salários, aposentadoria digna ou outras garantias sociais concedidas pelo *New Deal* – por parte do Estado estadunidense. Grosso modo, o Estado pedia para que seus cidadãos dessem suas vidas em troca de garantia de trabalho assalariado precário sob o argumento de que acabavam de passar por uma grande crise. Além disso, programas sociais de educação, assistência aos pobres, redução da segregação, etc. que foram prioridade do governo Truman ao governo Johnson entraram na lista das intervenções estatais consideradas nocivas ao pleno desenvolvimento econômico do país. Todavia, esses aspectos de aversão aos assistencialismos, limitação das ações estatais e supervalorização das livres transações comerciais se assemelham às reivindicações neoliberais europeias.

Creio que esses três elementos - a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas

econômicos e sociais -, foi tudo isso que constituiu o adversário, o alvo do pensamento neoliberal, que foi aquilo em que ele se apoiou ou a que ele se opôs, para se formar e para se desenvolver. Vocês estão vendo que esse contexto imediato e evidentemente do mesmo tipo daquele que encontramos, por exemplo, na França, onde o neoliberalismo também se definiu por oposição à “Frente Popular”, as políticas keynesianas do pós-guerra [e] a planificação. (FOUCAULT, 2008a, p. 299)

Foucault (2008a) evidencia a agressividade do ativismo neoliberal americano associando o mesmo ao fato de que a partir do momento em que se tornava uma exigência, o keynesianismo era concebido como um “corpo estranho” que necessita ser eliminado para o pleno funcionamento das atividades econômicas. “Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, e a exigência de um liberalismo que se toma fundador de Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 300), portanto, essa necessidade de potencialização das liberdades individuais atribuída às livres transações econômicas, essa utopia neoliberal, passa a constituir um tipo de pensamento que atravessa todas as esferas da convivência social e que é baseada em fundamentos estritamente econômicos.

O liberalismo, nos Estados Unidos, e toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. Digamos, se preferirem, que, enquanto num país como a França o contencioso dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades. É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. Vou me referir a alguém que não é exatamente um americano, pois é um austríaco de que falamos várias vezes, mas foi para a Inglaterra e para os Estados Unidos antes de voltar para a Alemanha. É Hayek, que dizia, há alguns anos: precisamos de um liberalismo que seja um pensamento vivo. O liberalismo sempre deixou por conta dos socialistas o cuidado de fabricar utopias, e foi a essa atividade utópica ou utopizante que o socialismo deveu muito do seu vigor e do seu dinamismo histórico. Pois bem, o liberalismo também necessita de utopia. (FOUCAULT, 2008a, p. 301)

Conforme Foucault (2008a), o século XX trouxe consigo uma nova forma de se pensar a economia de livre mercado, agora incitando, além de um Estado mínimo em termos de intervenção nos processos econômicos, também uma racionalidade que pressupõe o abandono das medidas remediadoras dos efeitos do livre comércio como mecanismo de autoregulação das transações mercantis, pois, de acordo com os neoliberais estadunidenses, é necessária uma taxa de pobreza e desemprego

que é “natural” do livre comércio. Uma das importantes consequências dessa arte de governar, da governamentalidade neoliberal, é o retorno ao *homo oeconomicus*, o indivíduo que pensa sob uma grade de inteligibilidade economicista e que dessa vez se abstém da interferência nas consequências que a economia de livre competição traz à sociedade além de tentar adequar o modelo empresarial a todas as relações, sejam elas institucionais ou não, que atravessam a vida em sociedade.

O governo – nem é preciso dizer, já que se está num regime liberal – não tem que intervir sobre os efeitos do mercado. Tampouco tem – e é isso que diferencia o neoliberalismo, digamos, das políticas de bem-estar e coisas assim, que se conheceu [dos anos 20 aos anos 60] -, o neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos. (FOUCAULT, 2008a, p. 199)

O *homo oeconomicus* ressurge, no contexto neoliberal, não mais como o homem que apenas troca e consome, mas como o “homem empresa”, que tende a generalizar o formato da empresa e perpassá-lo em todos os setores da sociedade. A propriedade privada – que também possui a estrutura de uma empresa - é uma das premissas da liberdade para os neoliberais e agora, conforme essa nova maneira de se pensar as relações entre os indivíduos, surge o discurso do “empreendedorismo de si”: o sujeito que investe em si mesmo objetivando lucrar com tais investimentos para que possa prover seu próprio sustento, sendo ele seu próprio capital, são as características desse empreendedor de si. Foucault (2008a) identifica o mesmo modelo de empresa nas mais diversas instituições que permeiam a sociedade, como na família, nas escolas, hospitais dentre diversas outras. Foucault ilustra esse empreendedorismo no seio familiar com a relação mãe e filho, cuja demanda de tempo que a mãe dedica ao filho equivale a um tipo de investimento no capital humano do filho, um investimento educacional, logo, quanto mais tempo uma mãe passa com seu filho, seja amamentando ou passando-lhe lições de como se deve pensar e agir, mais o filho estará apto para as adversidades da vida e mais preparado estará para prover seu próprio sustento quando adulto, sendo seu próprio capital. A mesma relação de caráter empresarial se encontra no casamento que, por natureza, já possui o formato de contrato, no qual ambas as partes se ajudam de forma mútua, tanto nos serviços domésticos, nas relações sexuais, no trabalho e, talvez, na criação dos filhos que irão herdar dessa forma de criação, a autonomia necessária para viver numa sociedade onde a concorrência é

defendida como fator fundamental na busca pelo lucro ilimitado. Todas essas atividades que normalmente são divididas entre o casal representariam um gasto de tempo e recursos bem maior se executadas por apenas uma pessoa, estabelecendo assim, o casamento, uma economia mais favorável dessas atividades domésticas através de um contrato.

Através dessa racionalidade, o *homo oeconomicus* encontra a necessidade de repensar todos os problemas que possam comprometer o capital humano e afligir a boa produtividade. Por exemplo, o problema dos cuidados médicos e tudo o que concerne à saúde dos indivíduos, pode ser concebido como um investimento no capital humano que, por consequência, trará maior retorno em forma de lucro por meio desse tipo de investimento, assim como a educação empreendedora que incita o investimento em si para melhor competir com seus futuros “adversários” no mercado de trabalho. Matricular os filhos em escolas com maior potencial disciplinador, investir em cursos de línguas estrangeiras ou um curso superior e pós-graduações para os filhos são claros exemplos desse investimento no capital humano para futura obtenção de lucros na fase adulta.

A racionalidade neoliberal que objetiva o bom funcionamento da livre transação econômica, lida com a criminalidade de forma semelhante, de forma com que haja garantia do bom funcionamento do sistema capitalista de livre comércio e consequentemente a maior obtenção de lucros possível, pois, para que a manutenção desse sistema de livre concorrência seja possível, são necessárias intervenções jurídicas para delimitar o que seria uma conduta nociva ao mercado e estabelecer leis que classificam como crime tais condutas que podem comprometer a produção e transações econômicas.

[...] entre uma sociedade indexada na forma de empresa [...] e uma sociedade em que o principal serviço público é a instituição judiciária, há um vínculo privilegiado. Quanto mais você multiplica a empresa, quanto mais você multiplica as empresas, quanto mais você multiplica os centros de formação de uma coisa como uma empresa, quanto mais você força a ação governamental a deixar essas empresas agirem, mais, é claro, você multiplica as superfícies de atrito entre cada uma dessas empresas, mais você multiplica as ocasiões de contenciosos, mais você multiplica também a necessidade de uma arbitragem jurídica. Sociedade empresarial e sociedade judiciária, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciárias são as duas faces de um mesmo fenômeno. (FOUCAULT, 2008a, p. 204)

O problema da inversão das relações sociais com relações econômicas, a generalização da forma econômica do mercado, ou seja, a aplicação de uma grade de inteligibilidade economicista a problemas de cunho não-econômico, conforme Foucault (2008a), é uma das características da racionalidade neoliberal estadunidense que reduz o tratamento da criminalidade entre outros problemas sociais em meras relações entre custo e benefício. A manutenção do jogo do livre mercado feita pelos neoliberais e que agora perpassa todas as esferas e instituições da sociedade, utiliza-se da crítica economista para deslegitimar ações governamentais alegando inconsistência. Trata-se de aplicar essa mesma grade economicista fundamentada na relação custo e benefício à criminalidade, a fim de que o sistema penal aja de maneira mais econômica e eficaz possível combatendo práticas consideradas perigosas às transações mercantis. As reformas da justiça penal propostas pelos neoliberais retomam, conforme Foucault (2008a), o mesmo problema de economia política que os reformadores do século XVIII enfrentaram ao perceberem a ineficácia dos banimentos e execuções frente aos índices de criminalidade além dos altos custos da prática penal e da manutenção da instituição judiciária em relação ao custo que os indivíduos que quebravam determinadas leis representavam à economia. A partir desse momento as leis foram concebidas como a forma mais econômica de se responder ao que se considerava crime até então.

[...] a sociedade aparece como consumidora de comportamentos conformes, isto é, segundo a teoria neoliberal do consumo, produtora de comportamentos conformes que a satisfazem mediante certo investimento. Por conseguinte, a boa política penal não tem em vista, de forma alguma, a extinção do crime, mas sim um equilíbrio entre curvas de oferta de crime e de demanda negativa. Ou ainda: a sociedade não tem uma necessidade indefinida de conformidade, A sociedade não tem a menor necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo. Uma sociedade vai bem com certa taxa de ilegalidade e iria muito mal se quisesse reduzir indefinidamente essa taxa de ilegalidade. (FOUCAULT, 2008a, p. 350)

Partindo do pressuposto de que o sistema penal haja de maneira a garantir o equilíbrio entre custo da criminalidade e custos com os procedimentos penais prescritos na legislação, levando ainda em consideração a ineficácia das penas à extinção dos crimes, percebe-se a existência de uma demanda de atos que são imputáveis de forma econômica, ou seja, crimes cujo potencial ofensivo é considerado passível de punição, mas desde que seja uma punição que não seja tão dispendiosa quanto o ato infracional em questão. Caso o sistema penal se

encarregue da totalidade de atos considerados desviantes, torna-se economicamente inviável a aplicação das penas. A ativista generalização economicista neoliberal agora perpassa toda a rede de relações sociais, reduzindo problemáticas não-econômicas a meros cálculos de mercado.

Deve-se poder admitir que, como quer que seja, por mais patológico, digamos, que seja o sujeito num certo nível e visto sob certo prisma, esse sujeito é até certo ponto, em certa medida, “*responsive*” a essas mudanças nos ganhos e perdas, ou seja, a ação penal deve ser uma ação sobre o jogo dos ganhos e perdas possíveis, isto é, uma ação ambiental. É sobre o ambiente de mercado em que o indivíduo faz a oferta do seu crime e encontra uma demanda positiva ou negativa, é sobre isso que se deve agir. (FOUCAULT, 2008a, p, 354)

O mecanismo da lei que, conforme mostrou Foucault (2008), foi agregado ao sistema penal por volta do fim do século XVIII, permitiu o aparecimento de alternativas menos onerosas de eliminar as condutas consideradas perigosas à sociedade, ou seja, surgem formas mais econômicas de aplicação das penalidades. Constitui-se, a partir desse momento, um homem que está sujeito às penalidades impostas pela lei, uma derivação do *homo oeconomicus* batizado por Foucault (2008) de *homo penalis* ou *homo legalis*.

O *homo penalis*, o homem que se expõe à lei e pode ser punido pela lei, esse *homo penalis* é, no sentido estrito, um *homo oeconomicus*. É a lei que permite, precisamente, articular o problema da penalidade com o problema da economia. (FOUCAULT, 2008a, p. 341)

Aconteceu que, no decorrer do século XIX, a economia penal da qual a lei se encarrega de moldar através da sanção de atos que eram considerados nocivos à sociedade e concebidos imputáveis, penalizáveis de modo com que intimide outros possíveis infratores, essa economia que relaciona um ato à penalidade e à gradação da pena, revela-se direcionada estritamente ao indivíduo e a formas cada vez mais individualizantes de punição. O *homo penalis* deriva também para uma categoria de homem responsabilizável, criminalizável pelos seus atos que Foucault (2008a) cognominou *homo criminalis*, analisado por

[...] toda uma antropologia do crime que substitui, claro, a rigorosa e econômica mecânica da lei por toda uma inflação: uma inflação de saber, uma inflação de conhecimentos, uma inflação de discursos, uma multiplicação de instâncias, das instituições, dos elementos de decisão e toda a parasitagem da sentença em nome da lei por medidas individualizantes em termos de norma. De sorte que o princípio econômico da referência à lei e da mecânica pura da lei, essa economia rigorosa levava a toda uma inflação no interior da qual o sistema penal não cessou de patinar desde o fim do século XIX. Eis, em todo caso como eu veria as coisas, atendo-me o mais possível

ao que os neoliberais poderiam dizer dessa evolução. (FOUCAULT, 2008a, p. 342 - 343)

Foucault (2008a) associa a transformação que o direito penal vem sofrendo desde o século XVIII ao utilitarismo do fato dos neoliberais pensarem problemas econômicos dentro do campo jurídico, à ideia de que “o cálculo utilitário podia tomar adequadamente forma no interior de uma estrutura jurídica” (FOUCAULT, 2008a, p. 343). Para tanto, é necessário manter o problema do *homo oeconomicus* – não como homem que adere à racionalidade economicista assimilando tal comportamento, mas como homem sujeito à grade de inteligibilidade econômica e suas implicações e também como ser que pode ser “governamentalizável”, o que não significa também que todo sujeito seja um *homo oeconomicus* – sem necessariamente garantir de modo imediato, sob a forma de lei, que os comportamentos que comprometam certo utilitarismo que favoreça essa economia política do crime aconteçam, ou seja, o sistema penal terá de reagir conforme a uma oferta de crime levando em consideração a relevância do desvio em termos de economia.

Para que a lei alcance a maneira mais econômica de intervenção sobre as condutas nocivas à sociedade, é necessário o *enforcement of law* que não consiste exatamente na tradução de “enforço” da lei que seria instrumento de fortalecimento de uma legislação fraca ou ineficaz e sim, no conjunto de esforços que fazem com que a aplicação da lei seja realizada de forma mais consistente em termos de importância dada a determinadas condutas; de competência do aparelho aplicador das penas; de atribuição de peso às penas conforme à gradação da relevância do ato desviante; de eficácia da punição. É o enforço da lei que responde à oferta de crime com uma “demanda negativa” proporcional, como disse Foucault (2008a):

Enfim: para dizer as coisas de modo bem simples: vocês têm certas formas de crime ou certas faixas de comportamento criminoso, que cedem muito facilmente a uma modificação ou a uma ligeira intensificação da demanda negativa. Para tomar o exemplo mais corrente: seja uma grande loja em que 20% do faturamento, digo isso de modo totalmente arbitrário, é desviado pelo roubo. É fácil, sem muita despesa de vigilância ou de enforço excessivo da lei, suprimir os 10% acima de 10. Entre 5[%] e 10% ainda é relativamente fácil. Chegar a reduzir abaixo de 5, aí fica bem difícil, abaixo de 2, etc. [...] Logo a elasticidade, isto é, a modificação da oferta em relação aos efeitos da demanda negativa, não é homogênea conforme as diferentes faixas ou os diferentes tipos de ação examinados. (FOUCAULT, 2008a, p. 348 - 349)

É importante perceber que o enforço da lei também possui custos e que, diferente do que Bentham, a título de exemplo, objetivava com a vigilância intensiva que é a eliminação total das ofertas de crime, agora a mecânica penal tem como objetivo uma resposta interventiva ao mercado do crime conforme sua oferta. Foucault (2008a) acredita que “a boa política penal não tem em vista, de forma alguma, a extinção do crime, mas sim um equilíbrio entre curvas de oferta de crime e de demanda negativa” (FOUCAULT, 2008a, p. 350)

Transformando o tecido social em um grande ambiente onde ocorrem transações estritamente mercantis, a racionalidade neoliberal acaba por atribuir aos dispositivos de segurança – elementos fundamentalmente importantes para a manutenção do capitalismo de livre mercado pelo fato de identificarem possíveis ameaças ao pleno fluxo de transações econômicas – uma mensuração em termos de custo-benefício, sempre objetivando, segundo Foucault (2008a), condições mais favoráveis para a agência mercantil.

Dentre os dispositivos de segurança contemporâneos – fundamentais para assegurar a plena existência da razão de Estado hodierna -, é possível identificar, intrínseca às políticas públicas de segurança, uma racionalidade pautada em termos de custo-benefício a partir da concepção da criminalidade como simples objeto passível de negociação conforme o grau de sua interferência no bom funcionamento do mercado e da sociedade. É partindo desse pressuposto que analisaremos as políticas públicas de segurança buscando relacioná-las a uma espécie de economia política do crime, ou seja, analisar até que ponto as políticas públicas de segurança trabalham em prol da manutenção de determinado tipo de mercado.

1.4 Políticas públicas de segurança ou uma economia política do crime?

Buscando o conceito de políticas públicas, encontramos em Souza (2006), um amplo apanhado conceitual que descreve sua trajetória, desde as políticas restritivas de gasto do pós-guerra, uma das práticas que despertaram o interesse em tal estudo que hoje constitui uma vertente no campo das ciências políticas, até as complexas políticas públicas contemporâneas instauradas por países em desenvolvimento na tentativa de impulsionar sua economia. Outro fator, que aqui julgamos o mais importante em relação ao aprofundamento dos estudos das políticas públicas, é a tendência global de abandono dos gastos com políticas

sociais por parte do Estado, por motivos estritamente econômicos. Sobre essa tendência liberal das políticas públicas, Souza (2006) acredita que

[...] novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. (SOUZA, 2006, p. 20)

Acreditando não existir uma melhor ou universal definição de políticas públicas, Souza (2006) pressupõe que elas sejam um campo holístico, multidisciplinar que abarca diversas áreas do conhecimento as quais compartilham de ideias que objetivam a minimização dos embates de forças, principalmente os conflitos de ideias provenientes dos governos as colocam em prática com uma ou outra finalidade.

Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25)

Levando em consideração a relação entre políticas públicas e governos, estabelecida por Souza (2006), e partindo da analítica foucaultiana acerca da arte de governar, entende-se que para que a atuação de determinada razão de Estado seja possível em sua forma mais longa ao mesmo tempo em que o governo se estabeleça de maneira mais forte, alguns procedimentos e técnicas precisam ser postos em prática para garantir a segurança da ação governamental. Contemporaneamente os dispositivos de segurança tomam corpo e ganham forma jurídica através da legislação e é a partir dessas leis estabelecidas para que determinada norma seja assegurada que se fundam as políticas públicas de segurança.

A governamentalidade neoliberal – tendência globalizante segundo Foucault (2008a) - implica a generalização, por parte dos indivíduos, da forma de tratamento economicista até mesmo para assuntos que nada dizem respeito a problemáticas econômicas, tendo em vista que os neoliberais lidam com temas de cunho social

através dessa mesma grade de inteligibilidade fundamentada na economia de livre mercado. Pressupondo um alcance global de tal razão de Estado, emerge a desconfiança de um suposto caráter utilitarista das políticas públicas de segurança que as reduz a meras extensões dos mecanismos de manutenção da racionalidade pautada nas livres transações mercantis, ou seja, torna-se pertinente a investigação acerca da provável função das políticas públicas de segurança quando relacionada à manutenção do governo estabelecido.

[...] a segurança é um tema importante no sentido de conduzir rumo à formação de um governo. A preocupação em governar, tendo como referência os indivíduos, apóia-se em um tripé: segurança, população e governo constituído. Porém, ao longo da história os governos se voltaram para problemáticas diferentes a cada época da existência do Estado, evoluindo na superação dos problemas e gerando um Estado cada vez mais complexo. (SILVA, 2010, p. 21)

Pensando a biopolítica como tecnologia de poder que, ao mesmo tempo em que disciplina os corpos interferindo nas mais íntimas condutas individuais, incide também sobre as populações, organizando-as da mesma forma com que as conduzia na direção do pleno funcionamento da racionalidade governamental que concerne, hodiernamente, aos métodos de produção capitalista baseados em um mercado cuja intervenção estatal seja mínima, porém, que se apoia no judiciário para maior segurança de sua atuação. A biopolítica, que objetiva a interferência sobre os comportamentos das pessoas de maneira com que elas levem uma vida que favoreça o capital – e que agora conduz o sujeito à governamentalização do investimento em si mesmo, em seu próprio capital humano para que o indivíduo possa prover sua própria sobrevivência -, tende a adaptar suas formas de atuação para evitar o que Foucault (2008a) entendeu como crises de governamentalidade.

A utilização generalizada da grade econômica permite aos neoliberais e aos entusiastas de tal pensamento, deslegitimarem as ações governamentais a partir da utilização de termos de custo-benefício, permitindo uma apropriação das políticas públicas de segurança com a finalidade, não de elucidar problemáticas sociais para que seja possível a implantação de medidas que retardem ou suprimam tais problemas, mas com o objetivo de estabelecer uma crítica política a toda e qualquer ação governamental que comprometa a obtenção de lucro desse *homo oeconomicus* que sonha com uma sociedade empresarial.

[...] a grade econômica vai permitir, deve permitir testar a ação governamental, aferir sua validade, deve permitir objetar à atividade do poder público seus abusos, seus excessos, suas inutilidades, seus gastos pletóricos. Em suma, com a aplicação da grade econômica tampouco se trata, desta vez, de fazer compreender processos sociais e torna-los inteligíveis; trata-se de ancorar e justificar uma crítica política permanente da ação governamental. Trata-se de ancorar e justificar uma crítica política permanente da ação política e da ação governamental. Trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de eficácia quanto aos dados de jogo de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado. Trata-se, em suma, de constituir, em relação à governamentalidade efetivamente exercida, uma crítica que não seja uma crítica simplesmente política, que não seja uma crítica simplesmente jurídica. É uma crítica mercantil, o cinismo de uma crítica mercantil oposta à ação do poder público. (FOUCAULT, 2008a, p. 338)

A partir dessa crítica ao mercantilismo que transcorre a ação governamental da qual os neoliberais são protagonistas, pressupõe-se que também exista essa filtragem positivista em termos de mercado em relação aos discursos que pertencem às políticas públicas de segurança, fazendo com que o princípio de mercado que, no contexto liberal clássico, limitava a ação do governo, agora se opunha a ele, tendo o mercado a partir da difusão do neoliberalismo, o papel de regulador do governo em termos de mercado.

[...] a crítica economista que os neoliberais tentam aplicar à política governamental também equivale a filtrar toda ação do poder público em termos de contradição, em termos de falta de consistência, em termos de falta de sentido. A forma geral do mercado se torna um instrumento, uma ferramenta de discriminação no debate com a administração. (FOUCAULT, 2008a, p. 339)

Em suma, considerando o cálculo das ações governamentais executado sob a lente econômica dos neoliberais, “temos aqui uma espécie de tribunal econômico que pretende aferir a ação dos governos em termos estritamente de economia e de mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 339). Através de um levantamento bibliográfico¹⁰ de autores neoliberais, Foucault (2008a) percebe que:

A análise que eles fazem da criminalidade aparece, no início, como um retorno, o mais simples possível, aos reformadores do século XVIII, a Beccaria e principalmente a Bentham. E é verdade que, afinal de contas, quando se retoma o problema da reforma do direito penal no fim do século XVIII, percebe-se que a questão posta pelos reformadores era de fato uma questão de economia política, no sentido de que se tratava de uma questão de economia política, no sentido de que se tratava de uma análise econômica, ou de uma reflexão em todo caso de estilo econômico, sobre a

¹⁰ Foucault (2008) cita, na página 340, os nomes dos autores neoliberais Erlich, Stigler e Gary Becker.

política e sobre o exercício do poder. Tratava-se de calcular economicamente, ou em todo caso de criticar em nome de uma lógica e de uma racionalidade econômica o funcionamento da justiça penal tal como podia ser constatada e observada no século XVIII. (FOUCAULT, 2008a, p. 340)

Trata-se do estudo neoliberal das formas mais econômicas de se combater a criminalidade como já citado anteriormente dos quais, os mesmos neoliberais, utilizando-se de quantificações, no sentido mais amplo do termo, calculam o custo de determinadas condutas para um país, o custo das práticas e instituições jurídicas frente à reincidência da criminalidade, o custo despendido na perseguição de determinadas condutas, ou seja, se vale a pena ou não criminalizar certo tipo de conduta ou se o esforço para monitorar o comportamento de todos os indivíduos que fogem à normalidade imposta pelo governo, como na intenção do panóptico de Bentham (2008), é economicamente viável para lidar com determinada oferta de crime. Logo, assim como no século XVIII, a lei retorna como a maneira mais econômica de criminalizar determinadas condutas segundo a racionalidade neoliberal que consiste em estabelecer a norma, formalizá-la através da legislação e estabelecer uma gradação na oferta da pena que supostamente intimidará os indivíduos de forma com que estes não se exponham ao risco da pena, portanto, garantindo a ordem sem precisamente punir atos inconcebíveis pela sociedade.

Será a partir destas análises que conceberemos as políticas públicas de segurança contemporâneas no presente trabalho, em suma, como mecanismos através dos quais opera a biopolítica, objetivando a normalização das condutas e, logo, maior segurança para que a razão de Estado vigente possa atuar com mais longevidade, nesse caso, a governamentalidade neoliberal e seus cálculos baseados no pleno funcionamento do livre mercado e nos métodos de produção capitalista como um todo.

O *homo penalis*, o homem que é penalizável, o homem que se expõe à lei e pode ser punido pela lei, esse *homo penalis* é, no sentido estrito, um *homo oeconomicus*. E é a lei que permite, precisamente, articular o problema da penalidade com o problema da economia. (FOUCAULT, 2008, p. 341)

O *homo penalis* ao qual se refere Foucault (2008), sujeito à penalidade inscrita na lei, também precisa ser punido, sob o olhar neoliberal, da forma menos onerosa possível quando viola determinada legislação, de maneira a ressarcir a sociedade frente ao delito cometido ao mesmo tempo em que represente o menor gasto, no

sentido mais amplo do termo, para um sistema penal que quantifica em tempo a proporção da pena ao dano causado pela transgressão do sujeito penalizável da mesma forma como são medidas as trocas em uma sociedade baseada no mercado (FOUCAULT, 1997).

Há uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua “obviedade” econômica, e permite que ela pareça como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira. Obviedade econômico-moral de uma penalidade que contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitoduração. Daí a expressão tão frequente, e que está tão de acordo com o funcionamento das punições, se bem que contrária à teoria estrita do direito penal, de que a pessoa está na prisão para “pagar sua dívida”. A prisão é “natural” como é “natural” na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas. (FOUCAULT, 1997, p. 196).

Como demanda menos onerosa e útil à oferta do crime, a prisão é, desde o século XVIII, a maneira mais recorrente que o Estado encontra para lidar com a problemática a partir da filosofia reformadora que consiste não apenas na segregação do indivíduo infrator em relação ao resto da sociedade, mas também em propostas de reinserção nos métodos de produção capitalista através do ensino de uma profissão que pressupõe a reinserção do sujeito à dinâmica político-econômica. Para tanto, os reformadores da prisão do século XVIII acreditavam na necessidade de isolamento total, conversão religiosa entre outros métodos identificados por Foucault (1997) que possuíam como objetivo o arrependimento por parte das pessoas que cometeram crimes, normalizando suas atitudes, ou seja, alinhavando-as às condutas predominantes do meio em que estão inseridas.

Considerando a prisão como parte de uma transação político-econômica que demanda investimentos e exige todo um aparato estratégico que seja o menos oneroso possível ao Estado, principalmente frente aos gastos referentes à manutenção do pleno funcionamento carcerário, Wacquant (2003) realiza um levantamento desse verdadeiro mercado do crime, seus custos e tendências do futuro funcionamento dessas instituições que agem de forma concomitante às políticas públicas de segurança partindo do exemplo estadunidense de “liberalização” da relação Estado-criminalidade.

No clima de revanche social e racial que se instalou depois da reeleição de Nixon em 1972, em respostas ao avanço do movimento negro e às reivindicações populares nascidas em sua esteira, a prisão retorna ao primeiro plano, pois ela se oferece como um meio simples e direto de restaurar a ordem – inseparavelmente econômica, moral e racial – e de

eliminar todos os tipos de “problemas sociais” que a visão dominante percebe e faz aparecer como resultante da “liberalização” dos *sixties*: droga, violência, errância, contestação da hegemonia branca, desagregação familiar e social do gueto, desesperança dos jovens dos bairros pobres em relação a escolas públicas em abandono e a um mercado de trabalho que se degrada continuamente. (WACQUANT, 2003, p. 79)

Partindo do pressuposto em relação à governamentalidade neoliberal e suas premissas economicistas baseadas em um Estado mínimo em relação às atividades comerciais e busca de intervenções sociais que representem a ele menores gastos financeiros, Loïc Wacquant (2001, 2003) demonstra como os Estados Unidos, país que vende políticas públicas, não só de segurança, mas relativas também as mais variadas esferas da vida pública, para outros países do mundo de forma militante, tende a abandonar importantes investimentos direcionados, por exemplo, às áreas da saúde, educação e previdência e os converter em recursos que modernizam o aparelho punitivo estatal, investindo cada vez mais em policiamento e prisões, além de abrir espaço para instituições carcerárias com fins lucrativos, sucateando setores que demandam investimentos na população – principalmente as camadas sociais mais pauperizadas -, estabelecendo assim a manutenção da dinâmica neoliberal sempre voltada à obtenção de lucros individualizando a culpa de problemas de cunho social e segregando indivíduos economicamente improdutivos, que não se encaixam nos parâmetros estabelecidos pela sociedade de consumo.

Dentre uma série de questionamentos que serão realizados no presente texto tangentes à comparação entre as características particulares das políticas públicas de segurança descritas a seguir, alguns objetivam investigar os efeitos da implantação desses programas, principalmente quando relacionados à razão economicista característica dos governos neoliberais, levando em conta o alcance global dessa racionalidade. Partindo dos discursos que fundamentam estas políticas públicas de segurança, além do contexto de emergência de ambas e das consequências – principalmente efeitos relativos à segregação, de aprisionamento de estratos seletos da sociedade, guerras urbanas, disciplinamento e intervenções em práticas de cunho sociocultural – de seus lançamentos, investigaremos o suposto caráter defensor das livres transações mercantis maquiado por discursos que abrangem desde o bem-estar populacional até a erradicação da criminalidade violenta que perpassam, sobretudo, as instituições de ensino capixabas.

CAPÍTULO 2 - NASCIMENTO DAS POLÍTICAS DE TOLERÂNCIA ZERO

“Se todos dermos as mãos, quem sacará as armas?”
(Bob Marley)

2.1 Teoria sob encomenda: uma história da tolerância zero

No final dos anos de 1970 e início dos anos 80, os Estados Unidos da América viveram o auge de uma crise que teve início nos anos 60, que foram marcados pela emergência do chamado movimento contra-cultural, uma crise social que teve consequências econômicas que resultaram em uma série de recessões e crises sindicais, além da instabilidade política que culminou em impactos sociais negativos, principalmente em relação aos índices de criminalidade, cujo antigo sistema de combate já não acompanhara a constante elevação da demanda de crimes, de acordo com Schecaira (2009). Emerge assim uma nova suposta necessidade de endurecimento da luta contra a criminalidade que é difundida pelos Estados Unidos como sua forma mais eficaz, seguindo uma tendência neoliberal de esvanecimento do Estado-providência e gradual ascensão de um Estado penal que é espalhada de forma ativa pelos países ocidentais segundo Wacquant (2001). Por meio de diversos órgãos do Estado estadunidense, propagaram-se discursos do enrijecimento penal iniciado por Washington e Nova York que, para os entusiastas neoliberais, foram o principal fator que amenizou os índices de criminalidade ao mesmo tempo em que as cadeias desse país superlotavam.

Entre essas instâncias, o Ministério da Justiça federal (que promove periodicamente verdadeiras campanhas de *desinformação* sobre a criminalidade e o sistema carcerário) e o Departamento de Estado (encarregado das relações exteriores que, por intermédio de suas embaixadas, milita ativamente, em cada país anfitrião, em prol de políticas penais ultra-repressivas, particularmente em matéria de drogas), os organismos para-públicos e profissionais ligados à administração policial e penitenciária (Fraternal Order of Police, American Correctional Association, American Jail Association, sindicatos de agentes penitenciários etc.), assim como as associações de defesa das vítimas do crime, as mídias e as empresas privadas participantes do grande *boom* da economia do sistema carcerário (firmas de carceragem, de saúde penitenciária, de construção, de tecnologias de identificação e de vigilância, escritórios de arquitetura, de seguros e de corretagem etc.). (WACQUANT, 2001, p. 20 - 21)

Tanto Ronald Reagan nos Estados Unidos quanto Margaret Thatcher na Inglaterra, que compartilhavam de um único instituto de consultoria, foram protagonistas de um período, entre os anos de 1975 e 1985 mais precisamente, de

difusão de discursos que tentavam legitimar e acelerar o processo de intensificação penal que Wacquant (2001) considera ligado organicamente à recessão do Estado social. Logo, na racionalidade neoliberal estadunidense, o “menos Estado” nos processos econômicos seria complementar ao “mais Estado” que serve de instrumento para “mascarar e conter as consequências sociais deletérias, nas regiões inferiores do espaço social, da desregulamentação do trabalho assalariado e da deterioração da proteção social” (WACQUANT, 2001, p. 22). O Manhattan Institute, organismo criado para aplicação dos princípios de economia de mercado a problemas sociais por Antony Fischer¹¹ e William Casey¹², após lançar Charles Murray, um politólogo de pouca popularidade e reputação que aconselhava Reagan no que diz respeito a *welfare*, populariza os discursos de combate aos “distúrbios” que as camadas populacionais menos privilegiadas das grandes cidades provocam através do financiamento da publicação de um documento intitulado *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980*¹³, que foi escrito por Murray, posto em circulação em 1984 e que serviu de “bíblia” para os ataques ao Estado de bem-estar social por associar a alta incidência de violência às políticas de auxílio aos mais pobres (WACQUANT, 2001).

A partir da década de 1990 vimos emergir em grande parte dos países ocidentais, certo investimento na área da segurança pública a partir do desenvolvimento de estudos sobre a violência realizados pelos *think tanks*¹⁴ neoconservadores que almejavam reduzir os índices de criminalidade estabelecendo políticas de repressão policial, em especial, aos moradores de periferias das cidades, principalmente, direcionadas aos jovens pertencentes às classes mais pobres da sociedade, sobretudo, negros e latinos, conforme as análises de Wacquant (2001) em relação ao desenvolvimento dos procedimentos legislativos de intolerância aos mínimos desvios de ordem moral e a alguns pequenos delitos cotidianos da cidade de Nova York. O país que sustenta discursos do tipo *law and order* cuja

[...] idéia central é dar uma resposta ao fenômeno da criminalidade com

¹¹ Mentor de Margaret Thatcher.

¹² Tornara-se diretor da CIA.

¹³ Tradução livre: “Perdendo Território: Política Social Americana, 1950-1980”.

¹⁴ Institutos de consultoria que analisam problemas e propõem soluções nas áreas militar, social e política (WACQUANT, 2001, p. 21).

acréscimo de medidas repressivas decorrentes de leis penais. Nas duas últimas décadas crimes atrozes são apresentados pelo mass media e por muitos políticos como uma ocorrência terrível, geradora de insegurança e conseqüência do tratamento benigno dispensado pela lei aos criminosos, que, por isso, não lhe têm respeito. O remédio milagroso outro não é senão a ideologia da repressão, fulcrada no velho regime punitivo — retributivo, que recebe o nome de Movimento da Lei e da Ordem. Os defensores deste pensamento partem do pressuposto dicotômico de que a sociedade está dividida em homens bons e maus. A violência destes só poderá ser controlada através de leis severas, que imponham longas penas privativas de liberdade, quando não a morte. (SCHECAIRA, 2009, p. 170)

Ou seja, os Estados Unidos, país que se denomina defensor da lei e da ordem e sustenta um sistema penal máximo cujo objetivo é a individualização e responsabilização das pessoas que cometem atos infracionais de maneira imparcial, aplicando a elas penas que tendem ser enrijecidas e prolongadas ao mesmo tempo em que se reduzem os direitos mínimos dos desviantes, recebe muito bem, com certa ajuda de incansáveis discursos dos simpatizantes da alta repressão legislativa estadunidense, o programa “Tolerância Zero” (*Zero Tolerance*), que carrega no título uma das características dessas políticas carregadas de discursos que envolvem a manutenção da moral e bons costumes estadunidenses é um dos grandes exemplos dessa nova *doxa* punitiva que toma conta do Ocidente (WACQUANT, 2001).

Consagrado como a primeira “fábrica de idéias” da nova direita americana federada em torno do tríptico mercado livre/responsabilidade individual/valores patriarcais, dono de um orçamento que ultrapassa os 5 milhões de dólares, o Manhattan Institute organiza uma conferência no início dos anos 90, depois publica um número especial de sua revista *City* sobre “a qualidade de vida”. (Essa luxuosa revista, que ambiciona “civilizar a cidade” e cujos 10.000 exemplares são distribuídos gratuitamente junto a políticos, altos funcionários, homens de negócios e jornalistas influentes, tornou-se nesse ínterim a principal referência comum dos homens públicos com poder decisório da região.) A idéia-força reside em que o “caráter sagrado dos espaços públicos” é indispensável à vida urbana e, *ao contrário*, que a “desordem” na qual se comprazem as classes pobres é o terreno natural do crime. (WACQUANT, 2001, p. 24, 25)

Conforme a descrição de Belli (2004), foi a partir de 1994 que o então prefeito da cidade de Nova York, Rudolph Giuliani, a efeito dos altos índices de criminalidade violenta vivenciadas na cidade, convoca o chefe da polícia de trânsito, William Bratton, para atuar como Comissário de Polícia de Nova York, responsabilizado prontamente pela aplicação da chamada “teoria das janelas quebradas¹⁵”,

¹⁵ “*Broken Windows: the police and neighborhood safety*” (traduzido como Janelas Quebradas: A polícia e a Segurança do Bairro) é o título que leva o artigo de George Kelling e James Q. Wilson publicado em 1982 na revista *Atlantic Montly*.

vulgarizada pelo mesmo Manhattam Institute, que objetivava reprimir as pequenas infrações cotidianas da população nova-iorquina, por mais banais que fossem. Tanto para Bratton e Giuliani quanto para Wilson e Kelling, idealizadores dessa suposta teoria, os delitos leves afetam de maneira negativa a qualidade de vida da população ordeira, contribuindo para a ampliação de um clima de abandono que possibilita a execução de crimes cada vez mais violentos.

As ações de Bratton como novo Comissário de Polícia de Nova York incluíam um aumento significativo do contingente policial, a compra de equipamentos necessários para a promoção da modernização de seu trabalho, a devolução da responsabilidade para os chefes de delegacias (*precincts*) que passaram a agir de forma mais autônoma permitindo uma maior competitividade entre as delegacias de polícia e a instauração de um esquema informatizado de acompanhamento (*Compstat – Comprehensive Computer Statistics*) dos índices de criminalidade que permitiam os agentes policiais de acompanhar os locais de maior incidência¹⁶ dos delitos quando em ronda nas viaturas. Embora ampliado o contingente policial injetando recursos na compra de novos equipamentos, o investimento de Bratton naquilo que chamou de “reengenharia” teve como primeira grande medida a descentralização, conforme demonstramos em pesquisas anteriores (ROSA, 2014).

O fato da polícia de Nova York se firmar em uma base altamente hierarquizada, na qual os chefes das delegacias só agem conforme exigências do comissariado, fez com que Bratton sentisse a necessidade de modificá-la radicalmente. Assim, “cada delegacia passou a funcionar com mais autonomia, com mais responsabilidade, mas também com a clara obrigação de prestar contas regularmente dos resultados alcançados” (Belli, 2004, p. 70).

Para Bratton, a recuperação da “autoestima” da instituição era algo fundamental para o bom funcionamento da polícia, uma vez que provocaria a conscientização acerca da importância do papel que estes profissionais cumpririam na sociedade. Todavia, a intensificação dos direitos humanos não entrou em

¹⁶ Segundo Benoni Belli (2004), os registros de incidência criminal no sistema *compstat* eram realizados de forma autônoma, que culmina num registro seletivo desses desvios conforme os locais - preferencialmente periféricos habitados majoritariamente por imigrantes latinos e negros, de Nova York -, nos quais os policiais agiam rotineiramente. Wacquant (2001) associa a seletividade característica da abordagem dos agentes policiais da cidade de Nova York à relação entre pobreza e violência existente feita pelos entusiastas das políticas de tolerância zero.

consonância com estas ações policiais que visam o controle e o governo dos habitantes e da população. Embora sua gestão tenha se caracterizado pela descentralização e pela devolução das responsabilidades aos chefes das delegacias, o novo Comissário de Polícia não deixou de substituir os antigos chefes, vistos como empecilhos à instituição, por policiais mais jovens, que passaram a ser premiados com frequência em decorrência de suas entusiasmadas ações senis. Talvez a permanência desses antigos chefes de polícia, velhos e conscientes da ineficácia repressiva a determinadas condutas representasse empecilho às propostas altamente interventoras nos comportamentos individuais das políticas de tolerância zero.

A construção de um sistema de reuniões semanais responsável pela troca de informações entre a cúpula do Comissariado de Polícia e os chefes das delegacias ocorreu concomitantemente ao processo de “reengenharia” da polícia de Nova York capitaneado por Bratton, a partir da chamada teoria das vidraças quebradas. A constância desses encontros acabou resultando na instauração de um sistema informatizado de acompanhamento da evolução dos índices de criminalidade, denominado de *Compstat – Comprehensive Computer Statistics*¹⁷. Gráficos e demais dados estatísticos sobre a criminalidade daquela cidade não eram apenas projetados para os participantes que tinham a oportunidade de compartilhar suas experiências, discutir táticas e debater sobre planejamentos acerca dos problemas encontrados, como os comandantes destas delegacias também eram estimulados a apresentar os resultados de suas ações, comparando-as com os que haviam apresentado anteriormente, fomentando as intervenções policiais cujo desfecho desejado seriam apreensões e prisão de suspeitos.

O sistema computadorizado recebeu suporte de sistema câmeras de monitoramento externo, bem como de todo o material eletrônico necessário às informações dos computadores policiais. O papel de gerenciamento da central de informações tinha a função não só de controlar o processo interno de verificação dos crimes, mas também o de servir de condutor para a mudança interna e externa das pressões por mudança. A idéia de produtividade e competitividade entre os distritos policiais passava a fazer parte do universo policial. O chefe do distrito estava obrigado a prestar contas de todos os seus atos e a apontar os resultados advindos de suas ações. O pilar da gestão acerca da tolerância zero foi, pois, o uso cartográfico de estatísticas de delinquência e avaliação constante das performances da polícia, com adicionais de produtividade aos envolvidos, como se fosse a melhor empresa capitalista privada. (SCHECAIRA, 2009, p. 167)

¹⁷ Tradução livre: “Estatísticas Abrangentes Computadorizadas”.

Com a intensificação da pressão por resultados, a ideia de produtividade e competitividade circunscrita no campo empresarial passou a fazer parte também do universo policial. Como “a liberdade de ação e a confiança depositada no trabalho das delegacias precisava ser retribuída ou honrada com reduções visíveis nos índices de criminalidade, no aumento das prisões, em apreensões de armas e drogas” (BELLI, 2004, p. 71), a polícia rapidamente teve que adequar suas ações cotidianas aos elementos difundidos pela gestão empresarial, situados, sobretudo, pela chamada teoria do capital humano¹⁸, na tentativa de garantir a manutenção da confiança que havia sido depositada sobre ela anteriormente.

Para a grande parte da mídia corporativa e de toda a população estadunidense, Bratton não apenas solucionou os problemas dos metrô da cidade de Nova York, como também passou a combater outras práticas moralmente contestadas amparadas nas ações dos lavadores de carros; dos sem-teto; dos comerciantes e usuários de drogas ilícitas; dos pichadores; dos grafiteiros; dos garotos e garotas de programa; dos alunos e alunas gazeteiros etc. Segundo Belli (2004), o “bom” funcionamento do programa de tolerância zero só ocorreu devido ao âmbito da atuação institucional da polícia que conseguiu incidir suas ações intensamente sobre a população nova-iorquina a partir de estratégias de caráter gerencialista¹⁹.

Embora a tolerância zero seja mais do que uma estratégia, um programa, ou até mesmo uma simples política de segurança pública, tratando-se de um discurso, de uma retórica, de um vocabulário populista que sobrepõe de forma arbitrária o direito e a moral; a restauração dos valores e a tutela da ordem pública; a demagogia nos assuntos de segurança e a demanda social por segurança (DE GIORGI, 2000, p. 115), a difusão de sua fama em nível internacional ocorreu muito mais por meio de uma estratégia de *marketing* bem construída do que por sua real eficácia no controle dos índices de criminalidade. “Existe pouca evidência para

¹⁸ A Teoria do Capital Humano foi esboçada por Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1979, e desenvolvida por Gary Becker, ganhador deste mesmo prêmio em 1992. Segundo Becker (1993), capital humano é toda a capacidade de conhecimentos, competências e atributos de personalidade consagrados na possibilidade de realização de determinado trabalho de modo a produzir algum tipo de valor econômico. Portanto, são aqueles atributos adquiridos pelo trabalhador através do seu investimento em educação e experiência (Rosa, 2014).

¹⁹ Em sua obra intitulada *Gestão como Doença Social* o sociólogo francês Vincent De Gaulejac (2007) utiliza a expressão para se referir a estratégias de gestão empresarial que perpassam outros ambientes alheios à empresa.

sugerir que o mercado das drogas foi eliminado ou reduzido pela política de ‘tolerância zero’” (WENDEL & CURTIS, 2002, p. 268) em Nova York.

Apesar do programa Tolerância Zero se responsabilizar pela reconfiguração parcial do comércio de substâncias psicoativas ilícitas, através de táticas agressivas de policiamento que resultaram em transformações drásticas nos bairros e nas preferências dos consumidores, conforme sugerem Wendel e Curtis (2002); o programa foi responsável pela emergência de um comércio mais discreto em relação às vendas efetuadas em pontos estratégicos das ruas, já que se baseava, agora, em entregas a domicílio, em vendas ocasionais, além de se utilizar de vendas *franchise*²⁰, que consiste na venda de drogas para terceiros vendedores que não são necessariamente contratados para repassar a droga. A alta repressão aos comerciantes de substâncias psicoativas ilícitas não coibiu a venda desses produtos, apenas retirou parte dos vendedores das drogas no varejo das ruas, abrindo espaço para novas estratégias de compra, venda e consumo de tais substâncias, fragmentando ainda mais seu comércio.

Apesar de o policiamento de Nova York ter sido tratado como um jogo de números nos anos que antecederam a administração do prefeito Rudolph Giuliani, um relatório divulgado no primeiro semestre de 1999 acabou demonstrando que o número de prisões efetuadas em decorrência da apreensão de drogas foi o mais alto de todos os tempos; fato ocasionado principalmente por uma campanha sem precedentes centrada na prisão dos usuários de maconha (WENDEL & CURTIS, 2002). Enquanto os usuários e dependentes mais endinheirados tinham suas drogas entregues a domicílio, os indivíduos menos privilegiados tinham que comprar de comerciantes que, discretamente, ainda atuavam nas ruas, expondo-se ao risco de prisão e morte em eventuais conflitos entre comerciantes e a polícia. Deste modo, o comércio de drogas não foi efetivamente desmantelado, ele apenas foi recolocado em outras áreas da cidade.

É importante destacar que as políticas de controle sobre as drogas não tratam necessariamente dos efeitos que estes elementos provocam sobre o corpo humano; elas atingem outras áreas, como a economia, por exemplo, que abarca, inclusive, novas possibilidades de ganhos materiais e simbólicos tanto do ponto de vista

²⁰ Tradução livre: “Franquia”

público quanto privado. Deste modo, a relação entre a proibição e a legalização destas substâncias não está exclusivamente pautada nas consequências e prejuízos causados sobre os indivíduos e, portanto, sobre toda a sociedade; ela abrange probabilidades de aquisição de diferentes resultados que podem beneficiar tanto os setores privados, em decorrência de privilégios obtidos por meio da elaboração e implementação de leis que favorecem certos grupos, quanto os setores públicos, favorecendo a coletividade (ROSA, 2014).

A estratégia criada por Bratton baseada na política de tolerância zero, apesar de não prometer acabar efetivamente com os crimes violentos que continuariam a receber atenção, enfatizou a redução das infrações relacionadas à qualidade de vida. Ele acabou colocando em prática em toda a cidade de Nova York o que havia feito em relação ao policiamento do metrô. Como Comissário da Polícia, Bratton aumentou de forma dramática o número de policiais nas estações de metrô, procurou prender os moradores de rua que frequentavam as estações e reprimiu drasticamente a prática de pular as catracas. Assim, foi a presença ostensiva da polícia e o apoio da mídia que deram a Bratton a fama de ter restaurado a ordem em um dos espaços públicos mais degradados daquela cidade. Como se apresentava publicamente como um defensor da *broken windows theory*, sendo esta a base do programa intitulado Tolerância Zero, revelou-se que o sucesso desta política cunhada na segurança pública não estava centrado em dados, mas em puras estratégias de *marketing*, conforme apontou Belli (2004).

Embora sua ineficácia em relação à redução da criminalidade tenha sido contestada por diversos autores, a exemplo de Wacquant (2001; 2003), Wendel & Curtis (2002) Belli (2004), dentre outros importantes pesquisadores, este repressivo programa de segurança pública chamado de tolerância zero, forjado inicialmente nos Estados Unidos, tornou-se uma espécie de referência mundial na luta contra o crime. Contudo, o reconhecimento dos equivocados benefícios deste programa implementado em Nova York passou a ser frequente nos discursos de políticos e chefes de polícia ao redor do planeta.

A busca não só de brasileiros, mas de outros estrangeiros pela solução de diversos problemas sociais, sobretudo, referentes à criminalidade, concebendo as políticas de tolerância zero praticadas em Nova York como referência, resultou em visitas cada vez mais frequentes de profissionais e especialistas em segurança

pública àquela cidade estadunidense. Mesmo sem a comprovação de sua eficácia no combate à violência urbana e a criminalidade, este programa, também tratado por seus formuladores como um programa de “qualidade de vida”, acabou ganhando progressivamente adeptos por todo o planeta; fazendo com que Nova York deixasse de ser conhecida como a “capital do crime” e passasse a ser considerada por certas pessoas como uma das cidades mais seguras do mundo. Um bom exemplo do interesse brasileiro pelas políticas nova-iorquinas se encontra no texto de Luiz Soares²¹ (2002) que recebe o título de *O enigma de Nova York*, onde o ex-secretário nacional de segurança pública atribui à reforma da organização “gerencial” do programa Tolerância Zero, o suposto sucesso das políticas de Giuliani que, sob a ótica do autor brasileiro, representa

[...] a mais importante de todas, até porque definiu e dirigiu as demais. Eu denominaria o processo, tal como o interpreto, *reorganização para o planejamento e descentralização com integração sistêmica*. O primeiro passo dessa “reengenharia”, logo no início de 1994, foi a contratação de doze equipes de consultores, que levantaram informações durante um ano, examinando todos os aspectos envolvidos com a vida do departamento, das armas às formas de organização, dos uniformes ao recrutamento, dos processos de comunicação interna à comunicação com a mídia e o grande público, do ambiente de trabalho ao treinamento. O produto do investimento foram mais de 600 recomendações. Antes de 1994, mesmo quando havia êxitos, tendiam a ser localizados, pouco valorizados e de difícil disseminação para o conjunto das atividades do departamento. As práticas do Departamento de Polícia de Nova York costumavam ser reativas e, mesmo quando as intervenções eram bem-sucedidas, mantinham essa característica. Não havia ênfase no trabalho pró-ativo, nem se planejavam as providências operacionais com base na avaliação dos resultados obtidos. Os únicos dados considerados para efeito de avaliação eram aqueles relativos às prisões

²¹ Luiz Eduardo Soares formou-se em Literatura, na PUC-RJ, e construiu sua carreira combinando produção literária e dramaturgicã com docência, obras acadêmicas e gestão pública. Escreveu, com Domingos de Oliveira e Márcia Zanelato, a peça *Confronto* e a adaptação para o teatro de seu livro, *Tudo ou Nada*, que será encenada no começo de 2013, com direção de Marcus Faustini. É mestre em Antropologia, doutor em ciência política com pós-doutorado em filosofia política. Foi secretário nacional de segurança pública (2003) e coordenador de segurança, justiça e cidadania do Estado do RJ (1999/março 2000). Colaborou com o governo municipal de Porto Alegre, de março a dezembro de 2001, como consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança. De 2007 a 2009, foi secretário municipal de valorização da vida e prevenção da violência de Nova Iguaçu (RJ). Em 2000, foi pesquisador visitante do Vera Institute of Justice de Nova York e da Columbia University. Tem vinte livros publicados, entre eles o romance *Experimento de Avelar*, premiado pela Associação de Críticos Brasileiros em 1996, e *Meu Casaco de General*, finalista do Prêmio Jabuti em 2000. Foi professor da UNICAMP e do IUPERJ, além de visiting scholar em Harvard, University of Virginia, University of Pittsburgh e Columbia University. É professor da UERJ e coordena o curso à distância de gestão e políticas em segurança pública, na Universidade Estácio de Sá. Dados obtidos através do sítio eletrônico: http://www.luizeduardosoares.com/?page_id=9 acessado em 02 de junho de 2016.

efetuadas. (SOARES, 2002, p. 233)

Sobre as referidas políticas e sua associação à “qualidade de vida”, como os idealizadores das políticas colocadas em prática por Giuliani preferem denominar, Oliveira (2003) reflete:

O elo fraterno entre ‘tolerância zero’ e ‘qualidade de vida’ coteja a universalização do tribunal quer em seu anseio moral de internacionalização em defesa da humanidade, quer em seu afã pela maioria da ordem do julgamento generalizado na proliferação do tribunal para grandes ou pequenas causas. Totalização que subjaz qualquer princípio moral. O jogo totalizador se efetiva na diferenciação de grau entre o designado crime lesa-humanidade e qualquer um diminuto que possa ser interceptado como aquele entendido como lesa-sociedade. A tipificação de crimes, que variam de acordo com cada época, é inerente à estratégia seletiva do sistema penalizador e da moral do confinamento. Reordenamentos seguros atravessados pelo que há de comum na insistência de qualificar a vida. Seus arranjos e rearranjos não abrem mão do conforto que encontram na adjetivação da vida, em sua metáfora e utopia. (OLIVEIRA, 2003, p. 113)

O programa denominado Tolerância Zero se fundamenta, em grande medida, na chamada teoria das janelas quebradas (*broken windows theory*), resultado da divulgação de um famoso artigo publicado em 1982, por James Wilson e George Kelling, na revista *Atlantic Monthly*²². Os autores defendiam a tese de que uma pequena infração, por menor que fosse, quando tolerada, poderia levar a um clima de anomia, proporcionando condições propícias para que ocorressem outras infrações mais graves; “a metáfora das janelas quebradas funcionaria assim: se as janelas quebradas em um edifício não são consertadas, as pessoas que gostam de quebrar janelas admitirão que ninguém se importa com seus atos de incivilidade e continuarão a quebrá-las” (Belli, 2004, p. 64).

O resultado seria um sentimento geral de decadência e desamparo em que a desordem social encontraria o terreno fértil para enraizar-se e gerar frutos maléficos. Ou seja, a violência urbana e os crimes graves seriam o último elo de uma cadeia causal em que pequenas infrações levam às formas mais graves de delinquência. As pequenas desordens do cotidiano das grandes cidades seriam o embrião de patologias mais graves, as quais resultariam da leniência ou condescendência dos órgãos de segurança do Estado. Esses últimos, preocupados em resolver os crimes violentos, sobretudo homicídios, roubos e estupros, perderiam de vista a dimensão preventiva da luta contra as ofensas que afetam a chamada qualidade de vida. As pequenas desordens e incivildades do cotidiano, portanto, não devem ter sua importância minimizada, sob pena de se negligenciar uma das fontes de irradiação da criminalidade violenta. Desta perspectiva, seria fundamental agir com rigor para evitar que a sensação de impunidade em relação às infrações menos graves crie um ambiente de desamparo, ideal para a que os criminosos tomem conta do espaço urbano. (BELLI, 2004, p. 64)

²² Anexo I.

O artigo²³ que segundo Wacquant (2001) é utilizado para dar o ar de cientificidade à teoria das janelas quebradas é iniciado com uma breve descrição do programa “*Safe and Clean Neighborhoods Program*”²⁴ instaurado no estado de Nova Jersey no ano de 1970 que sustentava a proposta de melhorar a qualidade de vida em vinte e oito de suas cidades. A primeira ação do programa foi a de colocar policiais a pé trabalhando em alguns bairros, o que provocou um descontentamento imediato por parte dos agentes que, acostumados a trabalharem em viaturas, duvidavam da eficiência da proposta. Cinco anos depois da inauguração do programa, a Fundação de Polícia de Washington publicou uma avaliação do programa que constatou a irredutibilidade dos índices criminais registrados nos bairros onde os agentes atuaram a pé, todavia, uma maior sensação de segurança dos moradores das localidades onde agiam os policiais. A resposta que evidencia o caráter estritamente moralista e preconceituoso de Wilson e Kelling (1982) frente à suposta preocupação dos moradores que se sentiam mais seguros na presença ostensiva de policiais, mesmo que sem ajuda de viaturas, está fundamentada no medo que, talvez, os moradores teriam de ataques de pessoas que eram consideradas desordeiras pelos autores. Argumento exposto de forma clara na seguinte passagem do mesmo artigo:

*Many citizens, of course, are primarily frightened by crime, especially crime involving a sudden, violent attack by a stranger. This risk is very real, in Newark as in many large cities. But we tend to overlook another source of fear—the fear of being bothered by disorderly people. Not violent people, nor, necessarily, criminals, but disreputable or obstreperous or unpredictable people: panhandlers, drunks, addicts, rowdy teenagers, prostitutes, loiterers, the mentally disturbed*²⁵. (WILSON & KELLING, 1982, p. 2)

Intrínseco ao mesmo artigo, encontramos evidências de uma suposta seletividade interventora protagonizada pelo projeto, na qual a prioridade de “ordenação” se fazia em bairros habitados majoritariamente por negros, onde

²³ Artigo encontrado na versão digital da revista *Atlantic Montly* através do sítio eletrônico <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/> em março de 2016.

²⁴ Tradução livre: “Programa Bairros Limpos e Seguros”.

²⁵ Tradução livre: “Alguns cidadãos, é claro, estão assustados principalmente pelo crime, especialmente crimes envolvendo um súbito e violento ataque de um estranho. Esse risco é muito real, em Newark tão como em qualquer grande cidade. Mas tendemos a ignorar uma outra fonte de medo, o medo de sermos incomodado por pessoas desordenadas. Não as pessoas violentas, nem, necessariamente, os criminosos, mas as pessoas de má reputação ou estrepitosos ou imprevisíveis: mendigos, bêbados, viciados, adolescentes barulhentos, prostitutas, vagabundos ou mentalmente perturbados.”

algumas das pesquisas feitas pelos idealizadores da teoria das janelas quebradas foram executadas.

What foot-patrol officers did was to elevate, to the extent they could, the level of public order in these neighborhoods. Though the neighborhoods were predominantly black and the foot patrolmen were mostly white, this "order-maintenance" function of the police was performed to the general satisfaction of both parties²⁶. (WILSON & KELLING, 1982, p. 2 - 3)

The people on the street were primarily black; the officer who walked the street was white. The people were made up of "regulars" and "strangers." Regulars included both "decent folk" and some drunks and derelicts who were always there but who "knew their place." Strangers were, well, strangers, and viewed suspiciously, sometimes apprehensively. The officer—call him Kelly—knew who the regulars were, and they knew him. As he saw his job, he was to keep an eye on strangers, and make certain that the disreputable regulars observed some informal but widely understood rules. Drunks and addicts could sit on the stoops, but could not lie down. People could drink on side streets, but not at the main intersection. Bottles had to be in paper bags. Talking to, bothering, or begging from people waiting at the bus stop was strictly forbidden. If a dispute erupted between a businessman and a customer, the businessman was assumed to be right, especially if the customer was a stranger. If a stranger loitered, Kelly would ask him if he had any means of support and what his business was; if he gave unsatisfactory answers, he was sent on his way. Persons who broke the informal rules, especially those who bothered people waiting at bus stops, were arrested for vagrancy. Noisy teenagers were told to keep quiet²⁷. (WILSON & KELLING, 1982, p. 3 - 4)

As regras informais das quais se refere à citação retirada do artigo de Wilson e Kelling (1982), recebiam manutenção dos próprios populares que, através de um movimento de vigilância mútua, garantiam que o regulamento informal fosse respeitado por meio de denúncias a Kelling – que auxiliou na patrulha de alguns dos

²⁶ Tradução livre: “O que os oficiais a pé fizeram foi elevar, na medida em que podiam, o nível de ordem pública nestes bairros. Embora os bairros fossem predominantemente pretonegros e os patrulheiros a pé fossem em sua maioria brancos, esta função "manutenção da ordem" por parte da polícia foi realizada para a satisfação geral de ambas as partes.”

²⁷ Tradução livre: “As pessoas na rua eram principalmente negras; o oficial que andou na rua era branco. As pessoas eram compostas de "regulares" e "estranhos". Regulares incluíam tanto "pessoas decentes" e alguns bêbados e vagabundos que estavam sempre lá, mas que "sabiam o seu lugar." Estranhos eram, assim, estranhos, e visto com desconfiança, às vezes com apreensão. O oficial, - chamado Kelly - sabia quem eram os regulares, e eles o conheciam. Como eles viam seu trabalho, ele tinha que manter os olhos nos estrangeiros, e ter certeza de que os frequentadores de má reputação observavam algumas regras informais, mas amplamente compreendidas. Bêbados e viciados poderiam sentar-se inclinados, mas não podiam deitar-se. As pessoas podiam beber nas ruas laterais, mas não no cruzamento principal. Garrafas tinham de estar em sacos de papel. Falar, incomodar, ou mendigar de pessoas esperando no ponto de ônibus era estritamente proibido. Se uma disputa irrompeu entre um empresário e um cliente, o empresário foi assumido como certo, especialmente se o cliente era um estranho. Se um estranho demorasse, Kelly iria perguntar-lhe se ele precisava de algum tipo de ajuda e em quê trabalhava; se ele der respostas insatisfatórias, ele é mandado seguir caminho. Pessoas que quebraram as regras informais, especialmente aquelas que incomodam as pessoas à espera nas paragens de autocarro, seriam presos por vadiagem. Adolescentes barulhentos foram orientados a manter a calma.”

bairros nos quais os policiais a pé trabalhavam – e além de vigiar e entregar os desviantes daquelas normas informais extrajudiciais que os agentes colocavam em prática, os populares tratados como “regulares” também ridicularizavam os desviantes a fim de coibir ações de outros possíveis infratores que observavam o descumprimento dessas ordens informais. Para os autores, cada bairro detinha um jogo particular de regras informais que deveriam ser importantemente respeitadas para que a ordem se estabelecesse de forma plena, para tanto, era necessária a colaboração desses delatores de atos moralmente contestados que trabalhavam como “multiplicadores da ordem” através da humilhação e diminuição das pessoas que infringissem a normalidade informal estabelecida.

A máxima que induz as pessoas a acreditarem que “a ocasião é quem faz o criminoso” é utilizada de forma ampla pelos idealizadores da teoria das vidraças quebradas na tentativa de legitimar a vigilância integral da população. Segundo Wilson e Kelling (1982) a condição de abandono de determinada propriedade, serve de porta de entrada para que vândalos e ladrões possam agir de forma a se aproveitarem daquela situação, por mais que os saqueadores ou depredadores não possuam antepassado criminal, pelo simples fato de que a situação de descaso desperta nas pessoas a sensação de que ninguém se importa com aquele bem ou com aquela propriedade. Para tentar legitimar essa tendência criminosa das pessoas, os autores Wilson e Kelling (1982) se utilizam de um experimento feito pelo psicólogo social de nome Philip Zimbardo.

Philip Zimbardo, a Stanford psychologist, reported in 1969 on some experiments testing the broken-window theory. He arranged to have an automobile without license plates parked with its hood up on a street in the Bronx and a comparable automobile on a street in Palo Alto, California. The car in the Bronx was attacked by "vandals" within ten minutes of its "abandonment." The first to arrive were a family—father, mother, and young son—who removed the radiator and battery. Within twenty-four hours, virtually everything of value had been removed. Then random destruction began—windows were smashed, parts torn off, upholstery ripped. Children began to use the car as a playground. Most of the adult "vandals" were well-dressed, apparently clean-cut whites. The car in Palo Alto sat untouched for more than a week. Then Zimbardo smashed part of it with a sledgehammer. Soon, passersby were joining in. Within a few hours, the car had been turned upside down and utterly destroyed. Again, the "vandals" appeared to be primarily respectable whites²⁸. (WILSON & KELLING, 1982, p. 5)

²⁸ Tradução livre: “Philip Zimbardo, um psicólogo de Stanford relatou em 1969 alguns experimentos testando a teoria das janelas quebradas. Ele arranhou um automóvel sem placas de licença estacionado em uma rua do Bronx e um automóvel comparável em uma rua em Palo Alto, Califórnia. O carro no Bronx foi atacada por “vândalos” dentro de dez minutos após seu

Wilson e Kelling (1982) entendem que esse tipo de comportamento que se resume na depredação ou furto por mera diversão das pessoas, tende a atingir maiores dimensões culminando com a ocorrência de crimes como assaltos e homicídios, caso negligenciado. A título de exemplo os autores utilizaram argumentos que defendiam a punição de atos que não prejudicam ninguém embora sejam “vergonhosos” como a “vagabundagem”. Segundo esses autores, o ato de andar pelas ruas sem compromisso implicaria em conflitos, por exemplo, entre um grupo de jovens que se reúne na frente de um estabelecimento comercial e seu dono que se incomoda com a presença de moças e rapazes nas proximidades de seu empreendimento, tão como ignorar “bêbados e viciados” que representariam o “risco” de dormirem pelas ruas, pichassem ou mendigassem aos pedestres “regulares”. Toda essa negligência para com as desordens cotidianas implicaria, na concepção de Wilson e Kelling (1982), o descontrole que possibilitaria com que crimes cujo potencial ofensivo possa prejudicar as pessoas que trabalhavam. Posteriormente ao artigo de Wilson e Kelling (1982), um novo texto sobre o mesmo assunto, agora fruto da parceria entre George Kelling e Catherine Coles intitulado “*Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities*”²⁹ publicado pela Touchstone de Nova York no ano de 1997³⁰, reforça a ideia da suposta importância de lidar com pequenos criminosos para que os indivíduos considerados mais perigosos sejam identificados pela polícia.

[...] George Kelling e Catherine Coles resumem o que consideram ser os quatro principais elementos que explicariam o impacto de estratégias baseadas na teoria das janelas quebradas sobre a redução do número de crimes. Em primeiro lugar, a polícia fica melhor informada e se põe em contato com a minoria que comete crimes mais graves, prendendo também os mais perigosos. Em segundo lugar, a alta visibilidade das ações da polícia e de sua concentração em áreas caracterizadas pelo alto grau de desordem protege os “bons meninos” (*good kids*) e, ao mesmo tempo, emite mensagem

"abandono." O primeiro a chegar foi uma família de pai, mãe e filho pequeno, que removeu o radiador e bateria. Dentro de vinte e quatro horas, quase tudo de valor havia sido removido. Em seguida, a destruição aleatória começou, janelas foram quebradas, partes arrancadas, estofados rasgados. As crianças começaram a usar o carro como um parque infantil. A maioria dos adultos "vândalos" foram bem vestidos, aparentemente brancos e de corte limpo. O carro em Palo Alto permaneceu intocado por mais de uma semana. Então Zimbardo quebrou parte do vidro dele com uma marreta. Em breve, os transeuntes foram se juntando. Dentro de algumas horas, o carro tinha sido virado de cabeça para baixo e totalmente destruído. Mais uma vez, os "vândalos" pareciam ser essencialmente brancos e respeitáveis."

²⁹ Tradução livre: "Consertando Janelas Quebradas: Restaurando a Ordem e Reduzindo o Crime em nossas Comunidades".

³⁰ Anexo II.

para os maus e aqueles culpados de crimes menores no sentido de que suas ações não serão mais toleradas. Em terceiro lugar, os cidadãos começam a retomar o controle sobre os espaços públicos, movendo-se para o centro dos esforços de manutenção da ordem e prevenção do crime. Finalmente, na medida em que os problemas relacionados à desordem e ao crime deixam de ser responsabilidade exclusiva da polícia e passando a envolver toda a comunidade, todos se mobilizam para atacar tais questões de uma forma mais integrada. (BELLI, 2004, p. 65)

Em suma, a ausência da devida restauração daquelas janelas quebradas resultaria em um sentimento de decadência e desamparo, anomia onde a desordem social encontraria um terreno eminentemente fértil para a promoção de ações consideradas maléficas executadas por certos indivíduos estigmatizados pela sociedade. A consequência deste processo de descuido seria um bairro tão depredado quanto às janelas de suas casas. Como a violência urbana e os crimes graves foram considerados os últimos elos de uma cadeia causal em que pequenas infrações levavam a formas mais intensas de delinquência, as pequenas infrações ou as desordens do cotidiano das grandes cidades acabaram sendo reconhecidas como embriões de patologias mais graves que culminariam com a leniência ou a condescendência dos órgãos de segurança do Estado (ROSA, 2014). Conforme Wacquant (2001)

Essa teoria, jamais comprovada empiricamente, serve de álibi criminológico para a reorganização do trabalho policial empreendida por William Bratton, responsável pela segurança do metrô de Nova York promovido a chefe de polícia municipal. O objetivo dessa organização: refrear o medo das classes médias e superiores – as que votam – por meio da perseguição permanente dos pobres nos espaços públicos (ruas, parques, estações ferroviárias, ônibus e metrô etc.). (WACQUANT, 2001, p. 16)

Nos Estados Unidos, desde a difusão da nova maneira neoliberal de pensar os problemas sociais através de princípios de economia de mercado, quanto mais dimensões preventivas de combate às ofensas direcionadas à “qualidade de vida” eram abandonadas pelo Estado, mais os órgãos estatais de segurança focavam suas ações na resolução de crimes violentos, principalmente, de homicídios, roubos e estupros, sempre acreditando que as pequenas desordens e incivildades do cotidiano não deveriam ter sua gravidade reduzida, sob o risco de negligenciar certas fontes de irradiação da criminalidade. Portanto, estes órgãos procuravam “agir com rigor para evitar que a sensação de impunidade em relação às infrações menos graves crie um ambiente de desamparo, ideal para a que os criminosos tomem conta do espaço urbano” (BELLI, 2004, p. 64). Para ilustrar o desvio dos

investimentos públicos na qualidade de vida da população estadunidense diretamente para a repressão ao seletivo público das grandes cidades que cometem crimes, Wacquant (2001) nos apresenta dados acerca orçamento público, cuja polícia, principal beneficiária desse novo plano de gastos, tem seu investimento aumentado em 40%, chegando a 2,6 bilhões de dólares superando, por exemplo, quatro vezes os investimentos em hospitais públicos no ano de 1999, enquanto os serviços sociais de Nova York um terço de seu investimento contando com 13.400 funcionários, enquanto a instituição policial ostentava mais de 46.000 empregados. De acordo com o exposto por Schecaira (2009)

O Movimento de Tolerância Zero, além de ser parte do processo encarcerador, junto com os outros movimentos acima mencionados, é aquele que mais evidentemente implementa a ideia do Darwinismo Social. “Aqueles que não se encaixam na sociedade de consumo são os responsáveis pelo seu próprio destino”. O cerne de tal pensamento é que as instituições do Estado de Bem-Estar Social não poderão premiar a indolência parasitária de uma subclasse proletária. Cortam-se os serviços públicos assistenciais ou são eles privatizados, diminuem-se os direitos trabalhistas e sociais, quebram-se os poderes sindicais, enfim, há um desmonte do Estado Social para se ter, no lugar, um Estado Penal. Os indivíduos excluídos deixam de ser funcionais para a economia capitalista, tornando-se até mesmo obstáculo ao bom funcionamento dos negócios e do turismo. A lógica de recolher mendigos para abrigos, localizados longe das áreas mais valorizadas e frequentadas por turistas, explicasse nesse contexto. Hordas de disfuncionais precisam ser punidos, não tanto pelos supostos efeitos dissuasórios da pena (prevenção geral), mas porque a função da pena se esgota na punição enquanto neutralização e exclusão. (SCHECAIRA, 2009, p. 171 - 172)

Outros dados que a obra de Wacquant (2001) evidencia, colocando em dúvida a efetividade das políticas de tolerância zero, referem-se à proporção de investimentos em policiamento em relação ao recuo das taxas de criminalidade violenta quando comparados os dados de Nova York e San Diego, metrópole californiana que reduziu seus índices de criminalidade de forma quase idêntica à cidade governada por Giuliani, aumentando seu efetivo policial em apenas 6% e reduzindo sua taxa de prisões em 15%, enquanto Nova York tem sua população carcerária aumentada em 24% entre 1993 e 1996. Concomitantemente os índices de reclamações contra a polícia diminuíram em torno de 10% em San Diego enquanto em Nova York aumentaram drásticos 60%. Schecaira (2009) revela que o governo de Nova York

[...] omitiu que a criminalidade já havia caído 20% antes da aplicação da política, porquanto o pico de criminalidade já havia atingido o auge em 1990, já sendo decrescente três anos antes da política exacerbadora de Tolerância Zero. Enquanto Nova York propalava “recorde” de quedas das taxas de

criminalidade, da ordem de 70,6% entre os anos de 1991 a 1998, San Diego, implementando uma política de policiamento comunitário, teve queda de 76,4% na taxa de homicídios, no mesmo período. Boston obteve índices assemelhados aos de Nova York, 69,3%, com uma política de envolvimento de líderes religiosos na prevenção de crimes. Outras cidades, sem qualquer política coerente pré-determinada, obtiveram índices grandes de redução. Destaque para os 61,3% de Houston e os 59,3% de Los Angeles. (SCHECAIRA, 2009, p. 168)

Conforme Wacquant (2001), dentre os investimentos em segurança pública, obteve-se o aumento de 40% do orçamento para a polícia que chegou a 2,6 bilhões de dólares, o que equivale quatro vezes o valor investido em hospitais públicos, culminando com um contingente de 12.000 policiais, 49.000 funcionários sendo 38.600 agentes uniformizados no ano de 1999. Porém, comparando os índices de criminalidade de Nova York com os de San Diego, percebe-se uma identidade quanto à redução da criminalidade, tendo San Diego investido apenas 6% no efetivo durante o período de 1993 a 1996, tendo também reduzido suas detenções pelas forças da ordem em 15% enquanto em Nova York esse número aumenta em 24% resultando na prisão de 314.292 pessoas apenas em 1996. Essas práticas causaram a insatisfação da população de Nova York cujas queixas contra policiais obtiveram um aumento súbito de 60% enquanto essas mesmas reclamações reduziram 10% na costa do Pacífico.

Wacquant (2001) acredita que, frente à comparação entre dados relativos às quedas dos índices de criminalidade violenta entre Nova York, primeira adepta das políticas de tolerância zero, e outras cidades dos Estados Unidos que também tiveram esses índices reduzidos sem maiores esforços ou gastos com repressão policial, a divulgação das experiências nova-iorquinas de intolerância e perseguição aos pobres como fórmula para a redução dos atos infracionais violentos é precipitada e que ignora a superpopulação carcerária alarmante, sobretudo de negros, pobres e imigrantes, que a cidade protagonizou após o enrijecimento penal visto pelos neoliberais estadunidenses como a solução para a manutenção da “ordem” nas grandes cidades. O *boom* carcerário e as atrocidades cometidas pelos agentes encarregados pela aplicação do programa Tolerância Zero são frequentemente omitidos no processo de divulgação dos supostos bons resultados do programa a partir do *marketing* que globaliza a racionalidade neoliberal de combate ao crime.

2.2 A globalização das políticas de tolerância zero

A propagação das políticas capitaneadas pelos neoconservadores estadunidenses que legitimaram a gestão da pobreza como suposta manobra de combate à criminalidade se deu de maneira extremamente rápida por consequência do ativismo dos idealizadores e entusiastas da alta repressão aos mínimos “desvios de conduta” que, segundo a filosofia neoliberal estadunidense, é a porta de entrada para a emergência de crimes de maiores proporções. Por meio da intervenção de agentes neoconservadores simpatizantes do referido programa em países considerados “consumidores em potencial” dessas políticas combinada com um apoio midiático intensivo, as políticas de tolerância zero conseguiram adeptos em toda extensão do globo e a nova “moda” penal fundamentada na seletividade perpassa diversas outras nacionalidades colaboradoras (WACQUANT, 2001).

A falácia do “sucesso” do programa Tolerância Zero fomentada por discursos que se fundam na associação da queda dos índices de criminalidade na cidade de Nova York com as políticas de dura repressão às condutas de indivíduos marginalizados, transformando a metrópole mais violenta dos Estados Unidos da América em um “exemplo de cidade segura”, serve de espelho para a “modernização” na ótica dos países importadores de tais políticas pautadas nas premissas neoliberais de individualização que atribui aos pobres e a outros estratos menos privilegiados socialmente, a culpa dos “distúrbios” sociais ao mesmo tempo em que isenta o Estado das problemáticas sociais fortalecendo apenas seu braço penal (WACQUANT, 2001).

No mês de agosto do ano de 1998, o governo do México tentou assumidamente adaptar a experiência de Rudolph Giuliani à realidade mexicana lançando a “Cruzada nacional contra o crime” e em setembro do mesmo ano foi a vez da cidade de Buenos Aires protagonizar a reprodução da “doutrina elaborada por Giuliani” na Argentina cuja primeira medida do secretário da Justiça e da Segurança da cidade, León Arslanian, foi adaptar antigos angares industriais em “*galpones penitenciários*”³¹ para estabelecer os locais de prisão que atenderiam a demanda de presos resultantes das políticas de tolerância zero. No Brasil, em 1999, o governador de Brasília, Joaquim Roriz, coloca a tolerância zero em vigor em

³¹ Tradução livre: “Galpões Penitenciários”.

resposta a uma série de crimes de sangue que ocorriam no estado que passava a governar e com a contratação imediata de novos 800 policiais civis e militares, Joaquim iniciara a “jornada contra o crime” no País, sempre retrucando aos críticos de tais políticas - que alegavam que a implantação delas causaria um aumento na população carcerária cujo contra-argumento utilizado por Joaquim era o discurso de que a solução seria a construção de mais cadeias (WACQUANT, 2001).

As políticas de Giuliani chegaram à Europa através de Jospin na França, que anunciara a “tolerância zero francesa” com grande ajuda jornalística e, em seguida foi Frankfurt quem introduziu no mês seguinte à implementação francesa, a “*Null Toleranz*” (Tolerância Zero) através de Gerhard Schröder³² e seus discursos abertamente xenófobos. Depois da visita de Rudolph Giuliani na cidade alemã no outono anterior, o líder estadunidense passou a ser considerado o maior ícone da segurança pública na região, os discursos que associavam a redução das taxas de criminalidade às políticas repressivas nova-iorquinas conquistaram eleitos e eleitores, resultando na adoção da rigidez punitiva até mesmo para delitos de pequenas proporções, como ocorrido na Itália.

Assim, quando no início de 1999, uma série de assassinatos no coração de Milão dá novo impulso ao pânico midiático em torno da “criminalidade dos imigrantes”, o prefeito da capital lombarda e seu primeiro assessor param tudo e correm para Nova York ao passo que o governo de Massimo D’Alema adota uma série de medidas repressivas inspiradas na legislação britânica recente (criminalização de delitos, maior poder para a polícia, destituição do diretor da administração penitenciária, conhecido por suas posições favoráveis aos direitos dos detentos e às políticas de reinserção). Já o prefeito de Nápoles, Antonio Bassolino, faz sua própria “*tolleranza zero*”, aplicando-a não apenas à pequena e média delinquência, mas também aos motoristas imprudentes na via pública. Como em Nova York, onde, desde o inverno de 1998, dirigir embriagado implica pena de confisco imediato e automático do veículo pelas forças da ordem no momento do flagrante. (WACQUANT, 2001, p. 32 – 33)

O continente africano adota no mesmo ano que a Itália, uma operação de “tolerância zero” diante de sucessivos ataques que segundo Wacquant (2001) tinham caráter prototerrorista capitaneada por grupos islamistas radicais, tendo em vista que Giuliani visitara Johannesburgo para uma reunião coberta pela mídia local e estadunidense com o então chefe de polícia da região George Fivaz. Dentre as

³² Gerhard Schröder foi o sétimo Chanceler da República Federal da Alemanha, uma posição que ocupou de 1998 a 2005. Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://gerhard-schroeder.de/en/biography/> Acessado em 04 de abril de 2016.

providências tomadas estão a onipresença das forças armadas, ainda mais reforçadas nas divisas entre bairros e zonas pobres como Cape Flats. Na Nova Zelândia as políticas de tolerância zero sempre estiveram em vigor segundo o ministro da Polícia que alegava que a instituição nunca fora corrupta, contudo adotara a descentralização da responsabilidade policial além de propor, com apoio de diversos líderes políticos, a presença ostensiva de agentes em zonas de alta criminalidade conforme Wacquant (2001). A propaganda estadunidense que vendia esse “milagroso” pacote de políticas estadunidenses para vários outros países do globo não cessava e, em junho de 1999, por meio de uma visita de William Bratton à Comissão sobre o Crime de Ontário, o prefeito de Toronto, Mel Lastman, é influenciado a levar ao Canadá a tolerância zero, sem mencionar as convenções em países como a Áustria e outros que estão em processo de avaliação ou aplicação de práticas semelhantes.

2.3 A chegada das políticas de tolerância zero ao Brasil

Como explicitaram Wacquant (2001) e Belli (2004), a internacionalização das políticas de tolerância zero emergidas nos Estados Unidos ocorreu devido à propaganda feita através de um bem elaborado plano de *marketing* de autoria de seus próprios formuladores que, apesar de nenhuma comprovação empírica de sua efetividade no combate à criminalidade violenta, passaram a difundir o suposto sucesso do programa de maneira ativista, incluindo no itinerário, países de toda a extensão do globo que se interessam na compra desse pacote de medidas idealizadas por Giuliani. Conforme Belli (2001), a intolerância aos mínimos desvios à conduta “ideal” imposta pela cultura hegemônica, obteve países adeptos que assumiram políticas semelhantes de forma quase incontestada, dando uma credibilidade *a priori* à suposta efetividade da “fórmula” que os neoconservadores estadunidenses atribuíram à teoria que fundamentou o programa Tolerância Zero.

Embora jamais tenha sido validada empiricamente, a teoria das janelas quebradas alcançou status de verdadeira varinha de condão. Sua aplicação passou a ser considerada, em muitos círculos, a resposta para os males da violência e da criminalidade nas grandes cidades. Tratava-se de recuperar a auto-estima dos moradores, erradicar as pequenas ofensas que contribuem para a decadência da ordem. Em outras palavras, seria necessário retomar o espaço público, que havia sido degradado pela presença de uma escória de pequenos infratores prontos a assumir características mais violentas ou desbravar o terreno para que os mais violentos e perigosos passassem a agir de forma solta e desimpedida. O Estado deveria, portanto, aparelhar-se para

cumprir sua função central de manutenção da lei e da ordem. (BELLI, 2004, p.66)

Além de conseguir seguidores em diversos países de todos os continentes através da propaganda positiva dos formuladores das políticas públicas cuja cidade de Nova York foi pioneira, alguns desses países assumiram essas práticas de maneira espontânea, firmando-se na reputação de Giuliani que, considerado “pulso firme” no combate à criminalidade violenta, era constantemente consultado por gestores da segurança de muitas nacionalidades, inclusive por políticos brasileiros, que passaram a pesquisar de forma proativa a experiência nova-iorquina por meio de viagens, congressos e conversas com os próprios Bratton e Giuliani, segundo Wacquant (2001) e Belli (2004).

O programa Tolerância Zero da polícia de Nova York se tornou uma espécie de referência mundial na luta contra o crime. Políticos e chefes de polícia, preocupados com o aumento desmesurado dos índices de criminalidade, tendem a invocar o exemplo da cidade de Nova York e seus métodos supostamente eficientes de combate à delinquência. A peregrinação para conhecer de perto tais métodos tem sido constante desde meados da década de 90, quando a queda nos índices de criminalidade daquela cidade norte-americana passou a ser amplamente divulgada. Políticos brasileiros – especialmente governadores, mas também parlamentares, secretários de Estado e prefeitos – estão entre os mais assíduos visitantes. (BELLI, 2004, p. 61)

Omitindo as catastróficas consequências da implementação de políticas altamente repressivas que interviam principalmente em práticas de cunho sociocultural dos cidadãos nova-iorquinos, - preferencialmente indivíduos habitantes das regiões periféricas dos grandes centros urbanos conforme explicitou Wacquant (2001) - especialmente em relação aos índices de encarceramento de jovens negros, pobres e estrangeiros que obtiveram um súbito aumento desde a implantação do programa Tolerância Zero, a propagação dos supostos bons resultados das políticas postas em prática por Bratton continuou a acontecer, atraindo cada vez mais brasileiros e outros estrangeiros ao encontro dos “especialistas em políticas públicas” dos Estados Unidos da América que acabaram por se tornarem referência mundial no ramo.

Brasileiros e outros estrangeiros vão à Nova York em busca de soluções, partindo do pressuposto de que a Tolerância Zero (ou programa “qualidade de vida”, como preferem seus formuladores) já provou sua eficiência. Afinal, Nova York era conhecida como a “capital do crime” e, depois da aplicação do programa, teria adquirido o status de uma das cidades mais seguras dos Estados Unidos. O conjunto de reformas e estratégias do Departamento de

Polícia de Nova York representaria, assim, a prova de que uma polícia bem equipada e adequadamente gerida é capaz de reduzir a criminalidade violenta. A esperança de que a experiência nova-yorkina possa ser reproduzida em outros lugares anima os formuladores da política de segurança pública em todo mundo. (BELLI, 2004, p. 62)

Belli (2001) acredita que as políticas públicas de segurança estadunidenses encontraram no Brasil um terreno fértil para sua reprodução, uma vez que o autor observa a mesma tendência neoliberal de abandono do Estado de bem-estar seguida de intensificação de uma espécie de Estado-penitência no Brasil que já vivia o “Estado-repressão” há mais tempo, Estado que busca a normalização e disciplinamento dos indivíduos concomitante à punição àqueles que fogem à norma preestabelecida pela hegemonia, atribuindo aos costumes de moradores de bairros periféricos a proveniência de comportamentos potencialmente perigosos, não chegando a vivenciar o Estado de bem-estar do pós-guerra.

No Brasil, os discursos predominantes combinam os aspectos mais radicais [...] para justificar a violência policial com base na necessidade de eliminação do mal e para pedir simplesmente mais polícia para combater o crime. O problema da violência ilegal não chega a ser posto, visto que a verdadeira questão é a guerra ao crime e aos criminosos, sem piedade nem compaixão. Trata-se de punir os criminosos e coibir potenciais delinquentes com mais polícia nas ruas, o que significa mais confronto e administração sumária da justiça. As vicissitudes da segurança pública são reduzidas a uma questão de déficit de polícia e de vigilância, ou seja, o que se espera é uma política que se traduza em mais rondas policiais e uma pré-disposição para abordar e agir sem meios-termos diante dos suspeitos. (BELLI, 2004, p. 88)

Um aspecto que reforça a ideia de economia política do crime intrínseca às políticas públicas de segurança do tipo tolerância zero é a mensuração através de dados estatísticos que demonstram somente um retorno em relação aos índices de homicídio que é atribuída à repressão policial estabelecida pelo programa que emergiu de forma assumida na década de 90. A orientação voltada à obtenção de números que são apropriados para legitimar o suposto bom funcionamento das políticas altamente repressivas ignora, conforme as observações de Belli (2001), dados como a constante elevação dos índices de encarceramento e homicídio de pobres e negros, tanto no país norte-americano, quanto no Brasil que também assumiu uma postura altamente conservadora em relação aos “distúrbios” cotidianos.

Sem dúvida tem sido frequente o esforço de copiar em alguma medida no Brasil e em outros países periféricos as receitas gestadas nos países centrais. O programa Tolerância Zero seria um exemplo em que a

propaganda da eficiência e de ações orientadas por resultados mensuráveis alimentam a busca de soluções ditas modernas incubadas nos institutos de pesquisa conservadores nos EUA. O que pouco se nota, porém, é que talvez a popularidade do programa Tolerância Zero nos EUA possa revelar também um aprofundamento das desigualdades vividas nas relações entre diferentes grupos naquele país, com a exclusão ainda mais intensa dos julgados desajustados e desviantes. Nesse sentido específico, poder-se-ia dizer que os EUA e outros países desenvolvidos, como a Inglaterra por exemplo, estariam também imitando, ainda que inconscientemente e a seu modo, características muito comuns de sociedades periféricas, como a brasileira. (BELLI, 2004, p. 90)

De acordo com as observações de Belli (2001), o Brasil está muito mais vulnerável no que tange ao crescente caráter penal do Estado em relação a outros países desenvolvidos que compram das políticas seletivas e reducionistas estadunidenses, pois não apresenta a mesma rede de amparo, mesmo que mínima, que possuem esses países ao lidar com os efeitos dessa suposta redução do Estado à função penal. Tais políticas que, segundo o autor brasileiro, possuem como base a repressão de parcelas da sociedade criminalizadas por meio de estereótipos que atraem a preferência da vigilância por parte dos órgãos responsáveis pelo policiamento, cujos discursos penetram no senso comum da população, acabam por legitimar a violência proveniente do Estado. Conforme as constatações do autor brasileiro, essas comunidades são as localidades preferidas pela intervenção das polícias, às quais são comumente direcionadas políticas públicas de segurança altamente repressivas que se tornaram moda ao redor do mundo, principalmente a partir da década de 1990.

Rosa (2015) realiza uma reflexão acerca dessa noção de vulnerabilidade social – recorrentemente empregada pelos formuladores e entusiastas das políticas de tolerância zero como afirmam Wacquant (2001) e Belli (2004) - que legitima intervenções estatais em nome dos direitos humanos que em diversas ocasiões, como na intervenção do Estado no consumo e comércio de substâncias psicoativas ilícitas conforme exemplifica o autor, acabam por infringir tais direitos, ignorando práticas culturais de determinados extratos da sociedade que são marginalizadas por meio de discursos que padronizam comportamentos através de discursos provenientes dos saberes médicos, que são governamentalizados pela sociedade. Conforme Rosa (2015), a governamentalização de certas normas por parte da sociedade resulta na marginalização de condutas consideradas desvios pela mesma

que, de acordo com Becker (2008), são atribuídas aos indivíduos rotulados como *outsiders*³³. De acordo com Rosa (2015),

[...] a noção de vulnerabilidade social opera como um dispositivo de intervenção estatal [...], possibilitando a intensificação do controle pela captura dos sujeitos através de certo governo das condutas que passa a ser aceito pela população como justificativa para práticas não apenas supostamente desviantes como também repressivas em nome da normalização e da segurança presente nas políticas públicas, características da era da biopolítica. (ROSA, 2015, p. 2)

Rosa (2014) apresenta características do que Agamben (2004) denominou “estado de exceção” - que os governos comumente atribuem a situações de pobreza, nas quais os indivíduos que a vivem estão propensos a serem concebidos como vulneráveis, principalmente quando habitam localidades onde o comércio ilegal de drogas está estabelecido -, que consiste, grosso modo, numa ruptura com a legislação vigente por parte do Estado, que intervém em determinados comportamentos e localidades em nome da manutenção do ordenamento social estabelecido, na criação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs³⁴, estabelecendo a seguinte reflexão:

A criação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs não se daria por meio de discursos e práticas amparadas na condição de vulnerabilidade social e risco operacionalizados também como dispositivo de intervenção estatal que justificaria o governo das condutas das populações pobres encarceradas em prisões ou em guetos e demais comunidades periféricas, conforme Wacquant (2001) mostrou ao tratar da emergência das chamadas políticas de tolerância zero, iniciadas na década de 1990 pelo então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani? (ROSA, 2015, p. 3)

Partindo do pressuposto por Wacquant (2001) e Belli (2004) de que a propagação da suposta efetividade de políticas semelhantes à tolerância zero virou moda e tomou conta dos discursos políticos de candidatos e eleitos que prometem a redução da criminalidade violenta através de políticas públicas de controle sobre os estratos pauperizados da sociedade e levando em consideração as experiências brasileiras assumidamente inspiradas no programa Tolerância Zero, como no já citado caso das práticas do governador de Brasília, Joaquim Roriz em janeiro de 1999, além da segunda experiência em 2004 quando o então prefeito de Curitiba

³³ Tradução livre: estranhos.

³⁴ O programa de segurança pública que deu origem às UPPs começou a funcionar em 19 de dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul. Desde então, 38 UPPs já estão implantadas e atualmente a Polícia Pacificadora conta com um efetivo de 9.543 policiais. Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.upprj.com/index.php/historico> Acessado em 04 de junho de 2016.

Osmar Bertoldi³⁵ chega a visitar Giuliani a fim de obter maiores informações e conselhos quanto à aplicação de políticas parecidas que foram prometidas pelo candidato do Partido da Frente Liberal aos cidadãos curitibanos, investigaremos a seguir uma suposta ascensão no estado do Espírito Santo de políticas com características próximas à tolerância zero, em especial o programa Estado Presente em Defesa da Vida, que apresenta incorporada à sua ementa, projetos assumidamente adaptados de experiências nova-iorquinas, como no caso do programa “Coordenadores de Pais” formulado pela Fundação Itaú Social, foco das posteriores investigações.

Os capítulos seguintes possuem como objetivo a comparação de características semelhantes entre as políticas dos programas Estado Presente em Defesa da Vida, implementado no estado do Espírito Santo no ano de 2011 e Tolerância Zero – programa “qualidade de vida” como preferem seus formuladores (BELLI, 2004) – colocado em prática no início dos anos 90 durante o governo de Rudolf Giuliani, então prefeito de Nova York, explicitando as premissas do programa Coordenadores de Pais, um dos projetos educacionais postos em prática junto à ementa do programa capixaba assumidamente adaptado pela Fundação Itaú Social, da realidade estadunidense à capixaba. O programa financiado pela companhia bancária será explorado de forma com que os dados obtidos acerca da funcionalidade do mesmo sejam utilizados em prol de uma análise crítica em relação a um modelo de educação proveniente de políticas públicas de segurança nova-iorquinas adotado pelo Estado do Espírito Santo. Serão exploradas as características dos programas capixabas que possivelmente apresentam características semelhantes ao que Vincent de Gaulejac (2007) denomina razão gerencialista. Além disso, serão investigadas possíveis práticas de empreendedorismo moral e empreendedorismo de si, relação de poder “biopolítica” que, segundo Foucault (2008), é uma característica do *homo oeconomicus*, indivíduo sujeito à governamentalidade neoliberal que pensa as relações de cunho

³⁵ O prefeito Cassio Taniguchi e o vereador Osmar Bertoldi reuniram-se com o especialista estadunidense em segurança pública John Picciano, que trabalha na empresa de consultoria do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. Ele veio conhecer a estrutura da Guarda Municipal de Curitiba e as ações da prefeitura no setor de segurança. Dados obtidos através do sítio eletrônico <http://www.parana-online.com.br/colonistas/hugo-santana/17963/FAZENDO+MAROLA> em abril de 2016.

não propriamente econômico, como problemáticas sociais referentes à violência e criminalidade, sob uma grade de inteligibilidade economicista, que tende a reduzir em termos de investimento e lucro, todas suas relações no seio da sociedade como uma verdadeira empresa (FOUCAULT, 2008).

CAPÍTULO 3 - TOLERÂNCIA ZERO NO BRASIL E O PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA

“Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”. (Albert Einstein)

3.1 Panorama geral das políticas capixabas de segurança pública

Para melhor compreendermos o estado no qual se encontram as políticas públicas de segurança do Espírito Santo na contemporaneidade, entendendo também o contexto de implantação do programa Estado Presente em Defesa da Vida do governo Casagrande³⁶, tornar-se-á pertinente à realização de uma análise contextual do antepassado político-econômico do Estado, investigando a origem dos discursos fundados anteriormente ao mandato do ex-governador que fundamentam a implementação de tais políticas. Para tanto, serão utilizados os estudos de Ribeiro Júnior (2012) acerca das vergonhosas condições do sistema carcerário capixaba durante os dois primeiros mandatos de Hartung³⁷ (2003 – 2010), objetivando o estabelecimento de um breve apanhado histórico acerca das políticas públicas de segurança, tão como das condições administrativas da máquina estatal que antecederam o governo de Renato Casagrande.

A obra de Ribeiro Júnior (2012) que analisa as políticas de segurança pública e penitenciária do Estado do Espírito Santo durante o governo de Paulo Hartung,

³⁶ Renato Casagrande governou o Estado do Espírito Santo durante o período de 2011 a 2014. Renato Casagrande nasceu na localidade de Povoação, interior do município de Castelo, região Sul do Espírito Santo, em 03 de dezembro de 1960. O engenheiro florestal e advogado integrou um grupo de jovens militantes interessados em renovar a política do município, liderados pelo amigo Carlim Schettino. De 1984 a 1987 exerceu o cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Castelo. Em 1987 se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi presidente da Associação Acadêmica Castelense (AAC) e organizou a primeira associação de moradores do município de Castelo, no Bairro Castelo I. Em 1987, inicia o curso de Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, tornando-se bacharel em 1991. Em 1988 foi candidato a vice-prefeito na chapa PMDB, PSB, PT que lançou Carlim. Em 1990 foi eleito Deputado Estadual pelo PSB, o primeiro da história do partido no Estado. Em 1992 integrou, novamente, a chapa de Carlim Schettino na disputa pela prefeitura de Castelo. Em 1994 foi indicado pelo partido para compor a chapa do Governo do Estado, na condição de vice-governador. Em janeiro de 1995, ainda como vice-governador assumiu o cargo de Secretário de Estado da Agricultura, tendo se desincompatibilizado em abril de 1998 para disputar o Governo do Estado. Casagrande foi eleito em Outubro de 2010 e assumiu em janeiro de 2011 até dezembro de 2014. Foi o governador mais bem votado da história do ES. Estes dados foram obtidos no sítio eletrônico Facebook do ex-governador https://www.facebook.com/renatocasagrande/info/?tab=page_info acessado em abril de 2016.

³⁷ Paulo Hartung é o atual governador do Estado do Espírito Santo atuando pelo partido PMDB.

com o objetivo de examinar fatores que contribuíram para o aumento catastrófico da população carcerária capixaba, apresenta uma série de importantes dados que facilitam a compreensão acerca das características daquele governo e da ascensão do atual governador do Estado, que apoiou Renato Casagrande no final de seus dois primeiros mandatos e que hoje se encontra em sua terceira gestão.

Conforme Ribeiro Júnior (2012), Paulo Hartung iniciou sua carreira política muito cedo, aderindo ao movimento estudantil no ano de 1979 e em seguida, aos 25 anos de idade, torna-se o mais jovem deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, assumindo o cargo em 1983 e, já apresentando boa reputação na política capixaba, é reeleito em 1986. No ano de 1990 Hartung é eleito Deputado Federal e permanece até 1992 quando se candidata à prefeitura de Vitória, capital do Estado e obtém sucesso, terminando seu mandato em 1996 elegendo seu sucessor, Luiz Paulo Vellozo Lucas. Em 1998 já conquista o cargo de Senador e, finalmente em 2002, assume o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo pela primeira vez. Reeleito em 2006 “com a maior votação percentual para o cargo até aquele momento, 77,27%” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 23), mesmo no meio de crises durante seu primeiro mandato, já demonstrava sua impecável reputação entre os eleitores capixabas que elegem seu candidato apoiado, Renato Casagrande (2011 – 2014), para reassumir o cargo no ano de 2015.

Pouco mais de trinta anos após ingressar na vida pública, Paulo Hartung terminou seu segundo mandato com 81% de aprovação elegendo, em 04 de outubro de 2010, seu sucessor Renato Casagrande, no primeiro turno, com 82,3%, dos votos válidos. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 23)

Os três mandatos que antecederam o de Paulo Hartung, deixaram como herança uma série de crises administrativas e econômicas que serviram de substrato para seu *slogan* de campanha: “um novo Espírito Santo”. Tal período que antecede a entrada de Hartung no governo do Estado foi permeado pela permanência, durante mais de uma década, do Deputado Estadual José Carlos Gratz (1991 – 2002), que ganhou força através dos mandatos dos governadores Albuíno Azeredo do PDT que atuou entre 1991 e 1994, que segundo afirmações de Max Mauro, teve sua atuação limitada pela ameaça de impeachment proveniente do grupo de Gratz, que continuou se fortalecendo durante o mandato de Vitor Buaiz (1995 – 1998) do PT, acusado de dar muito poder a José Carlos Gratz na tentativa de tornar o Estado

“governável”, fato que submeteu o Executivo ao domínio do Legislativo. Gratz alcança em 1997 a presidência da Assembleia legislativa e se reelege mais duas vezes consecutivas, dominando-a quase que totalmente até o ano de 2002. O exercício máximo do poderio de Gratz ocorreu quando José Ignácio, ex-presidente da OAB-ES e ex-senador, é descoberto em uma rede de corrupção que, no final de seu mandato como governador do Espírito Santo que ocorreu entre 1999 e 2002, o transforma em mero personagem sem voz na política capixaba da metade ao fim de seu mandato, tendo em vista que José Carlos Gratz já obtinha o apoio da grande maioria dos deputados estaduais, marcando um período que a mídia chegou a denominar “parlamentarismo capixaba” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

As denúncias de participação em uma rede de corrupção que envolvia até mesmo a diretoria do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) culminaram numa profunda crise econômica e administrativa no final do governo de José Ignácio, abandonado pelo PSDB que elege Paulo Hartung em seguida, em 2002, que herda a tarefa de sanar esses transtornos focando no combate ao “crime organizado”, discurso marcante em seu primeiro mandato. A cassação do mandato de Gratz no mesmo ano em que Hartung assumira o governo do Estado, já atribuía ao novo governador a boa reputação pelo fato de conseguir iniciar sua promessa de “varrer a sujeira” que assolava a máquina estatal e contornar a crise econômica. Apesar da constante elevação dos índices de homicídios desde o início da década de 1990, não constavam nos discursos de Hartung promessas de combate à violência urbana, focando seus esforços apenas no combate ao chamado crime de colarinho branco (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

O novo chefe do Executivo viria justamente atender às duas demandas supracitadas: a reforma administrativa e o combate ao crime organizado. Isso fica evidente ao analisarmos o discurso que proferiu durante a solenidade de transferência do cargo de governador em 1º de janeiro de 2003 no Palácio Anchieta. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 28)

Durante seu primeiro discurso como novo governador do Estado, Hartung assume a dificuldade dessa tarefa além de declarar “tolerância zero” à corrupção. Segundo Ribeiro Júnior (2012) a expressão comum no jargão da política criminal estadunidense reafirma sua determinação e “pulso firme” no combate à criminalidade de colarinho branco, embora já se observasse um impactante aumento em cerca de 3,5 vezes nos índices de encarceramento por crimes de rua, que levou

o governo Hartung a enfrentar uma de suas crises, sem mencionar o fato de que o governador elegeu no final de seu mandato seu secretário de segurança, Rodney Miranda, como deputado estadual mais votado (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Em suma, o governo Hartung foi responsável pela desestruturação de um sistema que se aproximava muito mais do coronelismo – sistema no qual os coronéis trocam favores na esfera pública por votos –, condenando coronéis e pistoleiros que ainda se faziam presentes no Estado, além de gradativamente adequar a economia capixaba às exigências neoliberais em âmbito nacional que se iniciara no governo de Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992 (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Em outras palavras, no momento em que o Brasil adequava sua economia ao modelo internacional predominante, o Espírito Santo ainda vivia em um sistema que há muito havia entrado em colapso. Não foi por outra razão que, mesmo com a privatização de suas principais indústrias, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Companhia Vale do Rio Doce, respectivamente em 1992 e 1997, bem como de sua companhia elétrica, a Escelsa, em 1995, a participação do Estado na economia nacional seguiu em escala descendente até 2002. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 32)

Ribeiro Júnior (2012) afirma diante desse fato que a preocupação de Hartung era predominantemente econômica, ao considerarmos que o problema da violência quase não fora citado pelo governador em seus discursos. O principal objetivo de Hartung, segundo o autor, era modernizar o Estado, retirando de cena o modelo retrógrado do coronelismo e adequando a economia capixaba aos moldes neoliberais que estavam em ascensão em todo o país. O que explica o forte apoio que Hartung recebera de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso era exatamente o fato de que as “novas elites econômicas em ascensão aguardavam e precisavam dessa modernização do Estado e da economia para expandir seus negócios e sua renda” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 33).

Embora tenha alavancado a economia capixaba de forma bastante rápida, superando até mesmo as próprias expectativas de seu mandato, Paulo Hartung caminhava em direção a duas crises que afetaram seu primeiro mandato, o que não foi motivo para sua reeleição em 2006 como o até então mais votado governador da história do Espírito Santo. Um dos fatores que deram início às crises enfrentadas por Hartung foi a negligência quanto aos investimentos na área de segurança pública que, segundo Ribeiro Júnior (2012), foram direcionados “à reorganização das

polícias civil e militar por meio da contratação de novos profissionais, compra de equipamentos e veículos, reforma e construção de delegacias, etc.” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 34), embora não tenham sido destinados de forma significativa ao sistema penitenciário.

Uma das características do governo Hartung observadas por Ribeiro Júnior (2012) em relação às reformas na segurança pública capixaba diz respeito ao convite feito pelo governador ao delegado da Polícia Federal Rodney Miranda para gerir a Secretaria de Segurança Pública do Estado devido a sua atuação em algumas prisões em âmbito nacional, fato que pode ser comparado à relação Giuliani-Bratton e às políticas de tolerância zero descritas anteriormente, principalmente no que tange aos investimentos na reorganização e modernização das polícias, que culminaram com a compra de um sistema de escutas telefônicas que objetivavam a investigação de casos de corrupção no Estado, ocasionando à denúncia de escutas ilegais por parte da Rede Gazeta, empresa de telecomunicação ligada à Rede Globo: primeira crise da gestão Hartung.

Como a assumida prioridade da gestão de Paulo Hartung era o combate ao crime organizado, as penitenciárias cada vez mais lotadas foram negligenciadas acarretando, a partir de denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e pela Vara de Execuções Penais ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), a confecção de um relatório denunciando o caos que dominava o sistema penitenciário capixaba, levando a segunda crise do primeiro mandato do governador: “as masmorras de Hartung”. A expressão faz jus à verdadeira situação de abandono na qual se encontrava o sistema penitenciário do Estado e ao desrespeito para com a vida dos detentos tendo em vista as precárias condições de sobrevivência dentro dos presídios superlotados que chegaram a despertar a ideia da adoção de contêineres para atender à crescente demanda de presos durante o governo Hartung (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

A crise penitenciária capixaba juntamente a diversos episódios envolvendo violência urbana no país permitiram maior atenção por parte da gestão do Estado, levando Hartung, conforme discursos por ele proferidos no decorrer de seu segundo

mandato, a dar maior atenção ao problema da criminalidade violenta, declarando que a guerra ao tráfico de drogas entraria em pauta em sua segunda gestão.

Claro que isso não significou modificar o seu projeto original de modernização do Estado, pelo contrário, esse projeto continuou avançando. Porém, importa destacar como tal modernização significaria uma virada na gestão de segurança pública e, especialmente, do sistema penitenciário no segundo governo Hartung. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 40)

Conforme defende Ribeiro Júnior (2012), a modernização estatal protagonizada por Hartung que desarticulou o coronelismo e adequou a economia capixaba à razão neoliberal que já estava em processo de difusão no Brasil, despertou um sistema público de segurança que implica criminalização da pobreza e encarceramento em massa que culminou com mais duas medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) após as denúncias da CNPCP, que tornou a inspecionar, junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as penitenciárias capixabas após o primeiro relatório de 2006, além de uma denúncia feita à ONU em Genebra. As condições subumanas de encarceramento que predominavam no Estado do Espírito Santo, em especial em relação à adesão às “celas metálicas” (contêineres) como complemento às celas convencionais e unidades independentes de encarceramento, também foi objeto de uma comparação realizada por Ribeiro Júnior (2012) entre as políticas penitenciárias que foram adotadas no Estado durante o governo Hartung e a tradição do sistema penitenciário estadunidense em tempos de “tolerância zero”.

O uso dessas “celas metálicas” lembra a saga do sistema penitenciário norte-americano, relatada por Wacquant, que, diante de um aumento absurdo de sua população carcerária, apelou para o uso de “prisões flutuantes”, em Nova York; do superpovoamento dos espaços, em Chicago; do uso de celas-ônibus, em Los Angeles; e de acampamentos militares rodeados de grades e arame farpado, em Phoenix. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 42)

O governo de Paulo Hartung prosseguiu com o processo de encarceramento em massa, em uma linha cada vez mais parecida com a estadunidense conforme o exposto por Wacquant (2001, 2003) a respeito das políticas de tolerância zero emergidas naquele país norte-americano, orientada para o encarceramento de estratos seletos da sociedade, especialmente a população negra e parda que, segundo Ribeiro Júnior (2012), era predominantemente encerrada nos presídios capixabas. Apesar de um breve momento de queda, no ano de 2005, nos índices de homicídios no Espírito Santo que, desde o início da década de 1990, fizeram com

que o Estado ostentasse a posição de segundo lugar no ranking da violência nacional, o número de homicídios tornou a crescer de forma constante a partir de 2006 concomitantemente aos índices de encarceramento, despertando dúvidas acerca da eficácia das políticas públicas de segurança colocadas em prática durante a “era Hartung” (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Nos oito anos do governo de Paulo Hartung o Espírito Santo sofreu uma reviravolta. De um lado, houve avanços consideráveis em termos macroeconômicos, as crises econômicas e administrativas foram sanadas e o Estado conseguiu se adequar às reformas neoliberais que há duas décadas vinham sendo implementadas no Brasil. De outro, os índices de homicídios de jovens chegaram ao nível mais alto da história capixaba, a população carcerária cresceu 3,34 vezes (alcançando 340,39 presos por 100 mil habitantes em junho de 2010), o número de negros e pardos encarcerados chegou a 77,87% em dezembro de 2010, e todo sistema penitenciário se tornou um grande negócio que vem sendo explorado por um pequeno aglomerado de empresas privadas. (RIBEIRO JÚNIOR, 2012, p. 73)

Ao considerarmos que Renato Casagrande do PSB (Partido Socialista Brasileiro) foi o sucessor de Paulo Hartung eleito no primeiro turno das votações de 2010³⁸, torna-se pertinente a investigação acerca do caráter das políticas públicas de segurança implementadas (ou fruto de prosseguimento das políticas emergentes no governo anterior sob novas roupagens) durante seu governo (2011 – 2014), mantendo o foco nas comparações entre características que possivelmente aproximam as políticas capixabas às estadunidenses descritas anteriormente.

A pesquisa comparativa entre as políticas públicas de segurança descritas no presente trabalho será realizada sob o prisma da biopolítica foucaultiana, considerando-as mecanismos pelo qual opera essa tecnologia de poder que controla e coage as populações ao mesmo tempo em que domina os mais íntimos atos e condutas dos indivíduos de maneira com que governamentalizem uma suposta necessidade de existência do Estado, garantindo a hegemonia daquela parcela da sociedade que, em tempos neoliberais, é composta pelas elites econômicas que militam em prol da manutenção do capitalismo de livre mercado (FOUCAULT, 2008). Para tanto, serão levantadas características da governamentalidade neoliberal que

³⁸ “Durante a campanha, Casagrande teve o apoio do atual governador Paulo Hartung (PMDB), que deixará o cargo após dois mandatos. Inicialmente, havia informações de que o vice de Hartung seria candidato ao governo, mas após negociações entre os partidos ele acabou saindo para o cargo de senador, deixando o caminho para Casagrande.” Passagem reproduzida do sítio eletrônico <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/jose-renato-casagrande-e-eleito-governador-do-es.html> em abril de 2016.

implicam na intervenção estatal, em especial, sobre as camadas pauperizadas da sociedade contemporânea, consideradas de fundamental importância para a manutenção das trocas mercantis isentas de regulamentação estatal na concepção de Lavinias (2003).

Na América Latina, e no Brasil em particular, o padrão excludente é constitutivo do modelo de acumulação, em todas as suas fases e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Esse padrão de desigualdade extrema, entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social. A pobreza é consequência da exclusão. (LAVINAS, 2003, p. 43)

Partindo da ideia de que a gestão da pobreza é fundamental para a manutenção do modelo político-econômico vigente, levantar-se-ão possíveis características que os programas em questão possuem em comum, em especial, as que objetivam o gerenciamento da população pobre de maneira com que essa se torne instrumento utilizado a favor do capital por meio de técnicas biopolíticas de vigilância, controle, normalização, disciplinamento e coerção. Serão observadas também as características, além do forte investimento em policiamento comum de ambos os programas, concernentes à normalização e disciplinamento por meio do empreendedorismo de si e do empreendedorismo moral que possivelmente objetivam a fabricação de indivíduos engajados no sistema capitalista de livres transações mercantis, que vivem em prol do investimento em si mesmos como garantia de competitividade em um mercado de trabalho cada vez mais disputado, eliminando as condutas que são julgadas como nocivas ao “sucesso profissional” de cada um deles. Tais análises terão como base um dos projetos integrados ao programa Estado Presente em Defesa da Vida lançado por Casagrande no mês de maio de 2011, cuja meta principal é o combate à criminalidade violenta através da intensificação do policiamento em bairros considerados “vulneráveis” pelos formuladores do programa, tão como investimentos na modernização e equipamento das polícias civil e militar, conforme a Fajardo (2014).

3.2 Estado Presente em Defesa da Vida: semelhanças e particularidades em relação ao programa Tolerância Zero

Ao tomar posse do governo do Estado do Espírito Santo em janeiro de 2011, Renato Casagrande anuncia seu secretariado juntamente às metas propostas para

sua gestão, dentre elas a prioridade no aumento da receita e fortalecimento das empresas capixabas, conforme a declaração feita pelo secretário de Estado da Fazenda, Maurício Cezar Duque, que assumiu o cargo junto a outras e outros 34 secretários e secretárias que o então governador nomeou e deu posse no dia 03 de janeiro de 2011, em cerimônia no Palácio Anchieta³⁹. Em seu discurso de conteúdo que se aproxima às premissas neoliberais, Duque defende que a solução para uma receita favorável seja a potencialização da concorrência entre as empresas capixabas, o que supostamente garantiria o fortalecimento das mesmas.

De acordo com Duque, sua gestão terá por objetivo manter a receita do Estado superior às despesas e ampliar a competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. “O aumento da competitividade permite o crescimento das empresas e, por conseguinte, a ampliação da arrecadação”, destaca.⁴⁰

Já em seu primeiro discurso⁴¹ como governador empossado, Casagrande promete conciliar crescimento econômico com “desenvolvimento social” além de prosseguir com as políticas de Paulo Hartung, fato que pressupõe a continuação da repressão seletiva que, de acordo com Ribeiro Júnior (2012), é responsável pelo encarceramento em massa de pobres no Espírito Santo.

“Durante décadas, nosso país viveu um debate que colocava como antagônicos o desenvolvimento econômico e o social. Isso foi uma espécie de miopia ideológica que não cabe mais. O processo iniciado sob a liderança do ex-governador Paulo Hartung com um padrão de eficiência continuará. Vamos levar os capixabas ainda mais longe, promovendo **justiça social** e capacitando os cidadãos para que se **desenvolvam pessoal e profissionalmente**”.⁴² (grifos nossos)

Em outra passagem de seu primeiro pronunciamento, Casagrande torna a afirmar sua atenção na adequação da população capixaba, especialmente os jovens, à demanda neoliberal de profissionais a fim de atender as necessidades do empresariado local, uma vez que o já citado objetivo de fortalecimento das empresas capixabas implica na contratação de trabalhadores cujos atributos

³⁹ Dados obtidos no Diário Oficial capixaba (versão digital) do dia 04 de janeiro de 2011, visualizado no sítio eletrônico oficial da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER): http://www.seger.es.gov.br/seger/images/atividades/mais_com_menos/noticias/Governo%20garante%20continuidade%20do%20programa%20Mais%20com%20Menos%2004.01.2011.pdf. Acesso em abril de 2016.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Dados obtidos através do sítio eletrônico <http://www.es.gov.br/Noticias/141684/detalhes.htm> acessado em abril de 2016

⁴² Idem.

necessários serão fornecidos pelo Estado por meio de cursos profissionalizantes, integração político-econômica que se aproxima do experimento neoliberal de Nova York intensificada pela implantação da tolerância zero descrito por Wacquant (2001) e Belli (2004).

Necessitamos, como parte desse esforço de modernização da nossa infraestrutura produtiva, garantir formação e qualificação profissional adequada, para que nossos jovens e trabalhadores possam atender às exigências da nova economia capixaba. E já assumimos o compromisso de, no curto prazo, levar a todos os municípios capixabas um *ensino técnico profissionalizante modelado de acordo com a potencialidade e vocação econômica regional*. Queremos, ainda, garantir o acesso a uma educação de qualidade para todos os capixabas, da pré-escola à universidade.⁴³ (grifos nossos)

Porém, diferente dos discursos que evidenciaram a prioridade no combate ao chamado “crime organizado” que permearam o primeiro mandato de Paulo Hartung (2002 – 2005), Renato Casagrande assume a gestão do Estado revelando, já nos primeiros meses de seu mandato, sua intenção de intensificação do combate à criminalidade difusa, conforme outra passagem de seu discurso: “[...] precisamos, ainda, concentrar esforços, recursos e meios para superar as deficiências dos nossos serviços de saúde e os graves problemas relacionados à segurança pública”.⁴⁴ Como estratégia para alcance das metas propostas para seu período de gestão, Casagrande lança em maio de 2011 o programa intitulado Estado Presente em Defesa da Vida que, segundo Fajardo (2014), objetiva

[...] promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de **vulnerabilidade social**. (grifos nossos) (FAJARDO, 2014, p.8)

A noção de vulnerabilidade empregada pelo Secretário de Ações Estratégicas do Governo do Estado do Espírito Santo, Álvaro Rogério Duboc Fajardo, pressupõe um caráter de criminalização da pobreza por parte da gestão do Estado, uma vez que associa o fator exposição a riscos de determinada população à estrutura familiar tão como à educação e empregos além da baixa renda financeira como explicitado

⁴³ O discurso completo pode ser lido através do sítio eletrônico <http://www.viaes.com.br/site4/exibir/19833> acessado em abril de 2016.

⁴⁴ Idem.

por Fajardo (2014), fatores sem comprovação empírica acerca de sua relação com a violência.

O conceito de vulnerabilidade social para fins do Programa Estado Presente refere-se ao conjunto de fatores socioeconômicos e demográficos capazes de reduzir o nível de bem-estar de uma determinada população, em consequência de sua exposição a determinados tipos de risco. Não se limita, portanto, à concepção e pobreza, mas inclui também a composição familiar, as condições e acesso a serviços de saúde, a qualidade e o acesso ao sistema educacional, a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, etc. (FAJARDO, 2014, p.8)

A relação entre pobreza e violência letal no Espírito Santo também é fomentada pela visão que Fajardo (2014) possui acerca dos fatores que influenciaram a difusão dos altos índices de homicídios no Estado. Para o secretário, as populações de baixa renda que se instalaram de forma irregular na Região Metropolitana da Grande Vitória que foram atraídas pela geração de empregos pelas indústrias instaladas na região na década de setenta, constituem um fator determinante para a geração da violência capixaba, conforme explicita em seu artigo (FAJARDO, 2014) sobre o programa Estado Presente.

As consequências da ocupação irregular dessas áreas urbanas por populações de baixa renda, somadas à ausência de políticas públicas consistentes – em especial para o setor de segurança pública e defesa social – acabaram por produzir uma espiral de violência letal. [...] o crescimento da violência letal nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória deu-se não de maneira homogênea, mas concentrada, apresentando algumas características comuns em sua distribuição: manifestou-se principalmente em bairros ou conjuntos de bairros com grande densidade demográfica, de ocupação recente (menor que 30 anos, com raras exceções), caracterizados por baixo grau de urbanização, população residente de baixo nível socioeconômico e submetida a elevados índices de vulnerabilidade social. (FAJARDO, 2014, p. 5 – 6)

O programa Estado Presente em Defesa da Vida foi lançado em maio de 2011 na chamada região 05 de Vila Velha, conjunto de bairros conhecido como Terra Vermelha. Região de recente povoamento, Terra Vermelha é estigmatizada pela pobreza e pelas notícias veiculadas *ad nauseam* pela mídia local acerca da incidência da criminalidade violenta, onde Casagrande prosseguiu com as ações que emergiram em 2007 conforme Fajardo (2014), junto ao Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010) elaborado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa social do Espírito Santo (SESP-ES) marcando uma notável supervalorização de políticas públicas de segurança no Espírito Santo. Do mesmo modo que a baixa nos índices de criminalidade violenta

na cidade de Nova York foi associada às políticas de tolerância zero nos Estados Unidos, as ações voltadas ao fomento de políticas públicas que priorizam o investimento no chamado “enfrentamento à violência” no Estado, mesmo diante da inexistência de qualquer tipo de comprovação empírica no que diz respeito à efetividade das mesmas, receberam por parte de seus formuladores e entusiastas as honras de verdadeiros remédios contra os elevados índices de homicídios no Estado, considerando dados fornecidos pelo Atlas da Violência (IPEA, 2016) que anunciam um decréscimo dessa taxa no período de 2010 a 2014, período no qual Casagrande protagoniza a gestão estatal.

A partir de um conjunto de diagnósticos produzidos foram priorizados investimentos em ações estratégicas voltadas especialmente para a prevenção da violência letal, o controle da população carcerária, o estabelecimento de um sistema integrado de inteligência, o uso de novas tecnologias, a mediação de conflitos, a promoção da cidadania, a melhoria das condições de trabalho e a **valorização dos profissionais da segurança pública**. (grifos nossos) (FAJARDO, 2014, p. 6)

Diante do fato de que o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2007-2010) fora decisivo para a priorização nos investimentos em políticas públicas de segurança por parte do Estado capixaba, com o suposto objetivo de refrear os altos índices de homicídio que assolam o Espírito Santo, o programa Estado Presente é criado para atender essa demanda uma vez que a redução 9,3% nos números absolutos de assassinatos entre os anos de 2009 e 2010 fora atribuída a tal supervalorização das instituições e agentes estatais responsáveis pela aplicação das leis e das penas estabelecidas (FAJARDO, 2014). O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social também é uma política capixaba que apresenta características semelhantes às apresentadas por Wacquant (2001) e Belli (2004) em relação às práticas de tolerância zero estadunidenses, considerando que a partir dele foram

[...] desenvolvidos três programas, baseados nos setores apontados como prioritários, que foram executados entre os anos de 2007 a 2010:

- a) O Programa para o Enfrentamento da Violência e da proteção Pública destinou esforços e recursos para projetos estruturados em três dimensões distintas: ações preventivas integradas, **ações de repressão qualificada** e ações de adequação estratégica. As ações preventivas integradas tiveram foco na ampliação da **experiência com o policiamento de proximidade**, no fortalecimento da rede de proteção para os casos de violência doméstica e de **grupos vulneráveis**, além do fortalecimento da cooperação técnica entre os agentes e instituições de segurança; as ações de repressão qualificada objetivaram promover o reaparelhamento dos órgãos de

Segurança Pública e da infraestrutura policial; e as de adequação estratégica buscaram a **formação de uma rede social de atores representativos, composta por representantes do poder público local e lideranças comunitárias, especialmente através dos Conselhos Comunitários de Segurança;**

- b) O Programa de Reestruturação e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social concentrou-se nas ações de **reorganização institucional, gestão do conhecimento e tecnologia, modernização e reaparelhamento dos órgãos de segurança pública e incentivo à participação popular;**
- c) O Programa de Valorização Profissional desenvolveu ações de capacitação profissional e **valorização institucional, cujo objetivo era qualificar e instrumentalizar os profissionais do sistema de segurança pública** – especialmente aqueles ligados à atividade de inteligência. (grifos nossos) (FAJARDO, 2014, p. 7)

Ao observarmos os grifos acima podemos constatar que anterior à emergência do programa Estado Presente em Defesa da Vida, a gestão da segurança pública capixaba já seguia uma tendência de supervalorização da segurança pública como tentativa de refrear os índices de criminalidade que, assim como em Nova York, priorizou investimentos em repressão, principalmente em conjuntos de bairros estigmatizados pela concentração dos maiores índices de violência letal do Estado que são denominados “aglomerados” – classificados por semelhanças nas características relativas à geografia das regiões, padrões de urbanização, demografia e, finalmente, pela classificação socioeconômica comumente associada à criminalidade violenta – por parte dos idealizadores do programa (FAJARDO, 2014). As referidas ações de repressão qualificada propostas pelo “Programa para o Enfrentamento da Violência e da proteção Pública”, direcionada principalmente aos crimes que envolvem a produção, porte, comercialização e consumo de substâncias psicoativas ilícitas, intensificadas através do chamado “policiamento de proximidade” em bairros considerados “vulneráveis” podem se comparar facilmente à “patrulha a pé” colocada nas ruas através do *Safe and Clean Neighborhoods Program* (Programa Bairros Limpos e Seguros) relatado por Wilson e Kelling (1982), assim como a sugerida “formação de uma rede social de atores representativos, composta por representantes do poder público local e lideranças comunitárias, especialmente através dos Conselhos Comunitários de Segurança” (FAJARDO, 2014, p. 7) pode ser associada à descentralização da responsabilidade das delegacias de polícia de Nova York como estratégia de Giuliani para fomento da competição por resultados mensuráveis referentes ao “bom

desempenho” de seus agentes, associado à quantidade de apreensões de drogas e armas, tão como de prisões efetuadas por eles.

O “Programa de Reestruturação e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social” apresenta características semelhantes ao *compstat* nova-iorquino no que tange à informatização das polícias com a finalidade de registro dos bairros onde foram realizadas intervenções desses agentes do Estado, tão como no registro de pessoas com antecedentes criminais, fator que possui como efeito colateral a estigmatização de tais sujeitos e consequente seletividade por parte dos policiais no momento da abordagem conforme Wacquant (2001) e Belli (2004). Segundo os mesmos autores, esse tipo de investimento culmina com a concentração de esforços das polícias em bairros onde já houve incidência de criminalidade, repetindo sempre os mesmos alvos das abordagens, os cidadãos que habitam as regiões anteriormente associadas à criminalidade.

O “Programa de Valorização Profissional” segue o mesmo modelo de gratificação aos profissionais da segurança pública de Giuliani, objetivando o incentivo desses agentes por meio de premiações e condecorações como forma de bonificar seu “bom desempenho” já descrito anteriormente, potencializando a competição entre as polícias, provocando cada vez mais prisões e mortes de indivíduos estigmatizados pela seletividade penal característica desse tipo de política descrita por Wacquant (2001) e Belli (2004), que associaram a superlotação dos presídios daquele país norte-americano que hoje ostenta a maior população carcerária do planeta às políticas altamente repressivas direcionadas a estratos seletos da sociedade contemporânea.

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida segue um modelo de priorização de intervenções nos conjuntos de bairros chamados de aglomerados por seus idealizadores que obedece quatro etapas distintas descritas por Fajardo (2014):

- **Caracterização:** consiste em caracterizar os bairros ou conjuntos de bairros como mais ou menos vulneráveis conforme os critérios de vulnerabilidade utilizados por Fajardo (2014) e apresentados anteriormente;

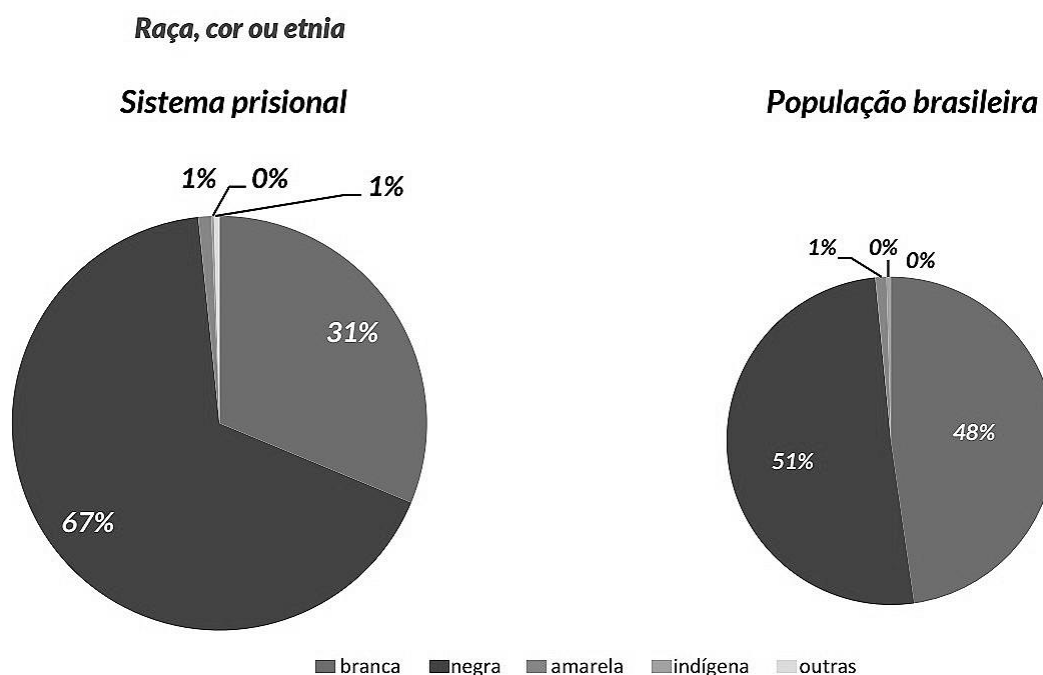
- **Classificação:** classificar os ditos aglomerados em grupos de acordo com o tipo de intervenção supostamente necessária⁴⁵;
- **Elegibilidade:** trata-se da eleição dos bairros e conjuntos de bairros que são julgados “aptos” a receberem intervenções dos projetos e ações do referido programa;
- **Priorização:** priorização à implantação de projetos nos bairros e conjuntos de bairros enquadrados nos critérios de elegibilidade. (FAJARDO, 2014, p. 9)

Fajardo (2014) revela que as etapas do programa supracitadas permitiram a identificação inicial de 30 conjuntos de bairros compreendidos na Região Metropolitana da Grande Vitória (20) e interior do Estado (10) “onde estão concentrados mais de 50% dos crimes letais intencionais e boa parte da população em desigualdade social” (FAJARDO, 2014, p. 9), demonstrando novamente a criminalização da pobreza por parte da gestão da segurança pública capixaba. Tal constatação se mostra em outra característica comum entre os programas Estado Presente e Tolerância Zero que, de acordo com Wacquant (2001) e Belli (2004), foi assumidamente direcionado a parcelas da sociedade consideradas potencialmente perigosas que são em sua maioria pobres e negros, observando que esses últimos superlotam tanto os presídios estadunidenses quanto as penitenciárias capixabas conforme é possível observar nos dados fornecidos pelo último Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias Infopen publicado em 2014 pelo Ministério da Justiça do Governo Federal⁴⁶. As tabelas a seguir que foram retiradas do referido documento, evidenciam a predominância de negros encarcerados nas prisões de todo o Brasil, da mesma forma que ocorre nos Estados Unidos de acordo com Wacquant (2001) e Belli (2004):

⁴⁵ Observa-se no referido tópico um claro princípio de seletividade penal que o programa respeita quando associado às intervenções em bairros nova-iorquinos habitados predominantemente por negros e latinos pobres conforme as ponderações de Wacquant (2001) e Belli (2004) acerca das políticas de tolerância zero capitaneadas por Rudolph Giuliani.

⁴⁶ Dados obtidos através do sítio eletrônico <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf> acessado em maio de 2016.

GRÁFICO 1 – Raça, cor e etnia da população carcerária e população absoluta brasileira⁴⁷.



O gráfico acima revela que, assim como nos Estados Unidos (WACQUANT, 2001; BELLI 2004), o Brasil apresenta uma forte tendência de encarceramento da população negra em relação às pessoas de outras etnias que habitam o sistema prisional brasileiro apesar da semelhante proporção entre negros e brancos, a título de exemplo, que habitavam a federação em junho de 2014. A tabela a seguir evidencia que no final do governo de Casagrande o sistema carcerário capixaba apresentava a absurda proporção de 77,6% de negros em relação às demais etnias que representavam a população encarcerada no Estado em junho de 2014, fato que não é diferente de todos os outros Estados que apresentaram seus dados referentes à população carcerária classificada por raça, cor ou etnia no mesmo período, revelando que o Brasil, que apresentava a quarta maior população carcerária do planeta naquele ano, também apresenta a mesma seletividade penal orientada para a prisão de afrodescendentes que os Estados Unidos ao considerarmos como foi exposto por Wacquant (2001) e Belli (2004).

⁴⁷ Idem.

TABELA 1 – Raça, cor ou etnia predominante entre população carcerária de cada Unidade da Federação.

Raça, cor ou etnia por Unidade da Federação

UF	branca	negra	amarela	indígena	outras
AC	7,8%	90,1%	1,7%	0,2%	0,1%
AL	24,1%	75,7%	0,0%	0,3%	0,0%
AM	10,8%	87,0%	1,8%	0,1%	0,3%
AP	8,0%	89,6%	0,1%	0,1%	2,1%
BA	11,6%	87,7%	0,3%	0,1%	0,4%
CE	17,5%	80,4%	1,2%	0,7%	0,0%
DF	21,5%	77,9%	0,5%	0,0%	0,0%
ES	21,1%	77,6%	0,4%	0,0%	0,8%
GO	25,4%	74,6%	0,0%	0,0%	0,0%
MA	24,1%	71,7%	4,1%	0,0%	0,1%
MG	28,1%	70,0%	1,7%	0,0%	0,2%
MS	35,7%	62,9%	0,0%	1,1%	0,3%
MT	16,2%	83,5%	0,2%	0,1%	0,0%
PA	13,8%	83,8%	2,3%	0,1%	0,1%
PB	16,5%	83,0%	0,3%	0,1%	0,1%
PE	15,7%	81,0%	2,7%	0,1%	0,6%
PI	18,8%	64,9%	3,1%	0,1%	13,1%
PR	65,9%	32,7%	0,2%	0,0%	1,2%
RJ	27,8%	71,6%	0,0%	0,0%	0,5%
RN	28,7%	69,5%	0,4%	0,0%	1,3%
RO	27,3%	70,6%	1,8%	0,2%	0,1%
RR	11,5%	82,2%	0,0%	6,3%	0,0%
RS	67,6%	31,9%	0,2%	0,2%	0,1%
SC	61,5%	36,2%	2,1%	0,1%	0,1%
SE	9,4%	86,8%	3,8%	0,0%	0,0%
SP	NI	NI	NI	NI	NI
TO	15,3%	82,3%	2,1%	0,2%	0,2%
Total	31,3%	67,1%	1,0%	0,2%	0,4%

UF	Pessoas com informação
AC	75%
AL	96%
AM	85%
AP	79%
BA	91%
CE	75%
DF	80%
ES	92%
GO	61%
MA	55%
MG	71%
MS	92%
MT	74%
PA	90%
PB	54%
PE	31%
PI	59%
PR	87%
RJ	26%
RN	77%
RO	59%
RR	93%
RS	78%
SC	81%
SE	43%
SP	NI
TO	78%
Total	68%

Outra característica comum de ambos os programas se encontra na articulação entre Estado e sociedade civil objetivando uma espécie de co-responsabilização dos gestores públicos e comunidades no combate à violência como identificados no Tolerância Zero estadunidense por Wacquant (2001) e Belli (2004) e no Estado Presente capixaba, evidenciado por Fajardo (2014). O programa do Espírito Santo é guiado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE), responsável por tal integração Estado-sociedade que objetiva a vigilância e intervenção em tempo integral que abarca não só ações propriamente relativas à segurança pública capixaba, mas também, assim como ocorre nas

políticas de tolerância zero, projetos que envolvem também problemas relacionados à saúde, educação, cultura e outras áreas de intervenção das quais se encarrega o programa Estado Presente em Defesa da Vida, conforme evidencia Fajardo (2014).

Seu modelo de gestão está baseado em um conjunto de indicadores e metas, que permite mensurar o alcance, os resultados e a eficiência dos projetos e ações. A estratégia é complementada por um **rigoroso e sistemático processo de monitoramento**, que envolve ações policiais e intervenções nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, formação profissional, mediação de conflitos, etc. (grifos nossos) (FAJARDO, 2014, p. 9)

Fajardo (2014) explicita que na Sala de Decisão do Governo do Estado ocorrem reuniões entre o Governador, Secretários de Estado, representantes das agencias policiais, do Ministério Público e do Poder Judiciário nas quais são delimitados os setores de monitoramento aos quais são direcionadas as ações do programa capixaba. O Estado Presente em Defesa da Vida prioriza três linhas de ações:

- a) **Infraestrutura:** No eixo de Proteção Policial contempla **investimentos em construção e reforma de unidades padronizadas para as polícias, novas ferramentas tecnológicas, sistemas informatizados, viaturas e equipamentos de proteção individual**, também integram os investimentos para o Programa; O eixo de Proteção Social é contemplado com a construção, reforma e ampliação de escolas; Obras de drenagem e pavimentação; construção de unidades habitacionais; unidade de pronto atendimento; unidades de saúde da família; CAPS AD entre outras.
- b) **Proteção Policial:** consiste no desenvolvimento de estratégias específicas para cada organização policial com foco na defesa da vida. Cada uma das agências policiais prepara seu planejamento e executa as ações tendo por parâmetros a identificação de homicidas e traficantes, a realização de operações periódicas para cumprimento de mandados judiciais, o **mapeamento de locais de risco e pontos de venda de drogas e circulação de armas de fogo, o monitoramento de indivíduos de alto risco social custodiados no sistema prisional, a elaboração de planos específicos para patrulhamento das áreas de risco, o reforço de pessoal e de equipamentos para as estruturas dedicadas ao combate aos homicídios**. No eixo de Proteção Policial visando otimizar o monitoramento das ações e resultado das estratégias de atuação das Instituições policiais foi necessária uma reordenação territorial de tal forma que houvesse a coincidência sob um mesmo comando da Polícia Militar e da Polícia Civil em 20 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) que estão organizadas em 3 grandes Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). Essa integração também teve como objetivos o compartilhamento de informações criminais e o planejamento operacional conjunto. Este reordenamento e integração, aconteceu com o seguinte relacionamento das Unidades Operacionais: Comandos de Polícia Ostensiva da Polícia Militar com Superintendências de Polícia Regionais da Polícia Civil reorganizados em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP); e Batalhões/ Cias Independentes da Polícia Militar com Departamentos de Polícia Judiciária/Delegacias de Polícia Civil,

reorganizados em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) A RISP 01 (metropolitana) abrange geograficamente os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana e Guarapari. A RISP 02 (norte) contempla os municípios de Mucurici, Montanha, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Nova Venécia, Vila Pavão, São Gabriel da Palha, Vila Valério, João Neiva, Aracruz, Fundão, Ibraçu, Alto Rio Novo, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Marilândia, Colatina, Baixo Guandu, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Águia Branca, Mantenópolis, Sooretama, Rio Bananal, Linhares, Pedro Canário, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina. Na região sul, a RISP 03 responde pelos municípios de Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Alegre, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Mimoso do Sul, Atilio Vivacqua, Brejetuba, Muniz Freire, Iúna, Ibitirama, Irupi, Ibatiba, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Presidente Kennedy, Marataízes, Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha e Piúma. [...]

- c) **Proteção Social:** consiste na **integração das ações governamentais, nas suas diferentes esferas, e destas com parceiros da iniciativa privada e outras instituições**, de modo a criar uma ambiência de cidadania e de oportunidades para populações em **situação de vulnerabilidade**. As intervenções foram precedidas por um diagnóstico situacional de cada aglomerado, de modo que os projetos e ações executados sejam adequados às demandas das comunidades. Com base na percepção dessa realidade, o Programa desenvolve ações, tanto de natureza preventiva, como repressiva e de reinserção social, visando à redução da criminalidade letal, o fortalecimento da rede de proteção social e o melhor acesso aos serviços públicos essenciais. (FAJARDO, 2014, p. 10-13)

A partir dos trechos destacados acima, constatam-se mais pontos que aproximam os programas em questão como a intensificação dos investimentos de recursos públicos em equipamentos e tecnologia a favor dos órgãos repressivos do Estado, tão como o reforço no monitoramento de áreas estigmatizadas por maiores registros de violência, foco na desarticulação dos crimes que envolvem drogas ilícitas entre outros projetos que abarcam não só a segurança pública de uma forma geral, mas que a perpassam e se inserem em outras áreas de jurisdição. Segundo Fajardo (2014), o Programa Estado Presente em Defesa da Vida desenvolveu projetos que atravessam as Secretarias de “Saúde”, “Educação”, “Esporte e Lazer”, “Cultura”, “Desenvolvimento Urbano”, “Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho”, “Turismo”, “Gestão e Recursos Humanos” além da integração da Defensoria Pública Estadual, PROCON (Proteção ao Consumidor), Subsecretaria de Movimentos Sociais, Instituto de Atendimento Socioeducativo e da

ADERES – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo.

Junto à Secretaria de Saúde do Estado, o programa de Casagrande desenvolveu uma série de ações como construção de Pronto Atendimentos, os chamados “PA’s”, que consiste em unidades ambulatoriais de baixa e média complexidade assistencial que atendem casos de urgência e emergência e, quando necessário, transfere os pacientes mais graves para hospitais próximos. Também foram construídas as chamadas Unidades de Saúde da Família a fim de estabelecer uma atenção primária às famílias e, assim como nos Estados Unidos (WACQUANT, 2001; BELLI, 2004), foi intensificada a atenção aos usuários ditos problemáticos – tratados como doentes, diferente dos comerciantes de substâncias psicoativas ilícitas, tratados como criminosos em ambos os países - de álcool e outras drogas através da construção dos “Centros de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas” que são responsáveis pela monitoria continuada de usuários e ex-usuários dessas substâncias. A equipe que trabalha nessas instituições, composta por médicos psiquiatras, clínicos gerais, psicólogos e outros profissionais, atende adultos e crianças conforme as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (FAJARDO, 2014).

A parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer lançou o Esporte Pela Paz, que

[...] oferece atividades esportivas em várias modalidades e atividades complementares para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, residentes prioritariamente em regiões de vulnerabilidades sociais contempladas pelo Programa Estado Presente, tendo como foco prioritário a inclusão social proporcionada pelo esporte. O projeto busca ocupar o tempo livre das crianças e adolescentes com práticas saudáveis para o corpo e de atividades que desenvolvam o convívio na comunidade. Trata-se de uma união de esforços entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (SESPORT) e de diversos parceiros que colaboram com a cessão do espaço físico e oferecimento de suporte técnico. (FAJARDO, 2014, p. 15)

A união ainda foi responsável pela implementação do Campo Bom de Bola que oferece campos de futebol com grama sintética e iluminação e o projeto Praça Saudável, responsável pela construção de mais espaços destinados à prática de atividades físicas para pessoas de todas as idades nas praças das comunidades abrangidas pelo Programa Estado Presente (FAJARDO, 2014).

Os resultados advindos da parceria do referido programa com a Secretaria de Cultura capixaba foram a instauração do programa “Cultura Presente”, que oferece mais acesso a atividades artísticas de diversas naturezas, como dança, teatro, música, cinema, capoeira, artes visuais, circo entre outras, com o objetivo de estabelecer a “construção da cidadania através da arte e da cultura” (FAJARDO, 2014, p. 16) e dos “Núcleos de Musicalização” que, promovidos pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) em parceria com a Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), objetivam

[...] colocar as crianças e adolescentes matriculados na rede pública e ensino em contato com a música, desenvolvendo a aprendizagem de instrumentos musicais adequados à formação de grupos nos aglomerados. O projeto tem enfoque sociocultural, com base no ensino coletivo da música, visando a potencialização de habilidades e a **orientação para comportamentos coerentes e adequados**, buscando contribuir não só para o aprimoramento da sensibilidade, criatividade, motricidade e do raciocínio, mas também para o desenvolvimento das relações interpessoais e a **formação do caráter de crianças e adolescentes destas comunidades**. (grifos nossos) (FAJARDO, 2014, p. 16)

Os destaques do trecho supracitado explicitam de forma ainda mais clara a associação da pobreza com defasagem na formação um de caráter considerado “coerente” que é comum a ambos os programas comparados ao observarmos a inferência parte dos autores, de uma suposta tendência desordeira ou indisciplinar das crianças e adolescentes estudantes da rede pública que seria sanada através da ocupação do tempo livre de tais indivíduos.

As ações junto à Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) permitiram ao programa Estado Presente investir em obras de drenagem e pavimentação dos bairros onde atuou, aplicando recursos também em obras de construção de unidades habitacionais destinadas a algumas famílias de baixa renda que residiam em locais de risco de deslizamentos ou áreas desapropriadas pelo próprio Governo. Fajardo (2014) ainda descreve o Projeto Minha Escritura, que garante a propriedade do imóvel com a concessão de escritura pública registrada e crédito imobiliário para famílias que possuem renda mensal de até três salários mínimos cujos imóveis não são regularizados.

Além das parcerias supracitadas, o Programa Estado Presente em Defesa da Vida colocado em prática no Estado Espírito Santo pelo ex-governador Renato Casagrande, conforme as afirmações de Fajardo (2014), também se articulou com

outros órgãos públicos objetivando a criação de políticas que, de acordo com o mesmo autor, possui como alvo a redução das taxas de homicídios capixabas. Como o foco da pesquisa está direcionado às políticas educacionais implementadas no decorrer do programa capixaba estudado, evidenciaremos os programas postos em prática por meio de uma Parceria-Público-Privada (PPP) – outra característica que aproxima o Estado Presente do programa Tolerância Zero emergente em Nova York - no período de atuação do mesmo de acordo com as descrições de Fajardo (2014), estabelecendo-se dessa maneira uma análise crítica de tais políticas assumidamente adaptadas da experiência educacional estadunidense, associando-as a práticas contemporâneas que se assemelham ao comportamento do sujeito que Foucault (2008a) cognominou *homo oeconomicus*, pressupondo o objetivo meramente economicista dessas políticas educacionais que contam com uma série de mecanismos de poder possivelmente voltados à fabricação de indivíduos produtivos por meio da vigilância e da disciplina.

3.3 Fundação Itaú Social, Estado do Espírito Santo e um modelo de educação importado da segurança pública estadunidense

A parceria com a Secretaria de Educação (SEDU) resultou, conforme Fajardo (2014), com a construção, reforma e ampliação de escolas da rede pública estadual além da instauração de programas como o “Coordenadores de Pais”, “Up With English” e “Jovens Urbanos”. Tanto o programa Coordenadores de Pais quanto o Jovens Urbanos são frutos da parceria entre a SEDU e a Fundação Itaú Social – exceto o programa Up With English que é resultado da parceria do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), do Consulado dos Estados Unidos, do IBEUV e da ONG Espírito Santo no Projeto social UP with English⁴⁸ - que reproduz assumidamente a experiência nova-iorquina de reforma da educação pública.

No ano de 1993 surge o “Programa de Apoio Comunitário” criado com o intuito de articular as ações sociais do banco Itaú de acordo com a página eletrônica da

⁴⁸ Dados obtidos através do site eletrônico: <http://ibeuv.com.br/vv/noticia/index/2012/04/parcerias/projeto-up-with-english> acessado em 27 de maio de 2016.

própria Fundação Itaú Social⁴⁹. Em 1994 ocorre o lançamento do projeto Raízes e Asas que consiste uma parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) que,

[...] a partir de um amplo trabalho de investigação sobre escolas públicas de diferentes regiões do país, foi elaborada uma coleção de materiais que apresentava experiências bem-sucedidas e soluções para questões administrativas, curriculares e pedagógicas. Esses materiais foram enviados às secretarias municipais e estaduais de educação do país, universidades e escolas. Até hoje, a coleção é considerada uma importante referência para práticas em gestão educacional.⁵⁰

Em 1995 o banco Itaú cria o Prêmio Itaú-Unicef que é um projeto cujos idealizadores afirmam objetivar a identificação, reconhecimento, visibilidade e estímulo ao trabalho de organizações da sociedade civil (OSCs) que não possuam fins lucrativos que contribuam com a educação integral de crianças e jovens considerados em condição de vulnerabilidade social através de articulações com políticas públicas. No ano de 1999 foi criado o programa “Melhoria da Educação no Município” que oferece formações continuadas para técnicos e secretários da educação. O projeto coordenado pela Oficina Municipal oferece formação para esses gestores objetivando uma suposta melhoria na qualidade da educação a partir do preparo de seus participantes na elaboração de um diagnóstico da situação local por meio da análise de indicadores sociais que servem como insumos para o desenvolvimento e a adoção de possíveis Planos Municipais de Educação (PME).

O Programa pretende também fortalecer a participação social, contribuir para a reorganização de órgãos gestores municipais e fortalecer a ação regional por meio da formação em consórcios intermunicipais. A metodologia do programa é participativa e envolve diferentes atores sociais. Sua atuação é dividida em duas frentes: a formação em consórcios, na qual são realizadas, em ciclos de duração de dois anos, as formações de gestores de municípios e de consórcios intermunicipais – entidades que reúnem municípios vizinhos para a realização de ações conjuntas; e a disseminação, na qual a metodologia do Melhoria da Educação no Município é oferecida por meio de encontros de formação organizados no âmbito das parcerias do Programa, da Plataforma Virtual e com as publicações que compõem a coleção Diálogos sobre a Gestão Municipal: "O Programa Melhoria da Educação no Município e as políticas públicas sociais", "O Planejamento educacional em ação", "O cotidiano do gestor: temas e práticas", "Processos na Educação" e "Passo a Passo do Plano Municipal de Educação"⁵¹

⁴⁹ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/quem-somos/historia> acessado em 27 de maio de 2016.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/programas/gestao-educacional/melhoria-da-educacao-no-municipio> acessado em 27 de maio de 2016.

O ano 2000 marcou a constituição da Fundação Itaú Social que prosseguiu com a formulação de projetos de intervenção educacional com o slogan “Comprometimento com a Comunidade e com o Desenvolvimento Econômico e Social”, criando no ano seguinte o “Prêmio Escola Voluntária” em parceria com a Rádio Bandeirantes, incentivando e reconhecendo instituições de ensino que fomentam o voluntariado entre seus alunos. Em 2002 a Fundação Itaú Social formulou o programa “Escrevendo o Futuro” que propõe aprimorar a prática didática de professores de Língua Portuguesa da rede pública em todo o Brasil através de uma parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e com o Ministério da Educação (MEC). No ano posterior a Fundação criou o programa “Voluntários Itaú Unibanco” para fomento do voluntariado entre os colaboradores do banco acreditando na contribuição que tal iniciativa fornece para o desenvolvimento dos indivíduos, da empresa e da sociedade como um todo por meio de uma parceria com o Instituto Unibanco.

Em 2004 a Fundação Itaú Social criou o Fundo Itaú Excelência Social, um investimento do banco em ações de empresas que são consideradas pelo mesmo como instituições “socialmente responsáveis”, destinando 50% da sua taxa de administração a projetos educacionais desenvolvidos por Organizações da Sociedade Civil. No mesmo ano, além da formulação do programa Jovens Urbanos - que posteriormente será descrito de forma detalhada -, foi implementada a “Avaliação Econômica de Projetos Sociais” que é considerada pelo banco como tema de destaque na busca de aprimoramento das ações e dos investimentos sociais além de ser reconhecida como importante ferramenta para subsidiar a gestão e o aprimoramento de iniciativas de caráter social permitindo a alocação de recursos e prestação de contas aos financiadores e destinatários das intervenções sociais e à sociedade em geral. Segundo os gestores da Fundação Itaú Social, é por meio desta metodologia que a aproximação entre competências da área econômica e do campo social acontecem.

A Avaliação Econômica é composta de duas partes: avaliação de impacto e cálculo do retorno econômico. A avaliação de impacto quantifica resultados de uma intervenção e estabelece relações causais entre as ações do projeto e os indicadores de interesse, permitindo afirmar se as alterações ocorridas foram realmente resultado da intervenção ou se ocorreriam de qualquer forma. O retorno econômico mede o retorno do programa em termos

monetários para a sociedade por meio da comparação dos custos do projeto com os benefícios gerados para o público atendido.⁵²

No ano seguinte é criado o portal online do programa de voluntariado intitulado “iVoluntários” e em 2006 o programa “Comunidade, presente!” que oferece empréstimos financeiros a organizações sociais que desenvolvam projetos na área de educação voltados a crianças, adolescentes e jovens e também no setor da saúde pública com a finalidade de aquisição de equipamentos, ampliação e reforma de unidades hospitalares. O Comunidade Presente atua com auxílio dos colaboradores do banco que indicam projetos locais que necessitam de recursos financeiros para sua consolidação ou manutenção.

É importante envolver os gerentes ou agentes de microcrédito das agências próximas às organizações, uma vez que eles atuam como interlocutores entre a organização e a Fundação Itaú Social. São apoiados pedidos de aquisição de equipamentos e materiais permanentes e, no caso de organizações que possuam sede própria, pequenas reformas. O programa não contempla pedidos de custeio da própria organização ou de execução de projetos, tais como despesas com recursos humanos, transporte e alimentação.⁵³

O ano de 2008 foi marcado pela incorporação do projeto Escrevendo o Futuro pelo Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (MEC), tornando-se parte das políticas de educação do Governo Federal que resulta na primeira Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Além disso, a Fundação Itaú Social lança os programas Coordenadores de Pais – que também será descrito com maior precisão juntamente às outras políticas educacionais implementadas no Espírito Santo pelo programa Estado Presente em Defesa da Vida – e do programa “Tutoria” que consiste em uma metodologia de formação que complementa os outros processos formativos de gestores pedagógicos e professores das redes públicas de ensino. O tutor, geralmente um profissional com maior tempo de experiência em sala de aula ou em outros tipos de cargos pedagógicos, é recrutado para acompanhar as atividades desses profissionais a fim de orientar e modelar suas metodologias de ensino de acordo com as premissas da Fundação Itaú Social.

⁵² Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/programas/avaliacao-economica-de-projetos-sociais> acessado em 27 de maio de 2016.

⁵³ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/programas/mobilizacao-social/comunidade-presente> acessado em 27 de maio de 2016.

O foco do Programa Tutoria é a promoção do desenvolvimento profissional dos tutorados, de forma customizada e sempre com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem. Para isso, a Fundação Itaú Social oferece formação em tutoria aos técnicos de secretarias de educação para que eles possam se apropriar da metodologia, compartilhá-la e aplicá-la com seus pares, professores e lideranças responsáveis pela gestão pedagógica nas escolas. Para embasar a disseminação da metodologia, a Fundação Itaú Social desenvolveu as publicações Guia de Tutoria de Área e Guia de Tutoria Pedagógica e uma série de dez vídeos que abordam as estratégias de tutoria.⁵⁴

A apresentadora do primeiro de uma série de vídeos explicativos sobre o programa Tutoria publicados pela Fundação Itaú Social, supõe que, frente às constantes mudanças que ocorrem no seio da sociedade contemporânea, é necessário o direcionamento de maiores esforços para intensificação da formação e da qualificação dos profissionais da educação, o que pressupõe a responsabilização direta desses atores pelo desempenho dos alunos em sala de aula. O trecho a seguir, direcionado aos profissionais da educação ilustra de forma mais clara o fomento à busca por maiores investimentos em si por parte de educadores.

“Para a Fundação Itaú Social a educação é a grande prioridade nacional, por isso, colabora no fortalecimento da competência em gestão educacional da rede pública de ensino e agora você é parte desse processo, você vai se conhecer melhor, vai se preparar, se atualizar, se qualificar para enfrentar novos e maiores desafios em uma sociedade que não para de se transformar.”⁵⁵

Em 2011 a instituição bancária foi responsável de programas como as “Políticas de Educação Integral”, “Ciclo de Debates em Gestão Educacional” e o “Avaliação e Aprendizagem”. No ano de 2012 a mesma organização produziu a “Rede de Avaliação Econômica de Projetos Sociais”, uma plataforma on-line para disseminação da metodologia empregada pela Fundação. Ocorre em 2013 uma intensificação na transferência dos programas Tutoria, Jovens Urbanos e Coordenadores de Pais para o poder público e, finalmente, em 2014, o programa iVoluntários é reformulado e reconhecido como “Rede de Ações Sociais Itaú”. Foram criados também os “Comitês Itaú” para facilitar a multiplicação do voluntariado nos projetos e programas formulados pelo Itaú. Para a Fundação Itaú Social

Esses profissionais têm a possibilidade de atuar em ações independentes, idealizadas e realizadas por eles próprios, ou corporativas, promovidas

⁵⁴ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/programas/gestao-educacional/tutoria> acessado em 27 de maio de 2016.

⁵⁵ Vídeo assistido através do sítio eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=LiBJxj6HqWs> acessado em 27 de maio de 2016.

pela Fundação Itaú Social e pelo Instituto Unibanco. Essas ações compõem os programas Itaú Criança, Transformação, Uso Consciente do Dinheiro (realizado pela Fundação Itaú Social em parceria com a área de Sustentabilidade do banco Itaú) e o Estudar Vale a Pena (iniciativa do Instituto Unibanco). Por meio da Rede de Ações Sociais Itaú, os voluntários divulgam oportunidades de atuação, mobilizam pessoas e compartilham experiências.⁵⁶

Sob a coordenação técnica do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial⁵⁷ – que recebe apoio de instituições e empresas privadas como as fundações Ford, Tinker, General Electric, Itaú Social, Odebrecht e Worldfund; Instituto Unibanco e Open Society Institute –, a Fundação Itaú Social publicou um documento que pode ser encontrado no sítio eletrônico oficial da iniciativa⁵⁸ descrevendo a experiência de reforma da educação de Nova York, fruto do programa “Excelência em Gestão Educacional” implementado em 2009. O texto intitulado *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil* descreve um estudo iniciado em 2007 por essas duas instituições acerca das reformas educacionais da cidade estadunidense estabelecendo um paralelo com a realidade do sistema educacional brasileiro. A primeira atuação da parceria consistia num projeto piloto articulado com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que colocava em prática os ensinamentos nova-iorquinos em dez escolas de ensino médio da zona leste de São Paulo, propondo ações de apoio ao professor em sala de aula e aproximação entre escola e família de alunos e alunas da rede pública. Algumas das políticas, adaptadas dos projetos emergentes na cidade de Nova York, ganharam forte ascensão do governo federal que incorporou alguns desses programas no Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (MEC), inclusive no período de atuação de Renato Casagrande no governo do

⁵⁶ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.fundacaoitausocial.org.br/programas/mobilizacao-social/voluntarios-itaunibanco> acessado em 27 de maio de 2016.

⁵⁷ O Instituto Braudel é uma iniciativa pioneira formada em 1987 em São Paulo por um grupo de economistas, empresários, lideranças públicas e jornalistas, buscando formas de superar os problemas institucionais que inibem o desenvolvimento humano na América Latina. Estimulamos criatividade e liderança. O Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial conduz pesquisas, debates públicos e ações sociais que propõem soluções para os problemas institucionais do Brasil e da América Latina. Com nosso nome homenageamos Fernand Braudel (1902-85), grande historiador francês, um dos fundadores da Universidade de São Paulo. Seu trabalho celebra o poder do mercado como força no desenvolvimento humano. A composição de sua obra-prima, *O Mediterrâneo e O Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, começou em São Paulo e foi concluída quando ele era prisioneiro de guerra na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Texto retirado do sítio eletrônico: <http://pt.braudel.org.br/o-instituto/> acessado em 27 de maio de 2016.

⁵⁸ <https://www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/biblioteca>

Estado do Espírito Santo, que também aplicou as políticas propostas pela Fundação Itaú Social à educação capixaba.

No documento publicado como fruto da parceria entre Itaú e Instituto Fernand Braudel constam estudos que classificavam em 25º, em um total de 30 países, o desempenho em matemática de alunos de 15 anos da rede pública nova-iorquina de ensino em 2006, avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação Escolar (Pisa) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) além do 18º lugar entre 24 países industrializados em graduação no ensino médio. Conforme o mesmo documento, um estudo realizado pelo Brookings Institution⁵⁹ - que realiza pesquisas voltadas à formulação de políticas que abrangem entre outros campos, economia e educação – constata que dentre 37 grandes distritos escolas centrais, 29 superaram suas deficiências em relação às cidades menores, que até então eram concebidas como superiores no que tange ao desempenho escolar. O Brookings associou tal melhoria no desempenho escolar dos alunos e alunas da rede pública estadunidense a “sistemas de cobrança de responsabilidade que recompensam ou punem escolas com base nas melhorias obtidas entre os alunos de baixo aproveitamento”, como consta na página 9 do documento intitulado *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*.

O mesmo documento revela que no ano de 2002 foram definidos padrões de desempenho educacional pela legislação *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Deixada para Trás) que responsabilizavam as secretarias de Educação pelo rendimento dos alunos e alunas da rede pública de ensino estadunidense, levando governadores e secretários de Educação de 46 Estados e de Washington D.C. a concordarem em preparar um conjunto de padrões de aprendizado em leitura e

⁵⁹ *The Brookings Institution is a nonprofit public policy organization based in Washington, DC. Our mission is to conduct in-depth research that leads to new ideas for solving problems facing a society at the local, national and global level. As Brookings crosses the threshold of its centenary in 2016, the Institution will celebrate its rich history, showcase its many contributions to the management of pressing public policy challenges, and launch initiatives and innovations that will ensure its ability to build on its legacy and shape the future.*

Tradução livre: A Brookings Institution é uma organização política pública sem fins lucrativos sediada em Washington, DC. Nossa missão é realizar pesquisas em profundidade que leva a novas ideias para resolver problemas que enfrentam uma sociedade a nível local, nacional e global. Como Brookings cruza o limiar do seu centenário em 2016, a Instituição vai comemorar sua rica história, mostrar suas muitas contribuições para a gestão dos desafios prementes de políticas públicas, e lançar iniciativas e inovações que irão garantir a sua capacidade de construir sobre seu legado e moldar o futuro. Texto retirado do sítio eletrônico <http://www.brookings.edu/> acessado em 28 de maio de 2016.

matemática a fim de facilitar a obtenção de dados comparativos em relação ao desempenho educacional – apenas das disciplinas inglês e matemática - dessas localidades.

A cidade de Nova York investiu na reestruturação das lideranças escolares que demitiu 80% dos diretores até o ano de 2001, substituindo-os por profissionais mais jovens, a maioria com menos de 40 anos de idade, além de levantar mais de 80 milhões de dólares com fundações do setor privado que financiaram a criação de uma Academia de Liderança para formar seus novos e jovens diretores e diretoras. No documento consta a informação de que a complexidade das responsabilidades de um diretor ou diretora de escola pública localizada em uma típica comunidade pobre de Nova York é comparada com a de um presidente de uma empresa de médio porte. O estudo comparativo realizado pelo Itaú e Instituto Braudel está subdividido em 9 capítulos que propõem estratégias para a gestão educacional que são recorrentes em ambientes empresariais e carregam títulos compostos por expressões frequentemente utilizadas nesses espaços, tais como *Accountability*⁶⁰ - que segundo Campos (1990) representa a prestação de contas de uma pessoa ou organização a outrem -, *Coaching*⁶¹ - uma expressão introduzida no meio corporativo, conforme Evered e Selman (1989), cujas raízes se encontram no final do século XIX quando a palavra *coach* era utilizada para se referir a um tipo de orientador sem vínculo empregatício com a universidade que preparava alunos e alunas para avaliações - e *Charter*⁶² - *a document, issued by a sovereign or state, outlining the conditions under which a corporation, colony, city, or other corporate body is organized, and defining its rights and privileges*^{63 64}.

O primeiro capítulo de *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*, intitulado *Descentralização e Autonomia Escolar: Empowerment Schools* (Escolas Empoderadas), apresenta uma proposta de descentralização da responsabilidade das secretarias de Educação, concentrando-a nos diretores e

⁶⁰ Tradução livre: prestação de contas.

⁶¹ Tradução livre: treinamento.

⁶² Tradução livre: fretamento.

⁶³ Tradução livre: um documento, emitido por um soberano ou Estado, definindo as condições em que uma corporação, colônia, cidade, ou outro órgão social é organizado e são definidos seus direitos e privilégios.

⁶⁴ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.dictionary.com/browse/charter> acessado em 28 de maio de 2016.

diretoras das escolas com o intuito de responsabilizar esses profissionais pela estagnação, evolução ou retrocesso curricular das crianças e jovens estudantes da rede pública de ensino. Dessa forma se torna mais fácil a aplicação de sanções ou premiações aos profissionais responsabilizados pelo desenvolvimento dos estudantes – principalmente em inglês e matemática como no caso de Nova York – de acordo com as premissas educacionais da reforma iniciada na cidade estadunidense, conforme consta no documento publicado pelo banco Itaú.

Conforme a pesquisa da Fundação Itaú Social, o então prefeito de Nova York, o empresário e político Michael Bloomberg, iniciou um projeto piloto em 2004/2005, inaugurando uma Zona de Autonomia (*Empowerment Zone*) em 29 escolas onde o projeto foi aceito de forma voluntária para, mais tarde, tornar-se uma política pública para toda a rede. Outro argumento utilizado por Bloomberg para tentar justificar a descentralização das responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento do ensino nova-iorquino foi a ideia de que a partir do projeto as escolas passariam a possuir maior autonomia para montar seu orçamento, contratar diretores e vice-diretores, decidir sobre currículo e grade horária e escolher o tipo de assessoria técnica considerado necessário para a equipe escolar. A iniciativa foi liderada por Eric Nadelstern, nomeado posteriormente Chefe de Escolas de todo o território de Nova York, cuja estratégia consistia na conquista de professores e diretores aliados para que pudessem vencer a resistência ao projeto, advinda principalmente de políticos e sindicatos.

Uma das primeiras consequências do projeto foi a eliminação de 210 cargos administrativos e a introdução de uma nova forma de financiamento de escolas públicas intitulada *Fair Student Funding* (Financiamento Justo por Aluno) que direciona os recursos necessários para o funcionamento dessas instituições com base no número de alunos matriculados em cada escola. Com os recursos centralizados nas mãos da diretoria das escolas, os recursos são geridos de acordo com a vontade dos profissionais responsáveis por cada instituição de ensino que podem contratar, sem necessidade do consenso das secretarias de Educação, serviços terceirizados como uma equipe de cinco profissionais que oferecem apoio que vão desde a instrução dos profissionais que trabalham nas escolas até à gestão de recursos financeiros. Cada um desses profissionais é um especialista responsável pela instrução e uso de dados (*Achievement Coch*), gestão operacional

(*Business Services Manager*) ou em outras demandas mais específicas das escolas como a educação especial, ensino de inglês aos estudantes imigrantes, serviço social para os alunos e alunas consideradas em situação de risco (*Special Services Manager*).

Com a eliminação das diretorias regionais de ensino pela Secretaria de Educação de Nova York em 2007, os diretores e diretoras das escolas eram condicionados a escolher entre três opções de serviço de assessoria com a suposta finalidade de atenção às metas exigidas pela Secretaria. As três opções de serviço de assessoria são:

- a) Fazer parte de uma Rede de Escolas (*School Network*), mediante o pagamento de 29.500 dólares por ano correspondente aos salários de cinco profissionais que dão suporte técnico a um grupo de 20 escolas;
- b) Contratar os serviços de uma entre nove organizações de fora da rede pública de ensino, com experiência em educação, selecionadas pela secretaria após um processo competitivo – entre elas, a Universidade da Cidade de Nova York, a Urban Assembly e a New Visions for Public Schools;
- c) Contratar os serviços de uma entre quatro organizações de apoio ao aprendizado (*learning suport organizations*), criadas por quatro ex-diretores regionais de ensino.⁶⁵

De acordo com o mesmo documento, existe a necessidade de haver uma competição entre essas quatro últimas organizações, objetivando uma suposta conquista de confiança das escolas que passaram a ser tratadas como clientes que precisam ser bem atendidos. As áreas de atuação das organizações de apoio escolar são:

- a) Auxiliar diretores e equipes a desenvolver planos de ação para melhoria dos resultados de aprendizado, de acordo com metas de desempenho estabelecidas;

⁶⁵ Dados obtidos através do sítio eletrônico: https://fundacao-itu-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/reforma_educacional_ny.pdf?Mt21q4uofTK92Ko20gr.MGcxGRNrmA13 acessado em 29 de maio de 2016.

- b) Auxiliar escolas a desenvolver programas e serviços que melhorem o desempenho de alunos com necessidades especiais e alunos que estão aprendendo inglês;
- c) Apoiar a escola no desenvolvimento de atividades extracurriculares que melhorem o envolvimento e sucesso acadêmico dos alunos;
- d) Auxiliar diretores para atrair, desenvolver e reter professores de qualidade, que possam melhorar a qualidade do aprendizado.

Embora os diretores e diretoras das escolas possuíssem certa autonomia para gerir os recursos destinados a cada uma dessas instituições de ensino, ainda estavam submissos à autoridade do ex-secretário de Educação Joel Klein que intervia nas escolas que não cumpriam com as metas estabelecidas pelo órgão central da secretaria, cujas responsabilidades são:

- a) Estabelecer padrões e metas para o aprendizado;
- b) Mensurar e monitorar o desempenho de escolas e alunos, publicando relatórios periódicos;
- c) Aplicar avaliações periódicas e implantar o *Achievment Reporting and Inovation System* (ARIS/Sistema de Inovação e Publicação de Resultados);
- d) Matrícula de alunos;
- e) Decidir sobre investimento na infraestrutura física, incluindo, mas não se limitando, decisões sobre grandes reformas e construções de novas escolas;
- f) Processar folha de pagamentos e de pessoal;
- g) Monitorar se as escolas estão cumprindo com as obrigações legais no âmbito federal e estadual.⁶⁶

Conforme *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*, foi necessária a contratação de uma equipe de advogados pela Secretaria de Educação de Nova York para que a descentralização fosse possível, uma vez que, conforme a legislação vigente, uma estrutura de 32 superintendentes comunitários regionais (*district community superintendents*) têm a autoridade sobre todos os aspectos da gestão escolar em sua jurisdição, inclusive a contratação do corpo docente e dos diretores. Portanto, esses advogados, conhecidos pela “criatividade” e capacidade de encontrar brechas na legislação, foram contratados para ampliar as

⁶⁶ Idem.

dimensões das atribuições da diretoria das escolas, obtendo como resposta um processo por parte do Sindicato dos Diretores, também considerado um obstáculo para a implantação da reforma em Nova York.

O segundo capítulo do estudo realizado pelo banco Itaú sob coordenação técnica do Instituto Braudel, intitulado *Monitoramento e Responsabilização por Resultados: O Princípio de Accountability* apresenta uma sugestão voltada às escolas brasileiras a respeito da adoção de um sistema de prestação de contas focada nos resultados de aprendizado com base no sistema de dados educacionais (ARIS) desenvolvido a partir de uma parceria da Secretaria de Educação de Nova York com a IBM – empresa estadunidense voltada à criação, desenvolvimento e manufatura de tecnologias de informação da indústria, sistemas de computadores, software, sistemas de rede, entre outros⁶⁷ -, onde são registradas informações como frequência escolar, repetências, notas e comportamento de cada um dos alunos da rede pública. No final de cada ano letivo a Secretaria de Educação gera um “boletim de progresso” a partir dos dados registrados no sistema além de exigir a aplicação de no mínimo 5 testes de inglês e matemática para avaliar os alunos.

A avaliação da rede ainda conta com Boletins de Progresso Escolar (*School Progress Reports*) obtidos a partir de testes que mensuram o progresso individual dos alunos e alunas, proporção de alunos que conseguem atingir um nível considerado adequado nas avaliações estaduais e que qualificam o ambiente escolar. As notas de cada instituição são comparadas à média de notas das demais instituições da rede pública de ensino. As Avaliações Qualitativas (*Quality Reviews*) servem de complementação aos Boletins de Progresso e testes periódicos seguindo o modelo de inspeção da Auditoria Britânica no qual todo avaliador segue um procedimento padrão objetivando a submissão de um relatório também padronizado. Através de um roteiro de perguntas pré-estabelecido, os avaliadores aplicam o mesmo questionário ao diretor isolado e na presença de pais, professores e outros funcionários da instituição a fim de obter respostas mais sinceras.

Equipes de Investigação com foco nos problemas de aprendizagem (*Inquiry Teams*) também fazem parte do processo de avaliação das instituições de ensino estadunidenses. Trata-se da formação de equipes entre os professores de

⁶⁷ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.ibm.com/br-pt/> acessado em 29 de maio de 2016.

determinada escola com o objetivo de monitoramento do processo de ensino-aprendizagem a fim de apontar possíveis falhas acerca da maneira de ensinar dos educadores, o que está sendo ensinado e a reação dos alunos e alunas em sala de aula. As Equipes de Investigação desenvolvem protocolos que orientam a metodologia de professores e professoras de acordo com as premissas da reforma e também funcionam como mecanismos de cobrança aos profissionais que não atendem às expectativas dos reformadores. Outra medida em tomada relação à responsabilização individual pelo ensino se encontra nos incentivos e sanções baseados nos resultados das avaliações de aprendizagem. A secretaria é responsável pela demissão até mesmo de uma equipe inteira de colaboradores escolares quando julga necessário, podendo, no extremo, fechar escolas que não passam nos testes de responsabilidade pelo ensino, reabrindo outra instituição no mesmo espaço com outros profissionais que tentarão se adequar à reforma. Na concepção dos formuladores dessa medida, a ameaça de demissão combinada ao fechamento das escolas configura um incentivo à melhoria dos profissionais envolvidos no processo.

A sugestão do terceiro capítulo do mesmo documento recebe o título de *Professores mentores e o apoio presencial ao professor em sala de aula: Coaching* é a adoção de um mentor ou tutor – *coach* – que precisa desenvolver estratégias específicas para atender às necessidades e pontos considerados fortes de cada escola, sempre tentando passar a impressão de pertencimento ao mesmo nível hierárquico do professor. Esse profissional acompanha a atividade dos professores *in loco*, ou seja, acompanha as aulas de cada um deles a fim de fornecer orientações de acordo com as expectativas dos reformadores. Parte desse trabalho consiste na análise dos dados de aprendizagem dos alunos e no planejamento das aulas junto aos professores. Alguns desses *coaches* se utilizam de câmeras e gravadores a fim de registrarem toda a aula dos professores monitorados. Os chamados mentores ou tutores também estabelecem reuniões com a diretoria de cada escola para oferecer conselhos em relação à condução das reuniões com professores.

O quarto capítulo, de título *Coordenadores de pais: aproximação entre escola e família*, sugere ao Brasil a criação da posição de “coordenador de pais” para cada uma das escolas da rede pública de ensino. A função nasceu da suposta

necessidade que algumas escolas nova-iorquinas tinham para encontrar alguém que pudesse acolher e tirar dúvidas dos pais ou outros familiares responsáveis pelas crianças e jovens estudantes que não participavam das reuniões da Associação de Pais e Mestres (APMs). O papel do coordenador de pais consiste num intermédio entre escola e famílias dos estudantes, principalmente de alunos e alunas consideradas indisciplinadas e de “baixo desempenho” em relação às atividades escolares, envolvendo os responsáveis por esses jovens em um processo de vigilância em tempo integral, dentro e fora da instituição escolar apelando até mesmo às chamadas “visitas domiciliares”, que reúnem o jovem ou a jovem em questão com o profissional coordenador de pais – profissional esse que atua como voluntário e multiplicador do ofício, responsabilizando-se também pelo recrutamento de mais voluntários e/ou voluntárias que se dispõem a ingressar na monitoria -, pais e/ou familiares e até mesmo de membros da comunidade ao entorno que se prontificam em acompanhar as atividades escolares e comportamentais do indivíduo. Vale ressaltar que o programa Coordenadores de Pais entrou em vigor apenas nas escolas localizadas nos bairros e conjuntos de bairros onde o Estado Presente entrou atuou, ou seja, comunidades consideradas vulneráveis por seus formuladores (FAJARDO, 2014).

O major Leonardo Nunes, que participou da concepção e implementação do programa Estado Presente como Subsecretário da SEAE e trabalhou como coautor no artigo intitulado “Estado Presente: Em defesa da Vida” (FAJARDO, 2014), nos concedeu uma entrevista através da qual nos confirma a hipótese de implantação de um modelo educacional no Espírito Santo que baseado nas políticas de reforma educacional estadunidense propostas pela Fundação Itaú Social. Além disso, Nunes afirma que

Uma das plataformas de educação da Fundação Itaú Social foi desenvolvida em aglomerados do Programa Estado Presente, que chama: COORDENADORES DE PAIS. Esse projeto foi desenvolvido com alguns parceiros: FUCAPE, ITAÚ SOCIAL, SEDU, SINCADES, FÍBRIA, CARTA FABRIL E CBC CONSTRUTOR. Seu principal objetivo era contribuir para diminuir a evasão escolar e a indisciplina, por meio de estratégia de aproximação entre a comunidade, escola e família.⁶⁸

⁶⁸ Resposta dada à questão de número 2 do questionário destinado aos gestores responsáveis pela implementação do programa Estado Presente em Defesa da Vida, anexado à dissertação como apêndice III.

O Coordenadores de Pais, programa estadunidense adaptado à realidade capixaba, costuma ser a primeira pessoa com quem os pais, mães ou demais responsáveis pelos jovens estudantes falam para obter informações ou fazer reclamações, de acordo com *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*. Conforme o texto, os coordenadores de pais passam a monitorar o portão de entrada das escolas no horário de entrada e saída das aulas além de caminhar pela escola durante os intervalos e a hora da merenda a fim de passarem a sensação de que existem muitas pessoas prestando atenção nelas e em seus comportamentos durante todo o tempo em que os alunos e alunas permanecem na escola e até mesmo fora delas, como no caso das visitas domiciliares. Considerando a biopolítica um conjunto de técnicas, instrumentos e tecnologias de poder que atuam de forma articulada controlando os mais ínfimos comportamentos do ser humano, é possível concluir que tal estratégia que passa a sensação de vigilância em tempo integral às crianças e adolescentes é uma espécie de hibridização do princípio do panóptico sugerido por Bentham (2008) com a sociedade de controle descrita por Foucault (1997). Tais visitas são agendadas pelos próprios coordenadores de pais que costumam fazer contato com os pais, mães e responsáveis que vivem junto com os estudantes, agendando uma conversa na residência dessas pessoas com o intuito de dialogar junto à família sobre o comportamento e desenvolvimento do aprendizado dos alunos e alunas ao mesmo tempo em que passa a conhecer a comunidade e a recrutar possíveis novos colaboradores que possam atuar tanto na ajuda ao monitoramento dessas crianças e jovens, quanto na ocupação voluntária do próprio posto de coordenador de pais. Alguns professores solicitam a presença dos coordenadores de pais em sala de aula, principalmente junto à “turma do fundão” comumente associada ao problema da “indisciplina⁶⁹” em sala de aula.

Dentre as atividades informais que também são utilizadas como estratégia para atrair pais, mães e responsáveis que não costumam frequentar as reuniões devido a uma série de fatores e motivos particulares. Dentre as atividades mais citadas pelos diretores e coordenadores de pais, estão:

⁶⁹ A expressão foi empregada entre aspas pelo devido ao fato de sua definição ser estritamente subjetiva e desconhecemos o tipo de comportamento ao qual seu conceito se aplica no interior do texto intitulado *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*.

- **Noite em Família (*Family Night*)** – é comum a exibição de filmes com pipoca para familiares, alunos e alunas, danças, sarau, jogos envolvendo matemática entre outras atividades;
- **Premiação de alunos** – sob o argumento de que os pais, mães ou outros responsáveis possuem poucas chances de receberem reconhecimento e convites para visitarem a escola, o projeto propõe cerimônias para premiações simples como certificados para estudantes que a escola considera apresentar maior destaque devido à apresentação de boas notas;
- **Mutirões Voluntários** – o intuito é organizar, com a ajuda dos coordenadores, ambientes acolhedores no espaço físico da escola com a finalidade de melhor receber os familiares de alunos e alunas como bibliotecas e salas de informática;
- **Oficinas e cursos para pais e mães** – são oferecidos cursos e oficinas que podem acontecer durante as Noites em Família com o objetivo de oferecer orientação aos pais, mães e responsáveis por alunos e alunas da escola. Conforme o texto, as oficinas e cursos apresentam temas que podem ajudar na relação entre responsáveis e estudantes, fornecendo dicas de acompanhamento e monitoramento das atividades dessas crianças e adolescentes, além de orientar em relação a supostos métodos de identificação de “problemas de aprendizagem”, acompanhamento no cumprimento de tarefas de casa, estímulo à leitura e também propostas de gestão do orçamento doméstico e conselhos sobre como evitar ou sair do endividamento.

As diretorias escolares procuram padronizar os atributos dos coordenadores de pais a partir de critérios que envolvem boa capacidade de comunicação, de escuta e observação; facilidade em estabelecer diálogos com estudantes, funcionários da escola, pais, mães e responsáveis, líderes comunitários entre outros; iniciativa para a criação de redes de relacionamento entre familiares de estudantes, organizações sociais e empresas; conhecimento da comunidade onde está inserida a escola dentre outras qualidades consideradas necessárias, conforme o documento em questão. Segundo os formuladores do texto, Martine Guerrier, uma antiga representante de associações na rede nova-iorquina, afirma que mesmo diante uma crise econômica e de cortes iminentes no orçamento da educação, as posições de

coordenadores de pais não estariam ameaçadas. De acordo com Martine, haverá demissão de professores antes de cortes de coordenadores de pais.

De acordo com a página 11 do “Guia de Implantação e Monitoramento” - direcionado aos diretores e diretoras de escolas que desejam implantar o programa nas instituições onde trabalham - do programa Coordenadores de Pais,

Já existem sistemas educacionais no mundo que têm buscado tornar a aproximação família-escola um eixo estratégico nos seus esforços de melhoria da qualidade da aprendizagem, sobretudo junto às escolas e alunos mais vulneráveis. Países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda e Holanda têm desenvolvido políticas públicas e programas de escala na área de aproximação família-escola. No Brasil, algumas redes públicas também têm buscado ações que estimulem a participação mais ativa das famílias no cotidiano escolar. É nessa perspectiva que a metodologia do Programa Coordenadores de Pais, iniciativa da Fundação Itaú Social inspirada na experiência de Nova York, tem sido implementada como estratégia de aproximação entre família e escola, em parceria com Secretarias de Educação dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Pará, São Paulo e Municípios do Rio de Janeiro, Santos e Salvador (onde o programa recebeu o nome de Agente da Educação).⁷⁰

O mesmo documento relata que parte de sua metodologia consiste em estratégias de comunicação com estudantes adolescentes acerca da suposta necessidade da ligação entre estudos e carreira profissional, “apoiando aspirações vocacionais, educacionais e profissionais”⁷¹ desses jovens, sempre complementadas com a orientação quanto às supostas ameaças que o consumo de drogas represente quando relacionado ao sucesso profissional dos estudantes. Uma das recomendações que o Guia fornece à diretoria escolar é a de orientar o coordenador de pais a tratar de forma diferenciada os estudantes com excesso de faltas permitidas pela instituição e registro de indisciplina – que pode ser associada à má gestão da sala de aula por parte dos professores. O guia do programa Coordenadores de Pais sugere recompensar alunos com eventos e atividades que reconheçam supostas “melhorias” comportamentais que implica em redução de faltas, participação em projetos escolares e melhoria nas notas.

O capítulo de número 5 de *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*, de título *Vias alternativas para seleção e contratação de professores e diretores*, traz consigo a proposta de estabelecimento de novos

⁷⁰ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/guia-coord-pais-escola-092015.pdf> acessado em 30 de maio de 2016.

⁷¹ Idem.

procedimentos de contratação de professores e diretores bem diferente dos até então utilizados pela Secretaria de Educação de Nova York. Trata-se da criação de canais de alternativos para certificação desses profissionais como o *Teach for America*⁷², responsável pelo recrutamento de jovens recém-formados em universidades de prestígio para a atividade docente. A proposta surgiu da monografia de graduação de Wendy Kopp, da Universidade de Princeton, que trouxe um plano para a criação de uma frente nacional de professores. Como não conseguiu apoio do então presidente George Bush (pai), contatado através de uma carta, Wendy buscou parcerias de grandes empresas – Apple, Mobil, Merck e Morgan Stanley - que financiaram a iniciativa da jovem, hoje uma das principais fontes alternativas de contratação de professores para escolas de periferia de grandes centros urbanos.

Atualmente o *Teach for America*, assim como o Coordenadores de Pais, investe na atração de mais pessoas que possam contribuir com as propostas de cada um dos programas embora uma das premissas do Coordenadores de pais seja o recrutamento de equipes de voluntariado para a atuação nas escolas, residências e comunidades de estudantes e o programa idealizado por Wendy ofereça mil dólares ao ano a estudantes universitários para que busquem em sites de relacionamento, pessoas consideradas candidatas em potencial para o programa, além de trabalharem como multiplicadores em seu ciclo de amizades. O programa oferece cinco semanas de treinamento para os novos professores e professoras que servirão como recursos humanos alternativos menos onerosos a serviço da escola contratante.

Com o apoio do *Teach for America*, foi desenvolvido em 1997 o *New Teacher Project*⁷³ que tem desenvolvido parceria com diversas secretarias de educação no intuito de recrutar e treinar profissionais de outras áreas de atuação como economistas, advogados, engenheiros e publicitários para trabalharem como docentes em escolas públicas consideradas vulneráveis por seus formuladores que afirmam existir prejuízos às redes públicas de ensino por parte dos sindicatos de professores, que dão preferência a profissionais com maior tempo de serviço docente prestado. Outra iniciativa da Secretaria de Educação de Nova York foi a

⁷² Tradução livre: Ensine para a América.

⁷³ Tradução livre: Projeto novo Professor.

*Leadership Academy*⁷⁴ que consiste no investimento em formação de diretores por uma instituição fomentada por recursos do setor privado. Segundo o referido documento publicado pelo banco Itaú, o mais importante programa criado por essa academia é o *Aspiring Principals Program*⁷⁵ que oferece treinamento a educadores sem formação em administração que desejam se tornar diretores e diretoras nas escolas mais “carentes e problemáticas” da rede nova-iorquina de educação. A proposta que a Fundação Itaú Social traz para o Brasil é a adoção desses canais alternativos de recrutamento de profissionais da educação como resposta a um suposto “déficit de capital humano”⁷⁶.

O capítulo 6 de *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil* relata a criação do programa *Impact* (Impacto) de segurança escolar. O *Impact* apresenta uma série de propostas disciplinares extremamente rígidas que incluem uma “política de tolerância zero” para alunos que cometem qualquer tipo de agressão, inclusive a expulsão de alunos reincidentes.

Uma força-tarefa de 150 policiais foi enviada para essas 12 escolas, após uma intensa pressão dos sindicatos de professores e diretores. Além de um disque-denúncia para segurança escolar, a rede abriu mais quatro centros de suspensão, totalizando 20 em toda a rede de Nova York, para onde os alunos suspensos são enviados, de forma que não fiquem sem estudar quando são retirados da escola. Alguns alunos com problemas comportamentais mais crônicos podem ter de frequentar esses centros por até 6 meses. Estudantes que violam por três vezes os regulamentos por carregar ou cometer atos de violência física são enviados para escolas alternativas chamadas *Second Opportunity Schools* (“Escolas para uma Segunda Chance”), que frequentam por um ano.⁷⁷

Ainda conforme explicita o mesmo documento, o então prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, ao anunciar tais medidas de tolerância zero nas escolas da rede educacional da cidade estadunidense, disse não ter qualquer empatia ou compaixão pelos alunos e alunas suspensas, alegando que não sente pena de estudantes que “perturbam e atacam”.

O programa *Impact* entrou em vigor a partir de uma parceria firmada entre a Secretaria de Educação de Nova York e o departamento de polícia, articulando

⁷⁴ Tradução livre: Academia de Liderança.

⁷⁵ Tradução livre: Programa de Aspirantes a Diretor.

⁷⁶ Dados obtidos através do sítio eletrônico: https://fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/reforma_educacional_ny.pdf?Mt21q4uofTK92Ko20gr.MGcxGRNrmA13 acessado em 29 de maio de 2016.

⁷⁷ Idem.

agentes policiais e educacionais em prol da normalização das condutas dos estudantes. A primeira medida adotada pelo programa foi a criação de equipes de intervenção formadas por educadores do órgão central e capitães da polícia, que analisavam indicadores como frequência dos estudantes em sala de aula e número de suspensões dentre um total de 11 indicadores considerados principais. Após as análises, esses atores aliados na busca da normalização dos comportamentos em ambiente escolar produziram um documento que relatava todos os aspectos da rotina da escola ao mesmo tempo em que estabelecia padrões e procedimentos básicos, alertando que nas escolas consideradas mais violentas se encontrava um número muito maior de portas e janelas quebradas, pouca iluminação além de diversos acessos ao interior dessas instituições.

A cidade de Nova York possui um Código de Disciplina do qual o programa *Impact* se incumbiu de visibilizar através da realização de várias oficinas para docentes e diretores que não possuíam conhecimento sobre o documento, além do desenvolvimento de um contrato para ser assinado por pais, mães ou devidos responsáveis e pelos próprios estudantes, enviado a esses atores junto com o Código de Disciplina⁷⁸.

O código inclui uma descrição detalhada dos mais diversos tipos de comportamento aceitáveis, desde xingamentos na sala de aula até incidentes envolvendo drogas e armas. Ao lado de cada uma das infrações, classificadas por níveis de gravidade, estão as opções de intervenção que o diretor de escola tem. As punições podem se tornar mais severas na medida em que um aluno persiste em um comportamento, por mais que este não esteja num dos níveis mais graves de infrações.⁷⁹

Como parte do programa, foi desenvolvido um “guia de boas práticas” voltado à orientação de gestores das escolas da rede nova-iorquina que buscava a padronização de diversas atitudes que perpassam a organização do espaço físico das instituições de ensino, procedimentos de entrada e saída de estudantes do

⁷⁸ Citywide Standards of Discipline and Intervention Measures: The Discipline Code and Bill of Students Rights and Responsibilities (“Padrões de disciplina e Medidas de Intervenção para toda Cidade: O Código de Disciplina e Conta de Direitos e Responsabilidades de Estudantes”), K-12, Department of Education, City of New York, september 2008. Acessado através do sítio eletrônico: [http://docs.nycenet.edu/docushare/dsweb/Get/Document-101/Discipline%20Code%20\(English\).pdf](http://docs.nycenet.edu/docushare/dsweb/Get/Document-101/Discipline%20Code%20(English).pdf)
Acessado em 04 de junho de 2016.

⁷⁹ Dados obtidos através do sítio eletrônico: https://fundacao-itu-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/reforma_educacional_ny.pdf?Mt21q4uofTK92Ko20gr.MGcxGRNrmA13
acessado em 29 de maio de 2016.

referido estabelecimento, práticas de ensino, circulação nos corredores, refeitório e biblioteca escolares, controle de frequência escolar, drogas, violência, suspensões, entre outros.

Dentre as características da reforma educacional de Nova York está a responsabilização da diretoria das escolas pelos índices de “desordem” e violência escolar. O desempenho desses profissionais é avaliado pela Secretaria de Educação de Nova York tendo o cumprimento do Código Disciplinar como referência, fomentando atitudes incisivas de tratamento direcionado a estudantes considerados indisciplinados por parte de diretores. A reforma que chegou a receber crítica pelo fato de organizar a secretaria como uma empresa ao adotar um sistema de fechamento de escolas que não alcançaram o desempenho esperado e até mesmo ter recebido várias denúncias por meio de um relatório publicado pela *New York City Liberties Union* (Associação pelas Liberdades Cíveis de Nova York) que expõe a criminalização das escolas e o tratamento de alunos e alunas como criminosos por parte de agentes de segurança, ganha cada vez mais espaço tanto na cidade onde foi iniciada quanto em outros países que adotaram políticas educacionais parecidas de acordo com o referido documento que relata a reforma educacional de Nova York e alega existirem possibilidades de adoção de um modelo semelhante no Brasil publicado pelo Itaú.

De acordo com Bruno Fontenele Cabral, Delegado de Polícia Federal em Brasília (DF), a adoção de políticas de tolerância zero em escolas vem ganhando popularidade apesar de não existirem muitos estudos que comprovem uma suposta eficácia no combate à violência nas escolas.

A popularidade da política de tolerância zero no combate à criminalidade no estado de Nova York ocasionou o surgimento de diversas outras modalidades de tolerância zero, tais como a "*tolerância zero contra as drogas*" e a "*tolerância zero contra a violência nas escolas*". Tais políticas foram alvos de diversas críticas. Particularmente, há uma enorme controvérsia sobre a utilização de políticas de tolerância zero nas escolas. Para tentar responder aos inúmeros questionamentos surgidos pela adoção dessas políticas, a Associação Americana de Psicologia reuniu uma força-tarefa para avaliar as evidências e fazer recomendações apropriadas sobre políticas de tolerância zero nas escolas e sua efetividade. Após uma revisão de literatura extensa, houve a constatação de que, na realidade, poucos estudos haviam sido realizados para analisar o real impacto estatístico das políticas de tolerância zero sobre a redução dos índices de violência escolar.⁸⁰

⁸⁰ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://jus.com.br/artigos/18252/zero-tolerance> Acessado em 05 de junho de 2016.

Cabral ainda expõe a violência a que são submetidos alunos e alunas punidos pelas políticas altamente repressivas que permeiam as escolas estadunidenses que por muitas das vezes acabam por submeter estudantes a regimes semelhantes aos destinados a adultos que cometem atos infracionais:

No que concerne às punições aplicadas pela política de tolerância zero nas escolas, é oportuno mencionar o caso de *Lisa Smith*. O caso teve início quando *Lisa*, uma estudante brilhante da 8ª série do ensino básico, violou a política de tolerância zero na escola, ao trazer uma garrafa de refrigerante com uma pequena quantidade de substância alcoólica para a escola. Em razão disso, a estudante veio a ser condenada sumariamente a cumprir uma punição alternativa de 05 (cinco) meses num reformatório com características militares ou a ser expulsa da escola. Também não se pode esquecer *Shanon Coslet*, aluna de 10 (dez) anos de idade, que foi expulsa da escola porque sua mãe colocou uma faca de cozinha em sua bolsa para cortar uma maçã. Tais casos têm ridicularizado e arruinado a credibilidade das algumas escolas públicas norte-americanas.⁸¹

O sétimo capítulo de *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil* de título *A participação do setor privado: as escolas charter* propõe a adoção, no Brasil, da experiência estadunidense de incentivo ao envolvimento do setor privado na reforma do ensino público. As escolas *charter* são instituições financiadas por empresas e fundações que compartilham a gestão das mesmas com o setor público. A parceria público-privada de gestão escolar é considerada positiva por seus idealizadores pelo fato de fornecer uma suposta potencialização da autonomia por meio da contratação de professores não sindicalizados, adoção de seus próprios currículos – oferecendo uma educação baseada nos princípios dos empresários financiadores do projeto – e estabelecimento de maiores cargas horárias.

O oitavo capítulo da mesma publicação possui o título *Relação com Sindicatos* e relata a resistência de sindicatos de professores e diretores às propostas de reforma do ensino nos Estados Unidos, propondo o rompimento com essas organizações criando estratégias que comprometem os direitos garantidos aos profissionais da educação, principalmente pelo sindicato dos diretores. A atuação do setor privado permite outras maneiras de incentivo a esses profissionais como a

⁸¹ Idem.

adoção de um sistema de recompensas financeiras pelo “mérito” de cada educador na melhoria do ensino medida pelos *progress reports*⁸².

O último capítulo que recebe o título de *Desdobramentos da Reforma de Nova York: Baltimore e Washington D.C.*, relata a experiência dessas cidades que também adotaram as reformas iniciadas em Nova York, relatando uma suposta eficácia dessas políticas com base na melhoria do desempenho dos estudantes nas matérias de inglês e matemática e na normalização de comportamentos que seus precursores julgavam nocivos a uma boa prática do ensino.

Outro documento⁸³ também publicado pela Fundação Itaú Social, dessa vez sob a coordenação técnica do Cenpec e recebe o título de *Jovens Urbanos – Marcos Conceituais e Metodológicos*, apresenta um dos programas criados pela organização que foram adotados no Espírito Santo durante o governo de Renato Casagrande por meio do programa Estado Presente em Defesa da Vida. O Jovens Urbanos foi criado em 2004 e possui como principal objetivo “ampliar o repertório sociocultural dos jovens em situação de vulnerabilidade em contextos urbanos, na perspectiva da educação integral”, conforme consta na apresentação do documento em questão.

Para isso, investe em processos que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades dos jovens para a vida pública e pessoal, colaborando para a qualificação do acesso ao mundo do trabalho. Além disso, estimula o acesso dos equipamentos e bens culturais e sociais disponíveis na cidade e incentiva a permanência dos jovens na escola, vinculação a novos processos formativos⁸⁴.

O documento apresenta propostas de políticas públicas que incentivam a educação em tempo integral para jovens considerados em situação de vulnerabilidade social sob o argumento de que os jovens necessitam de experiências nos campos político, cultural, econômico e comunitário para obterem inclusão social e laboral. O programa Jovens Urbanos é apresentado em um vídeo explicativo⁸⁵ onde constam suas principais propostas:

⁸² Tradução livre: relatórios de progresso.

⁸³ Dados obtidos através do sítio eletrônico: https://fundacao-itaú-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/jovens_urbanos_marcos_conceituais_metodologicos.pdf?Km_CCsLdC_KRvpoybWgLqA9YCDPoZzyQ Acessado em 05 de junho de 2016.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Visto no sítio eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=R_9RymEs7Pw Acessado em 06 de junho de 2016.

O Brasil é um país de jovens. Segundo o IBGE, estima-se que atualmente existam cerca de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no país. Vivemos um momento histórico de bônus demográfico. Bônus demográfico é um fenômeno caracterizado pelo aumento na quantidade de pessoas na idade produtiva e uma redução de crianças e idosos, resultando numa diminuição dos gastos públicos. Este é um fenômeno raro que acontece somente uma vez em cada país. Possibilita um efeito positivo no desenvolvimento socioeconômico capaz de criar uma janela de oportunidade para o crescimento. Neste contexto, a juventude perde sua conotação problemática e torna-se um ator estratégico nesse desenvolvimento. Acreditando no potencial jovem, o programa Jovens Urbanos surge como iniciativa da Fundação Itaú Social sob a coordenação técnica do Cenpec, que desde 2004 atua em distritos com altos índices de vulnerabilidade juvenil, acumulou números significativos: 3.840 jovens atendidos, aproximadamente mil horas de formação de profissionais para o trabalho com juventude e 200 projetos de intervenção propostos e realizados por jovens em suas comunidades. Sua característica principal é ser um programa-rede, que estabelece diversas parcerias com ONGs, para a execução do programa, com assessores e instituições de referência em tecnologia e arte, para oferta de atividades diferenciadas, com secretarias municipais e subprefeituras com a intenção de pautar a agenda e investimentos públicos, com escolas, para participar da discussão sobre o ensino público para os jovens e diversos outros atores no território da cidade, pois acredita as diversas demandas e vontades dos jovens moradores das grandes metrópoles necessitam de diferentes tipos de instituições e profissionais para serem contempladas.⁸⁶

Assim como diversas outras iniciativas da Fundação Itaú Social, o programa Jovens Urbanos também apresenta uma proposta de articulação entre membros da sociedade civil, setor privado e poder público. Um dos argumentos recorrentes no documento publicado pelo banco Itaú que apresenta o programa em questão é referente à suposta necessidade que possuem os jovens em trabalhar para financiarem tanto seus bens de consumo, quanto seus estudos além de prover o financiamento dos estudos – considerados, conforme o texto, fundamentais para a ascensão econômica dos indivíduos – tão como o próprio sustento e de suas famílias em muitos dos casos. O programa considera imprescindível a busca por trabalho por parte dos jovens considerados em condição de vulnerabilidade e que a segurança que os mantém ligados ao mercado de trabalho se dá através da formação. Para tanto, o programa se utiliza da seguinte perspectiva educacional:

- **Desenvolvimento integral:** a formação tem como centro uma visão integral do desenvolvimento humano que prioriza a ampliação de repertório dos jovens. O percurso formativo do programa tem como ponto de partida os referenciais culturais e interesses dos jovens, sua história e seu projeto de

⁸⁶ Idem.

vida e se desenvolve no sentido de proporcionar aos jovens uma apropriação efetiva dos espaços, equipamentos, conhecimentos e tecnologias disponíveis na cidade;

- **Diferentes espaços, tempos e atores:** o programa proporciona aos jovens um percurso formativo em diferentes espaços, tempos e com diferentes atores. A circulação nos territórios é uma forma de acesso aos bens materiais e simbólicos que existem na cidade;
- **Inserção produtiva:** o programa propõe uma reflexão crítica sobre o mundo do trabalho que se, por um lado, dialoga com a realidade do mercado de trabalho, modelos e perfis profissionais e suas especificidades locais, por outro, procura ampliar estas possibilidades, diversificar as escolhas dos jovens ampliando suas habilidades profissionais e articulando parcerias com empresas locais;
- **Participação política:** a partir do conhecimento que vão produzindo sobre as cidades, os jovens são provocados a intervir em sua comunidade;
- **Autonomia:** é valorizada a consciência dos jovens sobre o percurso de formação, seus objetivos, opções possíveis e metodologias. Eles são convidados a refletir sobre o processo de formação individual e coletivo. A autogestão ganha força e os grupos podem fortalecer suas habilidades nesse sentido.⁸⁷

O projeto propõe trabalhar o aprendizado dos jovens com base em quatro eixos principais: Explorar, Experimentar, Produzir e Expressar. O primeiro eixo do programa atua sob o argumento de que os jovens precisam aumentar seu “repertório cultural e social” através do contato com novas experiências proporcionadas pelos heterogêneos espaços urbanos que somam conhecimento a tais indivíduos por meio de pesquisas de campo realizadas na própria cidade de atuação. O segundo eixo perpassa experiências nos campos da linguagem das artes, intervenções urbanas e ambientais, empreendedorismo e gestão de negócios, multimeios, comunicação e tecnologia e, finalmente, produção cultural. O programa acredita que a articulação

⁸⁷ Dados obtidos através do sítio eletrônico: https://fundacao-itu-social-producao.s3.amazonaws.com/files/s3fs-public/biblioteca/documentos/jovens_urbanos_marcos_conceituais_metodologicos.pdf?Km_CCsLdC_KRvpoybWgLqA9YCDPoZzyQ Acesso em 05 de junho de 2016.

dessas áreas de conhecimento permite ao jovem viver experiências que supostamente potencializam suas chances de competição no mercado de trabalho.

No eixo da produção,

Os jovens são estimulados a criar propostas práticas de atuação, mobilização, articulação e intervenção na vida pública de sua comunidade. Os projetos são trabalhados pelos grupos junto aos educadores e contêm objetivo, justificativa, plano de ação e orçamento. O plano de ação articula as habilidades e competências trabalhadas durante todo o percurso formativo e dialoga com a realidade das comunidades que participam.⁸⁸

O quarto e último eixo fomenta a expressão dos jovens por meio de relatórios e blogs entre alternativas que permitem maior interação e intercâmbio de ideias entre os participantes do projeto. O documento explicita que os eixos também possuem um caráter multiplicador quando há interação com diversos atores da sociedade urbana, podendo resultar no interesse de mais jovens quanto ao ingresso no programa Jovens Urbanos.

As propostas da Fundação Itaú Social, tão como os projetos desenvolvidos pela iniciativa e que foram adotados pelo Estado do Espírito Santo por meio do programa Estado Presente em Defesa da Vida, servirão como pano de fundo das análises concernentes à educação pública capixaba no período de governo de Renato Casagrande (2011 – 2014). A seguir serão apresentadas outras políticas que complementaram o panorama das políticas educacionais implementadas durante o governo Casagrande, possibilitando o exercício de uma análise crítica sob a perspectiva foucaultiana da biopolítica. A partir dos conceitos de empreendedorismo moral (BECKER, 2008), empreendedorismo de si (FOUCAULT, 2008a) e gerencialismo (GAULEJAC, 2007), associaremos as políticas educacionais – algumas delas adaptadas assumidamente das políticas estadunidenses de tolerância zero - colocadas em prática em território capixaba através do programa Estado Presente em Defesa da Vida a mecanismos pelos quais opera a biopolítica, demonstrando como tais técnicas de controle e disciplinamento que operam no campo da subjetividade são destinadas à fabricação de sujeitos que governamentalizam uma suposta necessidade de adequação aos moldes da produção capitalista de livre comércio cuja filosofia se baseia na ideia da conquista

⁸⁸ Idem.

de bens e obtenção de lucros por meio de uma disputa entre indivíduos pautada na meritocracia.

**CAPÍTULO 4 – EMPREENDEDORISMO MORAL, EMPREENDEDORISMO DE SI E
RAZÃO GERENCIALISTA NO GOVERNO CASAGRANDE: UMA EDUCAÇÃO
PÚBLICA VOLTADA À FABRICAÇÃO DE SUJEITOS PRODUTIVOS**

“Um país tão lindo e tão desigual deve vir a ser revelado por você”. (P1_E1)

4.1. Empreendedorismo moral nas escolas públicas capixabas: as drogas como obstáculo à produção de capital humano

Hodiernamente, os discursos proibicionistas que circundam temas relacionados ao consumo e comércio de substâncias psicoativas, principalmente quando criminalizadas por meio de legislações existentes em toda a extensão globo, são governamentalizados e reproduzidos de maneira frequente no ambiente escolar. A partir da concepção foucaultiana de que vivemos um contexto de reestruturação do *homo oeconomicus*, caracterizado pelo pensamento que converte toda uma gama de complexas e heterogêneas problemáticas, dentre elas as que correspondem ao cotidiano social, em meros cálculos econômicos, concebemos como pertinente a investigação acerca dos discursos que fundamentam as políticas públicas proibicionistas sob a hipótese de que a criminalização/patologização de práticas que envolvam a interação de pessoas com esse tipo de substância também seja pautada em cálculos de utilidade econômica.

O delegado D’Elia Filho⁸⁹ (2007) acredita que uma das características economicistas da proibição de substâncias psicoativas se evidencia no fato de que o discurso médico-jurídico que legitima a atual legislação brasileira sobre drogas, atribui ao usuário considerado “problemático” de determinadas substâncias, um desvio que acaba por se tornar uma ameaça de cunho patológico, enquanto associa ao comerciante de drogas ilícitas - ao qual se refere recorrentemente através do estigmatizado título de traficante de drogas - um caráter criminal, devido à possível existência de uma seletividade em nosso sistema penal, que segrega tais indivíduos por meio do encarceramento, utilizando-os como bode expiatório para a ação dos grandes financiadores do comércio ilegal de drogas. Dessa forma, o estigma de “inimigo da sociedade” atribuído ao traficante pelas políticas públicas é interiorizado por grande parte da sociedade, legitimando um ciclo de violência que se desenvolve através das políticas que dão escopo à guerra às drogas.

⁸⁹ Orlando Zaccone D’Elia Filho é Delegado de Polícia no Estado do Rio de Janeiro e autor da obra intitulada *“Acionistas do Nada: Quem são os traficantes de Drogas”* aborda de forma crítica a existência da seletividade penal que o autor acredita existir principalmente no julgamento de crimes que envolvem o consumo e o comércio de drogas.

A partir da ideia de que o Estado - que atribui grande parte da culpa pelas mazelas sociais à figura do traficante de drogas - estabelece previamente os alvos da punição possuindo objetivos estritamente econômicos com a aplicação penal, consideramos que tais indivíduos têm sua fonte de renda ilícita neutralizada através do encarceramento, ou seja, o comerciante ilegal de substâncias psicoativas acaba por se tornar a motivação para intensos investimentos em políticas públicas de segurança altamente repressivas que ganham entusiastas em toda a superfície do globo, considerando o lucro que o encarceramento desse personagem estigmatizado representa. A título de exemplo de políticas estadunidenses globalizadas através do ativismo do próprio país norte-americano, o programa denominado Tolerância Zero, segundo Wacquant (2001), foi reproduzido de forma assumida em outras nacionalidades, inclusive no Brasil e a propagação de seu suposto sucesso aconteceu de forma nada espontânea, contando com técnicas de marketing dos próprios agentes envolvidos na execução legislativa de tais políticas que realizavam convenções cuja finalidade era a de “vender” o sucesso desse novo “empreendimento” estadunidense. Todavia, essas não foram as primeiras políticas repressivas internacionalizadas por meio da propaganda moralista estadunidense. Vale lembrar que a “guerra às drogas”, tão presente no cotidiano brasileiro, foi iniciada na gestão neoliberal de Ronald Reagan que foi comentada por Anderson (1995).

Segundo Rosa (2012), a guerra às drogas traz consigo um fator que, além de ampliar os lucros dos reais investidores do tráfico por meio da perseguição e desmantelamento de redes de refino, distribuição e comércio de drogas, fortalecendo o oligopólio do comércio ilegal de drogas e centralizando ainda mais os lucros desse empreendimento pela pouca concorrência, faz com que os preços subam drasticamente e que o modelo bélico, através deste processo,

(...) também gerou outro fenômeno bastante significativo do ponto de vista da criminalidade referente ao nível de intoxicação e dependência dos indivíduos que faziam o uso dessas substâncias. Como o consumo de drogas ocorre de forma absolutamente elástica, pelo menos no caso daqueles mais intoxicados, o indivíduo realmente dependente da substância estará disposto a pagar o preço que for pela mercadoria que necessita. A elasticidade da demanda da droga proporciona um aumento na criminalidade na medida em que o indivíduo que depende fisicamente, psiquicamente ou socialmente destas substâncias, em caso de necessidade possivelmente poderá assaltar alguém na rua objetivando auferir a quantia necessária para seu consumo. (ROSA, 2012, p. 116)

Conforme alguns estudiosos do processo de criminalização de determinadas substâncias, a emergência da proibição das drogas na parcela ocidental do globo é algo recente e de fundamental importância para a compreensão dos conflitos contemporâneos que envolvem a estigmatização de certas práticas socioculturais. Para obtenção de uma noção mais ampla do quão recente é a associação do consumo de determinadas substâncias com depravação moral ou espiritual, torna-se pertinente salientar a cobrança de impostos realizada pela Igreja sobre a cocaína frente ao estímulo à produção da coca – substância cuja produção, consumo e comércio eram até então legais - no período colonial protagonizado pelos espanhóis (D'ELIA FILHO, 2007).

D'Elia Filho (2007) ainda revela que as primeiras “guerras” envolvendo drogas e transações mercantis ocorreram devido ao comércio legal do ópio produzido pelos ingleses na Índia e importado em grande parte para a China. Entretanto, talvez por motivos de saúde pública devido à alta incidência de dependentes do ópio, o imperador da China Lin Tso-Siu resolve proibir e destruir toneladas da substância, ocasionando a primeira guerra gerada pela proibição de uma substância com efeitos psicoativos. A Inglaterra declara guerra à China defendendo os pressupostos do “livre comércio”.

Se as guerras do ópio traziam a marca de uma política voltada para o livre comércio das drogas, a atual política internacional de drogas, que se estabeleceu de forma proibitiva, a partir da Convenção de Haia, em 1912, no entanto, traz a marca da guerra no plano interno e internacional. [...] Muita coisa mudou quando o assunto é droga. (D'ELIA FILHO, 2007, p. 78)

O ano de 1912 é marcado pela emergência de uma série de políticas pautadas na proibição de substâncias psicoativas, tanto no âmbito interno quanto no externo ao Estado. É válido mencionar que, desde então, a linha proibicionista segue um modelo baseado em princípios morais, religiosos e principalmente financeiros como constata o mesmo autor ao afirmar que a revolução industrial trouxe consigo a necessidade de mão de obra disposta a trabalhar aproximadamente 12 horas por dia e que os efeitos letárgicos do ópio se tornavam inimigos da produtividade dos trabalhadores, levando a Liga das Nações (órgão que deu origem à Organização das Nações Unidas, a ONU) a convocar a Comissão de Xangai em 1909, que proibia o consumo do ópio fumado (forma de consumo menos

prejudicial) e restringia outras formas de uso - consideradas mais nocivas como no caso da heroína ou morfina injetadas - de opiáceos ao domínio médico.

Os Estados Unidos entram na história revelando seus interesses estritamente econômicos camuflados por um “apelo moralista de resgate aos bons costumes” (D’ELIA FILHO, 2007, p.80) liderando a Convenção de Haia com a finalidade de ratificar a proibição realizada na Convenção de Xangai e frear o desenvolvimento econômico da Inglaterra sob o pretexto de “salvar os chineses do vício”. Entra, a partir daí, a Inglaterra e suas propostas de condições para participação na Convenção de Haia, que consistiam na proibição também dos derivados do ópio além da inclusão de outras substâncias como a cocaína, que prejudicava a Alemanha, Holanda e França que produziam e comercializavam a cocaína através da indústria farmacêutica que emergia na época.

Apesar de algumas resistências, o acréscimo das demais substâncias foi aprovado, dando início ao controle internacional das drogas, e marcando, até hoje, a nomenclatura “narcótico” e “entorpecente” para designar diferentes substâncias psicoativas, haja vista que a cocaína é um estimulante; a maconha um alucinógeno, sendo somente o ópio e seus derivados substâncias entorpecentes, mas que por encabeçarem a proibição passaram a identificar as demais substâncias por essa designação equivocada, [...] funcional em sua imprecisão. (D’ELIA FILHO, 2007, p. 80)

Ainda segundo D’Elia Filho (2007), foi nos Estados Unidos que a proibição passou a ser prioridade política, amparada numa doutrina conservadora que defende e prega a “moral e os bons costumes” e que foi fortalecida através de grupos religiosos de tradição puritana que, por meio de ações e pressões sobre o governo, clamavam pela proibição do consumo e comércio de substâncias psicoativas – além da condenação da prostituição e dos jogos de azar -, inclusive o álcool. Surgem então uma série de estereótipos morais e médicos que trazem como consequência a diferenciação entre usuários de drogas, tratados como doentes que deveriam ser receber auxílio médico até mesmo de forma compulsória, enquanto o traficante recebe identidade de ser moralmente desviante que merece ser punido como exemplo para possíveis futuros comerciantes de substâncias psicoativas. A diferenciação entre consumidores e comerciantes ilegais de drogas ganhou força através da criação, em 1914, da *Harrison Narcotic Act*, que era uma lei complexa e rígida de proibição de quaisquer substâncias cujo uso não seja estritamente medicinal. D’Elia Filho pressupõe que tenha emergido a partir desse momento o tráfico de drogas, consequência extremamente negativa da guerra às drogas que

além de criminalizar práticas socioculturais de estratos seletos da sociedade, desregulamenta a produção e distribuição de substâncias anteriormente comercializadas de forma legal.

Segundo Campos (2014), os encontros que pautavam medidas proibicionistas continuaram a ocorrer, dessa vez, no ano de 1925, em Genebra na Suíça, onde aconteceu a convenção denominada Acordo sobre a manufatura, Comércio Interno e Uso do Ópio ou Convenção Internacional do Ópio seguido, em 1931, pela Convenção para Limitar a Fabricação e Regular a distribuição de Drogas Narcóticas e, finalmente, em 1936, a Convenção para Supressão do Tráfico Ilícito de Drogas Perigosas.

A estereotipagem moral que os estadunidenses nativos aplicavam aos indivíduos considerados perigosos devido seus hábitos e práticas socioculturais “anormais”, não se limitava a simples distinção entre usuários e comerciantes ilegais de drogas, mas também se estendia aos estrangeiros que, em sua maioria, constituíam a base da mão de obra estadunidense. Dentre os estrangeiros que recebiam o estigma da associação de sua naturalidade às drogas consumidas por estes de forma recreativa, medicinal, terapêutica ou tão como em rituais religiosos provenientes da cultura de seus povos, estão os chineses que, imigrando em massa para trabalhar na construção de grandes ferrovias, possuíam o hábito de fumar ópio, os mexicanos que por sua vez eram visto como um povo preguiçoso e agressivo, sendo associados ao consumo de maconha, os negros que habitavam predominantemente os guetos estadunidenses e que eram vistos como potenciais consumidores de cocaína, enquanto os imigrantes irlandeses eram associados ao consumo excessivo do álcool. Segundo D’Elia Filho (2007) essa associação servia como instrumento de controle sobre aqueles povos considerados uma ameaça à moral e bons costumes predominantes na cultura dominante estadunidense.

Um documentário⁹⁰ lançado em 2012 retrata de forma diferente e aprofundada questões referentes ao consumo e políticas de drogas reunindo um seletos elenco de entrevistados estudiosos do tema em suas mais variadas vertentes, do uso

⁹⁰ Cortina de Fumaça, um filme de Rodrigo Mac Niven publicado em 22 de setembro de 2012, é um projeto independente movido pela vontade de colaborar na construção de uma sociedade mais equilibrada e alinhada com os princípios de liberdade, diversidade e tolerância. Visto no sítio eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=K_N1q5DAri4 Acesso em 09 de junho de 2016.

medicinal à segurança pública. Entre os entrevistados estão juízes penalistas, professores, diretores de órgãos e associações de estudos sobre drogas, sociólogos, políticos e, inclusive, o ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso. O discurso realizado por Ethan Nadelmann⁹¹ em uma de suas palestras cujo trecho a seguir foi extraído deste mesmo documentário expõe que:

Cem anos atrás, muitas dessas substâncias que são hoje ilegais, eram legais. Cocaína era legal, Heroína, morfina e maconha eram legais. Uma comissão expert de cientistas, médicos e economistas decidiram que álcool e tabaco eram menos prejudiciais, e legalizaram algumas e criminalizaram outras. A proibição nada tem a ver com o risco de cada substância, tem haver com quem usava essas drogas. Vivemos hoje o mito de que essas leis são baseadas na justiça e na proteção da saúde pública quando na verdade essas leis são fundadas em ignorância e preconceito.

Essas afirmativas muito têm a ver com as primeiras convenções para discussão sobre o tema das drogas, que segundo o mesmo Ethan Nadelmann, se fundamentaram em condutas xenófobas e racistas nascidas dos Estados Unidos. Um bom exemplo foi o medo dos imigrantes chineses que trabalhavam em estradas, ferrovias e minas americanas que eram considerados grandes consumidores do ópio. Essa diferença de culturas ocasionou o preconceito dos americanos e a suposta necessidade de intervenção nessas culturas que, segundo os estadunidenses, feriam a moralidade e a cultura dos mesmos. O mesmo ocorreu com os imigrantes mexicanos consumidores de maconha e negros que costumavam usar cocaína, tão como os irlandeses associados ao abuso do álcool, logo sofreram, junto aos chineses, o preconceito originado na xenofobia norte americana.

Mais tarde, após a primeira reunião mundial sobre drogas ocorreu em 1912 para discutir a questão do ópio, em 1919 surge uma lei proibicionista que, considerado o primeiro grande exemplo do fracasso das leis antidrogas, criminalizava o consumo de álcool em todo o território dos Estados Unidos e vigorou durante 14 anos, a Lei Seca. Apesar de revogada em 1933, essa lei foi o modelo do proibicionismo, que visa exterminar da face da terra, substâncias, práticas e uso relacionados a algumas substâncias e foi após a criação da ONU, em 1945, que três convenções sob seu comando determinaram a linha de controle internacional de drogas vigente até hoje. O modelo sustentado pelas Convenções de 1961, 1971 e 1988 submete substâncias proibidas a um regime internacional de interdição. Um

⁹¹ Diretor e fundador do Drug Policy Alliance, EUA.

instrumento fundamentado na repressão que pretende combater as organizações de traficantes. Um “mundo livre das drogas” é a meta estabelecida e a “guerra às drogas” é declarada (D’ELIA FILHO, 2007).

A criminalização do consumo de drogas, que muitos enxergam como uma iniciativa dotada de “valores morais” é, na verdade, o resquício de uma legislação falha, como se pôde notar na Lei Seca, que proibiu o consumo de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos durante 14 anos e que não coibiu o desejo dos cidadãos daquele país de beberem além de estimular o mercado ilegal de bebidas alcoólicas. A partir dessa proibição surgem diversos problemas relacionados à segurança pública quando gangues assumem a produção e comércio ilegal de tal substância e lutam violentamente para se estabelecerem no mercado como no caso de Al Capone⁹², além das más condições de produção decorrentes da ausência de fiscalização do mercado ilícito de bebidas. Mesmo através dos resultados positivos emergentes após a revogação da lei em 1933 no que tange à redução dos índices de criminalidade violenta, os governantes decidiram que não seria possível a mesma aplicação em relação às “drogas”, fato que impossibilitou a desvinculação dos problemas relacionados à criminalização destas substâncias aos problemas relacionados ao consumo das mesmas, uma vez que grande parcela da sociedade contemporânea desconhece a época em que essas mesmas drogas eram legalizadas e utilizadas para um bem comum, seja no combate a doenças, na colaboração em pesquisas, terapias e até mesmo no uso recreativo demonizado hodiernamente de tal forma (D’ELIA FILHO, 2007). Conforme Pretralonga (2015),

Atualmente o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) tornou-se responsável pela ligação, há tempos estereotipada, entre a questão das drogas e a criminalidade. Alicerçando-se na saúde, na justiça e na segurança pública, o órgão alinhou a questão das drogas às diversas categorias de questões, tais como o crime organizado, o tráfico de seres humanos, a corrupção, a lavagem de dinheiro e terrorismo, além de desenvolvimento alternativo e de prevenção ao HIV entre usuários de drogas e pessoas em privação de liberdade. Em outras palavras, esse órgão governamentalizou, por meio de normatizações, pesquisas orientadas e assistências técnicas o elo entre as substâncias psicotrópicas e problemas sociais. (PRETRALONGA, 2015, p. 18 – 19)

⁹² Alphonse Gabriel "Al" Capone foi um gângster ítalo-americano que liderou um grupo criminoso dedicado ao contrabando e venda de bebidas entre outras atividades ilegais, durante a Lei Seca que vigorou nos Estados Unidos nas décadas de 20 e 30.

Cabe ressaltar a existência de entidades que acreditam em maiores malefícios da chamada guerra às drogas quando comparada ao consumo de tais substâncias, criadas com o intuito de refrear os efeitos danosos de políticas proibicionistas que operam sob um discurso de defesa dos direitos humanos e que acabam por violar esses direitos quando considerada a recorrência de assassinatos e detenções decorrentes do modelo bélico de combate ao consumo e comércio ilegal dos produtos em questão. Um bom exemplo é o LEAP – *Law Enforcement Against Prohibition*⁹³ que possui como missão “reduzir os inúmeros e danosos efeitos colaterais resultantes da guerra às drogas e diminuir a incidência de mortes, doenças, crimes e dependência, pondo fim à proibição das drogas”⁹⁴.

A LEAP não promove o uso de drogas e tem profundas preocupações com a extensão do abuso de drogas por todo o mundo. A LEAP também se preocupa de forma igualmente profunda com o destrutivo impacto da violência de gangues e cartéis em todas as partes do mundo. A atual política de proibição das drogas não resolve nenhum desses problemas. Na realidade, o abuso de drogas e violência das gangues florescem no ambiente proibicionista, da mesma forma que floresceram durante a proibição do álcool.⁹⁵

O major Leonardo Nunes, atribui à guerra às drogas uma importância “ *muito latente, pois a grande maioria dos crimes cometidos contra a vida no território capixaba tem correlação com o tráfico de drogas*”⁹⁶. Nunes fundamenta sua resposta através de duas obras que nos indicou. A primeira sugestão do major foi a leitura das pesquisas realizadas por Josidéia Barreto Mendonça⁹⁷, que foca seus estudos em temas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas e sua suposta associação à criminalidade violenta. A segunda sugestão de Nunes foi a tese de doutorado de Taniele Cristina Rui (2012), que consiste, grosso modo, na

⁹³ Tradução livre: Aplicação da Lei Contra a Proibição

⁹⁴ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.leapbrasil.com.br/> Acesso em 21 de junho de 2016.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Resposta do major Leonardo Nunes ao questionário anexado à pesquisa como apêndice III.

⁹⁷ Possui graduação em Farmácia e Bioquímica pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo (1990) e Doutorado em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007). Atualmente é Perita Bioquímica - Toxicologista da Polícia Civil - Secretaria de Segurança Pública/ES e Professora de Farmacologia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Membro Efetivo do Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM. Tem experiência na área de Toxicologia Forense e Farmacologia, atuando principalmente nos seguintes temas: neuropsicofarmacologia, drogas de abuso e violência. Dados extraídos do sítio eletrônico: <http://www.escavador.com/sobre/4468383/josideia-barreto-mendonca#outras-producoes> Acesso em 15 de julho de 2016.

investigação acerca de uma suposta produção de gestão, territorialidade e alteridade por parte de usuários de crack.

A resposta dada pelo major Leonardo Nunes à questão de nosso roteiro de entrevista que explora sua concepção acerca da importância que atribui à guerra às drogas, revela a governamentalização da associação entre o consumo de drogas e “desvios comportamentais” que culminam com práticas violentas. Observa-se ainda, a partir leitura das pesquisas aconselhadas por Nunes, o rompimento com os direitos humanos de liberdade de consumo de determinadas substâncias criminalizadas pelo Estado que, ao mesmo tempo em que coíbe o consumo de certas drogas, criminaliza práticas socioculturais consideradas desviantes. Consideramos tal discurso um instrumento de normalização de condutas comumente utilizado pelo Estado sob argumentos médico-jurídicos, tendo em vista a exposição nas pesquisas de supostos malefícios resultantes do consumo considerado indevido de substâncias psicoativas além de sua associação a condutas nocivas tanto para o consumidor quanto para terceiros.

Partindo do pressuposto de que a governamentalização de uma suposta necessidade de uma vida isenta de contato com substâncias psicoativas - principalmente drogas que hoje são criminalizadas por motivos relacionados a princípios morais e econômicos do sistema político-econômico estabelecido - é fomentada por políticas públicas e através daquilo que Becker (2008) denominou “empreendedorismo moral”, investigamos a possível incidência de tal prática exercida por professores nas escolas capixabas – que considerados agentes empreendedores morais quando analisados a partir da ótica beckeriana - durante a gestão de Renato Casagrande por meio de uma pesquisa realizada por Pretralonga (2015) e de entrevistas direcionadas a estudantes, profissionais da educação e gestores da segurança pública do Espírito Santo.

Um dos professores reafirma nossa hipótese de que ocorre uma abordagem superficial em relação às drogas dentro das salas de aula, levando-nos a pressupor a predominância de um discurso de caráter preventivo nas escolas da rede pública estadual quando consideramos que *“não há qualquer tipo de preocupação com a fundamentação teórica para tal”* (P1_E1). A resistência do mesmo professor em relação a uma possível intervenção estatal em temas como o consumo de drogas se torna evidente ao alegar que *“professores, advogados, jornalistas e cidadãos devem*

ligar-se no mundo” (P1_E1). Em outra passagem de sua entrevista, o mesmo professore demonstra o rompimento com o empreendedorismo moral (BECKER, 2008) alegando não existir um perfil ser humano ideal: “*Não conheço fórmula de produzir o homem exemplar, isso é loucura!*” (P1_E1) Outro dos professores entrevistados considera de fundamental importância estímulo a um pensamento crítico e livre por parte dos alunos em relação a qualquer tipo de problemática social. Ele considera um aluno exemplar “*aquele com pensamentos próprios, críticos e que debate os assuntos abordados em sala de aula*” (P2_E1).

Becker (2008) apresenta a ideia de que cada sociedade possui normas intrínsecas específicas que são legitimadas por meio de discursos que estabelecem as verdades de determinado contexto. A partir da noção de um comportamento ótimo que deve servir de base para um convívio social considerado adequado, entra em cena a figura de um sujeito incapaz ou que apenas opta por não se adequar à dinâmica social estabelecida, indivíduo tal que acaba por receber o rótulo de “*outsider*”⁹⁸. As regras de determinados grupos sociais são estabelecidas pelo embate de diferentes parcelas que os compõem, quando um ponto de vista se sobressai em relação aos demais constituindo uma suposta “forma correta de se pensar”, da qual surgem os conceitos de atitudes “certas” e “erradas” que fazem parte da construção do sujeito.

Regras sociais são criação de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras. À medida que as regras de vários grupos se entrecroçam e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada. (BECKER, 2008, p. 27)

Para Becker (2008), as características socioculturais de cada sociedade são fluidas e estão em constantes adaptações de acordo com cada época embora, de acordo com Velho (2013), sustente-se a ideia de um “monolitismo” cultural concebido por parte das sociedades, determinando no seio de cada uma delas um padrão que

⁹⁸ Tradução livre: desviante.

[...] leva, inevitavelmente, ao conceito de “inadaptado”, de “desviante” etc. A cultura não é, em nenhum momento, uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que só desempenham “papéis” específicos, mas que têm experiências existenciais particulares. (VELHO, 2013, p. 45)

Os grupos de indivíduos que estão moralmente estabelecidos no seio de determinada sociedade são responsáveis pelo “empreendimento” dos comportamentos que julgam convenientes por meio da difusão daquilo que consideram verdades, incorporando o sujeito que Becker (2008) denominou “empreendedor moral”. O papel que o empreendedor moral representa na sociedade se aproxima da ideia de poder conduzir moralmente os demais indivíduos que se encontram inseridos no mesmo contexto que o referido sujeito, poder esse que Pretralonga (2015) acredita ser exercido pelos professores capixabas no momento em que orientam estudantes a adotarem determinados comportamentos que colaboram com a fabricação de um indivíduo que investe em seu capital humano que pode ser ameaçado pelas drogas. De acordo com Pretralonga (2015)

A atual legislação brasileira que trata das drogas cria na sociedade uma atmosfera de medos, intolerâncias, preconceitos, estigmatizações e todos os tipos de ideias que dificultam o real entendimento da questão. Ela se baseia principalmente nas concepções jurídica e médica para justificar seu aparato disciplinar, repressivo e reabilitador: na concepção jurídica torna ilegal qualquer atividade ligada às substâncias e assim aloca vultosos recursos ao seu combate; e na concepção médica caracteriza tais substâncias como riscos potenciais à saúde, conferindo assim ao usuário o caráter de doente que carece de tratamento médico biopsicossocial. (PRETRALONGA, 2015, p. 9)

O autor sustenta a ideia de que essas políticas públicas operam paradoxalmente em nome dos direitos humanos, pois acabam por segregar e até mesmo criminalizar determinadas práticas socioculturais que são concebidas como “desviantes” de uma conduta considerada ideal, desrespeitando a heterogeneidade de comportamentos que constitui as sociedades contemporâneas. Esse tipo de normalização se dá através da governamentalização de intervenções estatais que incidem sobre as mais íntimas ações individuais que encontra no ambiente escolar um terreno fértil onde são reproduzidas e governamentalizadas as supostas ameaças que o envolvimento com substâncias psicoativas representa à constituição de um sujeito que investe em si com o objetivo de obter proveitos futuros provenientes dessa espécie de atividade econômica pela qual a vida é capturada. A pesquisa de Pretralonga é fundada sob a hipótese de que

[...] os professores agem como empreendedores morais amparados em conceitos do senso comum, inspirados por doutrinas religiosas e concepções médico-psiquiátricas e jurídico-normativas. Esse posicionamento dos docentes vai ao encontro da ideia da formação do capital humano, em alusão ao *homo oeconomicus* teorizado por Foucault (2008a), visto que, na visão do empreendedor moral, o uso de drogas tolheria, de alguma forma, sua acumulação de conhecimentos necessários para se tornar um profissional bem sucedido no futuro. (PRETRALONGA, 2015, p. 10 – 11)

Pressupondo que a relação entre o “comportamento econômico da produção do capital humano e o crime – entendido como um desvio desse comportamento – foi forjada pelo neoliberalismo estadunidense resultando na criação de legislações de combate às drogas por essa nação” (PRETRALONGA, 2015, p.18) e que essa ideia é fomentada nas escolas capixabas por meio do empreendedorismo moral, elaboramos e aplicamos um questionário de caráter provocativo aos estudantes e professores de três escolas capixabas onde vigoraram as políticas educacionais idealizadas pela Fundação Itaú Social – além do programa Up With English⁹⁹ que também fez parte do pacote de políticas educacionais implementadas a partir do programa Estado Presente em Defesa da Vida em parceria com a SEDU de acordo com Fajardo (2014) -, que tiveram como inspiração a experiência de reforma educacional da cidade de Nova York, no qual constam questionamentos acerca de variados temas abordados em sala de aula entre os anos de 2011 e 2014, período em que Renato Casagrande governou o Estado do Espírito Santo.

Levando em consideração o fim do programa Estado Presente em Defesa da Vida com a eleição do atual governador do Espírito Santo Paulo Hartung - que retornou ao cargo em 2015 iniciando seu terceiro mandato como gestor do Estado - realizamos entrevistas com alguns professores e professoras que lecionam as disciplinas de Geografia, História, Sociologia e Biologia além de estudantes do terceiro ano do ensino médio de três escolas públicas estaduais que receberam intervenções do programa Estado Presente em Defesa da Vida com o objetivo de investigar a possível incidência de estratégias de controle sobre as drogas por meio

⁹⁹ O ‘Up With English’ é um curso de inglês ofertado a estudantes de escolas estaduais localizadas nas regiões do Programa Estado Presente. O projeto é uma parceria que a Sedu mantém com o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro por meios dos Institutos Binacionais (IBEU) e o Movimento Espírito Santo em Ação. Trecho retirado do sítio eletrônico: <http://www.es.gov.br/Noticias/156025/alunos-do-projeto-up-with-english-realizam-visitao-a-hoteis-de-vitoria.htm> Acesso em 12 de junho de 2016.

do empreendedorismo moral nessas instituições, conforme os relatos de Pretralonga (2015).

Apesar do fato de que vinte e nove dos trinta estudantes entrevistados nas escolas visitadas terem respondido “não” à pergunta que investiga se existem em sala de aula debates acerca do consumo de drogas - exceto um dos alunos que respondeu que “às vezes a professora de Biologia fala sobre os prejuízos que as drogas podem causar à saúde”(A4_E1) -, um dos professores de Biologia entrevistados nos responde a primeira pergunta do questionário destinado a tais profissionais¹⁰⁰ (que investiga se o Estado do Espírito Santo forneceu algum tipo de orientação em relação à maneira com que são discutidas as drogas em sala de aula) revelando que o Estado fornece um curso de extensão direcionado à prevenção do consumo dessas substâncias nas escolas. Conforme o professor, “no ano de 2012, a SEDU contemplou os professores da rede pública estadual com um curso de extensão de prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas pela Universidade de Brasília com duração de 180 horas”¹⁰¹ (P5_E2). O mesmo professor nos forneceu seu certificado de conclusão do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas¹⁰², concedido pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo em parceria com a Universidade de Brasília. De acordo com o certificado, o curso de extensão foi dividido em duas etapas e subdividido em cinco módulos. A primeira etapa possuía uma carga horária de 120 horas e apresentava os quatro primeiros módulos do curso e a segunda etapa, com carga horária equivalente ao total de 60 horas apresentando o último módulo, discutia os seguintes temas:

- Módulo I – O educando como sujeito em desenvolvimento: família, escola e políticas públicas;
- Módulo II - Conceitos e abordagens sobre drogas e prevenção;
- Módulo III - A prevenção do uso de drogas no modelo de educação para a saúde e das redes sociais;
- Módulo IV – Ações preventivas do uso de drogas na escola;

¹⁰⁰ Apêndice I.

¹⁰¹ Tanto os estudantes quanto os professores entrevistados optaram por conceder a entrevista de forma anônima.

¹⁰² Anexos III e IV.

- Módulo V – Implementando o Projeto de Prevenção do Uso de Drogas.

Embora um dos professores entrevistados afirme que não há qualquer preocupação com a apresentação de fundamentos dados aos discursos que são proferidos em sala de aula sobre a prevenção do uso de drogas, é possível afirmar, a partir da análise curricular do curso ofertado ao corpo docente que atua nas escolas públicas da rede estadual capixaba, que o próprio Estado atua como empreendedor moral dos educadores que, por conseguinte, reproduzem tais conceitos fundados na associação do consumo de substâncias psicoativas a uma suposta desestruturação familiar e também a consequências à saúde supostamente provocadas pelo seu consumo, apesar das incoerências acerca de discursos proibicionistas em relação a certas substâncias uma vez que o consumo de algumas delas são comprovadamente menos nocivos do que a ingestão de determinados tipos de alimentos livremente comercializados e outros tipos de drogas legalizadas no Brasil e no mundo de acordo com Rosa (2014).

Vale lembrar que os programas Coordenadores de Pais e Jovens Urbanos também apresentam propostas de combate ao consumo de drogas de acordo com a Fundação Itaú Social, associando esse tipo de comportamento ao desvio de uma conduta considerada ideal, principalmente se tratando do engajamento no mercado de trabalho que demanda investimentos no capital humano devido à cultura do individualismo e da competitividade fomentada pelo neoliberalismo e que é governamentalizada pelas democracias capitalistas. Nas instituições onde foram aplicadas as entrevistas, foi notória a ausência de debates aprofundados acerca das drogas, de seu comércio e consumo, limitando-se apenas a discursos proibicionistas que potencializam o medo e os estigmas relacionados a tais substâncias. Essa ideia é reforçada quando um dos alunos, dessa vez de uma escola da cidade de Vitória, onde também entraram em vigor os projetos do programa Estado Presente em Defesa da Vida na capital capixaba, relata a intolerância às práticas socioculturais que envolvem o consumo de determinadas substâncias, como no caso do uso de maconha que segundo o mesmo aluno é recorrente entre alunos e alunas de mesma faixa etária. *“Só se fala em droga aqui na escola na hora de castigar alguém que*

chega 'chapado'¹⁰³ na aula ou na hora de tomar a droga da mão de quem está usando" (A1_E1), foi o que relatou esse aluno durante uma conversa informal que estabelecemos antes da entrevista, onde o mesmo confessou que também consumia a droga de maneira frequente e que é comum em sua comunidade o plantio *indoor*¹⁰⁴ do cânhamo, espécie de planta que floresce a maconha.

A partir das informações acima, observa-se o paradoxo constatado por Rosa (2012; 2014; 2015.) e Pretralonga (2015) em relação à violação dos direitos humanos que acaba sendo provocado pelos mesmos discursos proibicionistas que são proferidos supostamente em nome desses direitos fundamentais de liberdade individual. A proibição do uso de maconha, por exemplo, configura desrespeito tanto à liberdade de consumo dos indivíduos quanto à liberdade de manifestação cultural e religiosa, tendo em vista que diversas religiões utilizam a planta em rituais que são considerados anormais. De acordo com MacRae e Simões (2004), a sacralidade atribuída à alteração dos estados de consciência se encontra em diversas religiões, inclusive nas doutrinas cristãs fortemente presentes na cultura brasileira.

[...] muitas práticas habituais e lícitas da vida diária têm, em comum com o uso de psicotrópicos, a propriedade de desencadear algum tipo de estado mental alterado. Podemos pensar, como sugere Weil, nos rodopios executados por crianças quase até o desmaio. Ou ainda, como lembra Masur (1987), nas sensações de uma pessoa "divertindo-se" numa montanha-russa. O sonhar acordado, o delírio, a hipnose, o transe, a meditação, o arrebatamento místico são também outros modos de experimentar alteração de consciência, muitos dos quais podem ser desenvolvidos como técnicas peculiares. O arrebatamento místico e o transe são, aliás, experiências estimuladas e bastante valorizadas em muitas religiões, incluindo o catolicismo, as denominações "espíritas", o candomblé e a umbanda. (MACRAE & SIMÕES, 2004, p. 14)

O empreendedorismo moral descrito por Becker (2008) pode ser facilmente associado à normalização de determinados comportamentos realizados através de discursos que segregam algumas atitudes que são consideradas desviantes à norma estabelecida no tecido social, onde escola incorpora uma forte ferramenta difusora de tais "empreendimentos", de acordo com o estudo realizado por Pretralonga (2015). É importante salientar que outro programa assumidamente adaptado de políticas públicas estadunidenses que atua em escolas da rede pública já estava em pleno funcionamento antes mesmo do Estado Presente em Defesa da

¹⁰³ O termo é comumente associado às pessoas que se encontram sob o efeito da maconha.

¹⁰⁴ Método de cultivo realizado dentro de residências, geralmente se dá por meio da reprodução das condições climáticas favoráveis para o crescimento da planta por meio de estufas ou lâmpadas.

Vida entrar em vigor no Espírito Santo. O programa carrega o título de PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas, que de 1992 – ano de implantação no Brasil – até o ano de 2002 já estava estabelecido em cada Unidade da Federação¹⁰⁵. O programa que inspirou o PROERD foi o *DARE – Drug Abuse Resistance Education*¹⁰⁶, iniciativa do projeto educacional estadunidense intitulado “K-12”, cujo objetivo é “colocar os alunos em primeiro lugar e maximizar o seu potencial para aprender e realizar”¹⁰⁷ através de propostas de ensino online em tempo integral, cursos vendidos diretamente às famílias de estudantes e um ensino individualizante em escolas públicas.

Launched in 1983, D.A.R.E. is a comprehensive K-12 education program taught in thousands of schools in America and 52 other countries. D.A.R.E. curricula address drugs, violence, bullying, internet safety, and other high risk circumstances that today are too often a part of students' lives.¹⁰⁸

Ainda conforme consta no sítio eletrônico oficial do PROERD capixaba, o programa consiste na articulação entre Polícia Militar - que oferece treinamento diferenciado a um agente específico que atua diretamente nas escolas públicas alcançadas pelo projeto que recebe o tratamento de Policial PROERD -, professores, especialistas, estudantes e responsáveis além das comunidades às quais estão inseridos no sentido de prevenir e reduzir o uso considerado indevido de drogas e a violência entre estudantes e também ajudar os estudantes a reconhecerem supostas pressões influências ao consumo de drogas.

A meta que engloba todo o Proerd é de reduzir/eliminar o uso de álcool, cigarro e outras drogas pelos jovens, bem como o seu comportamento violento. O Proerd do 5º ano é o primeiro do currículo Proerd no Brasil. O curso do 7º ano é integralmente relacionado com o curso do 5º ano. Os objetivos gerais dos programas dos 5º e 7º anos estão voltados ao desenvolvimento das capacidades necessárias aos alunos para que tomem as rédeas de suas vidas (autonomia), com ênfase especial à resistência ao uso e abuso de substâncias. Já no currículo da educação infantil a ênfase dada são os fatores de segurança da criança no seu dia a dia com abordagem feita por meio de cartazes com imagens que leva a criança a se

¹⁰⁵ Dados obtidos através dos sítios eletrônicos: <http://www.proerdbrasil.com.br/> e <http://www.pm.es.gov.br/comunidade/proerd.aspx> Acesso em 13 de junho de 2016.

¹⁰⁶ Tradução livre: Educação de Resistência ao Abuso de Drogas.

¹⁰⁷ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.k12.com/about-k12.html> Acesso em 13 de junho de 2016.

¹⁰⁸ Tradução livre: Lançado em 1983, D.A.R.E. é um programa K-12 de educação abrangente ensinado em milhares de escolas nos Estados Unidos e 52 outros países. O currículo de D.A.R.E. é endereçado à violência, à intimidação, à segurança na Internet e outras circunstâncias de alto risco que, hoje, são muitas vezes uma parte da vida dos alunos. Dados foram obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.dare.org/> Acesso em 13 de junho de 2016.

identificar com aquela cena e **descobrir o certo e o errado** para sua segurança. O currículo de Pais/Comunitário capacita os pais a ajudarem seus filhos a tomarem decisões e fazerem **escolhas sábias e seguras**. São cinco encontros onde os pais são instruídos a desenvolverem estratégias de proteção para seus filhos em situações diversas. (Grifos nossos)

A partir dos trechos acima destacados, possibilita-se a identificação de práticas semelhantes ao chamado empreendedorismo moral descrito por Becker (2008) quando verificamos conceitos de condutas consideradas “certas” ou “erradas” além de escolhas concebidas como “sábias” e “seguras” associadas à prevenção ou consumo de substâncias psicoativas tanto lícitas quanto ilícitas. Tais afirmações nos leva a concordar com Pretralonga (2015) quando conclui que

De maneira geral, a escola figura no rol dos dispositivos disciplinares de controle e normalização da população, uma vez que tende a padronizar as condutas, os comportamentos e os pensamentos que o governo elenca em suas políticas públicas como normais e aceitáveis, segundo Foucault (2008a; 2008b; 1987). Seguindo essa ótica, diversos tipos de trabalhos de cunho moralizante, militar, médico e até religiosos são introduzidos nas escolas resultantes de ações dessas políticas. (PRETRALONGA, 2015, p. 19)

O investimento que o Estado do Espírito Santo direciona ao capital humano dos capixabas pode ser identificado não só na estratégia de empreendimento moral que objetiva o afastamento dos indivíduos do comércio e consumo de drogas, existente nas escolas públicas de acordo com Pretralonga (2015), mas também em diferentes políticas educacionais voltadas à produção de mão de obra que objetiva atender às demandas do empresariado local que entraram em vigor a partir do programa Estado Presente em Defesa da Vida. Fajardo (2014) evidencia o fomento a uma estratégia econômica existente durante o período de governo Casagrande que se aproximam do incentivo ao empreendedorismo de si, característica peculiar do *homo oeconomicus* descrito por Foucault (2008a) ao apresentar outros projetos que foram fruto da parceria entre o programa capixaba Estado Presente e Secretaria de Turismo, Instituto de Atendimento Socioeducativo, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho além da articulação com a ADERES – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo.

4.2 Programa Estado Presente em Defesa da Vida e empreendedorismo de si: geração de capital humano direcionado às empresas capixabas através de políticas educacionais

As principais atividades econômicas do Espírito Santo pertencem aos setores de serviços e industrial, constituindo os principais pilares de nossa economia, seguido pela agropecuária onde se destaca o cultivo de café, arroz, feijão, cana de açúcar, legumes e diversas frutas de acordo com as pesquisas de Francisco (2016). As principais atividades do setor industrial estão voltadas aos segmentos, alimentício, madeireiro, fabricação de celulose, siderúrgico e têxtil.

O Espírito Santo é grande exportador de ferro, aço e granito, é também o segundo produtor de petróleo e gás natural do país, sua produção é inferior apenas à do Rio de Janeiro. Com a descoberta de grandes reservas petrolíferas em 2002, o estado passou da sexta para a segunda posição entre os detentores das maiores reservas do país. Com o início da exploração do petróleo da camada pré-sal, o estado aumentará de forma significativa sua produção. (FRANCISCO, 2016, p. 2)

No ano de 2013, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES)¹⁰⁹ publicou um documento delimitando as estratégias de fortalecimento das indústrias locais objetivando maiores possibilidades de ascensão competitiva do Estado e do Brasil em relação aos países classificados como emergentes. O Mapa Estratégico da Indústria capixaba 2013/2022 (FINDES, 2013) segue a mesma linha do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Conforme esse documento

O Estado desempenha um papel relevante na atuação da indústria nacional e, em especial, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) tem importantes atribuições em defesa dos interesses da indústria capixaba, na articulação de alternativas que viabilizem mais competitividade e, conseqüentemente, mais desenvolvimento, oportunidades, empregos e renda. (FINDES, 2013, p.11)

É a partir da análise dessa ideia de que o Estado defende os interesses e fortalece diretamente o setor industrial capixaba que pressupomos que as políticas educacionais capixabas atuam como instrumentos biopolíticos que incidem sobre os indivíduos moldando suas concepções acerca da suposta importância de qualificação por meio do investimento em educação – que lembra a ideia

¹⁰⁹ A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) apresenta a Agenda para o Desenvolvimento da Indústria do Espírito Santo, com metas para 2015 e 2022, com um conjunto de ações que serão realizadas e contribuirão para a construção do desenvolvimento sustentável do Estado. (FINDES, 2013, p.13)

foucaultiana do empreendedorismo de si –, objetivando o fomento aos atributos considerados necessários para maiores chances de ingresso no mercado de trabalho. Torna-se ainda mais evidente tal raciocínio quando levamos em consideração a assumida articulação Estado-indústria no desenvolvimento de um conjunto de ações¹¹⁰ que possuem como objetivo o estabelecimento de condições favoráveis para o crescimento do setor tanto no Brasil quanto fora dele.

Nesse contexto, a Findes é a pioneira na base que compõe a CNI em atualizar o seu Mapa Estratégico, detalhando desafios e diagnósticos precisos e objetivos, distribuídos nas perspectivas do desenvolvimento, interligados por relações de causa-efeito. Com o Mapa Estratégico da Indústria Capixaba temos um conjunto de ações propostas que contribuirão para a diversificação da indústria com maior sustentabilidade e com metas para o período. (FINDES, 2013, p. 11)

A indústria capixaba possui compromisso com o desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e ações - que se materializam por meio de projetos e programas – e, para tanto, o Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2013/2022 (FINDES, 2013) alinhou-se ao Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2008/2015, à Carta da Indústria Capixaba 2011, à Agenda Findes para a Competitividade 2011/2014 (FINDES, 2010) e ao Mapa Estratégico da Indústria (MEI), cuja elaboração se deu pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Tendo em vista o compromisso da indústria com o desenvolvimento de projetos e programas que possuem como objetivo o desenvolvimento da mesma, verifica-se interesse da referida federação em intervenções nas políticas educacionais capixabas – que servem de instrumento para a formação da mão de obra que demanda o setor industrial do Espírito Santo -, principalmente ao levarmos em consideração que a mesma federação considera que:

A educação é o principal pilar do Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2013/2022, fundamental para a elevação da produtividade industrial. A indústria capixaba precisa cada vez mais de inovação e agregação de valor em seus produtos – fundamentos que só existem se o conhecimento estiver disseminado entre a população. (FINDES, 2013, p. 34)

Para que essa disseminação que consiste na governamentalização da suposta necessidade de elevação da produtividade industrial pela população possa

¹¹⁰ Em agosto de 2012, após realizar reuniões com os representantes das Câmaras Setoriais Industriais (CSIs) e dos Conselhos Temáticos (Consats) da Findes, o Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Findes, concluiu a proposta de revisão do Mapa Estratégico da Indústria Capixaba (Meic), instrumento que subsidia a implementação da Agenda. (FINDES, 2013, p. 13)

acontecer, a Findes planejou um conjunto de cinco ações voltadas à educação que devem ser colocados em prática no período que se iniciou no ano de 2013 cujos resultados serão mensurados em 2022:

- Ação 34 - Apoiar a qualificação dos educadores do ensino básico e profissional, incentivando o processo de desenvolvimento da criatividade nas escolas;
- Ação 35 - Incentivar e apoiar o acesso ao ensino básico de qualidade;
- Ação 36 - Universalizar o acesso de jovens e adultos ao ensino básico de qualidade;
- Ação 37 - Promover a formação profissional e técnica no Espírito Santo;
- Ação 38 - Promover acesso ao ensino superior de vanguarda. (FINDES, 2013, p. 35)

Cabe ressaltar que o alinhamento do Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2013/2022 (FINDES, 2013) à Agenda Findes para a Competitividade 2011-2014 (FINDES, 2010) implicou numa intervenção industrial em políticas públicas como consta na referida agenda.

A indústria capixaba deseja um Estado melhor. O crescimento da nossa economia, caracterizado pela implantação, nos próximos anos, de grandes projetos, e a conseqüente melhoria de vida da população, exigem um conjunto amplo de iniciativas e reformas integradas, como programas de aprimoramento de processos, gestão e produtos com maior valor agregado e de qualificação profissional. (FINDES, 2010, p. 9)

O plano de metas da Agenda Findes para a Competitividade 2011-2014 (FINDES, 2010) – mesmo período de atuação do governador Renato Casagrande na gestão do Estado capixaba e, conseqüentemente, a duração do programa Estado Presente em Defesa da Vida – apresenta aos gestores públicos diversas propostas de estratégias voltadas ao crescimento industrial, visto que a Findes firmou parceria com os Poderes Executivo e Legislativo no período em questão.

A atuação dos Poderes Executivo e Legislativo do Espírito Santo, bem como da nossa representação parlamentar no Congresso Nacional, pode vir a se constituir em um dos ingredientes básicos do processo de crescimento econômico futuro de nosso Estado. É com essa convicção que a indústria capixaba apresenta a Agenda FINDES para a Competitividade 2011-2014, contemplando as seguintes prioridades: 01: Desenvolvimento sustentável, abrangendo o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento socioambiental e a expansão dos negócios internacionais. 02: Infraestrutura, destacando a infraestrutura urbana e a infraestrutura social, que se desdobra em educação, saúde e segurança. 03: Interiorização do desenvolvimento, potencializando sua desconcentração. 04: Relações de trabalho e sindicais, buscando sua modernização junto a empresários e trabalhadores. 05: Gestão

pública eficiente, ressaltando a necessidade da existência de um Estado enxuto e menos burocrático. (FINDES, 2010, p. 11 – 12)

No eixo de “Infraestrutura Social” da agenda (FINDES, 2010), constam propostas de investimentos nas áreas de educação, saúde e segurança pública que são concebidos como elos fundamentais para a elevação da produtividade industrial. Evidencia-se um interesse direto pelo investimento no capital humano da população capixaba quando a demanda por mão de obra industrial cresce, resultando na suposta necessidade de parcerias com o Estado com o objetivo de realizar a manutenção dessa força de trabalho por meio de ações que consistem em propostas de políticas educacionais voltadas à produção desses recursos humanos.

O crescimento do Estado está pautado na criação de polos econômicos que não garantem, por si, melhor distribuição da riqueza gerada. É preciso que os trabalhadores capixabas tenham acesso aos postos de trabalho que serão criados e isso só será possível com a ampliação da oferta de cursos técnicos e superiores alinhados com a demanda dos investimentos previstos. O Governo do Estado, prefeituras e instituições de ensino devem priorizar esta necessidade. (FINDES, 2010, p. 30)

Percebemos que existe um discurso com características de empreendedorismo moral (BECKER, 2008) nas afirmações feitas pela Findes (2010) ao descarem que o indivíduo é construído pelo meio social no qual inserido através da educação, que é considerada como instrumento de inserção na sociedade, ou seja, nesse caso, inserção do sujeito no mercado competitivo de trabalho através do fomento ao empreendedorismo de si (FOUCAULT, 2008a) advindo de cursos e programas educacionais direcionados à fabricação de pessoas economicamente produtivas.

A educação contempla os processos de ensino e aprendizagem. Enquanto caminho para a sociabilização, é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Para ser efetivo, deve-se investir na educação básica, profissional e superior de qualidade. (FINDES, 2010, p. 31)

Para tanto, consideramos que as ações que constam na Agenda Findes para a Competitividade 2011-2014 (FINDES, 2010) constituem um dispositivo biopolítico que utiliza a educação para a fabricação de sujeitos produtivos. As ações propostas por tal federação de acordo com a ordem estabelecida no referido documento são:

- Ação 84: Ampliar os investimentos em educação para além do piso previsto nas constituições estadual e federal;
- Ação 85: Ampliar a oferta pública de educação infantil;

- Ação 86: Investir na manutenção e aperfeiçoamento do PAEBES¹¹¹, contribuindo com a qualidade da educação básica;
- Ação 87: Ampliar o acesso aos cursos de EJA¹¹² na rede estadual de educação, reduzindo para 15 anos a idade mínima para inserção e integrando estes cursos com formação profissional inicial e continuada de trabalhadores;
- Ação 88: Manter o investimento em infraestrutura das escolas estaduais (laboratórios técnicos, bibliotecas, salas de aula equipadas e arejadas, quadras e equipamentos esportivos, refeitórios, dentre outros), propiciando condições favoráveis ao aprendizado;
- Ação 89: Universalizar o Ensino Médio, estimulando sua integração à educação profissional e focando no mercado de trabalho para atrair o interesse do aluno;
- Ação 90: Manter a oferta de cursos de educação profissional nas escolas estaduais de Ensino Médio e nos centros estaduais de educação técnica;
- Ação 91: Manter a oferta de bolsas de cursos de educação superior técnica, por meio de parcerias com instituições de ensino superior, possibilitando ao aluno cursar a última série do Ensino Médio na escola estadual no período matutino e o curso superior técnico em outro período;
- Ação 92: Implementar a educação ambiental nos diversos níveis educacionais, contribuindo para a percepção ambiental e para as práticas de conservação e preservação de recursos naturais que permitam o desenvolvimento da gestão ambiental;
- Ação 93: Ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade, por meio da concessão de bolsas em instituições de ensino privadas e pelo programa Universidade para Todos, voltado para alunos da rede pública;
- Ação 94: Adequar os conteúdos programáticos das instituições de ensino superior aos requisitos da sociedade do conhecimento e às vocações, recursos e necessidades regionais, estimulando a interação universidade-empresa;

¹¹¹ PAEBES – Programa de Avaliação de Educação Básica do Espírito Santo.

¹¹² EJA – Educação de Jovens e Adultos.

- Ação 95: Valorizar a carreira docente, incentivando e apoiando, institucional e financeiramente, inclusive, por meio de parceria com a iniciativa privada, a capacitação e qualificação dos educadores das escolas da rede estadual;
- Ação 96: Aprovar o Projeto de Lei Estadual sobre a inclusão da disciplina “Empreendedorismo” nas instituições estaduais e municipais de ensino, objetivando disseminar a cultura empreendedora junto à população jovem;
- Ação 97: Implementar a pedagogia empreendedora em todas as escolas da rede estadual e municipal;
- Ação 98: Criar, em parceria com entidades do setor privado e prefeituras, núcleos de apoio ao empreendedorismo nos principais municípios do interior capixaba;
- Ação 99: Estimular a educação à distância, inclusive em cursos de tecnologia de curta duração. (FINDES, 2010, p. 31 – 33)

É válido ressaltar que houve implantação de outras políticas educacionais durante atuação do Estado Presente em Defesa da Vida por meio de parceria com algumas secretarias que apresentam as mesmas características de fomento ao empreendedorismo de si sob o discurso de que a educação profissional é imprescindível para o sucesso profissional dos indivíduos. Cabe destacar que a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) contribuiu com o programa capixaba em questão através da criação do Projeto Viaja ES Jovem que leva os alunos e alunas da rede estadual a conhecerem o Estado “por meio de visitas pedagógicas com guia de turismo credenciado” (FAJARDO, 2014, p. 19) e também por meio do Projeto Qualifica ES Turismo, uma parceria da SETUR com Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que objetiva o atendimento às demandas do mercado de turismo capixaba incentivando a qualificação de profissionais e prestadores de serviços aos quais são ofertados cursos de formação de garçons, camareiras, recepcionistas e cozinheiros básicos (FAJARDO, 2014).

O Estado Presente também foi responsável pela criação do CAIS – Centro de atenção e Inclusão social que, de forma bastante clara, possui como objetivo a inclusão de indivíduos egressos dos chamados institutos de atendimento socioeducativo por meio de uma “ressignificação do modo de vida” do mesmo, onde a educação profissionalizante apresenta um empreendimento moral que conduz o

sujeito à governamentalização da suposta importância de um empreendedorismo de si em um sistema político-econômico capitalista.

O Centro de Atenção e Inclusão Social irá oferecer acompanhamento psicossocial ao egresso do sistema socioeducativo, oportunizando sua inclusão social, por meio de educação, da profissionalização, da sua inserção no mercado de trabalho, da arte, da cultura e do lazer. Além do acompanhamento ao Egresso, a sua família deverá ser promovida, enquanto célula fundamental na ressignificação do seu modo de vida. (FAJARDO, 2008, p. 21)

Observando a proposta de implantação do CAIS descrita por Fajardo (2008), percebe-se a apresentação de um único modo de vida a ser seguido como o comportamento considerado ideal às crianças e adolescentes que deixam o “sistema socioeducativo”, conforme as análises do autor. É possível constatar o estabelecimento de um padrão de comportamentos e relações sociais consideradas normais por parte dos idealizadores do projeto, onde o incentivo a uma suposta “inclusão social” por meio do trabalho e outras atividades seria a única alternativa para o alcance de um modo de viver considerado aceitável. Essa normalização de condutas deveria, conforme a leitura de Fajardo (2008), ser combinada a uma estrutura familiar considerada favorável à adequação do indivíduo egresso do sistema apontado acima, à maneira de se comportar em sociedade concebida como ideal pelos membros da parceria entre Estado Presente e o Instituto de Atendimento Socioeducativo capixaba.

O programa intitulado Jovens Urbanos, idealizado pela Fundação Itaú Social e adotado pelo programa Estado Presente (FAJARDO, 2014) no Espírito Santo, apresenta características de um empreendedorismo de si voltado à profissionalização de jovens a partir do investimento em uma educação considerada básica, conforme a descrição que recebe destaques a seguir, realizada por Fajardo (2014) em referência aos objetivos do programa formulado pelo banco Itaú:

O Programa Jovens Urbanos é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a Fundação Itaú Social e Coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). **O projeto tem como objetivo promover aos jovens de regiões menos privilegiadas o acesso a bens culturais e tecnológicos, propiciando melhoria na qualidade de vida e no exercício da cidadania. A formação dos jovens visa qualificar e potencializar a participação de jovens no mundo do trabalho, assim como contribuir para a permanência, retorno e conclusão da educação básica.** Ao longo dos seis primeiros meses, os jovens acessam tecnologias diversas, circulam pela Região da Grande Vitória e elaboram projetos de intervenção urbana. (FAJARDO, 2014, p. 15)

Ao observarmos os trechos em destaque, pode-se constatar a existência do incentivo a uma prática que possui características do empreendedorismo de si descrito por Foucault (2008a). Intrínseco ao projeto de implementação do programa descrito acima, notamos que as únicas propostas direcionadas aos jovens capixabas para que tenham acesso à qualidade de vida considerada favorável e também exerçam sua cidadania estão fundadas na ideia de que o fomento à cultura e tecnologia auxilia na formação de um sujeito que trabalha e que constantemente se prepara e investe tempo e recursos em seu aprendizado e especialização para que continuem competitivos no mercado de trabalho.

Além do programa Jovens Urbanos, outras das propostas de qualificação para o mercado de trabalho local que o Estado do Espírito Santo ofereceu durante o funcionamento do programa Estado Presente em Defesa da Vida são frutos da parceria do último com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho. O primeiro programa destacado por Fajardo (2014) é o “PROFIC”, programa que

Visa atender demandas de Formação inicial e Continuada, considerando a vocação local e o mercado de trabalho, para gerar oportunidades de emprego e renda, contribuindo para a prevenção e a redução da criminalidade e dos fatores de vulnerabilidade social, através da formação profissional. Entre os cursos ofertados, podemos citar: padeiro; confeitoiro; aulas de corte e costura; pedreiro; instalador e reparador de instalações hidráulicas e eletricista. (FAJARDO, 2014, p. 18)

Analisando as frases destacadas no trecho supracitado, observa-se a existência da associação entre criminalidade e pessoas desempregadas, mesmo diante da ausência de apresentação de alguma comprovação empírica, onde o discurso da vulnerabilidade de social opera na captura dos indivíduos que governamentalizam uma suposta necessidade de trabalhar. Quando partimos das análises de Francisco (2016) a respeito das principais atividades que movem a economia capixaba, notamos que os cursos ofertados pelo PROFIC são voltados à formação de uma demanda de trabalhadores específica, possivelmente direcionada à movimentação do mercado e economia locais. Torna-se assumida tal proposta na descrição de Fajardo (2014) acerca do segundo programa resultante da articulação entre Estado Presente e a referida secretaria capixaba que recebe o título de “Qualifica Trabalhador”, que possui como objetivo

[...] **ofertar cursos de qualificação inicial, básica e intermediária para preparar mão de obra capixaba para o crescimento e desenvolvimento do Estado.** Foram ofertadas vagas para os cursos de cabeleireiro, montagem e manutenção de computadores, operador de caixa com qualidade no atendimento ao cliente, informática básica, montador de móveis e artefatos de madeira, pedreiro, azulejista, pintor de parede, auxiliar administrativo com informática básica, modelagem corte e costura, recepção e segurança em portarias com informática básica, cozinheiro e eletricitista instalador predial. (FAJARDO, 2014, p. 18)

Características do empreendedorismo de si que, segundo Foucault (2008a), perpassa os comportamentos individuais nas sociedades contemporâneas, estão visíveis na proposta do programa capixaba que objetiva a oferta dos chamados “cursos de qualificação inicial, básica e intermediária” voltados à formação de mão de obra capacitada para atender às demandas do mercado interno, reduzindo os conceitos de crescimento e desenvolvimento do Estado a problemas de origem econômica. Torna-se possível, a partir das análises desse comportamento economicista do Estado, o encontro de atributos que se assemelham à conduta inerente ao *homo oeconomicus* que o autor francês descreve. Algumas semelhanças com a conduta desse sujeito-empresa descrito pelo filósofo estão visíveis na proposta de fortalecimento da microeconomia local advinda dos esforços do Estado Presente em conjunto com a ADERES – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo. A iniciativa da parceria consiste no

Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e fomento do empreendedorismo no Estado do Espírito Santo. A ADERES desenvolve e apoia projetos para os seguintes setores da economia capixaba: Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais; Artesanato; Cooperativismo; Economia Solidária; Agroindústria e Bancos Comunitários. A ADERES tem suas ações voltadas para diversas áreas ligadas ao empreendedorismo. São elas: Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Formalização de empresas; Capacitação de empreendedores; Acesso a novos mercados; Estímulo ao empreendedorismo; Microcrédito orientado; Estímulo a iniciativas solidárias; Fortalecimento de grupos produtivos; Inclusão sócio-produtiva; Fortalecimento da identidade do artesanato capixaba; Estímulo ao cooperativismo e Estímulo ao associativismo. (FAJARDO, 2014, p. 22)

A partir da análise das políticas educacionais implantadas pelo programa Estado Presente em Defesa da Vida no território capixaba, é possível associar as tendências de incentivo a um modelo de educação voltado ao mercado de trabalho, profissionalização da juventude e fomento ao empreendedorismo – todas aparentemente objetivando o crescimento econômico do Estado do Espírito Santo –

à razão do sujeito contemporâneo, o “homem-empresa”, aquele que pensa complexos problemas da vida em sociedade sob uma linha de raciocínio fundamentada por princípios econômicos. Ou seja, a tendência em converter problemáticas sociais a meros cálculos de economia baseados na mensuração de ganhos e perdas, lucros e prejuízos que se encontra intrínseca à racionalidade neoliberal, se faz presente nos programas educacionais implementados durante o governo Casagrande.

Leonardo Nunes afirma que o fomento ao empreendedorismo nas escolas da rede pública estadual de ensino configura uma estratégia de combate à criminalidade difusa através do trabalho. À nossa pergunta que explora a concepção do major a respeito da relação entre o fomento ao empreendedorismo nas escolas, Nunes dá a seguinte resposta:

*O estímulo ao empreendedorismo é importantíssimo nesse contexto, pois promover a possibilidade de um cidadão desempregado e sem renda a mudar esse cenário, passa a transformar a realidade dessas pessoas no sentido de primeiramente terem dignidade e um ambiente de esperança de dias melhores e promissores. **Essas mudanças permitem que as comunidades que outrora tinham inúmeros entes que se comportavam infringindo as normas sociais vigentes, passem a ter um comportamento de cumprimento das leis.***

A partir da análise do trecho destacado, torna-se clara intenção de normalização das condutas daqueles indivíduos que infringem “normas sociais vigentes”, concebendo o trabalho como meio de dignificação do sujeito que através dele supostamente conseguirá viver “dias melhores”. A melhoria de vida a partir do trabalho reafirma a posição do Estado como ferramenta de manutenção do sistema político-econômico vigente, não apresentando alternativas de ascensão através de outros comportamentos que não incluem uma vida trabalhista ativa.

Podemos observar a partir das entrevistas com os alunos a governamentalidade da necessidade de competição no mercado de trabalho, o que aparentemente constitui a finalidade dos investimentos em estudos e especializações que recebem. Algumas respostas dadas à pergunta que explora a concepção de “sucesso profissional” dos estudantes ilustram muito bem nossa hipótese de um empreendimento moral voltado a um empreendedorismo de si que garanta sua competitividade no mercado laboral:

Ter um bom salário e ser reconhecido pelo seu trabalho. (A2_E3)

Saber exercer a profissão e ser bom no que faz. (A1_E2)

Ter um trabalho e receber reconhecimento por ele. (A6_E1)

Ganhar muito dinheiro para conseguir sair da pobreza (A3_E1)

As respostas dadas pelos estudantes à questão que investiga a concepção acerca do fator fundamental para alcance do tão almejado “sucesso profissional” desses estudantes revelam que a racionalidade competitiva foi internalizada por muitos deles:

Ser bom e gostar do que faz. (A2_E3)

Estudos, compromisso. (A1_E2)

Uma formação bem sucedida. (A6_E1)

Estudos. (A3_E1)

Alguns desses estudantes também apresentaram desconstrução ou resistência à ideia de sucesso profissional associada a empregos financeiramente rentáveis:

Pra mim quem tem sucesso no trabalho é aquele que é feliz com o que faz, que faz aquilo que gosta. (A10_E1)

O dinheiro é só consequência de um trabalho feito com amor, fazer o que gosta é mais importante. (A8_E2)

Ter um emprego que não faça mal a outras pessoas. (A2_E3)

Encontramos resistência à razão capitalista quando exploramos as respostas de alguns professores que consideramos isentos de características dos empreendedores morais que agem como verdadeiros pastores que conduzem seus alunos à uma conduta considerada ideal, embora também recebam treinamentos e orientações por parte do Estado:

Os governos Federal, Estadual e Municipal tem o tema (empreendedorismo) como marketing. [...] Sucesso profissional é viver engajado em uma sociedade sendo fazendo o que gosta e sendo referência. Um bom emprego é aquele no qual eu honro o que prego e não leso meu semelhante (P1_E1)

Nem todos têm uma visão capitalista do sucesso. (P3_E2)

Sucesso profissional é fazer o que gosta e bem feito. (P5_E1)

Em contrapartida, dois dos professores entrevistados demonstraram a governamentalização de uma educação estritamente voltada ao mercado de trabalho. Um dos professores relata que sua concepção de sucesso profissional está atrelada ao sucesso profissional dos estudantes aos quais leciona: “Sucesso profissional é quando vejo um ex-aluno brilhando no mercado de trabalho” (P4_E3).

Para outro professor, ser bem sucedido profissionalmente é “*se dar bem em sua profissão escolhida, especializar-se e seguir sua vida*” (P2_E2).

Associamos as possíveis consequências da governamentalidade neoliberal, da qual emerge uma conduta fundada numa razão economicista, numa racionalidade pautada na gestão de prováveis lucros ou perdas aplicada a problemáticas não propriamente econômicas, ao comportamento empreendedor classificado como “gerencialista” conforme a descrição de Gaulejac (2007). Consideramos que tal maneira de pensar e agir baseada em técnicas empresariais é um dos resultados do ressurgimento do *homo oeconomicus* de Foucault (2008a), sujeito que reduz sua racionalidade a cálculos econômicos e que, no contexto contemporâneo, adequa seu jeito de pensar e agir a verdadeiras táticas utilizadas pelas empresas para manutenção dos ganhos provenientes dessas atividades. É possível perceber técnicas semelhantes nas políticas educacionais propostas pelo Estado Presente em Defesa da Vida, tendo em vista que muitas delas são utilizadas assumidamente como instrumento de manutenção da economia local.

4.3 Razão gerencialista em políticas educacionais capixabas como consequência da governamentalidade neoliberal

O gerencialismo definido por Gaulejac (2007) se faz presente na sociedade capitalista contemporânea em diversas formas, escapando do contexto empresarial e perpassando as mais diversas esferas da vida em sociedade. Quando as táticas empresariais para obtenção de resultados – tal como a estipulação de metas para o estabelecimento de uma maior competitividade entre os funcionários de determinada empresa e consequente alcance de uma maior geração de lucro – penetram na esfera política da sociedade, uma série de condutas individualistas se sobrepõe a valores pautados na coletividade. Partindo da ideia de que a arte neoliberal de governar pressupõe o fomento a condutas individualistas focadas no empreendedorismo de si (FOUCAULT, 2008a) que ocorre devido a incidência do empreendedorismo moral (BECKER, 2008) – levando em consideração o fato de que a biopolítica foucaultiana é constituída pela hibridização de técnicas, instrumentos, dispositivos e tecnologias de poder que se adaptam de acordo com as complexas configurações de cada sociedade em um dado momento – utilizado a favor dos métodos de produção capitalista, consideramos a “razão gerencialista” um

desdobramento do mesmo poder que constituiu o *homo oeconomicus* que retorna nesse contexto político-econômico.

A corrida em busca de melhores resultados e constante aperfeiçoamento que demanda o mercado de trabalho hodierno, segundo Gaulejac (2007), são responsáveis por condutas extremamente individualistas por parte da classe trabalhadora, que governamentaliza uma suposta necessidade de investimentos em si, em seu capital humano, para competir e se perpetuar no mundo trabalhista. A necessidade do sustento familiar agravado com a supervalorização de um alto padrão de vida, principalmente nas metrópoles, leva o trabalhador moderno a se submeter ao egoísmo competitivo de um mercado de trabalho perverso e cada vez mais exigente em relação à geração de lucro. O clima de competição incentivado pelos gestores das empresas com o intuito de ampliação do capital pautado na meritocracia leva as pessoas a cultivarem uma relação de rivalidade constante, elevando seu individualismo e o sobrepondo a muitos valores de cooperação quando o assunto em pauta é a obtenção de maior ascensão no mercado e consequente ampliação dos frutos financeiros gerados por essa corrida. Observando esta problemática da busca incessante por melhorias na produtividade pela perspectiva de Foucault (2008a), percebemos uma transformação dos sujeitos na contemporaneidade, dentro do contexto neoliberal, em indivíduos constantemente preocupados com o empreendedorismo de si, ou seja, transformam-se no “*homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (Foucault, 2008a, p. 311) quando incorpora a ideia de que é preciso investir em si mesmo para alcançar melhores resultados no mercado competitivo.

Nos Estados Unidos, posteriormente à implantação do programa Tolerância Zero, às ações policiais se voltaram ao incentivo à “produtividade” destes profissionais no combate ao crime através de condecorações para os agentes que prendem mais suspeitos de cometerem crimes violentos. Outra prática gerencialista que visa uma maior amplitude da atuação policial, mesmo que aplicada somente em regiões consideradas lugares perigosos pelos agentes de segurança pelo fato de serem povoados por pessoas de origem majoritariamente negra ou latina - o que revela uma conduta racista e xenófoba por parte da gestão conservadora estadunidense, de acordo com Wacquant (2001) e Belli (2004) -, é a adoção de

sistemas computadorizados em viaturas, que têm por finalidade facilitar o trabalho dos policiais, tanto no registro das regiões supostamente mais vulneráveis à criminalidade, quanto no registro das pessoas que já cometeram algum tipo de delito, seja este minimamente danoso à sociedade, o que leva a uma punição mais firme no caso de reincidência, fato que acarreta a estigmatização de pessoas consideradas mais propensas à criminalidade através de estereótipos raciais ou relacionados aos bairros nos quais habitam estes indivíduos.

O resultado de tais ações baseadas na corrida policial em busca de resultados, ou seja, mais prisões – que no pensamento dos entusiastas do neoliberalismo é a solução para o problema da criminalidade – provocou uma superlotação do sistema carcerário daquele país norte-americano. Dados¹¹³ da Organização das Nações Unidas - ONU expõem que os Estados Unidos é o país com a maior população carcerária do Planeta (2,2 milhões de presos em 2012), sendo que, segundo um artigo¹¹⁴ publicado em 2006, os maiores contemplados com a prisão são negros, latino-americanos e pobres, informação confirmada na seguinte passagem que: “tanto o racismo quanto a precariedade econômica têm sido responsáveis pela proporção incrivelmente alta de negros nas prisões. Dos homens negros de 25 a 29 anos, 8,1% estão presos atualmente. Comparativamente, 2,6% dos hispânicos e 1,1% dos brancos encontram-se nessa situação”. Mesmo não havendo comprovação empírica da relação entre prisões e redução da criminalidade, o governo dos Estados Unidos associou as políticas de Giuliani, através de um elaborado programa de *marketing* que visava divulgar a suposta eficiência do programa Tolerância Zero no combate à violência e na redução da criminalidade existente em Nova York naquele período. A propaganda surtiu efeito em diversos países, principalmente na Europa ocidental onde foram adotadas medidas semelhantes na tentativa de combater o crime (WACQUANT, 2001; BELLI, 2004).

Wacquant (2003) afirma que foi a política de guerra às drogas estadunidense que “entupiu as celas e ‘escureceu’ seus ocupantes” (WACQUANT, 2003, p. 29) por

¹¹³ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/noticias/47-numeros-da-prisonalizacao-7-informacoes-basicas-sobre-encarceramento> Acesso em 27 de maio de 2015.

¹¹⁴ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <https://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por4-d19.shtml> Acesso em 27 de maio de 2015.

meio de uma seletividade penal que, ao mesmo tempo em que segrega estratos considerados perigosos do restante da sociedade, os transforma em lucro por meio de penitenciárias privatizadas. O autor considera que, a partir do estabelecimento da guerra às drogas nos Estados Unidos, o encarceramento se transformou em

[...] uma verdadeira indústria – e uma indústria lucrativa. Pois a política do “tudo penal” estimulou o crescimento exponencial do setor das prisões privadas, para o qual as administrações públicas perpetuamente carentes de fundos se voltam para melhor rentabilizar os orçamentos consagrados à gestão das populações encarceradas. Elas eram 1.345 em 1985: serão 49.154 dez anos mais tarde, faturando dinheiro público contra a promessa de economias ridículas: alguns centavos por dia e por preso, mas que, multiplicados por centenas de milhares de cabeças, justificariam a privatização de fato de uma das funções régias do Estado. (WACQUANT, 2003, p. 31)

Com os alvos do encarceramento pré-estabelecidos, tornaram-se mais fáceis práticas racistas e xenófobas que encarceram negros, pobres e estrangeiros nos Estados Unidos até os dias de hoje. O encarceramento em massa de populações paupérrimas é potencializado pela lógica gerencialista estadunidense, tendo como consequência a adoção de prisões privadas, que além que possuem um custo de construção e manutenção supostamente reduzido, garante ao governo a obtenção de lucro através do trabalho não regulamentado dos detentos (WACQUANT, 2003), ou seja, foi encontrada uma forma lucrativa de encerrar os estratos estigmatizados da sociedade estadunidense, conforme apontaram Rusche e Kirchheimer (2004) ao mostrarem a emergência das prisões e sua relação com o trabalho forçado. Assim como diversas outras práticas com característica neoliberal daquele país, as privatizações passaram por um processo de globalização que levou vários países - não só da Europa, mas também o Brasil e outros países - a adotarem o sistema carcerário terceirizado, que voltou a ganhar a atenção da gestão pública. O novo “grande negócio” do encarceramento se tornou popular após a implantação das políticas de tolerância zero nos Estados Unidos da América.

O endurecimento das penas até mesmo para os crimes considerados de pequena dimensão combinado com a comodidade da existência de uma parcela da sociedade pré-determinada como suspeita por carregar na pele e no *status* social os estereótipos de potenciais criminosos, culmina no caso brasileiro da superpopulação carcerária que, por parte de grande parcela da sociedade, recebe pouca ou quase nenhuma atenção, provocando um conseqüente sucateamento do sistema prisional que suprime a cada ano que passa os direitos mais básicos do ser humano que é

submetido a este procedimento penal. Não obstante, a violação dos direitos humanos recorrentes no sistema prisional se torna evidente junto ao objetivo de obtenção de lucro através do encarceramento em massa com a privatização do sistema carcerário, que alcançou notável sucesso através da globalização das políticas de tolerância zero. Bruno Shimizu¹¹⁵ evidencia em uma entrevista, o descaso com a população carcerária e a crueldade que caracteriza a “mercantilização do aprisionamento” típica da governamentalidade neoliberal:

“Do ponto de vista da constituição federal a privatização dos presídios é inconstitucional. Acontece que o que tem impulsionado isso é um argumento político muito bem construído. Primeiro se sucateou o sistema penitenciário durante muito tempo como foi feito durante todo esse período de privatizações, então todos estes serviços públicos essenciais foram sendo sucateados de uma forma deliberada para que então se atingisse uma argumentação que justificasse a entrega desses serviços à iniciativa privada. Dentro desse movimento neoliberal a gente começa a privatizar os serviços públicos, a infraestrutura e agora isso chega ao seu cume com a privatização da violência, além disso, a privatização do sofrimento, a mercantilização do sofrimento. Aquela pessoa presa deixa de ser uma pessoa, ela deixa de ter dignidade humana pra ser vista como uma mercadoria”¹¹⁶

O documentário do qual foi transcrito o trecho de entrevista supracitado acompanha a emergência da primeira penitenciária privada do Brasil desde o processo licitatório até o seu pleno funcionamento, apesar de na época da pesquisa já existirem outros 22 presídios do mesmo modelo que foram resultado de parcerias de instituições penitenciárias públicas que estabeleceram relações privadas sob o discurso do dito “sucateamento” dos serviços prestados nas prisões.

Dentre as condições subumanas relatadas no documentário “Quanto Mais Presos, Maior o Lucro” está o corte de gastos com necessidades básicas dos detentos. Os presos que não trabalham têm direito somente a banhos de 3 minutos de duração enquanto os que trabalham conseguem banhos de 3 minutos e meio, isso sem contar com os cortes diários de abastecimento de água dentro das celas em determinados horários do dia. A situação dos presídios capixabas é semelhante. No mês de maio de 2016 foi publicada uma matéria¹¹⁷ denunciando as péssimas

¹¹⁵ Coordenador do Núcleo da Situação Carcerária da Defensoria Pública (SP)

¹¹⁶ Quanto mais presos, maior o lucro (2014); Reportagem: Paula Sacchetta; Imagens, edição e animação: Peu Robles; Supervisão: Marina Amaral. Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

¹¹⁷ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2016/05/detentos-fazem-greve-de-fome-no-presidio-de-xuri-em-vila-velha-es.html> Acesso em 13 de julho de 2016.

condições de um dos presídios em funcionamento no Estado, logo após um grupo de detentos iniciarem uma greve de fome reivindicando melhores condições de tratamento nas alas B e C do Complexo do Xuri, situado na cidade de Vila Velha. Os presos alegaram, além de maus tratos e tortura, insuficiência de água para banho, cortada após 10 minutos de funcionamento, impossível para suprir às necessidades de um número muito elevado de homens encarcerados conforme depoimento de um dos detentos que aderiu à greve. Verônica Bezerra, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB-ES), já havia constatado em uma visita anterior, realizada no dia 18 de abril do mesmo ano, uma série de irregularidades incluindo superlotação e insalubridade. Segundo Verônica,

"A Comissão tem recebido muitas denúncias de tortura por parte de familiares de detentos, principalmente na unidade II do Xuri. Em visita à penitenciária, os advogados ouviram relatos de racionamento de água, tortura, revista íntima e os presos estavam com os olhos vermelhos, pois segundo eles, haviam recebido jatos de spray de pimenta"¹¹⁸

A submissão dos presos de Ribeirão das Neves a serviços predominantemente industriais não é regulamentada pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) conforme o § 2º do Art. 28 da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210, de 11 de julho de 1984, assegurando somente até 3/4 de um salário mínimo, sem benefícios segundo o Art. 29 desta mesma lei, sendo que parte da remuneração é utilizada para cobrir gastos dos próprios detentos. Ainda é considerável o fato de que os presídios privados só dão lucro se sua capacidade total de lotação estiver acima de 90%, caso o contrário o presídio não se torna lucrativo. Segundo Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de administração penitenciária (MG):

O ideal seria quem cem por cento dos presos estivessem trabalhando, esse é entendimento nosso. Agora tem presos que realmente não querem estudar, não querem trabalhar e se for o caso posteriormente nós podemos retirar os que não querem trabalhar e colocar outros que queiram trabalhar e estudar, porque nossa intenção é ter essas 3360 vagas aqui preenchidas com pessoas que trabalhem e estudem.¹¹⁹

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Dados obtidos através do sítio eletrônico: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

Presume-se então que nos próximos anos o encarceramento de pessoas pode se transformar em uma tarefa mais árdua e possivelmente não atingir os 90% da ocupação necessária para a obtenção de lucro das penitenciárias privadas conforme uma das cláusulas do contrato da parceria público-privada de Ribeirão das Neves que estabelece como uma das “obrigações do poder público” a garantia de ocupação mínima das vagas do presídio (90% da capacidade total), o que culminaria em uma tendência de adoção de políticas públicas de segurança ainda mais duras a fim de que se obtenham os presos necessários para essa demanda de economia do crime. Além disso, observam-se discursos falaciosos do Subsecretário de Administração Penitenciária no que tange à oferta de estudos aos detentos, o que contradiz o discurso de um dos presos na PPP (parceria público-privada) de Ribeirão das Neves desde novembro de 2013, no qual Mauro Costa afirma:

Eles me chamaram, fizeram uma entrevista e me perguntaram se eu queria trabalhar, eu nem sabia que eu ia vir pra cá. *Eu por enquanto só trabalho. Não me chamaram para estudar ainda não.* A gente trabalha com costura de roupa né, calça, camisas. A gente trabalha também com a fabricação de coletes de segurança e esse é o nosso trabalho. (grifos nossos)

Além disso, como se não fossem desumanas o suficiente essa série de práticas que comprometem a qualidade de vida dos presos, uma vez que a medida privativa de liberdade só seria, em tese, a restrição apenas do direito de ir e vir do indivíduo condenado, os presídios privatizados “oferecem” aos presos uma assistência jurídica também terceirizada, tornando-se também mercantilizada a interação entre presos e advogados contratados pela própria empresa gestora da penitenciária (o que seria violação de um direito garantido constitucionalmente segundo a cláusula LXXIV do artigo 5º referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, onde o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos), em uma possível acusação de restrição dos direitos individuais ou casos de tortura, por exemplo. Sendo assim, Patrick Cacicedo¹²⁰ alega:

Chega-se ao cúmulo de tentar também privatizar a assistência jurídica. Aquela função que condicionalmente ela é reservada a defensoria de assistência jurídica gratuita, as pessoas que não podem contratar um advogado de sua confiança. A (empresa) gestora do presídio também contratará uma série de advogados para assistência jurídica daqueles presos. Ou seja, diante de uma situação de tortura e violações de direitos, essa

¹²⁰ Coordenador do Núcleo de Situação Carcerária da defensoria pública (SP)

pessoa vai buscar um advogado contratado pela empresa “A” para demandar contra a empresa “A”. Evidentemente isso está arquitetado de forma muito perversa.

Torna-se o preso nas Parcerias Público- Privadas - PPP's um produto gerador de lucros quando se leva em consideração que o custo da mão de obra carcerária é consideravelmente menor do que os de trabalhadores com todos seus direitos básicos garantidos pela CLT, fato que acaba sendo interessantíssimo para empresas que terceirizam serviços que agora são prestados por detentos como afirma Cacicedo:

Para quem investe em determinado produto, no caso o produto humano, o preso, será interessante ter cada vez mais presos, ou seja, segue-se a mesma lógica do encarceramento em massa. A mesma lógica que justificou o caos, que justificou a privatização dos presídios. Será feita muita propaganda, então eu acho que é novidade e é o que vai se investir para maior controle social da pobreza, por meio do cárcere.

Wacquant (2001) havia exposto que a privatização das prisões já vinha crescendo de acordo com a expansão sem precedentes das atividades carcerárias dos Estados Unidos e que, nascida em 1983, a privatização do sistema carcerário já tomava em 2001 cerca de 7% da população carcerária fortalecida com um crescimento anual de 45%. No Brasil, a análise de Laurindo Manhoto¹²¹ também no que diz respeito à prosperidade das privatizações, é validada tomando como referencial a onda de ascensão desta prática, tanto nos Estados Unidos, onde está metade das prisões privadas de todo o mundo e também, como recentemente, está ocorrendo no Brasil:

Até certo ponto a gente poderia ver as prisões privadas como uma espécie de experimento modelar de ponta de vanguarda do Estado neoliberal. Se trata de criar uma nova área de negócios e estender a lógica empresarial pro amago de uma função do Estado moderno. O lucro que essas empresas auferem com esta onda de privatização, ele não vem tanto do trabalho prisional, ou seja, da exploração da mão de obra cativa, mas que os presos se tornaram uma espécie de consumidores cativos dos produtos vendidos pela indústria da segurança e da indústria da infraestrutura necessária para construção de complexos penitenciários. A partir do momento em que você enraíza um interesse econômico lucrativo na gestão do sistema penitenciário, o Estado cai em uma armadilha de muitas vezes ter de abrir mão da melhor opção de política em troca da necessidade de garantir um retorno ao investimento que a iniciativa privada fez na área. Cadeias se tornam recentemente um grande negócio por conta de políticas criminais de encarceramento em massa. Então países como Estados Unidos e Brasil

¹²¹ Professor de Sociologia da USP.

estão às voltas com taxas de encarceramento historicamente inéditas, o que obviamente cria uma janela de oportunidades para o setor privado.

A experiência da penitenciária privada mineira também inspirou adoções semelhantes em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, ainda segundo o mesmo documentário. Algumas delas mal sucedidas, como no caso do Ceará, onde “uma decisão judicial obrigou à iniciativa privada devolver a gestão de penitenciárias para o Governo do estado. No Paraná, o próprio Governo decidiu retomar a administração de uma série de penitenciárias, após avaliar duas questões: a jurídica e a financeira”.¹²² A primeira penitenciária privada inaugurada no Brasil licitada desde seu planejamento, a de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, também foi motivo da condenação do Governo de Minas Gerais por terceirização ilícita onde a Justiça do Trabalho anulou uma série de contratações feitas pelo GPA¹²³ de atividades relacionadas com custódia, guarda, assistência material, jurídica e à saúde dos presos.

Como afirma Gaulejac (2007), o gerencialismo é destinado à geração de lucro através de práticas empreendedoras que levam os indivíduos a competirem incansavelmente em busca da ascensão tanto financeira quanto social. Tais práticas intrínsecas ao âmbito empresarial rompem os limites dos direitos humanos e da valorização da vida quando saem deste contexto e penetram, utilizando como exemplo a mercantilização do sistema carcerário como estratégia empresarial mostrada acima, na esfera da segurança pública, onde pessoas pré-selecionadas são encarceradas visando pura e simplesmente à geração de riquezas a entidades envolvidas em parcerias público-privadas e o Estado.

No caso do Estado do Espírito Santo, o gerencialismo pode ser observado em políticas públicas de segurança como técnica de geração de lucros para o empresariado local, como no caso de muitas das propostas do programa Estado Presente em Defesa da Vida, que além de intervenções por meio da segurança pública se utiliza também de políticas educacionais direcionadas à formação de mão de obra que atenda às expectativas de crescimento econômico capixaba. É possível identificar essa estratégia em diversas passagens dos documentos da Fundação Itaú Social que propõem reformas educacionais no Brasil de acordo com as

¹²² Visto em: <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/> no dia 28 de Fevereiro de 2015.

¹²³ Gestores Prisionais Associados

experiências estadunidenses. Tendo em vista que o programa de Renato Casagrande implantou no Estado dois dos programas educacionais propostos pelo banco Itaú, é válido citar algumas das estratégias propostas em tais documentos que apresentam características da gestão que escapa às instituições empresariais e perpassam, principalmente, as esferas da segurança e educação públicas.

A articulação entre a Fundação Itaú Social e o Instituto Fernand Braudel de Economial Mundial já pode ser considerada uma estratégia gerencialista, tendo em vista a consultoria realizada pelo banco com essa entidade especializada em estudos econômicos. Torna-se ainda mais evidente essa série de práticas de gestão empresarial na terminologia utilizada no documento intitulado *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*. Termos como *accountability* e *coaching* são recorrentemente utilizados na construção do texto, sem contar a frequência do uso de termos como “recursos humanos”, “investimento” entre outros que fazem parte da rotina de uma empresa.

Outra estratégia empresarial que atravessa as políticas educacionais propostas pela Fundação Itaú Social e que apresenta semelhanças com a gestão considerada por Gaulejac (2007) uma tendência comportamental contemporânea que o autor classifica como “doença social”, encontra-se em táticas que objetivam a motivação de profissionais da educação por meio de incentivos financeiros. A premiação por desempenho é fundamentada pela ideia de mérito e talento entre professores que conseguiram melhorar o desempenho¹²⁴ de seus alunos são recompensados pelo suposto esforço despendido à prática educacional tão como pela facilidade em atender aos critérios do banco Itaú para tais profissionais. Os diretores das escolas também recebem prêmios por sua “capacidade de liderança”, requisitada pela reforma que tem como base a experiência estadunidense, configurando uma prática recorrente no ambiente empresarial, além da imposição de horários rígidos e fomento a uma educação em período integral, como uma jornada de trabalho em uma empresa. Verificando uma série de características semelhantes entre o que as experiências de Nova York oferecem como exemplo segundo o

¹²⁴ É válido salientar que, conforme *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*, o desempenho dos estudantes é mensurado a partir de suas notas nas disciplinas de Matemática e Português, seguindo o mesmo modelo da reforma estadunidense (onde a avaliação se dá por meio do desenvolvimento dos alunos e alunas da rede pública educacional em Inglês e Matemática), disciplinas às quais é atribuído maior peso na grade curricular apesar de serem dotadas de pouco fomento a análises críticas.

documento do banco Itaú que propõe a adoção de medidas parecidas no Brasil, pressupomos que tais propostas feitas pela instituição tendem a transformar as escolas públicas em verdadeiras empresas, tendência observada por Gaulejac (2007) quando percorre a ideia de um poder disciplinar que se adapta à rotina empresarial, hibridiza-se com outras técnicas e tecnologias de poder que incidem sobre os indivíduos contemporâneos de forma com que governamentalizem um governo da vida intitulada por ele de “gestão gerencialista”. O autor acredita que

A gestão gerencialista apresenta-se como um progresso notável diante do caráter opressivo e estático do sistema disciplinar. Suas principais características são bem conhecidas: o primado dos objetivos financeiros, a produção da adesão, a mobilização psíquica. Espera-se dos empregados uma implicação subjetiva e afetiva. Essa implicação não é canalizada sobre as pessoas, mas sobre a própria organização. É a empresa que é “personificada”. Os empregados dela esperam o reconhecimento. Experimentam por ela sentimentos tão intensos quanto à paixão, a raiva ou o despeito. (GAULEJAC, 2007, p. 108)

A partir dessa ideia, percebe-se a presença de um comportamento por parte da Fundação Itaú Social, portanto, também do Programa Estado Presente em Defesa da Vida que adotou políticas educacionais propostas pela mesma, que se aproxima com o fruto da racionalidade gerencialista descrita por Gaulejac (2007). Conforme o autor, o controle sobre os corpos peculiar ao poder disciplinar concebido por Foucault (1997) se transforma, no contexto contemporâneo, em um poder que “preocupa-se não tanto em controlar os corpos, mas em transformar a energia libidinal em força de trabalho. À economia da necessidade canalizada opõe-se à economia do desejo exaltado” (GAULEJAC, 2007, p. 109), caracterizando essa nova tecnologia de poder que opera no campo da subjetividade, que leva os indivíduos a governamentalizarem um suposto fim no próprio ato de trabalhar.

O trabalho é apresentado com uma experiência interessante, enriquecedora e estimulante. Cada trabalhador deve sentir-se responsável pelos resultados para poder desenvolver suas competências e seus talentos, assim como sua criatividade. O essencial não é mais o respeito pelas regras e pelas normas formais, mas a emulação permanente para realizar os objetivos. (GAULEJAC, 2007, p. 109)

Intrínseca às políticas públicas educacionais colocadas em prática no Espírito Santo pelo Estado Presente em Defesa da Vida, inclusive no *Up With English*¹²⁵, o

¹²⁵ O programa *Up With English* também possui como principal objetivo a capacitação dos estudantes da rede pública capixaba frente ao competitivo e exigente mercado de trabalho globalizado através do ensino da língua inglesa, idioma oficial de relações diplomáticas. “Para o agente de Suporte Educacional da escola Mário Gurgel, Junior Cesar Domingos, a maioria dos alunos se sente motivada com as aulas de inglês e reconhece que o projeto

único programa implantado junto à SEDU nas regiões consideradas vulneráveis do Estado (FAJARDO, 2014), que tiveram sua base fundada nas experiências estadunidenses cuja adoção em território nacional é incentivada pela Fundação Itaú Social, está localizada a gestão que Gaulejac (2007) classifica como “doença social”. Tal afirmação se torna evidente quando consideradas as técnicas de fomento à competição, ao investimento em qualificação profissional, ao distanciamento das drogas, à responsabilização individual por resultados, (que implica maior empenho e dedicação por parte de gestores educacionais) entre outras contidas n *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*. Tais técnicas de gestão empresarial aplicadas à educação seriam, conforme Vincent de Gaulejac (2007), o fruto de uma racionalidade originada da competição combinada com cooperação, instigada pela razão gestora das empresas contemporâneas, onde

O desejo é solicitado permanentemente: desejo de sucesso, gosto pelo desafio, necessidade de reconhecimento, recompensa pelo mérito pessoal. Na empresa hierárquica, o desejo era suprimido por um Superego severo e vigilante. Na empresa gerencial, o desejo é exaltado por um Ideal do Ego, exigente e gratificante. Ela se torna o lugar da realização de si mesmo. (GAULEJAC, 2007, p. 109)

Partindo da relação entre o conceito de empreendedorismo moral e o fomento ao empreendedorismo de si como um híbrido de técnicas de poder pelos quais a biopolítica incide sobre a população, conduzindo-a à governamentalização de uma racionalidade voltada à obtenção de resultados - na qual o investimento no capital humano dos indivíduos se torna a força motriz dessa espécie de “economia da vida” - , consideramos o gerencialismo de Gaulejac (2007) como uma tendência comportamental contemporânea que é potencializada através de políticas públicas como os programas Tolerância Zero e Estado Presente em Defesa da Vida.

Apesar de nossa segunda entrevistada, Sabrina Figueiredo – também coautora de “Estado Presente: em defesa da vida” (FAJARDO, 2014) -, alegar desconforto em responder ao nosso questionário destinado aos gestores responsáveis pela implementação do programa capixaba, a hipótese central de nossa pesquisa, que consiste na ideia de possível influência ou inspiração que o programa Estado Presente em Defesa da Vida teve em relação às políticas de tolerância zero

é importante não só para a vida acadêmica, mas também para o mercado profissional” (trecho compilado do sítio eletrônico: http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/materia.php&cd_matia=3224 Acesso em 29 de junho de 2016.

nascidas nos Estados Unidos, é confirmada através da resposta do major Leonardo Nunes dada à primeira pergunta do referido questionário. Ao questionarmos Nunes acerca da provável influência da Tolerância Zero na formulação e implementação do programa idealizado por Casagrande, o major responde:

Diria que sim! O Programa Estado Presente trabalhou de maneira pontual em algumas vertentes que balizaram a Política de Segurança Nova-Iorquina, tais como:

Na área Policial:

- Prisão de homicidas- operações de inteligência e integradas pelas agências policiais PM/PC com esse escopo;*
- Melhoria da resolutividade dos inquéritos policiais envolvendo homicídios, por consequência, diminuindo a impunidade nesses casos;*
- Otimização de recursos humanos e logísticos das agências policiais com a utilização da plataforma estatística do Mapa do Crime, análogo ao CompStat em Nova York;*

Na área Social:

- Geração de empregos em áreas periféricas socialmente falando;*
- Estimulando o empreendedorismo com financiamentos acessíveis e treinamento/formação nos aglomerados de pobreza;*
- Desenvolvendo projetos específicos para redução da evasão escolar nas áreas dos aglomerados;*
- Feitura e reforma de praças e campos de futebol, estimulando o esporte e lazer aos jovens;*
- Desenvolvendo projetos culturais para essas comunidades com alto índice de cometimento de crimes contra a vida no Espírito Santo. Por fim, relato que a política estadunidense foi mal interpretada em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito ao que chamaram “política de encarceramento”. Em verdade, o programa tinha preocupação com a qualificação das prisões e seus reflexos nos investimentos necessários a serem realizados no sistema penitenciário Nova-Iorquino em razão desse “choque social” importante para estabilizar um ambiente de total instabilidade social.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os rumos que nosso projeto inicial de pesquisa tomou, que consistia na aproximação entre as políticas públicas de segurança intituladas Tolerância Zero e Estado Presente em Defesa da Vida em um primeiro momento, buscando a investigação acerca da procedência do programa capixaba desenvolvido por Renato Casagrande - que hipoteticamente está de alguma forma ligada ao programa emergido na cidade de Nova York -, nos deparamos com uma série de características em comum entre as duas, no entanto, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que as políticas que supostamente objetivam o refreamento dos altos índices de criminalidade violenta que assolam tanto o Estado do Espírito Santo quanto a cidade estadunidense que adotou as práticas extremamente repressivas sob o discurso de que os mínimos atos desviantes a uma conduta individual considerada normal por determinada sociedade são o ponto de nascimento de crimes de maiores proporções (WACQUANT, 2001; BELLI, 2004), existem políticas educacionais que funcionam como dispositivos de normalização e disciplinamento voltados à manutenção do sistema político-econômico capitalista de livre mercado, onde predomina um tipo de comportamento originado de uma perspectiva economicista voltada às mais diversas problemáticas da vida em sociedade. Tal conduta caracteriza o sujeito contemporâneo descrito por Foucault (2008a), denominado *homo oeconomicus*.

Percebemos certa tendência à adoção de políticas públicas estadunidenses quando comparamos determinadas características dos programas estudados, principalmente quando se tratam de políticas educacionais e de segurança, articuladas com o suposto objetivo de redução da criminalidade violenta, apesar de identificarmos esforços por parte dos programas que estão aparentemente voltados ao crescimento econômico através da criminalização de determinadas práticas socioculturais como o consumo de determinadas substâncias e de uma educação voltada à formação de uma mão de obra que atenda às necessidades de empresas. Observamos também algumas práticas que podem ser associadas à criminalização da pobreza e da juventude ao considerarmos a recorrente utilização de termos como “vulnerabilidade social”, concebido por Rosa (2015) como uma espécie de ferramenta que respalda intervenções estatais direcionadas aos estratos

pauperizados da sociedade, além da assumida associação entre jovens e problemas sociais existente no vídeo de apresentação do programa Jovens Urbanos idealizado pela Fundação Itaú Social e adotado pelo Estado Presente em Defesa da Vida.

A relação entre o *homo oeconomicus* foucaultiano e as políticas públicas de segurança se torna mais clara a partir da ideia da existência de uma espécie de economia política do crime, onde a lei é considerada a forma mais econômica de normalização das condutas e do disciplinamento e a punição a resposta para uma demanda de crimes – concepção associada ao desvio de uma conduta individual considerada ótima. Partindo dessa concepção de políticas públicas de segurança, consideramos a forte repressão aos mínimos desvios ao comportamento tolerado pelo Estado estadunidense como uma resposta à demanda de uma criminalidade criada pelo próprio governo daquele país que culmina, conforme Wacquant (2001) e Belli (2004) na superlotação do sistema carcerário dos Estados Unidos, lugar onde existe o maior número de pessoas privadas de liberdade – população carcerária composta principalmente negros, latinos, jovens e pobres, considerada por esses autores o alvo principal do enrijecimento penal iniciado nos governos Thatcher e Reagan respectivamente - no mundo, um paradoxo quando associada aos discursos neoliberais que tentam convencer não só aquele país norte-americano, mas todo o território do globo de que o livre comércio é uma alternativa econômica eficaz e que a pobreza e o desemprego seriam uma consequência “natural” dessas transações isentas da intervenção estatal (HAYEK, 1984).

Partindo do pressuposto do ativismo neoliberal, buscamos aproximar o programa Tolerância Zero e Estado Presente em Defesa da vida sob a hipótese de que as políticas capixabas tiveram de alguma forma influência ou inspiração nas políticas que emergiram durante o governo de Rudolph Giuliani, em Nova York, levando em consideração o desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* protagonizada pelos formuladores e entusiastas das políticas estadunidenses que objetiva a difusão dos ideais da então maior potência econômica mundial. A internacionalização de tais políticas é um fato assumido por governos de diversos países ao redor do mundo que implantara políticas semelhantes e até mesmo novas versões da tolerância zero adaptada à realidade de cada um deles, inclusive o Brasil, de acordo com Wacquant (2001) e Belli (2004).

Concluimos que o programa capixaba apresenta uma série de semelhanças com as políticas de tolerância zero de Nova York, principalmente no que tange à adoção de uma política de segurança pública que intensifica a disciplina através do investimento em um moderno aparato policial que possui como principal objetivo a intensificação do embate bélico contra as drogas. Ao mesmo tempo, os investimentos que seriam direcionados à capacitação de docentes da rede pública de ensino são gradativamente substituídos por uma educação voltada à fabricação de sujeitos produtivos. Um importante fato observado é a supervalorização da disciplina voltada à formação de indivíduos produtivos na educação capixaba entre 2011 e 2014.

O envolvimento do setor privado na educação capixaba nos leva a pressupor interesses econômicos tanto do banco Itaú quanto do Estado do Espírito Santo uma vez que, de acordo com Fajardo (2014), muitas das políticas do Estado Presente em Defesa da Vida estão direcionadas ao crescimento econômico capixaba, fato que fortalece também os bancos instalados no Espírito Santo. A inteligibilidade econômica que Foucault (2008a) aponta é claramente percebida nas propostas de reforma educacional do Itaú, nas quais estratégias empresariais se fazem presentes, o que transforma ambientes escolares em verdadeiras empresas onde se encontram a competitividade entre os atores que ali atuam, tão como entre diferentes instituições públicas de ensino, de onde são retirados os dados transformados na média do desempenho considerado ideal dos alunos, baseada em notas das disciplinas de Matemática e Português que consideramos desenvolver um raciocínio crítico inferior a disciplinas como a filosofia, sociologia, história entre outras, fato que parece facilitar o disciplinamento das crianças, adolescentes e jovens capixabas estudantes de escolas públicas, utilizados como mão de obra pouco qualificada que atende aos interesses do empresariado local. Sobre a continuação ou não da atuação do programa capixaba na terceira gestão de Paulo Hartung, Nunes responde:

Bom! Para começar o nome fantasia mudou: Ocupação Social. Acredito que alguns projetos se mantiveram tanto na área policial quanto social. Porém, vejo que sua metodologia de governança foi totalmente modificada apesar da manutenção da Secretaria de Ações Estratégicas, o que indiscutivelmente fragilizou todo o programa em andamento, principalmente em sua vertente gerencial e de alcance de resultados.

Os cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos pelas diversas parcerias estabelecidas entre o programa de Renato Casagrande com diversas secretarias, além do incentivo promovido pelo Estado à conclusão do ensino básico e à prevenção ao consumo de substâncias psicoativas são por nós considerados ferramentas biopolíticas baseadas no empreendedorismo moral (BECKER, 2008) e no fomento ao empreendedorismo de si (FOUCAULT, 2008a), tendo em vista que a biopolítica consiste basicamente na hibridização de técnicas, tecnologias, dispositivos e ferramentas de poder que atuam no campo da subjetividade, culminando com a governamentalização de um modo de vida fundado na capacitação para o mercado competitivo de trabalho por parte dos indivíduos. Tal racionalidade que se adapta aos métodos de produção capitalista contemporâneo é associada no decorrer da pesquisa a um tipo de comportamento que Vincent de Gaulejac (2007) intitula “gerencialista”. O gerencialismo é considerado um comportamento peculiar do ambiente empresarial que escapa das corporações que objetivam a obtenção de lucros e perpassam as mais variadas esferas da vida em sociedade.

As estratégias de gestão empresarial estão evidentes em *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*, documento desenvolvido pela Fundação Itaú Social onde são descritos alguns dos programas que entraram em vigor no Espírito Santo através do programa Estado Presente em Defesa da vida. Os termos recorrentemente utilizados em empresas são utilizados para ilustrar verdadeiras técnicas de gestão de pessoas utilizados em tais ambientes que são adaptadas às políticas educacionais propostas pelo referido banco, revelando uma tendência de assunção da grade de inteligibilidade economicista descrita por Foucault (2008a) como inerente ao *homo oeconomicus* neoliberal, onde a escola funciona como ferramenta fundamental utilizada a favor da difusão dessa racionalidade.

A articulação entre o Estado e o setor privado, também incentivado pela Fundação Itaú Social, é tendência no Espírito Santo. Dentre as propostas da Findes (2010; 2013) se encontra a parceria com o governo capixaba objetivando crescimento da economia local por meio de estratégias que abarcam, entre outras, políticas educacionais que são utilizadas em prol do desenvolvimento industrial. Essa federação propõe reformas na educação que podem ser facilmente localizadas

na ementa do programa Estado Presente em Defesa da Vida (FAJARDO, 2014), na qual constam diversos projetos educacionais voltados à formação e aperfeiçoamento de profissionais que atendam às necessidades do empresariado instalado na região, além do incentivo ao empreendedorismo e fornecimento de auxílio aos empresários, embora os níveis de possível influência da Findes na formulação das políticas de Casagrande sejam ainda desconhecidas.

Também concluímos no desenvolver da pesquisa a existência de uma tendente internacionalização de políticas com características neoliberais, principalmente advindas da atual maior potência econômica mundial, os Estados Unidos, fato que nos leva a acreditar que o conceito de *homo oeconomicus* exposto por Foucault (2008a) é ainda bastante atual, principalmente quando consideramos a recorrente formulação de políticas públicas de segurança que, de acordo com Wacquant (2001) e Belli (2004), incidem sobre estratos seletos da sociedade contemporânea e que, através de discursos fundados na noção de “vulnerabilidade social”, direcionam-se à intervenção estatal sobre as camadas mais pobres (ROSA, 2015), revelando o economicismo intrínseco às mesmas.

A partir da ideia de legitimação da intervenção estatal sobre as camadas ditas mais “vulneráveis” da sociedade, pressupomos que as políticas públicas de segurança possuem como um de seus complementos de atuação as políticas públicas educacionais, uma vez que as famílias de alunos menos privilegiadas financeiramente tendem a recorrer às escolas públicas geridas pelo Estado. O Estado, por sua vez, incumbe-se de direcionar essa parcela pauperizada de estudantes de escolas públicas ao atendimento de necessidades do setor privado, utilizando-se de políticas educacionais semelhantes às propostas pela Fundação Itaú Social, que possui como objetivo o disciplinamento e a normalização das condutas desses indivíduos de forma com que se transformem em capital humano voltado ao crescimento econômico. Tudo isso nos leva a crer que a criminalização da pobreza pertencente à racionalidade neoliberal possui como uma de suas consequências a intervenção do Estado sobre os pobres com o objetivo de transformar sua suposta propensão ao crime em força de trabalho, inibindo a criminalidade violenta advinda dessa classe por meio da captura pelo modo de vida capitalista ao mesmo tempo em que esses corpos são utilizados como ferramenta biopolítica em prol de ganhos econômicos cada vez maiores.

A fusão dos mecanismos, técnicas, tecnologias e dispositivos de poder explicitados no texto consegue controlar corpos e populações concomitantemente, configurando o que Foucault (2008a) definiu por biopolítica. A última e mais completa e complexa tecnologia de poder descrita pelo filósofo francês possui as políticas públicas como uma de suas ferramentas de atuação que, conforme demonstra o desenvolver de nossa pesquisa, é capaz de incidir sobre os indivíduos através de um processo de subjetivação, onde tais atores governamentalizam determinadas ideias que podem ser utilizadas a favor de determinados objetivos como alavancar o crescimento econômico de determinado território de acordo com nossas investigações.

O principal objetivo da pesquisa foi problematizar o modelo educacional adotado no Estado do Espírito Santo durante a gestão Casagrande (2011-2014), classificando-a como uma possível tendência neoliberal de mercantilização da vida, onde a inteligibilidade economicista do *homo oeconomicus* se encontra de forma explícita. Não nos propusemos a estudar um modelo educacional alternativo assim como não buscamos estudar outros modelos político-econômicos ou políticas públicas que garantam uma educação emancipadora, mas tivemos o intuito de provocar os leitores acerca das relações de poder que compõem a sociedade contemporânea e suas consequências nos campos das políticas públicas de segurança e educacionais. Encerramos nosso texto levantando algumas questões que pretendemos investigar em futuras pesquisas: Existe um modelo educacional, no qual a vigilância, disciplinamento e normalização não estejam presentes, no qual a educação seja instrumento que, diferente do modelo capixaba que ensina os indivíduos a competirem num cruel mercado de trabalho, ensine a desenvolver um pensamento crítico e emancipador?

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.
- BECKER, Howard. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BELLI, Benoni. Tolerância Zero e democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 90. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Organização de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CAMPOS, Anna M. **Accountability: quando devemos traduzí-la para o português?** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, 1990.
- CAMPOS, Rui R. de. **Geografia Política das Drogas Ilegais**. Leme: J. H. Mizuno, 2014.
- CORSINI, Leonora F. **Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações**. Tese. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ: 2007
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- D'ELIA FILHO, Orlando Z. **Acionistas do Nada: quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007.
- EVERED, R. G.; SELMAN, J. C. **Coaching and the art of management**. American Management Association, 1989.
- FAJARDO, Álvaro et al. **Programa Estado Presente: Em Defesa da Vida**. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília/DF: 25, 26 e 27 de março de 2014.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (FINDES). **Mapa Estratégico da Indústria Capixaba 2013/2022**. Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies). Vitória: Findes, 2013.
- _____. **Agenda Findes para a Competitividade**. Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo - Ideies. Vitória: Findes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.
- _____. **Estratégia, Poder-Saber**. (Ditos e Escritos IV). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- FRANCISCO, Wagner De C. E. "**Economia do Espírito Santo**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-economia-espírito-santo.htm>>. Acesso em 16 de junho de 2016.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.
- HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Liberal, 1984.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: Ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LAVINAS, Lena. **Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. *Econômica*, V.4, nº 1, p.25-59, junho 2002- impressa em outubro 2003.
- MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1979.
- MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio A. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias**. Salvador: EDUFBA; UFBA / CETAD, 2004.
- MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: ed. Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, Salete. **Qualidade de vida, corpos aprisionados**. In BAGRICHEVSKY, M., PALMA, A. & ESTEVÃO, A. *A Saúde em Debate na Educação Física*. Blumenau: Ed. Edibes, 2003.
- PRETRALONGA, Ilia C. **Disciplina e normalizações nas escolas: estratégias de controle sobre as drogas por meio do empreendedorismo moral**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Vila Velha. Vila Velha, 2015.
- RIBEIRO JUNIOR, Humberto. **Encarceramento em Massa e Criminalização da Pobreza no Espírito Santo**. Vitória: Ed. Causa, 2012.
- ROSA, Pablo O. **Drogas e a Governamentalidade Neoliberal: Uma Genealogia da Redução de Danos**. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

- _____. **Drogas e biopolítica: uma genealogia da redução de danos.** 2012. 373. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontífca Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.
- _____. et al. **Vulnerabilidade, Risco, Tratamento e Prisão: Categorias que operam como dispositivos de intervenção no contexto da biopolítica.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17, 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2015.
- RUI, Taniele C. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack.** 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- SCHECAIRA, Sérgio S. **Tolerância Zero.** Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 5, p. 165-176, outubro/2009.
- SILVA, Ailton J. da. **A Ideia de Poder em Foucault: o Estado e a Arte de Governar.** Revista Eletrônica Print by (<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>), Μετάνοια, São João del-Rei/MG, n.12, p.19- 37 /2010.
- SOARES, Luiz Eduardo. O enigma de Nova York. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002)
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.
- SOUZA, Washington L. **Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault.** Revista Múltiplas Leituras, v. 4, p. 103-124, 2011. ISSN 1982-8993
- VASCONCELLOS, Jorge. **“Foucault, Pensador do Presente”.** QUEIROZ, André & CRUZ, Nina V. Foucault Hoje. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VIANA, Hermano; KUSCHNIR, Karina; CASTRO, Celso (Orgs.). Um antropólogo na cidade: Ensaio de antropologia urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Punir os Pobres.** Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

WENDEL, Travis & CURTIS, Ric. **Tolerância Zero - A Má Interpretação dos Resultados**. In Horizontes Antropológicos, Ano 8, N. 18, dezembro de 2002.

WILSON, James Q. & KELLING, George L. **Broken Windows: the police and neighborhood safety**. Atlantic Monthly (Digital edition), mar., 1982.

APÊNDICE I – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS AOS PROFESSORES.

TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO:

Programa de Estudos Pós-Graduação em Sociologia Política – UVV- ES

Pesquisa para Dissertação de Mestrado:

"Biopolítica e Segurança Pública: Tolerância Zero no Espírito Santo e uma Educação Voltada à Fabricação de Sujeitos Produtivos"

Renan Subtil Torres

Eu, _____], concedi entrevista para a pesquisa de dissertação de mestrado acima, identificada em _____].

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

(Marcar com X na opção do entrevistado)

Anônima

Não anônima.

Local, data e assinatura:

_____]

_____|_____|_____]

_____]

Observações:

_____]

_____]

_____]

Introdução:

Estamos realizando uma pesquisa acerca da forma com que foram discutidos, durante o período de 2011 a 2014, certos temas que vêm ganhando visibilidade entre os mais diversos meios de comunicação e nas instituições de ensino capixabas e que acreditamos contribuir com nossa pesquisa. Gostaria de saber sua opinião sobre alguns aspectos dessa abordagem.

Devemos explorar ao máximo suas respostas:

- Por quais motivos?
- Pode explicar melhor?
- Poderia justificar sua resposta?
- Poderia citar alguma fonte bibliográfica que fundamente sua resposta?

I – OPINIÃO GERAL

1. O corpo docente recebe algum tipo de orientação para abordar o tema das drogas em sala de aula? Caso a resposta seja positiva, pode resumir tal orientação?
2. Os professores têm alguma restrição ao tratar do tema “aborto” em sala de aula? Se sim, qual?
3. “relacionamento homoafetivo” é um tema que costumar estar em pauta? Como é abordado?
4. Qual a importância que você atribui à abordagem do tema “pena de morte” nas aulas?
5. Como julga o tema “empreendedorismo” nas escolas, caso ele seja abordado?
6. Julga importante o ensino de religiões nas escolas? Se sim, de que forma?
7. Recebem algum tipo de orientação do estado para tratar de qualquer tipo de tema em sala de aula? Caso positiva a resposta, qual tema e qual orientação recebida?
8. Qual o perfil do aluno que considera exemplar?
9. O que é sucesso profissional, em sua opinião?
10. O que considera um bom emprego?
11. Quais atributos considera indispensável para o sucesso profissional do aluno?

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 12.** Você gostaria de dizer algo a mais que eu não tenha abordado?
- 13.** Você pode indicar alguém para que eu possa conversar?

APÊNDICE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS AOS ALUNOS.

TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO:

Programa de Estudos Pós-Graduação em Sociologia Política – UVV-ES

Pesquisa para Dissertação de Mestrado:

"Biopolítica e Segurança Pública: Tolerância Zero no Espírito Santo e uma Educação Voltada à Fabricação de Sujeitos Produtivos"

Renan Subtil Torres

Eu, _____], concedi entrevista para a pesquisa de dissertação de mestrado acima, identificada em ____|____|_____].

Autorizo que o teor de minha entrevista seja utilizado na dissertação de forma:

(Marcar com X na opção do entrevistado)

Anônima

Não anônima.

Local, data e assinatura:

_____]

_____|_____|_____]

_____]

Observações:

_____]

_____]

_____]

Introdução:

Estamos realizando uma pesquisa acerca da forma com que foram discutidos, durante o período de 2011 a 2014, certos temas que vêm ganhando visibilidade entre os mais diversos meios de comunicação e nas instituições de ensino capixabas e que acreditamos contribuir com nossa pesquisa. Gostaria de saber sua opinião sobre alguns aspectos dessa abordagem.

Devemos explorar ao máximo suas respostas:

- Por quais motivos?
- Pode explicar melhor?
- Poderia justificar sua resposta?

I – OPINIÃO GERAL

1. Seus professores e professoras abordam o tema das drogas em sala de aula? Caso a resposta seja positiva, abordam de que maneira?
2. Você acha o tema importante/interessante?
3. Você acredita que o tema “aborto” seja importante em sala de aula? Por quais razões?
4. O tema “aborto” é trabalhado em alguma disciplina na escola onde estuda? Qual a sua opinião sobre o assunto?
5. Acha que o tema “relacionamento homoafetivo” seja de importante abordagem em sala de aula?
6. Algum professor ou professora já tratou do assunto acima em sala de aula? Se sim, como foi a abordagem?
7. Os temas “igualdade de gênero”, “igualdade racial”, “neoliberalismo”, “comunismo”, “anarquismos” ou outras manifestações políticas são abordados em sala de aula?
8. O tema da “redução da maioria penal” é ou já foi discutido em sala de aula? Se sim, de quais formas?
9. Você é contra ou a favor da redução da maioria penal? Justifique.
10. Você conhece algum profissional da escola que seja a favor da legalização das drogas no Brasil? Caso sim (não identificar o profissional), quais argumentos utiliza?
11. Você é a favor das cotas raciais em universidades? Justifique.

12. O tema das cotas é trabalhado na escola? De que forma?
13. O que você considera sucesso profissional?
14. O que você acha indispensável para o alcance do sucesso profissional?
15. O que você acredita ser um profissional capacitado?
16. Você discorda de alguma posição de professores ou professoras em relação a determinado tema? Qual? Como os professores lidam com sua discordância?
17. Você já procurou saber os motivos que levaram as pessoas que abandonaram a escola ao desinteresse pelas aulas?
18. Você já tentou compreender os motivos pelo desinteresse dessas pessoas através de questionamentos?
19. Você já ouviu algum depoimento de estudantes que evadiram a escola que justificasse sua desistência?
20. Caso seja afirmativa a resposta à pergunta acima, quais os principais motivos?
21. Você acha que alguma atitude deveria ser tomada a respeito?
22. Acha que política seja um tema interessante?
23. Acha que política deveria ser um tema a ser abordado de forma mais profunda nas escolas?
24. Você acredita que o conteúdo proferido na escola é interessante pra carreira que deseja seguir?
25. Você acha que falta a abordagem de algum tema que você julga importante dentro das escolas?
26. Você estuda empreendedorismo na sua escola? Como o tema é trabalhado?
27. Qual sua opinião acerca da pena de morte? Justifique.
28. Você estuda religiões em sua escola? Se sim, quais?

II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

29. Você gostaria de dizer algo a mais que eu não tenha abordado?
30. Você pode indicar alguém para que eu possa conversar?

**APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO DESTINADO À GESTÃO RESPONSÁVEL PELO
PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA.**

Programa de Estudos Pós-Graduação em Sociologia Política – UVV-ES

Pesquisa para Dissertação de Mestrado:

**"Biopolítica e Segurança Pública: Tolerância Zero no Espírito Santo e uma
Educação Voltada à Fabricação de Sujeitos Produtivos"**

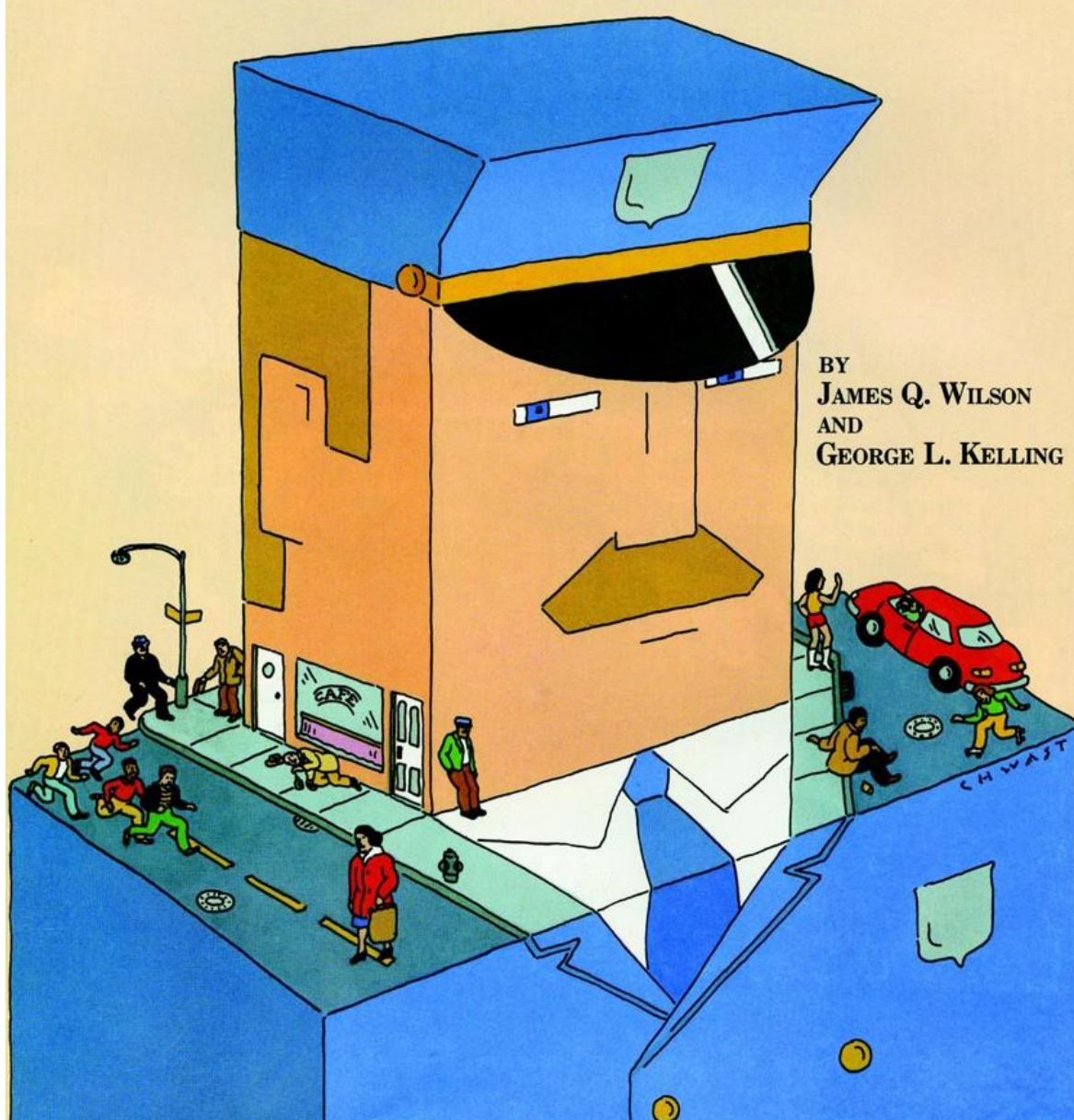
- 1- De acordo com informações coletadas no decorrer de nossa pesquisa, constatamos algumas políticas do Estado Presente com características semelhantes às adotadas pela segurança pública estadunidense. O referido programa possui algum tipo de influência ou inspiração do programa Tolerância Zero implementado em Nova York nos anos 1990 pelo então prefeito Rudolph Giuliani?
- 2- Constatamos também a implantação de alguns programas educacionais formulados pela Fundação Itaú Social. Pode me responder se as políticas educacionais adotadas durante o funcionamento do programa capixaba foram baseadas nas propostas de reforma educacional do banco em questão?
- 3- O programa Estado Presente continua funcionando na gestão Hartung ou foi interrompido no final do mandato de Renato Casagrande? Saberá responder se algum outro programa com os mesmos objetivos que o Estado Presente possui foi implementado posteriormente?
- 4- Qual importância atribui à guerra às drogas no combate à violência no Estado do Espírito Santo? Poderia me indicar um livro fundamentando sua resposta?
- 5- Considera o incentivo ao empreendedorismo como uma ferramenta utilizada a favor do combate à criminalidade violenta? Explique, por favor.

6- Poderia me indicar algum outro gestor participante da implementação do referido programa ou alguma pessoa responsável pelas políticas educacionais do mesmo?

THE Atlantic

HENRY STEELE COMMAGER / MICHAEL NOVAK / NICHOLSON BAKER / DONALD HALL / GARRISON KEILLOR

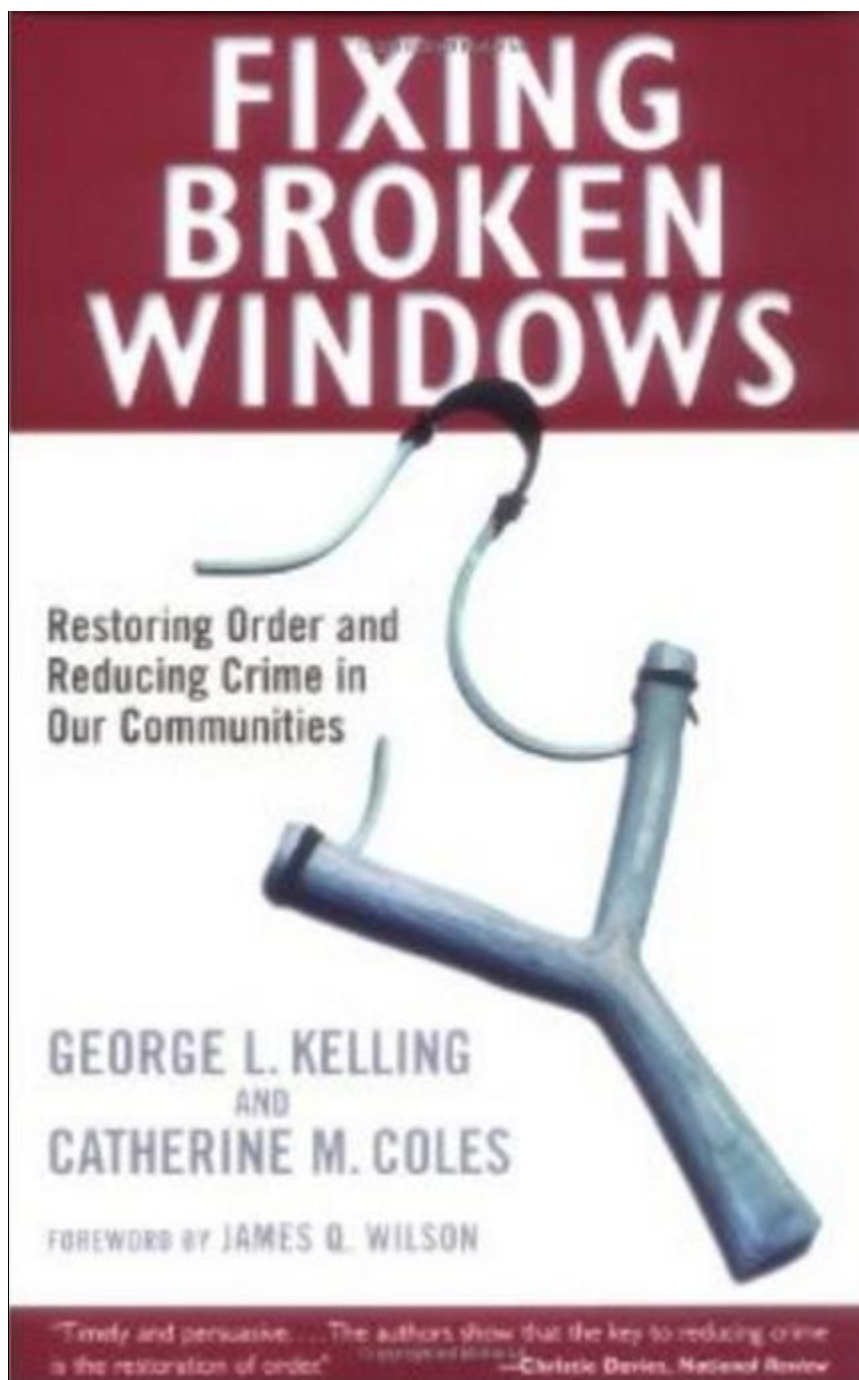
THE POLICE AND NEIGHBORHOOD SAFETY



BY
JAMES Q. WILSON
AND
GEORGE L. KELLING

¹²⁶ Capa da referida revista, retirada do sítio eletrônico: www.theatlantic.com/magazine/toc/1982/03/ Acesso em 08 de junho de 2016.

ANEXO II¹²⁷



¹²⁷ Capa do referido trabalho retirado, do sítio eletrônico: <http://www.ebay.ie/itm/Fixing-Broken-Windows-Restoring-Order-and-Reducing-Crime-in-Our-Communities-Kel-/141922103501?hash=item210b3770cd> Acesso em 08 de junho de 2016.

ANEXO III

CERTIFICADO DE EXTENSÃO


Universidade de Brasília
Decanato de Extensão
Secretaria de Administração Acadêmica

Certificamos que [redacted] documento de identificação CPF [redacted] participou como cursista da ação de extensão CURSO DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS PARA EDUCADORES DE ESCOLAS PÚBLICAS - EDIÇÃO 2012 - Curso, na **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**, no período de 28 de Agosto de 2012 a 21 de Abril de 2013, com duração de 180 horas.

Brasília - DF, 12 de Setembro de 2013

Avaliação Final
Menção: SS
Frequência: 100%

Registro: 33565
Livro: 1 Folha: 5177
Executor do Evento: INSTITUTO DE PSICOLOGIA


Júlio César Goulart Garay
Secretário Adjunto de Administração


Thérèse Hofmann Gatti
Decana de Extensão

ANEXO IV

Tema:

Primeira etapa do curso(Carga Horária: 120 h)

Módulo I – O educando como sujeito em desenvolvimento: família, escola e políticas públicas.

Módulo II- Conceitos e abordagens sobre drogas e prevenção.

Módulo III- A prevenção do uso de drogas no modelo da educação para a saúde e das redes sociais.

Módulo IV- Ações preventivas do uso de drogas na escola.

Segunda etapa do curso(Carga Horária: 60 h)

Módulo V- Implementando o Projeto de Prevenção do Uso de Drogas.